

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SÊNIOR DA PRIMEIRA EMISSÃO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II - FINANCEIRO E COMERCIAL  
CNPJ/MF n.º 19.407.663/0001-53

Distribuição pública de até 16.800 (dezesseis mil e oitocentas) quotas sênior (“Quotas Sênior”)



até R\$ 420.000.000,00

(quatrocentos e vinte milhões de reais)

Classificação ANBIMA: FIDC Multicarteira e Outros -  
CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS SÊNIOR: BRLRNNCTF005  
Classificação de Risco das Quotas Sênior Standard & Poor's: 'brAA+' (sf)

A Oferta foi registrada na CVM em 06 de maio de 2014, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2014/006, nos termos da Instrução da CVM 356.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS SÊNIOR OBJETO DA OFERTA.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) detidos pela LOJAS RENNER S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.754.738/0001-62 (“Lojas Renner”), e/ou pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.055.609/0001-50 (“RACC”) e, em conjunto com a Lojas Renner, “Cedentes Renner”) e/ou pelo ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 (“Itaú Unibanco”) (sendo a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco doravante denominados, em conjunto, “Cedentes”). Os direitos de crédito que poderão ser adquiridos pelo Fundo correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas a prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, i.e., abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora (“Direitos de Crédito”), e deverão atender às condições e critérios estabelecidos no Regulamento do Fundo. Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, vide Seção 5 - Operações de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, na página 76 deste Prospecto Definitivo.

As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e no mercado de balcão organizado (“Oferta”), que será conduzida pelo BANCO ITAÚ BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária líder (“Coordenador Líder”), pelo BANCO BRADESCO BBI S.A. (“Bradesco BBI”); BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (“Santander”); e BANCO VOTORANTIM S.A. (“Votorantim”) e, em conjunto com o Bradesco BBI e o Santander, “Coordenadores” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Instituições Participantes da Oferta”). As Quotas Sênior objeto da Oferta serão colocadas pelo Coordenador Líder sob o regime de melhores esforços de colocação e sob o regime de garantia firme de colocação pelos Coordenadores. O Fundo é administrado pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (“Administradora”).

A primeira emissão de quotas do Fundo será composta por até 16.800 (dezesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior, de uma única série, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada (“Valor Unitário de Emissão”), perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), e por até 7.200 (sete mil e duzentas) quotas subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), que serão integralmente subscritas por uma das Cedentes Renner (“Quotas Subordinadas”), (sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas doravante denominadas, em conjunto, “Quotas”), totalizando o montante total de até R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais) (“Primeira Emissão”), de forma que o patrimônio inicial do Fundo, após a integralização das Quotas da Primeira Emissão, será de até R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta, sendo que as Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente por uma das Cedentes Renner, nos termos do “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” a ser celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, com intervenção do Custodiante.

Em 9 de dezembro de 2013, a Administradora deliberou sobre a constituição do Fundo sob a forma de condomínio fechado. O “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” e seu regulamento foram registrados em 9 de dezembro de 2013 sob o n.º 274.277 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo (“Regulamento”), o qual foi alterado por meio do “1º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” registrado em 22 de janeiro de 2014, sob o n.º 275.158, no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, por meio do “2º (Segundo) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” registrado em 07 de fevereiro de 2014, sob o n.º 275.593, no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, por meio do “3º (Terceiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” registrado em 28 de fevereiro de 2014, sob o n.º 276.053, no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, e por meio do “4º (Quarto) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial” registrado em 17 de abril de 2014, sob o n.º 277.183, no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os investidores devem ler atentamente a Seção “Fatores de Risco” nas páginas 45 a 53 deste Prospecto Definitivo. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido. As Quotas Sênior serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Sênior serão registradas para negociação no mercado secundário no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 45 a 53 deste Prospecto Definitivo.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto Definitivo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto Definitivo não conta com a garantia da Administradora, da Gestora, dos Cedentes, de suas respectivas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Não há compromisso ou garantia por parte da Administradora ou da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.

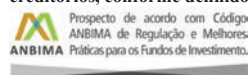
Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Quota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

No cálculo do prazo médio da carteira de ativos para fins do tratamento tributário referido no parágrafo acima, os ativos supra citados incluem apenas os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Créditos que compõem o patrimônio líquido do Fundo apurado na forma do Regulamento. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são excluídos do cálculo do prazo médio da carteira do Fundo, para fins de tratamento tributário aplicável ao investidor, conforme estabelecido no artigo 3º, parágrafo 2º combinado com o inciso V, parágrafo 5º do artigo 4º da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1.022, de 5 de abril de 2010 e suas alterações posteriores.

As informações contidas neste Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto Definitivo e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo pode ter suas Quotas comercializadas por vários distribuidores, o que pode gerar diferenças no que diz respeito às informações acerca de horários e valores mínimos para aplicação ou resgate e telefones para atendimento ao cliente.

Somente investidores qualificados e fundos de investimentos e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento autorizados a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, conforme definido pela Instrução CVM 409, podem adquirir Quotas Sênior do Fundo.



Coordenador Líder



Administradora



Auditores Independentes



Assessor Jurídico do Fundo e das Cedentes Renner



A data deste Prospecto é 08 de maio de 2014.

Coordenadores



Custodiante



Assessor Jurídico do Coordenador Líder



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>7</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA .....</b>	<b>17</b>
<b>TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Características da Oferta .....</b>	<b>25</b>
2.1.1 Público alvo da Oferta .....	25
2.1.2 Registro da Oferta das Quotas Sênior .....	25
2.1.3 Quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta .....	25
2.1.4 Preço de Emissão das Quotas Sênior e valor total da Oferta .....	25
2.1.5 Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior .....	26
2.1.6 Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior .....	27
2.1.7 Valor Mínimo de Investimento .....	27
2.1.8 Amortização e Resgate das Quotas Sênior objeto da Oferta .....	27
2.1.9 Classificação de Risco das Quotas Sênior objeto da Oferta .....	28
<b>2.2 Negociação das Quotas .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 Contrato de Distribuição .....</b>	<b>28</b>
2.3.1 Forma de Colocação e Plano de Distribuição .....	28
2.3.2 Regime de Colocação .....	29
2.3.3 Prazo de Colocação .....	29
2.3.4 Plano de Distribuição .....	30
2.3.5 Procedimento de Bookbuilding .....	30
2.3.6 Integralização, Subscrição e Preço de Integralização .....	31
2.3.7 Fundo de Manutenção de Liquidez ou Sustentação .....	31
2.3.8 Cronograma de Etapas da Oferta .....	32
2.3.9 Modificação da Oferta e Efeitos da Modificação ou Revogação da Oferta .....	32
2.3.10 Remuneração das Instituições Participantes da Oferta .....	33
2.3.11 Excesso de Demanda .....	34
2.3.12 Encerramento da Distribuição .....	34
<b>2.4 Custos de Distribuição .....</b>	<b>34</b>
<b>2.5 Outras informações .....</b>	<b>35</b>
<b>2.6 Declarações da Administradora e do Coordenador Líder .....</b>	<b>35</b>
2.6.1 Declaração da Administradora .....	35
2.6.2 Declaração do Coordenador Líder .....	35
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, DO CUSTODIANTE, DO AGENTE DEPOSITÁRIO, DO ESCRITURADOR, DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA E DOS ASSESSORES LEGAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Riscos de Mercado .....</b>	<b>43</b>
3.1.1 Risco de mercado: .....	43
<b>3.2 Riscos de Crédito .....</b>	<b>43</b>
3.2.1 Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. 43	
3.2.2 Flutuação dos Ativos Financeiros. ....	44
3.2.3 Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. .	44
3.2.4 Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. ....	44
<b>3.3 Riscos de Liquidez .....</b>	<b>45</b>
3.3.1 Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. ....	45
3.3.2 Liquidez relativa aos Direitos de Crédito .....	45
3.3.3 Riscos relacionados à Liquidez. ....	45
3.3.4 Público alvo restrito a Investidores Qualificados. ....	45
3.3.5 Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. ....	45
3.3.6 Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Sênior para efeitos de amortização e resgate. ....	46
<b>3.4 Riscos Operacionais .....</b>	<b>46</b>
3.4.1 Falhas de procedimentos .....	46
3.4.2 Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. ....	46
3.4.3 Documentos Comprobatórios – Cobrança. ....	46
3.4.4 Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. ....	47
3.4.5 Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. ....	47
3.4.6 Risco de sistemas e de operacionalização. ....	47

<b>3.5</b>	<b>Outros Riscos</b> .....	47
3.5.1	Risco de descontinuidade.....	47
3.5.2	Risco de liquidação antecipada do Fundo. ....	48
3.5.3	Riscos de origem.....	48
3.5.4	Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. ....	48
3.5.5	Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. ....	48
3.5.6	Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. ....	49
3.5.7	Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. ....	49
3.5.8	Inexistência de garantia de rentabilidade. ....	49
3.5.9	Inexistência de garantias. ....	49
3.5.10	Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. ....	49
3.5.11	Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. ....	50
3.5.12	Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. ....	50
3.5.13	Risco da cláusula mandato. ....	50
3.5.14	Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. ....	50
3.5.15	Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. ....	50
3.5.16	Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. ....	51
3.5.17	Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. ....	51
3.5.18	Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. ....	51
3.5.19	Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. ....	51
3.5.20	Outros riscos. ....	52
	<b>FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL</b> .....	<b>55</b>
4.1	<b>Denominação, forma, Base Legal e Prazo de Duração</b> .....	55
4.2	<b>Público Alvo</b> .....	55
4.3	<b>Administração</b> .....	55
4.3.1	Substituição da Administradora .....	55
4.3.2	Procedimentos de verificação, pela Administradora, do cumprimento das obrigações da Gestora, do Custodiante e dos Agentes de Cobrança: .....	56
4.4	<b>Gestora</b> 56	
4.5	<b>Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas</b> .....	57
4.6	<b>Agência de Classificação de Risco</b> .....	57
4.7	<b>Auditor Independente do Fundo</b> .....	58
4.8	<b>Outros prestadores de serviços</b> .....	58
4.8.1	Agentes de Cobrança .....	58
4.8.2	Agente Depositário .....	58
4.8.3	Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	59
4.9	<b>Objetivo de Investimento</b> .....	59
4.10	<b>Política de investimento e composição da carteira</b> .....	59
4.11	<b>Quotas</b> .....	60
4.11.1	Quotas Sênior .....	60
4.11.2	Quotas Subordinadas.....	60
4.11.3	Relação Mínima .....	61
4.12	<b>Emissão, Integralização e Valor das Quotas</b> .....	61
4.13	<b>Amortização e Resgate das Quotas</b> .....	62
4.14	<b>Pagamento aos Quotistas</b> .....	64
4.15	<b>Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo</b> .....	65
4.16	<b>Negociação das Quotas</b> .....	65
4.17	<b>Assembleia Geral</b> .....	65
4.18	<b>Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Suspensão</b> .....	65
4.18.1	Eventos de Avaliação.....	65
4.18.2	Eventos de Liquidação.....	67
4.19	<b>Alocação de recursos para pagamento de despesas do Fundo</b> .....	68
4.20	<b>Publicidade e Remessa de Documentos</b> .....	69
4.21	<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	69
4.22	<b>Atendimento aos Quotistas</b> .....	70
4.23	<b>Taxa de Administração e demais Despesas e Encargos do Fundo</b> .....	70
4.24	<b>Regras de Tributação do Fundo</b> .....	71
4.24.1	Tributação aplicável aos Quotistas .....	71
4.24.2	Quotistas do Fundo Residentes no Brasil.....	72
4.24.3	Quotistas do Fundo Residentes no Exterior .....	72
4.24.4	Tributação aplicável ao Fundo.....	73



<b>4.25</b>	<b>Mecanismos de reforço de crédito e outras garantias</b>	73
<b>4.26</b>	<b>Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance</b>	74
<b>4.27</b>	<b>Política de Exercício de Direito de Voto</b>	74
<b>5.1</b>	<b>Direitos de Crédito</b>	77
5.1.1	Informações Gerais	77
5.1.2	Informações descritivas das características relevantes dos Direitos de Crédito	77
5.1.3	Níveis de Concentração dos Direitos de Crédito	78
<b>5.2</b>	<b>Características homogêneas dos Devedores dos Direitos de Crédito</b>	78
<b>5.3</b>	<b>Política de Cadastro e Concessão de Crédito</b>	79
<b>5.4</b>	<b>Crítérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito</b>	79
5.4.1	Crítérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito	79
<b>5.5</b>	<b>Procedimentos de oferta de Direitos de Crédito e formalização da cessão</b>	80
<b>5.6</b>	<b>Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito</b>	81
5.6.1	Taxa de Cessão na Aquisição de Direitos de Crédito	82
<b>5.7</b>	<b>Hipóteses de resolução da cessão dos Direitos de Crédito</b>	82
<b>5.8</b>	<b>Procedimentos de Cobrança</b>	83
<b>5.9</b>	<b>Hipóteses de substituição dos Direitos de Crédito</b>	84
<b>5.10</b>	<b>Informações estatísticas sobre os Direitos de Crédito</b>	84
5.10.1	Performance de Pré-Pagamento por safra de originação em 31/10/2013 – créditos “com encargos”	84
5.10.2	Performance de Inadimplência por safra de originação em 31/10/2013 – créditos “com encargos”	85
5.10.3	Performance de Pré-Pagamento por safra de originação em 31/10/2013 – créditos “sem encargos”	85
5.10.4	Performance de Inadimplência por safra de originação de 10/01/2010 a 31/10/2013 – créditos “sem encargos”	86
	<b>OS CEDENTES</b>	<b>91</b>
<b>6.1</b>	<b>Lojas Renner e RACC</b>	91
6.1.1	Introdução	91
6.1.2	Experiência profissional em outras operações de securitização	99
<b>6.2</b>	<b>Itaú Unibanco</b>	99
6.2.1	Introdução	99
6.2.2	Experiência profissional em outras operações de securitização	101
	<b>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA</b>	<b>105</b>
<b>7.1</b>	<b>Informações sobre as partes</b>	105
7.1.1	A Administradora	105
7.1.2	A Gestora	105
7.1.3	O Custodiante	105
7.1.4	O Coordenador Líder	106
7.1.5	O Bradesco BBI	108
7.1.6	O Santander	109
7.1.7	O Votorantim	112
<b>7.2</b>	<b>Relacionamento entre as partes</b>	113
7.2.1	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Lojas Renner	113
7.2.2	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a RACC	114
7.2.3	Relacionamento entre a Lojas Renner e a RACC	114
7.2.4	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Administradora	114
7.2.5	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Custodiante	114
7.2.6	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Gestora	114
7.2.7	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Coordenador Líder	114
7.2.8	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Bradesco BBI	115
7.2.9	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Santander	115
7.2.10	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Votorantim	115
7.2.11	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Agência de Classificação de Risco	115
7.2.12	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Auditor Independente	115
7.2.13	Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios	115
7.2.14	Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Administradora	115
7.2.15	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Custodiante	115
7.2.16	Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Gestora	116
7.2.17	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Coordenador Líder	116
7.2.18	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Bradesco BBI	116
7.2.19	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Santander	117
7.2.20	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Votorantim	118
7.2.21	Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Agência de Classificação de Risco	118
7.2.22	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Auditor Independente	118
7.2.23	Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios	119

7.2.24	Relacionamento entre a Administradora, o Custodiante e o Escriturador .....	119
7.2.25	Relacionamento entre a Administradora e a Gestora .....	119
7.2.26	Relacionamento entre a Administradora e o Coordenador Líder .....	119
7.2.27	Relacionamento entre a Administradora e o Bradesco BBI .....	119
7.2.28	Relacionamento entre a Administradora e o Santander .....	120
7.2.29	Relacionamento entre a Administradora e o Votorantim .....	120
7.2.30	Relacionamento entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco .....	120
7.2.31	Relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente .....	120
7.2.32	Relacionamento entre a Administradora e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	120
7.2.33	Relacionamento entre o Custodiante e a Gestora .....	120
7.2.34	Relacionamento entre o Custodiante e o Coordenador Líder .....	120
7.2.35	Relacionamento entre o Custodiante e o Bradesco BBI .....	120
7.2.36	Relacionamento entre o Custodiante e o Santander .....	121
7.2.37	Relacionamento entre o Custodiante e o Votorantim .....	121
7.2.38	Relacionamento entre o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco .....	121
7.2.39	Relacionamento entre o Custodiante e o Auditor Independente .....	121
7.2.40	Relacionamento entre o Custodiante e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	121
7.2.41	Relacionamento entre o Coordenador Líder e o Auditor Independente .....	121
7.2.42	Relacionamento entre o Bradesco BBI e o Auditor Independente .....	121
7.2.43	Relacionamento entre o Santander e o Auditor Independente .....	121
7.2.44	Relacionamento entre o Votorantim e o Auditor Independente .....	122
7.2.45	Relacionamento entre o Coordenador Líder e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	122
7.2.46	Relacionamento entre o Bradesco BBI e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	122
7.2.47	Relacionamento entre o Santander e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	122
7.2.48	Relacionamento entre o Votorantim e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios .....	122
7.2.49	Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Agência de Classificação de Risco .....	122
7.2.50	Relacionamento entre o Bradesco BBI e a Agência de Classificação de Risco .....	122
7.2.51	Relacionamento entre o Santander e a Agência de Classificação de Risco .....	122
7.2.52	Relacionamento entre o Votorantim e a Agência de Classificação de Risco .....	122
7.2.53	Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Gestora .....	122
7.2.54	Relacionamento entre o Bradesco BBI e a Gestora .....	123
7.2.55	Relacionamento entre o Santander e a Gestora .....	123
7.2.56	Relacionamento entre o Votorantim e a Gestora .....	123
7.3	<b>Conflito de interesses</b> .....	123

<b>ANEXO I</b>	<b>– INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>– REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>– CONTRATO DE CESSÃO LOJAS RENNER .....</b>	<b>521</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>– CONTRATO DE CESSÃO ITAÚ UNIBANCO .....</b>	<b>605</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>– SUPLEMENTO DAS QUOTAS SÊNIOR .....</b>	<b>685</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>– DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>689</b>
<b>ANEXO VII</b>	<b>– DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>693</b>
<b>ANEXO VIII</b>	<b>– SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</b>	<b>697</b>
<b>ANEXO IX</b>	<b>– RELATÓRIO DOS DIREITOS DE CRÉDITO DA KPMG .....</b>	<b>705</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Prospecto Definitivo, no singular ou no plural, terão o significado a elas atribuído nesta Seção. Outros termos e expressões contidos neste Prospecto Definitivo, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto Definitivo ou no Regulamento.

<b>Administradora:</b>	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
<b>Afiliada:</b>	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
<b>Agência de Classificação de Risco:</b>	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
<b>Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios:</b>	é a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Dom Pedro II, n.º 1220, sala 101 e 102, Bairro São João, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-143, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31;
<b>Agente Depositário:</b>	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<b>Agentes de Cobrança:</b>	são a Lojas Renner e/ou RACC;
<b>Alocação Mínima:</b>	é, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito;
<b>Amortização Extraordinária:</b>	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos da Cláusula 15.1 do Regulamento;
<b>Amortização Periódica:</b>	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
<b>ANBIMA:</b>	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<b>Anexos:</b>	são os Anexos a este Prospecto Definitivo;
<b>Anúncio de Encerramento:</b>	é o anúncio de encerramento da Oferta elaborado na forma do Anexo V da Instrução CVM 400;
<b>Anúncio de Início:</b>	é o anúncio de início da Oferta elaborado na forma do artigo 52 e do Anexo IV da Instrução CVM 400;
<b>Arquivo Eletrônico de Cessão:</b>	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue,

<b>Arquivo Eletrônico de Liquidação:</b>	<p>pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;</p> <p>é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;</p>
<b>Arquivo Redução Z:</b>	<p>é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;</p>
<b>Assembleia Geral:</b>	<p>é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 do Regulamento;</p>
<b>Ativos Financeiros:</b>	<p>são os seguintes ativos: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iv) operações compromissadas lastreadas nos títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN, contratadas com as Instituições Autorizadas; e (v) cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens (i) a (iv) acima;</p>
<b>Auditor Independente:</b>	<p>é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;</p>
<b>Aviso ao Mercado:</b>	<p>é o aviso ao mercado da Oferta elaborado na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400;</p>
<b>BACEN:</b>	<p>é o Banco Central do Brasil;</p>
<b>Brasil ou País:</b>	<p>é a República Federativa do Brasil;</p>
<b>Cartão Renner:</b>	<p>é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner;</p>
<b>Carteira:</b>	<p>é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;</p>
<b>Cedentes Renner:</b>	<p>são a Lojas Renner e a RACC;</p>
<b>Cedentes:</b>	<p>são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;</p>
<b>CETIP:</b>	<p>é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;</p>
<b>Clientes:</b>	<p>são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;</p>
<b>CMN:</b>	<p>é o Conselho Monetário Nacional;</p>
<b>CNPJ/MF:</b>	<p>é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;</p>

<b>Código Civil:</b>	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<b>Código de Processo Civil:</b>	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
<b>Conta do Fundo:</b>	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<b>Conta Movimento Cedentes Renner:</b>	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
<b>Conta Vinculada Centralizadora:</b>	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos do Regulamento, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Custódia;
<b>Conta Vinculada RACC:</b>	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, em que serão depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela instituição financeira na qual é mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
<b>Contas Vinculadas Lojas Renner:</b>	são as contas vinculadas ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
<b>Contas Vinculadas:</b>	são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;
<b>Contrato de Adesão:</b>	é o Contrato de Adesão ao Contrato de Coordenação, Distribuição, Subscrição e Colocação de Quotas Sênior, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, celebrado entre o Coordenador Líder e cada um dos Coordenadores;
<b>Contratos de Administração de Contas Vinculadas:</b>	são os Contratos de Administração de Contas Vinculadas, firmados entre as Cedentes Renner, o Custodiante e as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantêm as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, com a interveniência da Administradora, em nome do Fundo, conforme o caso;
<b>Contrato de Cessão Cedentes Renner:</b>	é o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito Renner e Outras Avenças celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, as Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
<b>Contrato de Cessão Itaú Unibanco:</b>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência da Lojas Renner, da RACC e do Custodiante;
<b>Contrato de Cobrança:</b>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de

<b>Contrato de Custódia:</b>	<p>Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;</p> <p>é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356;</p>
<b>Contrato de Depósito:</b>	<p>é o Contrato de Prestação de Serviços de Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;</p>
<b>Contrato de Distribuição:</b>	<p>é o Contrato de Coordenação, Distribuição, Subscrição e Colocação de Quotas Sênior, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial firmado entre o Fundo, a Administradora, as Cedentes Renner e o Coordenador Líder;</p>
<b>Contrato de Escrituração:</b>	<p>é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;</p>
<b>Contrato de Gestão:</b>	<p>é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;</p>
<b>Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:</b>	<p>é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, as Cedentes Renner, a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;</p>
<b>Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:</b>	<p>é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;</p>
<b>Contratos de Cessão:</b>	<p>são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;</p>
<b>Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:</b>	<p>são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;</p>
<b>Coordenador ou Coordenadores:</b>	<p>são as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, escolhidas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Lojas Renner, para participar da Oferta e, conseqüentemente, do Contrato de Distribuição, por meio da assinatura dos respectivos Contratos de Adesão, as quais deverão efetuar a colocação das Quotas Sênior objeto da Oferta em regime de garantia firme de colocação;</p>



<b>Crêterios de Elegibilidade:</b>	são os cr�terios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos neste Prospecto Definitivo;
<b>CSLL:</b>	� a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
<b>Custodiante:</b>	� o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.é 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
<b>CVM:</b>	� a Comissão de Valores Mobiliários;
<b>Data da 1� Integralização das Quotas Sênior:</b>	� a data da 1� integralização das Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, � disposição do Fundo;
<b>Data da 1� Integralização das Quotas Subordinadas:</b>	� a data da 1� integralização das Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um das Cedentes Renner � disposição do Fundo;
<b>Data da 1� Integralização das Quotas:</b>	são a Data da 1� integralização das Quotas Sênior e a Data da 1� Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
<b>Data de Amortização:</b>	� cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais são realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições do Regulamento;
<b>Data de Aquisição:</b>	� a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
<b>Data de Resgate:</b>	� o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
<b>Dia útil:</b>	� qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-� como a data devida para o referido evento o Dia útil imediatamente seguinte;
<b>Direitos de Crédito Inadimplidos:</b>	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
<b>Direitos de Crédito:</b>	são os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas a prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, i.e., abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora;

<b>Diretor Designado:</b>	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
<b>Documentos Comprobatórios:</b>	são (a) (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (b) os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes Renner;
<b>Empresas Transportadoras de Valores:</b>	são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 do Regulamento, as quais são contratadas pelas Instituições Recebedoras por conta e ordem das Cedentes Renner;
<b>Encargos do Fundo:</b>	são encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas: (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo; (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente; (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e da Conta do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido; (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral; (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo; (ix) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; (x) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356; e (x) despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança;
<b>Equipamentos ECF:</b>	é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais em operações de vendas a consumidores finais;
<b>Escriturador:</b>	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;

<b>Eventos de Avaliação:</b>	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 do Regulamento e na seção 4.17.1 deste Prospecto Definitivo;
<b>Eventos de Liquidação:</b>	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 do Regulamento e na seção 4.17.2 deste Prospecto Definitivo;
<b>Fator Spread:</b>	é o <i>spread</i> sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Sênior, determinado no respectivo Suplemento;
<b>FGC:</b>	é o Fundo Garantidor de Crédito;
<b>Fundo:</b>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial;
<b>Gestora:</b>	é a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;
<b>Governo Federal:</b>	é o governo do Brasil;
<b>Instituições Autorizadas:</b>	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
<b>Instituições Participantes da Oferta:</b>	são, considerados em conjunto, o Coordenador Líder e os Coordenadores;
<b>Instituições Receptoras:</b>	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais as Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
<b>Instrução CVM 301:</b>	é a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
<b>Instrução CVM 356:</b>	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<b>Instrução CVM 400:</b>	é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<b>Instrução CVM 409:</b>	é a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
<b>Instrução CVM 489:</b>	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros;
<b>Investidores Qualificados ou Investidores:</b>	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM 409, que poderão investir no Fundo;
<b>IOF:</b>	é o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas à Títulos de Valores Mobiliários.
<b>IR:</b>	é o Imposto de Renda;
<b>ISSQN:</b>	é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
<b>Itaú Unibanco ou Cedente:</b>	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáusa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<b>Lei das Sociedades por Ações:</b>	é a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
<b>Lojas Renner:</b>	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;

<b>MDA:</b>	é o Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;
<b>Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:</b>	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;
<b>Obrigações do Fundo:</b>	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
<b>Oferta:</b>	é a presente distribuição pública de Quotas Sênior da primeira emissão do Fundo;
<b>Patrimônio Líquido do Fundo:</b>	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 do Regulamento e às provisões referidas na Cláusula 18 do Regulamento;
<b>Periódico:</b>	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
<b>Pessoas Vinculadas:</b>	são investidores que sejam (a) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta, das Cedentes, da Administradora, da Gestora, do Custodiante e do Escriturador; (b) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (c) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a) e/ou (b) acima;
<b>PIS:</b>	é o Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS;
<b>Política de Cobrança:</b>	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (ii) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
<b>Política de Concessão de Crédito:</b>	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
<b>Prazo de Colocação:</b>	6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início;
<b>Prazo de Duração:</b>	é o prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior;
<b>Preço de Aquisição:</b>	é o preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, calculado a taxas de mercado, de acordo com os critérios descritos nos respectivos Contratos de Cessão;
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:</b>	é o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Sênior;
<b>Produtos:</b>	são os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas;
<b>Prospecto Definitivo:</b>	é o prospecto definitivo da oferta pública das Quotas Sênior de emissão do Fundo e suas respectivas atualizações, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução

<b>Prospecto ou Prospecto Definitivo:</b>	CVM 356 e da Instrução CVM 400, bem como das demais leis e regulamentos aplicáveis; é o presente prospecto definitivo da Oferta das Quotas Sênior de emissão do Fundo e suas respectivas atualizações, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400, bem como das demais leis e regulamentos aplicáveis;
<b>Quotas em Circulação:</b>	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
<b>Quotas Sênior Adicionais:</b>	até 3.360 (três mil trezentas e sessenta) Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) que poderiam ser emitidas nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, para atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400;
<b>Quotas Sênior em Circulação:</b>	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
<b>Quotas Sênior Suplementares:</b>	as até 2.520 (duas mil quinhentas e vinte) Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais) que poderiam ser emitidas nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, para atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400;
<b>Quotas Sênior:</b>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
<b>Quotas Subordinadas em Circulação:</b>	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
<b>Quotas Subordinadas:</b>	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;
<b>Quotas:</b>	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;
<b>Quotistas:</b>	são os titulares das Quotas;
<b>RACC:</b>	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
<b>Refinanciamentos:</b>	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes que estejam em mora;
<b>Regulamento:</b>	é o Regulamento do Fundo, registrado sob o n.º 274.277 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, conforme alterado;
<b>Relação Mínima:</b>	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;
<b>SELIC:</b>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<b>SF:</b>	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
<b>Suplemento:</b>	é o suplemento anexo ao Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i)

<b>Taxa de Administração:</b>	montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior; é a taxa de administração equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, custódia e controladoria, observado o valor mínimo de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano; e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao ano;
<b>Taxa DI:</b>	são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis. Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;
<b>TED:</b>	significa Transferência Eletrônica Disponível;
<b>Termo de Adesão:</b>	é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, na forma do Anexo II ao Regulamento;
<b>Termo de Cessão:</b>	é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
<b>Tributos:</b>	são todos os impostos contribuições e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar, sobre os pagamentos feitos pelas Cedentes Renner às Instituições Participantes da Oferta no âmbito do Contrato de Distribuição e do Contrato de Adesão; e
<b>Valor Unitário de Emissão:</b>	é o Valor unitário de cada Quota na Data da 1ª Integralização das Quotas.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

<b>Emissor</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial.
<b>Tipo de fundo</b>	Fundo fechado, <i>i.e.</i> , o resgate de Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do Fundo ou da respectiva emissão, série ou classe de Quotas, conforme o caso, ocasião em que todos os Quotistas deverão ter suas Quotas resgatadas, ou nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, conforme previstas no Regulamento.
<b>Classificação CVM</b>	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.
<b>Classificação ANBIMA</b>	Para os fins do Código ANBIMA, o Fundo é caracterizado como do tipo FIDC Multicarteira e Outros.
<b>Tipos de Quotas</b>	Quotas Sênior e Quotas Subordinadas.
<b>Quantidade de Quotas Sênior</b>	Até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares). Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais) poderia ter sido acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 2.520 (duas mil quinhentas e vinte) Quotas Sênior Suplementares, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) poderia ter sido acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 90.800 (noventa mil e oitocentas) Quotas Sênior Adicionais, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas.
<b>Quantidade total de Quotas Subordinadas</b>	Serão emitidas e subscritas, por uma das Cedentes Renner, Quotas Subordinadas, em montante suficiente para atender a Relação Mínima, as quais não serão objeto da Oferta.
<b>Série</b>	Única.
<b>Número da emissão</b>	1ª (primeira).
<b>Quotas objeto da Oferta</b>	Quotas Sênior.
<b>Preço Unitário de Emissão</b>	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
<b>Montante total da Oferta</b>	até R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais) (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares).
<b>Forma de colocação das Quotas Sênior</b>	Distribuição pública, em regime de melhores esforços de colocação por parte do Coordenador Líder e em regime de garantia firme de colocação pelos Coordenadores.
<b>Prazo e forma de subscrição e integralização das Quotas Sênior</b>	As Quotas Sênior objeto da Oferta deverão ser totalmente subscritas a partir da data de publicação do Anúncio de Início e até Prazo de Colocação. No ato da subscrição de Quotas Sênior, o subscritor: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) assinará o boletim individual de subscrição;</li> <li>(ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto Definitivo;</li> <li>(iii) deverá atestar, por meio da assinatura do Termo de Adesão que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto Definitivo, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo descritos no Regulamento e no Prospecto Definitivo; e</li> <li>(iv) assinará declaração de Investidor Qualificado.</li> </ul> As Quotas Sênior serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.
<b>Forma de cálculo das Quotas Sênior</b>	A partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, o valor de cada Quota Sênior será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de

integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
- (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS<sub>T</sub>: valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQS<sub>T-1</sub>: valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, VQS<sub>T-1</sub> será igual ao valor de emissão de cada Quota Sênior;

VAE<sub>T-1</sub>: valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP<sub>T-1</sub>: valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI<sub>T-1</sub>: Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então DI<sub>T-1</sub> = 12,00; e

Spread<sub>sn</sub>: Fator *Spread* das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,50% ao ano, então Spread<sub>sn</sub> = 0,50.

#### Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior

100% da variação acumulada da Taxa DI acrescida de *spread* ou sobretaxa de 1,08% a.a., calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

Para maiores informações, vide o Suplemento.

#### Amortização e Resgate das Quotas Sênior

A Administradora promoverá a Amortização Periódica das Quotas Sênior trimestralmente, nas Datas de Amortização indicadas no Suplemento. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

VAP<sub>T</sub> valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS<sub>T</sub> valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

SAM<sub>T-1</sub> somatório de AM<sub>T</sub> efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

SVAE<sub>T-1</sub> somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao Valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

VUE Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

PPS<sub>T</sub> percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

AM<sub>T</sub> amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada



	<p>Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento, seja (i) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 (sete) dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.</p> <p>A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima.</p> <p>Quaisquer pagamentos aos titulares de Quotas Sênior adquiridas no âmbito da Oferta, a título de amortização de suas Quotas Sênior, deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior objeto da Oferta.</p>
<b>Amortização Extraordinária das Quotas Sênior</b>	<p>Caso (i) ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) uma das Cedentes Renner não integralize Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso. A Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.</p>
<b>Classificação de risco das Quotas Sênior Gestora</b>	<p>A Agência de Classificação de Risco atribuiu às Quotas Sênior objeto da Oferta a classificação de risco '<b>brAA+ (sf)</b>'.</p> <p>BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p>
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores</b>	Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Votorantim S.A.
<b>Custodiante</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Escriturador</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Agência de Classificação de Risco</b>	Standard & Poor's.
<b>Agentes de Cobrança</b>	Lojas Renner e/ou RACC.
<b>Agente Depositário</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios</b>	Decision IT Suporte Empresarial Ltda.
<b>Auditor Independente</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Assessores Legais das Cedentes Renner e do Fundo</b>	Mattos Filho Advogados.
<b>Assessores Legais do Coordenador Líder</b>	Galdino Coelho Mendes Carneiro Advogados.
<b>Negociação</b>	<p>As Quotas Sênior serão registradas para (i) distribuição, no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas; e (ii) negociação no mercado secundário no SF, também administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou</p>

<b>Público Alvo</b>	<p>emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.</p> <p>A Oferta é destinada a Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409.</p>
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>Os recursos proeminentes da Oferta de Quotas Sênior serão utilizados pelo Fundo, primordialmente, na aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, observada a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas na Cláusula 5 do Regulamento.</p>
<b>Fatores de Risco</b>	<p>Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas, vide seção "Fatores de Risco", na página 43 deste Prospecto Definitivo.</p>
<b>Inadequação do investimento</b>	<p>A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos.</p>
<b>Publicações</b>	<p>Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no Periódico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.</p>
<b>Declarações</b>	<p>As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, da Administradora e do Coordenador Líder, encontram-se anexas a este Prospecto.</p>
<b>Prospecto</b>	<p>O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: <b>Banco Itaú BBA S.A.</b>, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, São Paulo, SP (<a href="http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp">http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp</a> (neste <i>website</i> acessar "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial – Prospecto Definitivo")); <b>Banco Bradesco BBI S.A.</b>, Avenida Paulista, n.º 1450, 8º andar, São Paulo, SP (<a href="http://www.bradescobbi.com.br">www.bradescobbi.com.br</a> (neste <i>website</i> clicar em "Ofertas Públicas", selecionar o tipo da Oferta, no caso, "Fundos" e, no item "FIDC Lojas Renner II" clicar em "Prospecto Definitivo")); <b>Banco Santander (Brasil) S.A.</b>, Av. Juscelino Kubitschek, n.º 2.041 e 2.235, 24º andar, São Paulo, SP (<a href="http://www.santander.com.br/prospectos">www.santander.com.br/prospectos</a>, clicar em "Ofertas em Andamento" e, por fim, localizar o "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" e clicar em "Download do Prospecto Definitivo")); <b>Banco Votorantim S.A.</b>, Avenida das Nações Unidas, n.º 14.171, 16º a 18º andares (<a href="http://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt">http://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt</a> (neste <i>website</i> clicar em "Para Empresas" e selecionar a opção "Corporate &amp; Investment Banking", clicar em "Mercado de Capitais" e selecionar "Prospectos" e, por fim, clicar em Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial")); <b>BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</b>, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Osasco, SP (<a href="http://www.bradescobemdtvm.com.br/bemdtvm/ShareholdersInformation.aspx">http://www.bradescobemdtvm.com.br/bemdtvm/ShareholdersInformation.aspx</a> (neste <i>website</i> acessar e clicar em "Informações aos Quotistas", preencher o campo "Fundo" com o nome "FIDC Renner II" e, em seguida selecionar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial e clicar em Prospecto); <b>Comissão de Valores Mobiliários – CVM</b>, Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (<a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a> (neste <i>website</i> acessar "Acesso Rápido – Ofertas Registradas", clicar em "2014 - Entrar", acessar "Quotas de FIDC", clicar em "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", acessar "Prospecto Definitivo")); <b>CETIP S.A. – Mercados</b></p>

	<p><b>Organizados</b>, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP ou Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ (<a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a> (neste <i>website</i> clicar em “Comunicados e Documentos”, no campo “Critérios de Filtro” acessar “Prospectos”, selecionar “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” e, em seguida, clicar em “Lojas Renner II – Financeiro e Comercial”)).</p>
<b>Informações Adicionais</b>	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora, com as Instituições Participantes da Oferta e com a CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, das Instituições Participantes da Oferta, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais", na página 105 deste Prospecto Definitivo. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 23 de janeiro de 2014, tendo a CVM concedido o registro em 06 de maio de 2014, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2014/006.</p>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1 Características da Oferta

As Quotas Sênior serão objeto da Oferta, realizada exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e no mercado de balcão organizado. A Oferta será conduzida pelas Instituições Participantes da Oferta, de acordo com (i) o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400; e (ii) as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

As Quotas Sênior objeto da Oferta serão colocadas pelo Coordenador Líder sob o regime de melhores esforços de colocação e pelos Coordenadores sob o regime de garantia firme de colocação.

A Oferta das Quotas Sênior será conduzida em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, tendo sido realizado o Procedimento de *Bookbuilding*.

**A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro.**

#### 2.1.1 Público alvo da Oferta

O público alvo da Oferta é composto por (i) Investidores Qualificados, assim definidos conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM 409; e (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados à adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

#### 2.1.2 Registro da Oferta das Quotas Sênior

A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

#### 2.1.3 Quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta

A Oferta será composta por até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares), todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 2.520 (duas mil quinhentas e vinte) Quotas Sênior Suplementares, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) /poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 3.360 (três mil trezentas e sessenta) Quotas Sênior Adicionais, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta.

As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Lojas Renner ou pela RACC, nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas.

#### 2.1.4 Preço de Emissão das Quotas Sênior e valor total da Oferta

O Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a serem emitidas no âmbito da Oferta foi fixado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quota Sênior, totalizando a Oferta, na Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, o montante de até R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).

### 2.1.5 Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior

As Quotas Sênior deverão ser totalmente subscritas, a partir da data da publicação do Anúncio de Início e até o Prazo de Colocação.

No ato da subscrição de Quotas Sênior, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição;
- (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto Definitivo;
- (iii) deverá atestar, por meio da assinatura do Termo de Adesão que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto Definitivo, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo descritos no Regulamento e no Prospecto Definitivo; e
- (iv) assinará declaração de Investidor Qualificado.

As Quotas Sênior serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.

Independentemente do disposto acima, a integralização das Quotas Sênior objeto da Oferta será feita pelos Investidores Qualificados por meio de TED, do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação, ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito.

A partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, o valor de cada Quota Sênior será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
- (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao valor de emissão de cada Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$ : Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1} = 12,00$ ; e

$Spread_{sn}$ : 1,08.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas por um dos Cedentes Renner, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas.



#### 2.1.6 Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior objeto da Oferta, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, conforme previsto no Suplemento.

A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior não representa e nem deve ser considerada uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos titulares de Quotas Sênior por parte do Fundo, da Administradora, do Custodiante e/ou dos Cedentes.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior objeto da Oferta não farão jus a uma rentabilidade superior à Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, a qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

#### 2.1.7 Valor Mínimo de Investimento

A primeira aplicação de cada investidor no Fundo, realizada por meio de subscrição e integralização de Quotas Sênior no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

#### 2.1.8 Amortização e Resgate das Quotas Sênior objeto da Oferta

A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá nas Datas de Amortização, observado o disposto no Regulamento, no Suplemento e neste Prospecto Definitivo.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento e neste Prospecto Definitivo e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  valor unitário de emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do valor de emissão de cada Quota Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no Suplemento; e

$AM_T$  amortização do valor de emissão de cada Quota Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

As Quotas Sênior objeto da Oferta terão prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento.

#### 2.1.9 Classificação de Risco das Quotas Sênior objeto da Oferta

A Agência de Classificação de Risco atribuiu às Quotas Sênior objeto da Oferta a classificação de risco 'brAA+(sf)'.

## 2.2 Negociação das Quotas

As Quotas Sênior serão registradas para (i) distribuição, no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas; e (ii) negociação no mercado secundário no SF, também administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II do Regulamento, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições do Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas à "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.

Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário, que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

As Quotas Subordinadas, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente por uma das Cedentes Renner, não serão objeto da Oferta, bem como não serão negociadas no mercado secundário, podendo, no entanto, ser alienadas de forma privada para sociedades que componham o mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

## 2.3 Contrato de Distribuição

#### 2.3.1 Forma de Colocação e Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e do Contrato de Adesão, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública de até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares), de uma única série, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais) (sem considerar o valor das Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 15% (quinze por cento), ou

seja, em até 2.520 (duas mil quinhentas e vinte) Quotas Sênior Suplementares, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 3.360 (três mil trezentas e sessenta) Quotas Sênior Adicionais, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que fosse constatado no decorrer da Oferta.

### *2.3.2 Regime de Colocação*

As Quotas Sênior serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação do Coordenador Líder e sob o regime de garantia firme de colocação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Adesão.

Exceto com relação às Quotas Sênior, as quais serão colocadas em regime de melhores esforços pelo Coordenador Líder e em regime de garantia firme pelos Coordenadores, as Instituições Participantes da Oferta não terão, em nenhuma hipótese, responsabilidade e/ou obrigação perante a Administradora e/ou o Fundo de subscrever e/ou integralizar quaisquer Quotas.

Os Coordenadores realizarão, sem solidariedade entre estes, a colocação, em regime de garantia firme, de 16.800 (dezesesse mil e oitocentas) Quotas Sênior, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ocorrer em até 3 (três) Dias Úteis após a data da concessão do registro da Oferta pela CVM e, em nenhuma hipótese após o término do Prazo de Colocação, de acordo com a seguinte proporção:

- Bradesco BBI: garantirá a subscrição e colocação pública de 5.600 Quotas Sênior, no valor de R\$140.000.000,00;
- Santander: garantirá a subscrição e colocação pública de 5.600 Quotas Sênior, no valor de R\$ 140.000.000,00; e
- Votorantim: garantirá a subscrição e colocação pública de 5.600 Quotas Sênior, no valor de R\$140.000.000,00.

Desde que atendidas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Distribuição, excluídas as Quotas Sênior Adicionais e as Quotas Sênior Suplementares, as quais não contarão com a garantia firme de colocação dos Coordenadores, 100% (cem por cento) das Quotas Sênior objeto da Oferta contarão com a garantia firme de colocação dos Coordenadores, sendo que os mesmos deverão subscrever o saldo eventualmente não colocado junto a investidores.

### *2.3.3 Prazo de Colocação*

As Quotas Sênior serão colocadas (i) pelo Coordenador Líder, em regime de melhores esforços de colocação, no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”); e (ii) pelos Coordenadores, em regime de garantia firme de colocação, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, observado que a publicação do Anúncio de Início deverá ocorrer em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da concessão do registro da Oferta pela CVM. A Administradora, de comum acordo com o Coordenador Líder, mediante pedido fundamentado apresentado à CVM, poderá solicitar a prorrogação do Prazo de Colocação.

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Quotas Sênior objeto da Oferta não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores, sem qualquer solidariedade entre estes e na proporção das respectivas Quotas Sênior objeto do regime de garantia firme, deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as respectivas Quotas Sênior objeto do regime de garantia firme que porventura não forem colocadas junto a investidores, sendo que, em caso de exercício da garantia firme.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer Coordenador venha a subscrever Quotas Sênior por força da garantia firme prestada, a revenda de tais Quotas Sênior, deverá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Quotas Sênior, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

#### 2.3.4 Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes das Instituições Participantes da Oferta, e (iii) que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta receba previamente exemplares do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelas Instituições Participantes da Oferta.

O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one on ones*), conforme determinado pelo Coordenador Líder de comum acordo com a Lojas Renner, durante os quais foram distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual puderam ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Lojas Renner, observado, entretanto, que as Instituições Participantes da Oferta se comprometeram a direcionar a Oferta a investidores que tinham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder consolidou as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Sênior;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ser feita em até 3(três) Dias Úteis contados da concessão do registro da Oferta pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores; e
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Quotas Sênior deverão fazê-la, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, por meio da assinatura do Termo de Adesão.

#### 2.3.5 Procedimento de Bookbuilding

Foi adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com os clientes das Instituições Participantes da Oferta e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Lojas Renner, observado, entretanto, que as Instituições Participantes da Oferta se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham o perfil de risco adequado, bem como a observar o tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos.

Para determinação do Fator *Spread* e, por conseguinte, da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, as Instituições Participantes da Oferta realizaram a coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, ficando definido que o Fator *Spread* das Quotas Sênior é de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que será acrescido à Taxa DI (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

### *2.3.6 Integralização, Subscrição e Preço de Integralização*

As Quotas Sênior serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, respeitado o Prazo de Colocação e as condições do Contrato de Distribuição, do Regulamento e dos Contratos de Cessão.

As Quotas Sênior serão subscritas de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas Sênior. As Quotas Sênior somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, aos índices de cobertura.

O preço de integralização das Quotas Sênior será calculado de acordo com o disposto no Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, exclusivamente por meio de TED, do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para a conta corrente de titularidade do Fundo indicada pela Administradora, servindo o comprovante de depósito ou da transferência como recibo de quitação.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas Sênior a partir do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

No ato de subscrição das Quotas Sênior, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão e o boletim individual de subscrição, que serão autenticados pela respectiva Instituição Participante da Oferta; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelas Instituições Participantes da Oferta, pela Administradora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição de que trata este item, o subscritor das referidas Quotas Sênior ainda entregará à respectiva Instituição Participante da Oferta declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

No ato de subscrição das Quotas Sênior, as Instituições Participantes da Oferta deverão:

- (i) entregar ao subscritor exemplar atualizado do Regulamento, do Suplemento e do Prospecto Definitivo;
- (ii) obter a assinatura do subscritor no Termo de Adesão, incluindo declaração de Investidor Qualificado, e no boletim individual de subscrição respectivo, utilizando os modelos fornecidos pela Administradora; e
- (iii) obter do subscritor cópia dos documentos listados no Anexo I do Contrato de Distribuição, conforme o caso.

### *2.3.7 Fundo de Manutenção de Liquidez ou Sustentação*

Não há, nem será constituído, fundo de manutenção de liquidez ou de sustentação para as Quotas Sênior.

### 2.3.8 Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da Oferta com os principais eventos, sujeito a alteração a critério exclusivo do Coordenador Líder e à concessão de registro pela CVM:

Ordem dos	Eventos	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	23 de janeiro de 2014
2.	Protocolo de atendimento às exigências na CVM	07 de março de 2014
3.	Publicação do Aviso ao Mercado	19 de março de 2014
4.	Início das apresentações a potenciais investidores	19 de março de 2014
5.	Encerramento das apresentações a potenciais investidores	21 de março de 2014
6.	Coleta de intenções e fixação da remuneração (Procedimento de <i>Bookbuilding</i> )	10 de abril de 2014
7.	Protocolo de atendimento aos vícios sanáveis na CVM	17 de abril de 2014
8.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	06 de maio de 2014
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	08 de maio de 2014
10.	Publicação do Anúncio de Início	08 de maio de 2014
11.	Liquidação da Oferta	12 de maio de 2014
12.	Publicação do Anúncio de Encerramento	14 de maio de 2014

\* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Coordenador Líder e da CVM.

### 2.3.9 Modificação da Oferta e Efeitos da Modificação ou Revogação da Oferta

Após o início da Oferta, poderá ocorrer eventual modificação ou revogação da Oferta. Neste caso, a Administradora divulgará aos Investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo e do Prospecto Preliminar que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o Investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à respectiva Instituição Participante da Oferta (i) até às 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Preliminar, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor em não revogar sua aceitação. Se o Investidor revogar sua aceitação e se o Investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, se a alíquota for superior à zero, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resiliado, todos os atos de aceitação serão cancelados e as Instituições Participantes da Oferta, juntamente com as Cedentes, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Para mais informações, vide seção "Cronograma da Oferta" na página 32 deste Prospecto Preliminar.

#### 2.3.10 Remuneração das Instituições Participantes da Oferta

Pelos serviços de coordenação, estruturação e colocação prestados pelas Instituições Participantes da Oferta nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Adesão, as Cedentes Renner pagarão às Instituições Participantes da Oferta os seguintes comissionamentos, conforme o caso:

- (i) **Comissão de Coordenação e Estruturação do Coordenador Líder:** a este título, as Cedentes Renner pagarão ao Coordenador Líder, na data da liquidação financeira das Quotas Sênior, uma comissão de 0,80% (oitenta centésimos por cento), incidente sobre o montante total de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, calculado com base no preço de subscrição das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, proporcionalmente;
- (ii) **Comissão de Estruturação dos Coordenadores:** a este título, as Cedentes Renner pagarão aos Coordenadores, na data da liquidação financeira das Quotas Sênior, uma comissão de 0,20% (vinte centésimos por cento), incidente sobre o montante total de emissão de Quotas Sênior, calculado com base no preço de subscrição das mesmas, e proporcional ao montante de garantia firme prestado por cada Coordenador;
- (iii) **Comissão de Colocação do Coordenador Líder:** a esse título, as Cedentes Renner pagarão ao Coordenador Líder uma comissão equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) incidente sobre o montante total de emissão das Quotas Sênior efetivamente colocadas;
- (iv) **Comissão de Sucesso de Colocação:** a este título, as Cedentes Renner pagarão ao Coordenador Líder uma comissão equivalente a 10% (dez por cento) da diferença entre o Fator Spread Limite das Quotas Sênior e o Fator Spread final das Quotas Sênior definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, multiplicado pelo prazo final do Fundo, incidente sobre o montante total de emissão das Quotas Sênior efetivamente colocadas, calculado com base no prazo preço de subscrição das Quotas Sênior. Os Coordenadores também farão jus a uma comissão equivalente 10% (dez por cento) da diferença entre o Fator Spread Limite das Quotas Sênior e o Fator Spread final das Quotas Sênior definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, multiplicado pelo prazo final do Fundo, incidente sobre o montante total de emissão das Quotas Sênior efetivamente colocadas, calculado com base no preço de subscrição das Quotas Sênior, devida proporcionalmente à garantia firme prestada por cada Coordenador; e
- (v) **Prestação de Garantia Firme dos Coordenadores:** pela prestação de garantia firme, as Cedentes Renner pagarão aos Coordenadores na data da liquidação financeira das Quotas Sênior, uma comissão de 0,20% (vinte centésimos por cento), incidente sobre o montante de Quota Sênior objeto da garantia firme, pagos proporcionalmente a cada Coordenador ao montante de garantia firme prestado.

As comissões previstas acima deverão ser pagas à vista pelas Cedentes Renner às Instituições Participantes da Oferta na data da liquidação financeira da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), para a conta corrente de titularidade das Instituições Participantes da Oferta, conforme aplicável, previamente por estes indicadas.

Todos os tributos, incluindo impostos contribuições e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar, sobre os pagamentos feitos pelas Cedentes Renner às Instituições Participantes da Oferta no âmbito deste Contrato ("Tributos") serão integralmente suportados pelas Cedentes Renner, de modo que as Cedentes Renner deverão acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que as Instituições Participantes da Oferta recebam tais pagamentos líquidos de quaisquer Tributos. Para fins desta Cláusula, sem prejuízo de quaisquer outros Tributos que incidam ou venham a incidir sobre referidos pagamentos, considerar-se-ão os seguintes Tributos: Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

### 2.3.11 Excesso de Demanda

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Quotas Sênior perante Pessoas Vinculadas sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

### 2.3.12 Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Sênior será encerrada ao final do Prazo de Colocação estabelecido na Instrução CVM 400, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento.

## 2.4 Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Sênior referentes à comissão de coordenação e estruturação do Coordenador Líder e dos Coordenadores, à comissão de colocação do Coordenador Líder, à comissão de prestação garantia firme pelos Coordenadores, à comissão de sucesso de colocação, aos honorários dos assessores jurídicos e as despesas com os assessores da Oferta e com as publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade das Cedentes Renner.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Sênior a serem suportados pela Lojas Renner:

Custos da Oferta Suportados pela Lojas Renner	Montante (R\$)	(%) sobre o montante da oferta
Comissão de Coordenação e Estruturação do Coordenador Líder.....	4.800.000,00	1,143%
Comissão de Estruturação dos Coordenadores.....	840.000,00	0,200%
Comissão de Colocação.....	840.000,00	0,200%
Comissão de Garantia Firme.....	840.000,00	0,200%
Comissão de Sucesso.....	924.000,00	0,220%
Auditoria Independente.....	98.000,00	0,023%
Classificação de Risco.....	72.000,00	0,017%
Assessores Legais.....	350.000,00	0,083%
Despesas Gerais ( <i>impressões e publicações</i> ).....	75.000,00	0,018%
<b>Total dos Custos Suportados pela Lojas Renner.....</b>	<b>8.839.000,00</b>	<b>2,105%</b>

Os custos relativos à distribuição das Quotas Sênior referentes às taxas de registro perante a CVM e ANBIMA, bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

Custos que serão suportados pelo Fundo	Montante (R\$)	(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado <sup>(1)</sup>
Taxa para Registro na CVM.....	82.870,00	0,0138%
Taxa ANBIMA.....	26.400,00 <sup>(2)</sup>	0,0044%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos.....	100.000,00	0,017%
<b>Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo.....</b>	<b>209.270,00</b>	<b>0,035%</b>

<sup>(1)</sup> O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Integralização das Quotas Sênior é de R\$600.000.000,00.

<sup>(2)</sup> 0,00265% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$2.590,00 e o máximo de R\$43.200,00.



A tabela a seguir apresenta os custos estimados que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Quotas:

<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior (R\$)</b>	<b>Quantidade de Quotas Sênior</b>	<b>Custo da oferta para a classe de Quotas Sênior (R\$)</b>
R\$25.000,00	16.800	R\$12.46
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas (R\$)</b>	<b>Quantidade de Quotas Subordinadas</b>	<b>Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas (R\$)</b>
R\$25.000,00	7.200	R\$29,07

Os custos relativos à contratação da Administradora, da Gestora, do Custodiante do Escriturador, dos Auditores Independentes e dos demais prestadores de serviço do Fundo somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início de suas atividades, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta. Para maiores informações sobre a remuneração da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Agente Depositário, do Escriturador, dos Auditores Independentes, da Agência de Classificação de Riscos e dos demais prestadores de serviço do Fundo, vide Seção “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial”, nas páginas 55 a 84 deste Prospecto Definitivo.

## 2.5 Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para consulta e obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto Definitivo e do Contrato de Distribuição, os interessados deverão dirigir-se à sede das Instituições Participantes da Oferta, da Administradora, à CVM e/ou à CETIP, conforme o caso, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicadas na seção “Identificação da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Agente Depositário, do Escriturador, dos Auditores Independentes, da Agência de Classificação de Risco, das Instituições Participantes da Oferta e dos Assessores Legais”, sendo que o Regulamento e este Prospecto Definitivo encontram-se à disposição dos investidores na CVM e na CETIP para consulta e reprodução apenas.

## 2.6 Declarações da Administradora e do Coordenador Líder

### 2.6.1 Declaração da Administradora

Nos termos da Instrução CVM 400, a Administradora declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações do Fundo prestadas por ocasião do registro do Fundo e da Oferta perante a CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta, (ii) este Prospecto Definitivo (a) contém as informações do Fundo relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, do Fundo, dos fatores de risco relacionados ao Fundo e inerentes ao investimento nas Quotas Sênior, além de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada, e (b) este Prospecto Definitivo foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, e (iii) as informações do Fundo fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme declaração constante do Anexo VII deste Prospecto Definitivo, assinada pelo Diretor Designado, o Sr. André Bernardino da Cruz Filho, nos termos do contrato social da Administradora.

### 2.6.2 Declaração do Coordenador Líder

Nos termos da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder declara que (i) este Prospecto Definitivo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior, do Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com

elevados padrões de diligência, para assegurar que (a) as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme declaração constante do Anexo VIII deste Prospecto Definitivo, assinada pelos diretores estatutários do Coordenador Líder, os Srs. Thales Ferreira Silva e Emerson Savi Junqueira, nos termos do estatuto social do Coordenador Líder.

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, DO CUSTODIANTE, DO  
AGENTE DEPOSITÁRIO, DO ESCRITURADOR, DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DA  
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA  
OFERTA E DOS ASSESSORES LEGAIS**

*Administradora*

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

A Administradora designou o Sr. André Bernardino da Cruz Filho como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre o Fundo e a Oferta.

Para uma breve descrição das funções da Administradora *vide* seção "A Administradora" na página 105 deste Prospecto Definitivo.

Dados de contato:

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar  
Osasco, SP

At.: Sr. André Bernardino da Cruz Filho

Tel.: (11) 3684.4522

Fax: (11) 3684.5645

Sítio: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)

*Gestora*

**BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Para uma breve descrição das funções da Gestora *vide* seção "Gestora" na página 105 deste Prospecto Definitivo.

Dados de Contato:

Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar  
CEP 01310-917 - São Paulo, SP

At.: Sr. Reinaldo Le Grazie

Tel.: (11) 2178.6600

Fax: (11) 2178.6800

Sítio: <http://www.bradescoasset.com.br/>

*Custodiante*

**Banco Bradesco S.A.**

Para uma breve descrição das funções do Custodiante, *vide* seção "Contrato de Custódia" na página 105 deste Prospecto Definitivo.

Dados de contato:

Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar  
Osasco, SP

At.: Sr. Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira

Tel.: (11) 3684.4522

Fax: (11) 3684.5645

Sítio: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)

#### *Agente Depositário*

##### **Itaú Unibanco S.A.**

Para uma breve descrição das funções do Agente Depositário, vide seção "Contrato de Prestação de Serviços de Depositário" na página 58 deste Prospecto Definitivo.

Dados de contato:

Rua Ururai, n.º 111, térreo (Bloco B)

São Paulo, SP

At.: Sra. Noemi da Silva / Sr. Ricardo Ignacio Rocha

Tel.: (11) 2797-3366 / 2797-3375

E-mail: [noemi.silva@itau-unibanco.com.br](mailto:noemi.silva@itau-unibanco.com.br) / [ricardo-ignacio.rocha@itau-unibanco.com.br](mailto:ricardo-ignacio.rocha@itau-unibanco.com.br)

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela

São Paulo, SP

At.: Sr. Thiago Cannata Chaves

Tel.: (11) 5029-4520

Fax: (11) 5029-1538

E-mail: [thiago.chaves@itau-unibanco.com.br](mailto:thiago.chaves@itau-unibanco.com.br)

Sítio: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

#### *Escriturador*

##### **Banco Bradesco S.A.**

Para uma breve descrição das funções do Escriturador, vide seção "Contrato de Escrituração" na página 57 deste Prospecto Definitivo.

Dados de contato:

Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco, SP

At.: Sr. Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira

Tel.: (11) 3684.4522

Fax: (11) 3684.5645

Sítio: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)

#### *Auditor Independente do Fundo e Avaliador da Carteira*

##### **KPMG Auditores Independentes**

Para uma breve descrição de suas funções vide seção "Auditoria Independente" na página 58 deste Prospecto Definitivo.

Dados de contato:

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Zago

Tel.: (11) 2183.3000

Fax: (11) 2183.3001

Sítio: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

#### *Agência de Classificação de Risco*

A agência de classificação de risco é a Standard&Poor's, que será responsável pela classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.

## **Standard&Poor's**

### Dados de Contato:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar  
São Paulo, SP

Tel.: (11) 3039-9700

Fax: (11) 3039-9701

E-mail: [contatobr@standardandpoors.com](mailto:contatobr@standardandpoors.com)

Sítio: <http://www.standardandpoors.com.br>

### *Coordenador Líder*

O Coordenador Líder foi contratado, por meio do Contrato de Distribuição, para prestar serviços de assessoria financeira para captação de recursos no mercado de capitais e realizar a estruturação e a Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, de Quotas Sênior.

## **Banco Itaú BBA S.A.**

### Dados de contato:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar  
CEP 04538-132 - São Paulo, SP

At.: Sr. Marcello Soledade Poggi de Aragão

Tel.: (11) 3708-8508

Fax: (11) 3708-2533

Sítio: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

### *Coordenadores*

## **Banco Bradesco BBI S.A.**

Av. Paulista, n.º 1450, 8º andar

CEP 01310-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Leandro de Miranda Araujo

Tel.: (11) 2178-4800

Fax: (11) 2178-4880

Sítio: [www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br)

## **Banco Santander (Brasil) S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, n.º 2.041 e 2.235, 24º andar

CEP 04543-011 – São Paulo, SP

At.: Alishan Khan

Tel.: (11) 3553-6518

Fax: (11) 3553-7156

Sítio: [www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)

## **Banco Votorantim S.A.**

Av. das Nações Unidas, n.º 14.171, Torre A, 18º andar

CEP 04794-000 – São Paulo, SP

At.: Roberto Roma

Tel.: (11) 5171-2612

Fax: (11) 5171-2656

Correio Eletrônico: [roberto.roma@bancovotorantim.com.br](mailto:roberto.roma@bancovotorantim.com.br)

Sítio: [www.bancovotorantim.com.br](http://www.bancovotorantim.com.br)

*Assessor Legal do Fundo e das Cedentes Renner*

O escritório Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga é responsável pela assessoria na estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

**Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga**

Dados de contato:

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo, SP

At.: Marina Procknor ou Bruno Mastriani Simões Tuca

Tel.: (11) 3147-7882 / 3147-2871

Fax: (11) 3147-7770

E-mail: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br) ou [btuca@mattosfilho.com.br](mailto:btuca@mattosfilho.com.br)

Sítio: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

*Assessor Legal do Coordenador Líder*

O escritório Galdino Coelho Mendes Carneiro Advogados é responsável pela assessoria ao Coordenador Líder na negociação e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

**Galdino Coelho Mendes Carneiro Advogados**

Dados de contato:

Avenida Paulista, n.º 1079, 2º andar

CEP 01311-200 - São Paulo, SP

At.: Srta. Cristina Biancastelli

Tel.: (11) 3041-1500

Fax: (11) 3041-1515

Sítio: [www.gcmc.com.br](http://www.gcmc.com.br)

Os prestadores de serviços acima foram contratados com base em sua respectiva experiência prévia em operações similares e considerável reputação no mercado, bem como nas propostas apresentadas.

**Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo, SP

Sítio: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2276-7435

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

Sítio: [www.cetip.com.br/](http://www.cetip.com.br/)

### **3. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## FATORES DE RISCO

*Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, inclusive, mas não se limitando, a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores, a riscos de mercado, a riscos de liquidez e/ou a riscos operacionais envolvendo o Fundo, que podem gerar perdas para o Fundo. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Agente Depositário, o Escriturador, as Instituições Participantes da Oferta, as Cedentes ou qualquer de suas respectivas afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.*

*Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir à Oferta, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e fundamentada a adequação (suitability) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.*

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais Investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto Definitivo e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento do Fundo e à composição da carteira, bem como os fatores de risco descritos a seguir.*

### **3.1 Riscos de Mercado**

#### *3.1.1 Risco de mercado:*

O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

### **3.2 Riscos de Crédito**

#### *3.2.1 Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo.*

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

### *3.2.2 Flutuação dos Ativos Financeiros.*

O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

### *3.2.3 Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes.*

Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

### *3.2.4 Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros.*

Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

### **3.3 Riscos de Liquidez**

#### *3.3.1 Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.*

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

#### *3.3.2 Liquidez relativa aos Direitos de Crédito.*

O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

#### *3.3.3 Riscos relacionados à Liquidez.*

O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 do Regulamento; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

#### *3.3.4 Público alvo restrito a Investidores Qualificados.*

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

#### *3.3.5 Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates.*

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate

das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

### *3.3.6 Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Sênior para efeitos de amortização e resgate.*

Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Sênior para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Sênior a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

## **3.4 Riscos Operacionais**

### *3.4.1 Falhas de procedimentos.*

Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

### *3.4.2 Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro.*

Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

### *3.4.3 Documentos Comprobatórios – Cobrança.*

Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrita no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner e a RACC deixem de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpram com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### *3.4.4 Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.*

Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

#### *3.4.5 Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança.*

Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinanciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

#### *3.4.6 Risco de sistemas e de operacionalização.*

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

### **3.5 Outros Riscos**

#### *3.5.1 Risco de descontinuidade.*

Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios

de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

### *3.5.2 Risco de liquidação antecipada do Fundo.*

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, conforme descritos na página 65 deste Prospecto Definitivo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Prospecto Definitivo e no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o *quorum* previsto na Cláusula 21 do Regulamento.

### *3.5.3 Riscos de origemção.*

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

### *3.5.4 Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito.*

Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 do Regulamento, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

### *3.5.5 Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner.*

Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos do Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência – versão 8.0 da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no website da CVM.

### *3.5.6 Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito.*

Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

### *3.5.7 Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros.*

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

### *3.5.8 Inexistência de garantia de rentabilidade.*

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

### *3.5.9 Inexistência de garantias.*

Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.

### *3.5.10 Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.*

A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (i) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (iii) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (iv) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada

ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

#### *3.5.11 Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.*

Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

#### *3.5.12 Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner.*

A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 do Regulamento, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

#### *3.5.13 Risco da cláusula mandato.*

Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

#### *3.5.14 Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas.*

Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

#### *3.5.15 Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.*

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (rating), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito



que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

#### *3.5.16 Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo.*

A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

#### *3.5.17 Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.*

Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

#### *3.5.18 Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito.*

O item 5.1.1 abaixo deste Prospecto Definitivo e a Cláusula 7 do Regulamento preveem que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III ao Regulamento. A Política de Concessão de Crédito dos Cedentes foi elaborada pelos Cedentes de acordo com suas práticas usuais e critérios observados em seu mercado de atuação, sendo certo que a observância da Política de Concessão de Crédito descrita no Anexo III do Regulamento não garante a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Clientes.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. As Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garanta que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tal como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

#### *3.5.19 Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros.*

Uma cessão de crédito pode ser questionada caso os requisitos legais mínimos para aperfeiçoamento deste negócio jurídico não tenham sido satisfeitos. Caso verifiquem-se falhas nos procedimentos de verificação das Condições de Cessão e Critérios de Exigibilidade, bem como de formalização legal das cessões de crédito do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios em operações de cessão que posteriormente poderão ser consideradas inválidas por terceiros interessados, o que poderá resultar em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

#### *3.5.20 Outros riscos.*

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

**4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II –  
FINANCEIRO E COMERCIAL**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

*Os termos e expressões utilizados nesta Seção do Prospecto Definitivo terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na Seção “Definições” na página 7 deste Prospecto Definitivo. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento e outras disposições relativas ao Fundo, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1 Denominação, forma, Base Legal e Prazo de Duração**

O Fundo, denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**, é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo tem prazo de duração de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

O Patrimônio Líquido do Fundo será representado por 2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas.

### **4.2 Público Alvo**

As Quotas Sênior serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

### **4.3 Administração**

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Iara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994.

Observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.

#### *4.3.1 Substituição da Administradora*

A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata o Regulamento.

Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral mencionada no parágrafo acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo a

Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.

A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o *quorum* de deliberação estabelecido no Regulamento.

Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá a Taxa de Administração, calculada nos termos do Regulamento e do item 4.23 deste Prospecto Definitivo.

#### *4.3.2 Procedimentos de verificação, pela Administradora, do cumprimento das obrigações da Gestora, do Custodiante e dos Agentes de Cobrança:*

a) Gestora:

- (i) monitora por intermédio da carteira diária do Fundo as operações realizadas pela Gestora; e
- (ii) acompanha o enquadramento em observância aos Critérios de Elegibilidade e limites dispostos no Regulamento e na legislação vigente, tomando as medidas necessárias junto à Gestora para o seu devido cumprimento.

b) Custodiante:

- (i) verifica se o Custodiante possui controles e mecanismos para a validação dos direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (ii) recebe do Custodiante, de forma eletrônica, relatórios mensais com informações referentes às disponibilidades, estoque, negócios realizados, comportamento da carteira, inadimplência, e demais informações pertinentes aos Direitos de Crédito mantidos na carteira do Fundo, que servirão de base para elaboração do respectivo relatório mensal a ser enviado para a CVM; e
- (iii) verifica a realização, pelo Custodiante, da liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação.

c) Agentes de Cobrança:

- (i) recebe, por meio eletrônico, de arquivo preparado pelos Agentes de Cobrança contendo os valores recebidos relativos aos Direitos de Crédito Inadimplidos recuperados, sempre que ocorrerem pagamentos pelos Clientes; e
- (ii) fiscalização do cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, das medidas estabelecidas nos procedimentos de cobrança previstos no Contrato de Cobrança.

#### **4.4 Gestora**

O Fundo contratou a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.375.134/0001-44, para prestar os serviços da gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e no Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e pelo Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos ativos financeiros.

A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.

Pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, a Administradora receberá a Taxa de Administração, calculada nos termos do Regulamento e do item 4.23 deste Prospecto Definitivo.

#### **4.5 Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas**

O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 para prestar ao Fundo os serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração das Quotas, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

O Custodiante será a instituição responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo às Agentes de Cobrança exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

O Custodiante poderá ser substituído de suas funções, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, neste Prospecto Definitivo e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, deste Prospecto Definitivo e dos demais instrumentos do qual seja parte, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.

#### **4.6 Agência de Classificação de Risco**

Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco.

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência de Classificação de Risco.

A Agência de Classificação de Risco poderá ser substituída, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Pela prestação dos serviços de avaliação de risco das Quotas Sênior, a Agência de Classificação de Risco receberá remuneração anual correspondente a R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais) a ser paga pelo Fundo.

#### **4.7 Auditor Independente do Fundo**

Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM.

O Auditor Independente poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Pela prestação dos serviços de avaliação e revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, o Auditor Independente receberá remuneração anual correspondente a R\$98.000,00 (noventa e oito mil reais) a ser paga pelo Fundo.

#### **4.8 Outros prestadores de serviços**

O Fundo conta, ainda, com os seguintes prestadores de serviço:

##### *4.8.1 Agentes de Cobrança*

O Fundo contratou a Lojas Renner e a RACC para serem as Agentes de Cobrança.

Sem prejuízo dos procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Cobrança, as Agentes de Cobrança serão responsáveis pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em estrita observância à Política de Cobrança.

As Agentes de Cobrança poderão ser destituídas do exercício de suas funções na hipótese de ocorrência de um Evento de Resilição (conforme definido no Contrato de Cobrança) mediante deliberação da Assembleia Geral, observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cobrança.

Em contraprestação aos serviços prestados ao Fundo, na qualidade de Agentes de Cobrança, a Lojas Renner e a RACC farão jus à remuneração anual no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais).

A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle dos Agentes de Cobrança para diligenciar o cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações nos termos do Regulamento e do Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Cobrança e neste Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

##### *4.8.2 Agente Depositário*

O Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, foi contratado para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências de Direitos de Crédito da Conta Vinculada Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.



#### **4.8.3     *Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios***

O Custodiante contratou a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 1.220, sala 101 e 102, Bairro São João, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31, para prestar os serviços de guarda dos Arquivos Redução Z, nos termos do Contrato de Depósito.

O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios com relação à movimentação dos Direitos de Crédito cedidos sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, de suas obrigações nos termos do Regulamento e do Contrato de Depósito. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Depósito e neste Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

#### **4.9        **Objetivo de Investimento****

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos (i) relativos às vendas a prazo autorizadas pelos Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes.

#### **4.10      **Política de investimento e composição da carteira****

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este parágrafo por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 do Regulamento.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo, realizar operações em mercados derivativos.

As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do FGC.

#### **4.11 Quotas**

As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.

##### *4.11.1 Quotas Sênior*

O Fundo emitirá até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).

Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento.

As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Prospecto Definitivo e no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (c) Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 do Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

##### *4.11.2 Quotas Subordinadas*

Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida no Regulamento, que serão integralizadas pelas Cedentes Renner.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Prospecto Definitivo e no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (d) Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação, na respectiva data de cálculo; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.17 do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas não se subordinam entre si, para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão calculado na forma do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.

As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

#### *4.11.3 Relação Mínima*

As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos do Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Prospecto Definitivo e no Regulamento, ser integralizadas por uma das Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que uma das Cedentes Renner integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses será caracterizada, para fins deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, como um Evento de Avaliação.

#### **4.12 Emissão, Integralização e Valor das Quotas**

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de TED, do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.

As Quotas Sênior do Fundo serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas exclusivamente por uma das Cedentes Renner.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelas Instituições Participantes da Oferta) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.

As Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou performance pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
- (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQST valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQST-1 valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, VQST-1 será igual ao Valor Unitário de Emissão da cada Quota Sênior;

VAET-1 valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAPT-1 valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DIT-1 Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então DIT-1 = 12,00; e

SpreadSn 1,08 (um inteiro e oito centésimos).

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item (xii) da Cláusula 20.1 do Regulamento, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item (i) da Cláusula 20.2 do Regulamento, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente a 2% (dois por cento) ao ano, com base em uma ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, *pro rata temporis*, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.

Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido no Regulamento, uma das Cedentes Renner subscreverá e integralizará novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.

A partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

#### 4.13 Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto na Cláusula 15 do Regulamento e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas no Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.

A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá nas Datas de Amortização, observado o disposto no item a seguir.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento e neste Prospecto Definitivo e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPST$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AMT$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento, seja (i) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 (sete) dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.

A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Prospecto Definitivo e no Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima mencionada acima.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso uma das Cedentes Renner não integralize Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos mencionados acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.

Para fins do disposto no item acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da amortização extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.

A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.

A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos;
- (ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral; e
- (iii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer alteração relevante na condição de crédito da Lojas Renner e/ou da RACC.

Para fins do previsto no item acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.

O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.

A amortização de que trata o item acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.

#### **4.14 Pagamento aos Quotistas**

Observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme disposto nas Cláusulas 14.7 e 14.11 do Regulamento, conforme o caso.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas no Regulamento, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### **4.15 Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.

Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo, serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.

#### **4.16 Negociação das Quotas**

As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II do Regulamento, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições do Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301, e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas à suitability e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.

Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

#### **4.17 Assembleia Geral**

As matérias de competência da Assembleia Geral, bem como o *quorum* de instalação e de aprovação das Assembleias Gerais para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula 22 do Regulamento.

#### **4.18 Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Suspensão**

##### *4.18.1 Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis meses), nos termos deste Prospecto Definitivo e do Regulamento;

- (ii) rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (iii) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (iv) inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
- (vi) caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 do Regulamento;
- (viii) em caso de solicitação de resilição dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) em caso de solicitação de resilição do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por uma das Cedentes Renner;
- (x) em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Prospecto Definitivo e no Regulamento;
- (xi) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xii) inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xiii) inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xiv) descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra as Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;
- (xv) na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;



- (xvi) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- (xvii) caso as Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III do Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 do Regulamento, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista acima, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.

Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Prospecto Definitivo e no Regulamento.

#### *4.18.2 Eventos de Liquidação*

Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o Regulamento;
- (ii) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer das Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer das Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer das Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer das Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer das Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer das Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- (iv) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (v) protesto de títulos contra qualquer das Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

- (vi) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer das Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensa por meio de medida judicial própria;
- (vii) em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- (viii) caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
- (ix) em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Caso a Assembleia Geral referida acima não chegue à conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.

Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

#### **4.19 Alocação de recursos para pagamento de despesas do Fundo**

Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 do Regulamento;
- (iv) formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 do Regulamento;
- (v) pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 do Regulamento; e
- (vi) pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 do Regulamento.

#### **4.20 Publicidade e Remessa de Documentos**

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Regulamento e na legislação vigente.

A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 do Regulamento e descrita acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

#### **4.21 Demonstrações Financeiras**

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

#### **4.22 Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar informações adicionais sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora no seguinte endereço:

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara,

CEP 06029-900 - Osasco, SP

At.: Sr. Natanael Correia de Melo Júnior

Tel.: 3684-9432

Fax: 3684-5645

Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); e-mail: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

#### **4.23 Taxa de Administração e demais Despesas e Encargos do Fundo**

A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, custódia e controladoria, observado o valor mínimo de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano; e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao ano.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M ou, na sua falta, pelo IPCA, disponibilizados pelo IBGE do ano anterior.

Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- (x) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.

As despesas não previstas no Regulamento e neste Prospecto Definitivo como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

#### **4.24 Regras de Tributação do Fundo**

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Definitivo e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, principalmente no que se refere à incidência do IOF e o IR. Podem existir algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo.

##### *4.24.1 Tributação aplicável aos Quotistas*

##### *Imposto sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”)*

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou de liquidação das Quotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Contudo, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### Imposto sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As operações de câmbio para ingressos e remessas de recursos conduzidas por Quotistas Qualificados, e vinculadas às aplicações no Fundo estão sujeitas atualmente ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base: (i) a residência dos Quotistas (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação, quais sejam, (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas, e (c) a amortização de Quotas.

##### *4.24.2 Quotistas do Fundo Residentes no Brasil*

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

2. Resgate das Quotas: No resgate/liquidação de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas serão tributados pelo Imposto de Renda de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois e meio por cento).

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira, às alíquotas regressivas descritas na hipótese de resgate/liquidação das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

##### *4.24.3 Quotistas do Fundo Residentes no Exterior*

Aos Quotistas Qualificados, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação”).

##### a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.
2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).
3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

#### b. Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

Os Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de (i) 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

#### *4.24.4 Tributação aplicável ao Fundo*

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia. Exceção é feita com relação às operações com derivativos, para as quais a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### Imposto de Renda

De acordo com a legislação atual, os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Outras Incidências:

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

#### **4.25 Mecanismos de reforço de crédito e outras garantias**

Além da Relação Mínima, o Fundo não conta com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Quotistas a título de amortização e/ou resgate de suas Quotas.

#### **4.26 Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance**

A administração do Fundo e da Carteira orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação e regulamentação vigentes.

A política de investimento adotada pelo Fundo e o nível desejável de exposição a risco são acompanhados pela Administradora, por meio de comitês internos, dos quais participam os principais executivos da Diretoria responsável pela administração de recursos de terceiros da Administradora.

Os comitês internos da Administradora traçam os parâmetros de atuação para os fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados, obedecendo a suas políticas de investimento e acompanhando suas respectivas exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiros e de capitais em geral e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Ademais, os riscos aos quais os fundos de investimento e as carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pela Administradora estão expostos e o cumprimento de suas respectivas políticas de investimento serão monitorados por uma área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão da Administradora, que utiliza um modelo de controle de risco de mercado visando estabelecer qual o nível máximo de exposição a risco dos fundos de investimento e/ou das carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados. A utilização desses mecanismos de controle de riscos, contudo, não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

A Administradora verifica a aderência dos fundos de investimento e das carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados, inclusive, mas não se limitando, quanto à respectiva política de investimento, às definições internas dos seus comitês, aos respectivos níveis de exposição à risco, a legislação e regulamentação aplicáveis, ao regulamento de cada fundo de investimento por ele administrado (conforme o caso) e o extrato emitido pela CVM. A referida verificação é realizada pela Administradora, que utiliza as posições de fechamento do dia anterior de acordo com a periodicidade, os limites, restrições e/ou vedações estabelecidos em cada fundo de investimento. Desta forma, as verificações de enquadramento das operações realizadas por cada fundo de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários por ele administrados contemplam os dados consolidados da carteira de títulos e valores mobiliários de cada fundo de investimento, de acordo com os critérios adotados internamente pela Administradora.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos descritos acima não elimina a possibilidade de ocorrência de perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### **4.27 Política de Exercício de Direito de Voto**

A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em Assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em Assembleias Gerais.



**5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

### 5.1 Direitos de Crédito

#### 5.1.1 Informações Gerais

Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo (i) os Direitos de Crédito que atendam a todos os Critérios de Elegibilidade; (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito; e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

Nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo os Direitos de Crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas a prazo autorizadas pelos Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora.

Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner: Nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão Renner, conforme alterados de tempos em tempos.

Convênio Vendor: Conforme mencionado no parágrafo acima, o Itaú Unibanco é a instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento com encargos das aquisições realizadas pelos Clientes de Produtos e/ou serviços oferecidos pela Lojas Renner, por meio da utilização do Cartão Renner. A concessão pelo Itaú Unibanco da linha de crédito para financiamento com encargos aos Clientes, para fins de aquisição pelos Clientes, de Produtos e/ou serviços oferecidos pela Lojas Renner, é regulado pelo “Convênio para Concessão de Financiamentos”, celebrado entre o Itaú Unibanco e a Lojas Renner.

Política de Concessão de Crédito: é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na origem e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento.

Nos termos dos Contratos de Cessão, a consumação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito ao Fundo é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes:

- (i) atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade;
- (ii) formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos da Cláusula 3 dos Contratos de Cessão, inclusive com o pagamento aos Cedentes do Preço de Aquisição; e
- (iii) inexistência de qualquer violação ou infração pela Administradora, pelos Cedentes ou pelo Custodiante às disposições deste Prospecto Definitivo, dos Contratos de Cessão, do Regulamento e das demais normas aplicáveis.

#### 5.1.2 Informações descritivas das características relevantes dos Direitos de Crédito

##### *Taxas de Juros*

Conforme disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, os Direitos de Crédito são parcelas de financiamentos, através de abertura de crediário sem encargos ou concessão de financiamento com encargos,

conforme o caso, de aquisições de Produtos realizadas pelos Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, sendo que tais financiamentos são concedidos pelas Cedentes Renner diretamente aos seus Clientes, através da concessão de crédito para a compra a prazo, ou seja, abertura de crediário, e pelo Itaú Unibanco aos Clientes, através da concessão de financiamentos com encargos, e de financiamentos concedidos para refinar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em mora.

Nesse sentido:

- (i) os crediários são concedidos sem encargos, ou seja, sem incidência de juros;
- (ii) a concessão de financiamentos com encargos mencionada no parágrafo acima, é realizada mediante a aplicação de taxa de juros compostos em percentual correspondente a 6,90% (seis inteiros e noventa centésimos por cento) ao mês; e
- (iii) a concessão de financiamentos para refinar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em mora mencionada no parágrafo acima, é realizada mediante a aplicação de taxa de juros compostos em percentual correspondente a até 17,70% (dezessete inteiros e setenta centésimos) ao mês.

Ademais, vale informar que (i) o Fundo pode adquirir Direitos de Crédito de titularidade dos Cedentes a qualquer momento durante o seu prazo de duração, o que caracteriza o Fundo como um fundo de investimento revolvendo, e (ii) a carteira de Direitos de Crédito que eventualmente poderá ser cedida ao Fundo é altamente pulverizada. Dessa forma, na data deste Prospecto Definitivo, não é possível determinar certas informações relativas aos Direitos de Crédito, tais como número de Direitos de Crédito a serem cedidos e valor total, prazos de vencimento dos Direitos de Crédito e períodos de amortização.

#### *5.1.3 Níveis de Concentração dos Direitos de Crédito*

Conforme disposto no inciso (ii) do subitem 5.4.1, na página 79 deste Prospecto Definitivo, os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que representem no máximo R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Observado o disposto no Regulamento, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Ademais, vale informar que (i) o Fundo pode adquirir Direitos de Crédito de titularidade das Cedentes a qualquer momento durante o seu prazo de duração, o que caracteriza o Fundo como um fundo de investimento revolvendo, e (ii) a carteira de Direitos de Crédito que eventualmente poderá ser cedida ao Fundo é altamente pulverizada. Dessa forma, na data deste Prospecto Definitivo, não era possível determinar a concentração dos Direitos de Crédito, por devedor, em relação ao valor total dos Direitos de Crédito que poderiam servir de lastro para as Quotas Sênior objeto da Oferta.

### **5.2 Características homogêneas dos Devedores dos Direitos de Crédito**

As principais características dos Clientes, em linhas gerais, são:

- (i) 73,7% (setenta e três inteiros e sete décimos por cento) dos Clientes são do sexo feminino;
- (ii) 47,3% (quarenta e sete inteiros e três décimos por cento) dos Clientes são solteiros;
- (iii) 27,3% (vinte e sete inteiros e três décimos por cento) dos Clientes tem idade entre 26 (vinte e seis) e 35 (trinta e cinco) anos; e
- (iv) 42,6% (quarenta e dois inteiros e seis décimos por cento) dos Clientes tem ensino médio.

### 5.3 Política de Cadastro e Concessão de Crédito

#### Pré-requisitos para a solicitações de crédito

Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o CPF; e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.

#### Análise de Crédito

Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.

Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.

O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.

#### Proposta Recusada

Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.

#### Reavaliação do Crédito

Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.

### 5.4 Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

#### *5.4.1 Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito*

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos;
- (ii) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- (iii) não obstante a limitação mencionada no item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- (iv) os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

- (v) (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vi) os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (vii) cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.

A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos Cedentes por meio do Arquivo Eletrônico de Cessão, os quais serão arquivados pelo Custodiante.

Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de notificação da Administradora informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que as Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.

Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação quanto ao atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.

## **5.5 Procedimentos de oferta de Direitos de Crédito e formalização da cessão**

Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:

- (i) os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;

- (ii) os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;
- (iii) os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e
- (iv) os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.

O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelas Cedentes Renner, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.

Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão, nos respectivos Termos de Cessão e no Regulamento.

Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV do Regulamento.

As Cedentes Renner deverão recomprar os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, cujo pagamento esteja em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.

## 5.6 Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito

Pela aquisição dos Direitos de Crédito Renner, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará às Cedentes Renner, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o Preço de Aquisição apurado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PA_i = \frac{VN_i}{FatorAquisição_i}$$

onde,

$PA_i$  = Preço de Aquisição do Direito de Crédito "i";

$VN_i$  = valor nominal do Direito de Crédito "i" ;

$FatorAquisição_i$  = fator de aquisição, calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorAquisição_i = (1 + TC_i)^{\frac{DC_i}{360}}$$

onde,

$TC_i$  = taxa de cessão do Direito de Crédito "i", expressa na forma percentual, base anual de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos com 4 (quatro) casas decimais e arredondamento.

DC<sub>i</sub> = número de dias corridos entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito "i", exclusive.

#### *5.6.1 Taxa de Cessão na Aquisição de Direitos de Crédito*

A taxa de cessão corresponderá a 122,7063% ao ano, podendo variar entre 77,5439% e 149,0332% ao ano, para os Direitos de Crédito Cedentes Renner, a qual será fixada em cada Termo de Cessão levando-se em consideração, dentre outros fatores, a taxa básica de juros, a situação macroeconômica e possível determinação regulatória por parte do governo federal ou do BACEN.

Não obstante o disposto acima, a taxa de cessão corresponderá (i) a 122,7063% ao ano, podendo variar entre 77,5439% e 149,0332% ao ano, para os Direitos de Crédito decorrentes da concessão de financiamentos com encargos, e (ii) a 606,8342% ao ano, podendo variar entre 475,4403% e 682,3636% ao ano, para os Direitos de Crédito Itaú decorrentes dos Refinanciamentos, as quais serão fixadas em cada Termo de Cessão levando-se em consideração, dentre outros fatores, a taxa básica de juros, a situação macroeconômica e a possível determinação regulatória por parte do governo federal ou do BACEN.

A redução da taxa de cessão estabelecida acima depende de prévia e expressa aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. A Administradora se compromete a convocar uma Assembleia Geral para deliberar acerca da redução da taxa de cessão, caso a redução da taxa de cessão venha a ser solicitada por qualquer das Partes.

### **5.7 Hipóteses de resolução da cessão dos Direitos de Crédito**

Sem prejuízo do disposto nos Contratos de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação aos Cedentes e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) caso os Direitos de Crédito cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não tenha sido efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de:
  - a. rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento pelos Cedentes das suas obrigações em relação aos Direitos de Crédito; ou
  - b. apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade dos Cedentes.
- (ii) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem comprovadamente titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo;
- (iii) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelos Cedentes, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito não possui origem legal ou é/está indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;
- (iv) caso qualquer Direito de Crédito Itaú não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento, pelas Cedentes Renner, de suas obrigações por comprovado dolo ou culpa das Cedentes Renner;
- (v) caso ocorra o cancelamento, pelos Cedentes, da venda ou refinanciamento que originou determinado Direito de Crédito; ou



- (vi) a cessão de Direitos de Crédito poderá ser invalidada, tornada ineficaz ou ter a sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas pelos Cedentes.

Sem prejuízo da resolução da cessão, os Cedentes deverão notificar o Fundo e o Custodiante, por meio de arquivo eletrônico, sobre a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Cedente ou as Cedentes Renner, conforme o caso, tomar conhecimento da Condição Resolutiva da Cessão. O arquivo eletrônico deve conter a lista dos Direitos de Crédito afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, cuja cessão será resolvida nos termos deste item. Os recursos de que trata o item abaixo deverão ser transferidos ao Fundo na mesma data do envio do arquivo eletrônico de que trata este item, por meio de depósito, Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro mecanismo de transferência equivalente.

Independentemente do envio da comunicação referida no item acima, os Cedentes estarão obrigados a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente após a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o montante correspondente ao Preço de Aquisição do Direito de Crédito cedido ao Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato, atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do Preço de Aquisição *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos. Nesse caso, os Cedentes sub-rogar-se-ão, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Prospecto Definitivo ou dos Contratos de Cessão.

Para os efeitos deste item, os Cedentes deverão transferir os recursos líquidos devidos de acordo com os itens acima para a Conta do Fundo até o integral pagamento do montante devido.

## **5.8 Procedimentos de Cobrança**

### **1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:**

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelas Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

#### **- Cobrança Interna**

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias), sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

#### **- Cobrança Externa**

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

#### **- Renegociações**

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério das Agentes de Cobrança nos encargos devidos.

## 5.9 Hipóteses de substituição dos Direitos de Crédito

Desde que as operações de cessão ao Fundo sejam formalizadas nos termos dos Contratos de Cessão e desta Seção 5, observadas as hipóteses previstas no subitem 5.2 acima, os Cedentes não poderão acrescentar, remover ou substituir quaisquer Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser recomprados de acordo com o disposto no Regulamento e nos Contratos de Cessão.

## 5.10 Informações estatísticas sobre os Direitos de Crédito

As tabelas abaixo apresentam os índices de inadimplemento, perda e/ou pré-pagamento de direitos de crédito similares aos Direitos de Crédito que poderão compor a carteira de investimentos do Fundo, conforme apresentados pela KPMG no Relatório dos Direitos de Crédito da KPMG constante deste Prospecto no Anexo IX.

### 5.10.1 Performance de Pré-Pagamento por safra de origemação em 31/10/2013 – créditos “com encargos”

Período	Contratos cancelados	Parcelas a vencer	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas no vencimento
jan/10	793.398	-	66.541	78.034	124.346	196.510	346.371	820.314	1.449.668	5.028.897	894.708
fev/10	724.682	-	73.897	80.756	126.038	202.336	356.647	871.067	1.537.695	5.430.176	916.932
mar/10	1.147.838	-	98.571	106.405	170.104	273.928	470.979	1.151.297	2.172.009	7.115.166	1.313.833
abr/10	1.481.855	-	112.144	121.484	194.537	313.815	551.702	1.351.019	2.461.019	9.271.068	1.736.248
mai/10	2.187.531	-	135.532	147.153	232.770	377.162	656.985	1.725.114	3.060.248	10.814.232	2.074.663
jun/10	2.051.797	-	129.832	135.908	211.163	350.588	687.801	1.635.311	2.853.704	10.074.498	1.916.437
jul/10	1.729.480	-	133.880	141.720	217.913	370.213	661.199	1.552.937	2.721.124	8.587.730	1.572.786
ago/10	1.592.852	-	127.125	141.791	225.298	366.547	611.126	1.464.970	2.564.639	8.304.410	1.630.249
set/10	1.425.907	-	120.452	141.436	220.013	330.935	580.675	1.383.633	2.388.643	7.915.673	1.513.669
out/10	1.504.153	-	148.259	140.985	243.532	356.973	605.614	1.519.528	2.754.511	8.812.338	1.665.786
nov/10	2.316.455	-	239.567	190.431	267.956	432.857	742.131	2.057.893	2.914.825	9.084.173	1.662.953
dez/10	4.089.705	-	323.346	263.800	414.119	645.684	1.156.082	3.275.172	5.274.642	17.376.313	3.386.115
jan/11	847.110	-	94.116	102.519	153.927	235.668	402.723	924.136	1.691.045	5.718.195	1.023.027
fev/11	950.483	-	123.714	116.244	175.184	274.971	470.182	1.069.887	1.981.463	6.684.626	1.071.250
mar/11	1.420.521	-	153.225	146.135	218.819	342.914	552.404	1.351.313	2.610.985	8.487.914	1.548.922
abr/11	1.507.147	-	145.679	140.386	207.641	319.618	549.174	1.307.816	2.535.281	9.011.630	1.770.695
mai/11	2.186.294	-	178.188	171.736	264.162	408.032	682.616	1.783.260	3.268.536	11.124.730	2.214.915
jun/11	1.919.014	-	158.005	155.402	235.478	373.780	702.648	1.738.666	2.920.503	11.267.919	2.172.915
jul/11	1.399.214	-	138.620	133.023	201.427	345.246	617.444	1.433.165	2.576.592	8.428.395	1.636.062
ago/11	1.257.050	-	126.870	130.837	214.341	350.075	570.824	1.400.435	2.467.795	8.288.141	1.501.956
set/11	1.205.900	282	121.836	135.485	209.278	313.052	540.994	1.290.661	2.323.352	7.882.974	1.517.905
out/11	1.433.649	-	151.306	158.043	234.730	355.037	692.339	1.525.593	2.848.080	9.049.561	1.779.256
nov/11	2.904.521	6	293.419	215.737	302.333	471.329	810.025	2.329.610	3.297.168	9.929.301	1.928.553
dez/11	3.969.365	-	328.205	267.417	413.137	623.212	1.159.640	3.292.729	5.349.240	17.977.629	3.412.291
jan/12	918.670	-	125.734	118.057	153.769	264.672	450.978	1.028.256	1.921.888	6.148.138	1.129.484
fev/12	1.017.844	-	143.088	133.965	198.149	303.932	507.963	1.149.881	2.016.131	7.331.330	1.256.444
mar/12	1.684.307	-	214.600	192.380	282.098	430.818	673.918	1.661.933	3.220.685	9.643.314	1.849.582
abr/12	1.971.794	186	234.495	205.721	297.105	440.177	754.316	1.700.633	3.386.910	10.761.660	2.035.765
mai/12	2.381.638	-	275.487	240.502	354.396	540.298	850.022	2.178.872	3.781.427	13.508.696	2.811.545
jun/12	1.975.389	230	269.444	231.408	337.439	517.085	911.804	2.126.522	3.644.944	12.762.467	2.419.728
jul/12	1.505.950	-	215.503	188.197	277.068	443.854	790.480	1.789.269	3.133.881	9.991.607	1.856.470
ago/12	1.598.300	-	225.709	206.596	307.402	478.014	752.527	1.879.376	3.374.519	10.330.243	1.917.952
set/12	1.562.927	119	205.008	199.528	295.056	432.986	741.736	1.718.718	3.122.979	9.879.876	1.894.374
out/12	1.628.436	-	238.818	176.231	306.049	482.424	736.662	1.925.405	3.553.565	10.767.153	2.007.426
nov/12	3.252.410	56	463.770	313.203	408.721	701.301	1.106.309	3.012.420	4.068.067	12.364.118	2.336.794
dez/12	5.084.952	39	614.101	398.001	616.650	936.740	1.672.492	4.602.636	6.755.586	21.302.046	4.120.742
jan/13	1.087.972	-	170.851	178.282	253.435	369.382	607.198	1.328.880	2.398.995	7.473.080	1.328.544
fev/13	1.165.185	26	225.958	185.162	262.321	391.858	638.511	1.410.105	2.619.895	8.621.353	1.347.129
mar/13	1.934.220	3.766.669	301.298	254.366	357.121	537.013	800.830	2.002.531	3.765.197	10.943.291	1.972.480
abr/13	2.075.131	11.028.641	320.036	265.870	373.198	554.340	917.470	1.873.932	3.387.637	10.394.903	1.947.859
mai/13	2.495.408	21.618.275	355.149	293.585	424.300	630.009	879.138	1.936.945	3.308.050	10.405.462	2.092.127
jun/13	2.081.412	27.106.131	284.561	248.133	358.941	503.847	734.154	1.407.313	2.394.572	7.822.844	1.702.621
jul/13	1.847.539	34.104.435	281.763	243.300	323.601	407.248	580.610	1.100.723	1.975.224	5.615.347	1.132.621
ago/13	1.945.706	43.072.629	266.692	226.039	264.278	321.246	389.164	928.911	1.533.557	4.172.625	813.051
set/13	1.710.194	46.545.028	220.678	147.537	168.833	193.246	275.414	484.299	809.384	2.231.669	391.120
out/13	1.451.222	62.160.708	143.135	31.041	135.940	95.794	61.447	192.016	326.559	303.496	12.701
Total	84.422.507	249.401.457	9.518.910	8.239.616	12.294.115	18.608.747	30.693.269	75.695.101	130.325.396	424.400.409	79.804.164

Conforme o fator de risco “Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos de Crédito” constante na página 84 deste Prospecto Definitivo, os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e consequentemente afetar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.

### 5.10.2 Performance de Inadimplência por safra de origemação em 31/10/2013 – créditos “com encargos”

Parcelas liquidadas com atraso de 1 a 3 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 4 a 7 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 8 a 15 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 180 a 360 dias
2.074.189	2.116.466	3.046.918	3.905.658	2.735.117	602.019	236.273	132.833	99.210	1.012.778
2.050.147	2.000.351	3.025.348	3.900.606	2.754.040	590.883	229.516	115.642	79.028	995.285
3.092.443	3.156.341	4.405.534	5.327.004	3.780.183	768.330	277.443	136.898	95.689	1.242.727
3.600.574	3.566.622	5.213.555	6.494.556	4.569.152	920.958	336.431	160.678	112.426	1.476.977
4.692.766	4.478.419	6.376.618	7.888.783	5.659.782	1.142.551	403.206	194.406	143.719	1.992.417
4.120.069	4.005.257	5.591.039	7.051.451	5.182.680	1.070.376	406.735	197.447	128.917	1.908.700
3.713.550	3.571.077	5.093.235	6.226.482	4.667.255	996.937	380.702	180.405	112.968	1.759.920
3.687.298	3.625.932	5.004.060	6.113.321	4.567.870	1.002.911	364.984	171.661	107.447	1.839.473
3.252.679	3.138.903	4.613.633	5.688.797	4.033.767	870.642	318.001	150.985	94.015	1.765.675
3.837.531	3.741.236	5.267.442	6.454.241	4.421.048	961.380	345.523	158.307	115.436	2.031.109
3.596.291	3.503.611	5.286.389	6.619.073	4.428.060	1.014.703	392.342	217.989	163.994	2.503.319
7.449.091	7.327.402	11.314.203	14.984.953	10.179.841	2.482.167	1.004.290	574.105	426.579	6.489.262
2.290.986	2.297.977	3.421.902	4.258.368	2.762.897	652.533	255.365	139.162	103.922	1.552.452
2.307.532	2.341.378	3.681.172	4.654.337	2.860.478	652.819	255.047	152.314	122.784	1.644.580
3.585.515	3.580.142	5.212.165	6.345.483	3.810.553	860.029	350.848	214.543	185.114	2.103.393
3.722.841	3.639.962	5.234.346	6.409.549	3.827.572	853.354	360.612	239.338	204.369	1.996.679
4.947.827	4.709.488	6.695.079	8.172.157	5.017.527	1.100.986	505.825	358.313	312.402	2.577.745
4.636.398	4.459.149	6.318.327	7.886.259	4.919.454	1.172.757	554.977	399.920	334.723	2.635.351
3.827.711	3.601.857	5.155.529	6.175.926	3.970.276	996.722	487.396	342.787	275.525	2.087.213
3.545.784	3.446.267	4.822.189	5.878.245	3.673.356	918.852	463.917	337.524	270.258	1.980.562
3.183.878	3.134.619	4.609.065	5.476.145	3.319.786	802.567	415.577	315.118	257.071	1.653.876
3.897.985	3.757.676	5.340.950	6.266.501	3.814.555	958.570	530.544	396.980	318.872	1.824.843
4.153.584	3.934.021	5.766.920	7.024.742	4.514.145	1.207.634	705.235	526.041	423.623	2.301.528
7.777.017	7.453.423	11.393.211	14.176.060	9.508.650	2.620.896	1.489.031	1.122.764	897.015	4.750.735
2.606.950	2.523.854	3.729.755	4.294.853	2.782.585	737.548	415.684	302.393	241.702	1.228.956
2.647.270	2.541.279	3.830.810	4.747.675	3.009.480	805.408	432.884	324.554	259.122	1.236.780
4.213.541	4.053.171	5.851.229	6.710.554	4.507.661	1.129.566	580.308	417.902	341.714	1.554.335
4.449.534	4.224.724	6.214.056	7.254.314	4.893.498	1.216.280	631.271	453.553	361.250	1.509.938
5.787.127	5.444.933	7.519.994	9.151.969	6.384.661	1.648.353	865.095	605.635	481.978	1.797.765
5.146.818	4.858.542	6.955.889	8.436.781	6.000.186	1.598.909	832.790	600.801	474.841	1.509.640
4.257.511	3.932.412	5.604.843	6.817.969	4.934.996	1.347.443	713.274	497.114	376.135	1.013.647
4.406.277	4.307.738	5.899.633	7.000.179	5.017.079	1.399.158	689.802	510.745	405.254	821.722
4.006.270	3.788.907	5.576.409	6.618.635	4.794.025	1.296.328	680.426	493.011	376.830	602.032
4.659.638	4.473.512	6.178.283	7.219.522	5.104.163	1.399.846	743.223	498.836	327.732	430.460
4.761.913	4.545.044	6.763.941	8.201.601	5.986.550	1.690.399	799.710	454.407	254.593	252.491
8.908.786	8.327.574	12.644.766	15.850.490	11.660.718	3.218.400	1.494.996	781.111	407.328	333.189
2.976.673	2.951.034	4.239.734	5.020.191	3.479.878	890.954	396.236	177.337	86.025	67.182
2.863.482	2.755.298	4.102.978	4.914.965	3.212.194	775.502	301.963	126.257	57.229	25.035
4.397.346	4.154.265	5.752.051	6.302.114	4.103.497	913.853	325.240	119.421	35.518	7.504
4.073.268	3.707.165	5.141.499	5.535.045	3.501.919	714.535	220.746	59.861	11.762	39
4.197.603	3.806.549	5.004.009	5.467.388	3.319.734	627.306	147.961	24.151	269	-
2.928.483	2.622.188	3.440.294	3.710.735	2.127.286	335.072	49.332	249	-	-
2.374.272	2.048.748	2.542.850	2.508.175	1.273.531	131.141	148	-	-	-
1.721.137	1.382.465	1.608.872	1.523.252	517.493	349	-	-	-	-
719.493	579.995	527.237	265.849	31	31	-	-	-	-
177	72	494	136	101	-	-	-	-	-
175.147.267	167.617.047	241.018.455	290.911.086	195.589.309	47.097.956	21.390.911	13.383.139	9.884.390	64.493.312

### 5.10.3 Performance de Pré-Pagamento por safra de origemação em 31/10/2013 – créditos “sem encargos”

Anexo VIII - Performance por safra de originação em 31/10/2013 - "Sem Encargos"											
Período	Contratos cancelados	Parcelas a vencer	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas no vencimento
jan/10	316.830	-	1	117	36.605	115.578	316.321	1.269.530	4.256.304	18.727.640	3.896.071
fev/10	289.780	-	1	2.245	40.125	121.923	352.341	1.376.585	4.434.238	19.730.886	3.802.817
mar/10	445.064	80	1	3.314	54.692	169.564	462.800	1.793.638	5.989.212	25.080.293	5.450.575
abr/10	543.169	-	4	5.727	76.533	208.065	576.924	2.184.912	6.651.733	31.418.907	6.817.549
mai/10	645.030	-	0	5.830	81.472	244.886	646.214	2.491.540	7.821.516	35.314.373	8.121.631
jun/10	561.544	-	58	5.506	75.484	228.207	632.912	2.383.679	6.856.986	34.244.067	7.368.058
jul/10	508.223	-	809	4.702	66.217	201.629	567.299	2.197.763	7.269.598	30.228.039	6.606.272
ago/10	497.076	-	1	2.991	66.051	192.024	543.576	2.329.029	7.022.498	29.712.884	6.561.116
set/10	456.962	-	2	4.553	57.214	178.337	586.103	2.317.145	6.561.123	27.804.994	5.929.257
out/10	515.380	-	237	287	59.641	224.801	638.994	2.604.106	7.833.914	30.624.230	6.444.113
nov/10	754.296	-	764	32.340	122.934	321.323	940.297	4.830.482	8.603.969	31.019.573	6.567.147
dez/10	1.081.146	87	2.543	47.811	191.677	522.623	1.402.865	7.449.222	15.372.569	56.298.522	12.224.251
jan/11	260.203	-	1.199	832	40.328	133.181	372.178	1.438.594	4.998.098	20.926.732	4.302.109
fev/11	269.253	-	1.319	2.886	49.424	151.741	423.830	1.647.300	5.615.190	23.128.538	4.261.705
mar/11	422.554	-	1.951	5.693	66.446	198.755	538.969	2.133.455	7.432.059	29.629.307	6.225.274
abr/11	448.316	-	1.576	9.715	75.640	215.158	600.782	2.311.873	7.437.824	32.465.127	7.374.631
mai/11	524.378	-	1.229	7.115	95.822	279.630	726.333	2.738.243	9.068.095	39.036.648	9.179.990
jun/11	518.955	32	2.220	8.692	94.506	267.965	720.403	2.729.985	8.249.846	40.080.846	8.743.425
jul/11	421.462	-	2.603	5.633	74.860	221.774	608.871	2.387.586	8.034.826	33.580.192	7.437.902
ago/11	415.471	-	1.500	3.768	60.146	190.038	549.510	2.447.507	7.589.699	31.389.929	6.600.041
set/11	372.682	-	1.684	5.328	59.570	191.741	610.723	2.462.469	7.371.111	30.158.132	6.290.783
out/11	446.959	207	1.332	3.299	71.391	252.365	700.664	2.935.037	9.156.268	34.706.894	7.281.337
nov/11	876.912	-	5.460	55.376	183.711	432.698	1.191.679	6.441.077	10.901.594	36.340.014	7.653.349
dez/11	1.091.206	-	4.092	51.009	210.681	554.009	1.527.444	8.089.057	17.034.703	63.102.707	13.301.088
jan/12	287.321	-	2.313	3.570	49.116	154.718	420.870	1.685.197	6.086.994	24.082.934	4.857.750
fev/12	277.501	38	2.032	5.183	56.300	159.906	455.778	1.771.615	5.773.541	25.827.153	5.214.685
mar/12	387.818	-	2.724	6.943	72.981	216.827	583.047	2.327.330	8.643.861	32.535.617	7.231.734
abr/12	441.333	86	3.791	6.013	79.801	233.116	661.929	2.535.018	8.895.134	35.356.354	7.871.614
mai/12	523.511	-	3.495	8.709	98.283	291.605	781.729	3.006.193	9.752.801	43.711.011	9.968.843
jun/12	491.863	-	3.975	11.002	100.708	281.414	762.400	2.968.095	9.481.172	42.572.951	9.156.170
jul/12	432.089	147	18.049	17.832	97.025	259.784	701.948	2.690.555	9.030.171	37.086.723	8.013.780
ago/12	451.352	-	34.243	26.276	106.873	281.905	750.395	3.109.218	9.772.337	38.659.905	8.122.573
set/12	410.220	1.064	30.734	27.603	99.577	257.755	781.983	3.120.402	9.375.826	36.424.497	7.732.532
out/12	439.778	-	30.753	22.071	95.954	307.772	847.671	3.450.704	10.068.759	39.303.276	8.156.912
nov/12	760.132	43.821	45.226	79.262	213.632	500.841	1.411.089	7.507.862	12.568.544	43.059.438	9.228.944
dez/12	1.118.098	716.595	73.040	110.769	306.466	763.181	2.046.985	11.365.399	20.405.834	70.871.574	15.362.682
jan/13	304.849	336.948	23.096	16.226	71.777	192.812	514.883	1.957.486	6.944.575	26.978.146	5.582.821
fev/13	308.688	386.157	20.513	18.539	85.013	210.210	525.820	2.144.202	7.462.628	28.039.626	5.595.627
mar/13	467.607	1.521.580	32.027	27.667	115.321	291.210	740.938	2.877.027	10.611.768	38.272.027	8.094.670
abr/13	501.533	2.228.318	33.835	27.593	118.719	296.444	786.157	3.030.631	10.647.708	40.438.956	8.716.847
mai/13	593.670	3.548.850	36.921	29.568	125.699	343.224	902.325	3.464.030	11.965.063	46.974.441	10.516.568
jun/13	520.963	20.006.063	38.469	26.752	115.630	309.609	843.350	3.252.629	10.328.763	40.694.463	8.290.505
jul/13	520.185	40.698.878	29.544	18.336	95.999	280.198	775.640	2.683.055	9.006.924	31.621.194	6.935.769
ago/13	528.440	70.536.485	28.676	14.658	94.756	259.569	612.761	2.054.837	7.101.427	28.474.598	5.158.020
set/13	440.295	97.119.994	13.838	8.113	76.798	241.996	541.996	1.176.961	4.100.017	13.623.916	2.570.180
out/13	410.013	154.377.225	6.140	2.840	29.969	141.786	311.856	1.181.862	3.951.856	17.815.362	1.781.856
Total	23.370.090	391.811.643	546.256	786.270	4.320.904	11.913.932	32.603.983	139.466.269	392.076.817	1.547.532.574	330.452.481

Conforme o fator de risco “Riscos Relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito” constante na página 86 deste Prospecto Definitivo, os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado aos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

#### 5.10.4 Performance de Inadimplência por safra de origemação de 10/01/2010 a 31/10/2013 – créditos “sem encargos”

Parcelas liquidadas com atraso de 1 a 3 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 4 a 7 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 8 a 15 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 180 a 360 dias
7.864.724	7.724.939	9.968.188	11.124.397	6.297.739	1.067.759	345.571	168.777	125.514	1.128.031
7.547.381	6.914.676	9.564.332	10.654.154	5.997.962	969.282	318.582	155.194	106.694	1.103.230
11.442.024	10.844.361	13.493.044	14.296.147	7.979.662	1.251.715	412.426	163.709	108.305	1.292.238
12.702.846	11.576.566	15.099.896	16.514.386	9.210.545	1.471.241	478.775	182.957	117.747	1.533.828
15.873.265	14.231.150	17.999.472	19.879.679	11.534.682	1.805.432	569.088	224.642	155.495	1.864.017
14.364.690	12.940.511	16.402.999	18.204.172	10.477.227	1.656.772	521.219	216.068	139.401	1.723.424
13.403.880	12.194.547	15.368.644	16.268.942	9.517.682	1.508.238	476.176	185.911	121.066	1.506.710
13.222.423	12.106.994	14.905.477	15.668.553	9.249.761	1.482.285	464.394	185.862	113.929	1.540.779
11.319.455	10.443.833	13.266.493	14.125.032	8.028.503	1.240.285	396.844	165.297	98.982	1.447.397
13.238.644	12.204.614	15.344.846	15.969.410	8.947.326	1.453.704	494.694	205.657	128.783	1.803.152
12.454.889	11.208.752	15.052.677	16.178.180	9.540.816	1.751.784	577.271	244.817	137.284	2.549.098
24.441.795	22.397.803	31.610.627	36.915.187	22.397.814	4.452.439	1.476.212	610.090	368.149	7.406.470
8.556.310	8.244.397	10.754.922	11.844.825	6.683.407	1.203.085	376.175	151.113	98.184	1.774.595
8.210.256	7.993.665	11.127.040	12.156.594	6.110.273	1.097.589	329.026	151.323	125.761	1.771.402
12.926.889	11.866.768	15.421.659	16.409.795	8.198.725	1.406.030	438.427	248.124	197.120	2.312.376
13.670.796	12.503.467	15.997.485	17.018.238	8.493.872	1.563.451	527.372	303.241	250.000	2.527.233
17.804.375	15.826.615	20.144.495	21.892.230	11.177.469	2.043.444	716.012	431.912	340.911	3.118.891
16.960.990	14.993.025	19.387.370	21.655.920	11.101.898	2.089.418	777.011	473.119	353.873	3.070.093
15.184.744	13.642.375	17.483.391	18.100.895	9.536.787	1.787.830	679.549	398.405	308.936	2.523.168
13.999.370	12.682.984	16.054.485	16.595.209	8.424.299	1.491.229	549.773	343.169	296.001	2.243.178
12.288.596	11.200.027	14.873.392	14.949.966	7.080.261	1.170.708	466.959	344.617	294.116	1.894.721
14.882.254	13.419.201	17.230.347	17.020.756	7.895.270	1.398.011	617.186	459.836	371.946	2.225.654
15.019.681	13.318.500	17.762.877	18.754.970	10.065.735	2.048.085	1.005.511	763.668	598.725	3.282.179
27.687.960	24.754.068	35.941.356	38.790.868	21.919.825	4.717.535	2.395.803	1.735.869	1.394.233	7.382.300
10.317.850	9.605.064	12.445.456	12.676.788	6.679.924	1.309.319	617.564	432.362	343.266	1.819.636
9.694.607	8.869.806	11.822.767	12.445.974	6.240.309	1.169.398	528.709	381.702	319.382	1.615.752
14.646.129	13.121.676	16.841.153	16.299.917	8.496.267	1.523.523	675.559	464.204	374.506	1.893.542
15.054.992	13.485.792	17.526.875	17.445.797	9.358.651	1.745.275	746.696	508.908	409.845	1.856.861
19.316.896	16.781.950	20.944.042	22.097.767	12.472.315	2.362.911	1.000.254	680.052	542.807	2.285.646
17.530.402	15.246.726	19.668.316	21.131.543	11.935.882	2.319.061	1.000.524	682.500	510.243	2.048.862
15.949.057	13.802.522	17.494.271	18.710.218	10.636.717	2.099.329	904.514	579.925	442.547	1.633.165
16.924.461	14.965.162	18.534.959	19.028.999	10.958.070	2.197.961	876.390	563.756	448.616	1.421.750
14.712.957	13.103.546	17.019.807	17.475.415	9.956.245	1.920.097	795.075	532.454	422.430	1.102.096
16.748.234	15.545.100	18.905.367	18.820.926	10.631.422	2.029.400	894.741	612.549	475.740	1.010.882
16.437.063	14.647.567	19.706.064	20.365.950	12.427.916	2.649.651	1.241.891	816.493	602.767	763.966
29.897.765	26.392.865	37.066.858	41.418.306	25.959.031	5.895.677	2.916.240	1.887.521	1.212.630	1.154.339
11.103.674	10.381.861	13.306.689	13.789.383	8.059.419	1.657.292	754.285	460.402	285.672	246.661
9.615.343	8.899.531	12.258.820	13.199.215	7.361.568	1.514.610	646.549	345.849	187.884	102.140
15.971.714	14.128.481	18.277.555	18.379.558	10.689.220	2.018.650	722.375	326.445	131.447	34.563
16.538.024	14.406.096	18.786.001	18.836.147	10.348.338	1.737.568	536.717	165.367	33.008	793
19.727.347	16.890.134	20.814.572	20.526.993	10.805.195	1.624.892	385.372	66.923	-	-
15.567.603	13.408.183	16.505.513	15.956.735	7.879.869	972.887	133.444	1.193	-	-
13.630.218	11.445.148	13.206.065	11.873.987	5.230.994	407.152	1.790	-	-	-
10.527.307	8.212.677	8.977.798	7.563.409	2.247.391	3.061	-	-	-	-
4.394.811	3.526.044	3.045.286	1.395.501	48	-	-	-	-	-
120	-	119	132	65	-	-	-	-	-
649.374.314	582.099.768	753.409.863	790.427.160	434.240.394	79.285.065	30.788.743	18.021.982	13.094.705	78.014.819

A metodologia adotada pelas Cedentes Renner para o cálculo dos índices de inadimplimento constantes da tabela acima teve como base a análise dos pagamentos dos direitos de crédito integrantes da carteira das Cedentes Renner similares aos que poderão compor a carteira de investimentos do Fundo, relativos a um período compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2010 e 31 de outubro de 2013, realizados após as suas respectivas datas de vencimento, bem como do período em que, conforme o caso, os referidos Direitos de Crédito Inadimplidos foram pagos (considerando os períodos indicados na tabela acima). No que diz respeito à metodologia adotada pelas Cedentes Renner para o cálculo dos índices de pré-pagamento constantes da tabela acima, as Cedentes Renner consideraram a totalidade dos direitos de crédito integrantes da sua carteira e que poderão compor a carteira de investimentos do Fundo, relativos a um período de 10 (dez) meses compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2010 e 31 de outubro de 2013, cujos pagamentos foram realizados antes das suas respectivas datas de vencimento, bem como o período em que os referidos pré-pagamentos foram realizados (considerando os períodos indicados na tabela acima). Para o cálculo dos índices de perda, são considerados apenas os Direitos de Crédito vencidos e não pagos no prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias a contar das suas respectivas datas de vencimento.

A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos de Crédito poderá ocasionar perdas ao Fundo. Isso porque a ocorrência de pré-pagamentos de Direitos de Crédito reduz o horizonte original de rendimentos referentes a tais Direitos de Crédito originalmente esperados pelo Fundo, uma vez que o pré-pagamento de um Direito de Crédito é realizado pelo valor inicial do Direito de Crédito atualizado somente até a data da realização do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre as Cedentes Renner e o respectivo cliente devedor do Direito de Crédito, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito de Crédito deixam de ser devidos pelo respectivo devedor.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **6. OS CEDENTES**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## OS CEDENTES

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos na aquisição de Direitos de Crédito, os quais são de titularidade dos Cedentes, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes à Lojas Renner e ao Itaú Unibanco, na condição de Cedentes.

### 6.1 Lojas Renner e RACC

#### 6.1.1 Introdução

##### Breve histórico e estrutura societária

Antônio Jacob Renner foi quem começou a escrever a história do nome Renner. Descendente de alemães começou a trabalhar ainda menino na fábrica de banha da família em São Sebastião do Caí, RS. Em 1912, iniciou o grupo A. J. Renner, indústria fabril instalada no bairro Navegantes, em Porto Alegre, RS. Inaugurou em 1922, na capital gaúcha, seu primeiro ponto-de-venda para a comercialização de artigos têxteis. Comercializava capas de pura lã e capas do vestuário masculino – conhecidas como Capa Ideal –, resistentes ao frio, ao vento e às chuvas, tornando-se uma peça de roupa indispensável, tanto para o gaúcho da Campanha e caixeiros-viajantes, como também ao homem da cidade.

A partir de 1940, com a comercialização de um *mix* mais amplo de produtos, tornou-se uma loja de departamentos. Em 10 de junho de 1965, houve a constituição da Lojas Renner S.A., que a partir de 4 de maio de 1967, tornou-se uma companhia de capital aberto.

Ao final de 1991, a Lojas Renner passou por uma completa reestruturação. O modelo de loja de departamentos completa foi substituído pelo conceito de loja de departamentos com especialização em moda.

A partir de 1994, iniciou-se o plano de expansão da Lojas Renner. Plenamente reestruturada, a Lojas Renner inaugurou lojas além das fronteiras do Rio Grande do Sul, passando então a atuar no Estado de Santa Catarina. Em 1996, com o sucesso da iniciativa, a operação é estendida também ao Estado do Paraná.

Em 1997, foi dado um outro grande passo: a entrada da Lojas Renner no Estado de São Paulo, principal centro econômico do país. Em 1998, foram inauguradas mais três lojas, consolidando a atuação em São Paulo.

Em 22 de dezembro de 1998, foi transferido o controle acionário da Lojas Renner para J. C. Penney Brazil, Inc., dos Estados Unidos, através de sua subsidiária, J.C. Penney Brasil Investimentos Ltda., que após reorganização societária, passou a ser denominada J. C. Penney Brasil Comercial Ltda..

Em 1999, começou um forte processo de expansão, entrando nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. Em 2000, inaugurou uma loja no Estado de Goiás. Em 2003, 2004 e 2005, abriu filiais nos Estados de Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

No dia 25 de maio de 2005, em Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias. Também foi aprovado o grupamento de ações da Lojas Renner. Essas alterações foram necessárias para que a Lojas Renner passasse a fazer parte do segmento Novo Mercado, o mais alto grau de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Nesta mesma Assembleia, a Lojas Renner incorporou seu acionista controlador JCPenney Brasil Comercial Ltda., ficando suas ações para a J.C.Penney Brazil, Inc. Em 1º de julho de 2005, a JCPenney Brazil, Inc., vendeu todas as ações na BM&FBOVESPA, ficando a Lojas Renner sem acionista controlador. Com 100% (cem por cento) das suas ações em circulação, a Lojas Renner foi considerada a primeira corporation do Brasil (Fonte: Jornal Valor Econômico). Nesse mesmo dia, a Lojas Renner passou a integrar o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o qual exige compromisso com práticas mais rigorosas de governança corporativa. Em 3 de outubro de 2006, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento de ações passando uma ação ordinária da Lojas Renner a corresponder a cinco ações ordinárias,

visando aumentar a liquidez das ações da Lojas Renner, assim como facilitar o acesso, por pequenos investidores e/ou investidores não-profissionais, nas negociações envolvendo ações de emissão da Lojas Renner em circulação no mercado.

Em 2006, dando continuidade ao seu processo de expansão, a Lojas Renner inaugurou suas primeiras unidades na região Nordeste do País, nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. Em 2007, inaugurou a primeira loja da região Norte, no Estado do Amazonas, bem como uma em Sergipe e outra na Paraíba. Em 2008, inaugurou uma loja no Estado de Rondônia, e em 2009 inaugurou lojas nos Estados do Rio Grande do Norte e Pará.

Em julho de 2009, a Lojas Renner lançou três novas marcas próprias: “A Collection”, dirigida ao público feminino adulto, a “Maternity Renner”, voltada para gestantes e a “Satinato”, primeira marca exclusiva de calçados da Renner, com modelos para o público feminino.

A Lojas Renner também lançou o projeto de lojas pequenas e vendas pela *web* e inaugurou lojas em mais dois Estados: Alagoas e Tocantins. Em 2011, a Lojas Renner inaugurou loja nos Estados do Acre e do Maranhão.

Em março de 2011, a Lojas Renner iniciou o projeto de lojas especializadas (sob a bandeira Blue Steel). No ano de 2013, houve uma transição no nome da marca (de Blue Steel para Youcom), sendo que ao final desse ano havia 15 (quinze) lojas em operação. Ainda no ano de 2011, dia 04 de maio, a Lojas Renner adquiriu, por meio de uma subsidiária, a empresa Maxmix Comercial Ltda., nome fantasia *Camicado Houseware*, que atua no segmento de casa & decoração, com 27 lojas e um centro de distribuição à época. A aquisição foi aprovada pelos acionistas da Lojas Renner em Assembleia Geral nessa mesma data.

Em 2012, a Lojas Renner inaugurou, em agosto, o seu terceiro centro de distribuição, na cidade do Rio de Janeiro, com área de 50 mil m<sup>2</sup>, sendo único em termos de grau de automação no Brasil, devendo proporcionar ganhos de eficiência, com redução da necessidade de mão de obra e melhor aproveitamento do espaço físico. Também foi iniciada a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) da Lojas Renner, que deverá consolidar e padronizar todos os processos de suporte das atividades, resultando em maior eficiência dos mesmos e no aprimoramento dos controles internos. Sua implementação se dará em três fases anuais, a serem completadas ao final de 2014.

No contexto da Lojas Renner, também está a RACC, empresa que foi constituída em 1984 e que tem por objetivo a administração de cartões de crédito próprios e de terceiros, promovendo, para tanto, o credenciamento, cadastro, cobrança e demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto, a intermediação de empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros, a representação comercial em comissão e a participação no capital de outras sociedades como sócia ou acionista. A Lojas Renner detém 99,9% (noventa e nove por cento) do capital da RACC, sendo que o 0,01% (um centésimo por cento) remanescente é detido pela Dromegon Participações Ltda., que por sua vez também é controlada pela Lojas Renner.

Em 2006, além de oferecer os Cartões de Crédito Renner (CCR) para compras nos estabelecimentos varejistas da Lojas Renner, foram avaliadas as oportunidades de mercado e os movimentos de competidores, decidindo-se promover a intermediação de empréstimos pessoais e demais produtos financeiros, sendo a RACC correspondente não bancária de instituições financeiras na oferta de empréstimo pessoal e título de capitalização.

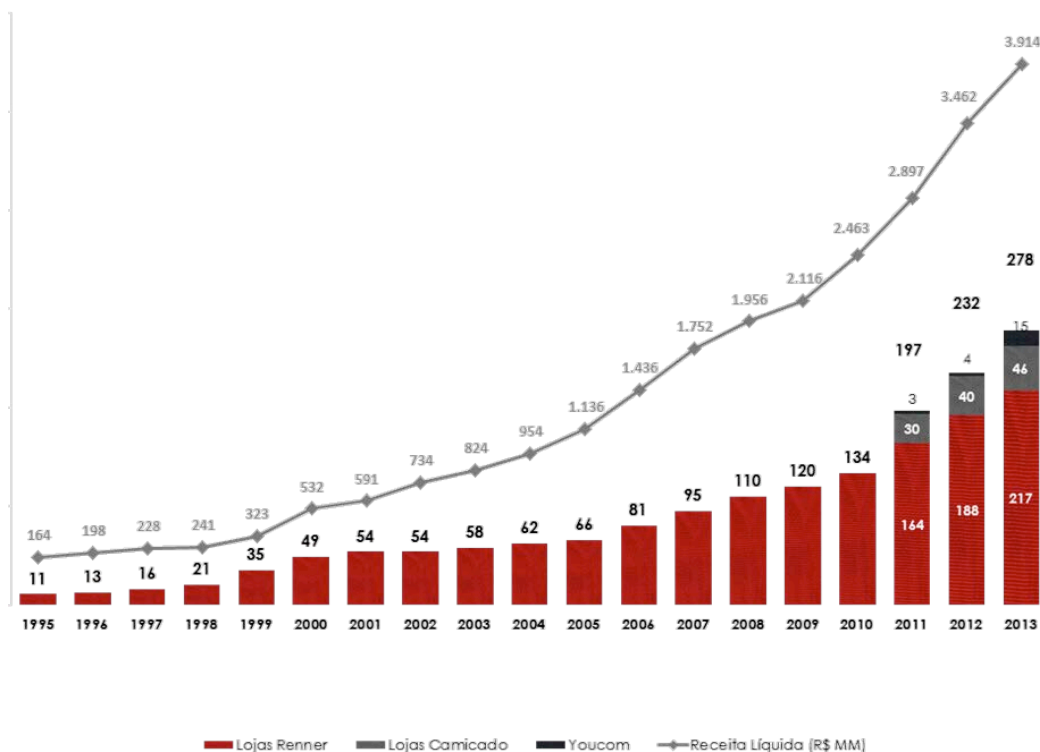
No ano de 2010, a Lojas Renner, através da RACC, lançou cartões *co-branded* com Mastercard e Visa, sem o apoio de uma instituição financeira.

Em 2012, foi criado um inovador programa de relacionamento denominado “Clube de Vantagens Renner”, que prevê a oferta de uma gama de vantagens exclusivas para os usuários do Cartão Renner e do Meu Cartão.

O melhor aproveitamento dos serviços financeiros e da base de cartões existente, através da oferta dos cartões embandeirados, do projeto de revitalização do tradicional Cartão Renner, que teve início em 2011, da continuidade do crédito nas formas e prazos de pagamento vigentes, apontam significativos nichos de expansão do negócio fortalecendo o relacionamento com os clientes e a lembrança da marca Renner.

A Lojas Renner atualmente é a segunda maior varejista de moda no Brasil em termos de faturamento e contava com 278 (duzentas e setenta e oito) unidades de negócio em todo o Brasil, sendo 217 (duzentas e dezessete) Renner, 15 (quinze) YouCom e 46 (quarenta e seis) Camicado, em 31 de dezembro de 2013, instaladas em *shopping centers* e em pontos centrais de cidades, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste e ainda opera 3 (três) centros de distribuição, localizados nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. A Lojas Renner oferece também serviços financeiros, tais como vendas financiadas em 0+8 parcelas com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e seguros através da rede de lojas e do cartão Renner.

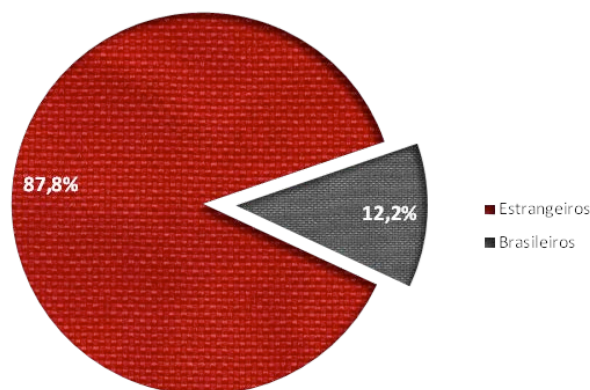
O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita líquida e do número de lojas da Lojas Renner:



A tabela abaixo representa a estrutura societária da Lojas Renner, com os acionistas com mais de 5% (cinco por cento) do capital social da Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2013:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO %
ABERDEEN ASSET MANAGEMENT PLC	17.858.786	14,19%
BLACKROCK INC.	8.999.153	7,15%
JPMORGAN ASSET MANAGEMENT H.INC	8.962.521	7,12%
T. ROWE PRICE	6.872.800	5,46%
OUTROS	83.201.605	66,08%
TOTAL	125.894.865	100,00%

O capital social da Lojas Renner era representado, em 31 de dezembro de 2013, por:



### Atividades

A Lojas Renner desenvolve e vende roupas, calçados e moda íntima de qualidade para mulheres, homens, adolescentes e crianças sob diversas marcas próprias de vestuário e afins, das quais 6 (seis) são representativas do conceito *Lifestyle*. A Lojas Renner também vende acessórios e cosméticos por meio de duas marcas próprias e oferece mercadorias em determinadas categorias sob marcas de terceiros. A Lojas Renner oferece a seus clientes produtos de moda em vários estilos, com qualidade e preços competitivos, em ambientes práticos e agradáveis, nas cinco regiões do País. O conceito *Lifestyle* torna a combinação de peças individuais de roupas mais conveniente para a clientela, formando um conjunto coordenado por estilo de vida, consistente em cada uma das marcas. A Lojas Renner busca manter sua linha de produtos continuamente renovada, sempre apresentando modelos novos para acompanhar e ajudar a formar as preferências de estilo do consumidor. A missão de cada um dos colaboradores não é meramente satisfazer, mas encantar os clientes, isto é, superar suas expectativas. O crescimento da Lojas Renner em volume de negócios e rentabilidade passa pela expansão do número de lojas nas diversas regiões brasileiras, novos formatos e o incremento dos serviços, apoiados em forte infraestrutura de tecnologia da informação.

Em 2010, foi lançado o projeto de lojas pequenas, com a inauguração de suas 3 (três) primeiras unidades. Já em 2011, foram abertas outras 18 (dezoito) unidades nesse formato. As lojas pequenas, com área de vendas em torno de 1.200m<sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados), irão facilitar a abertura de pontos em mercados menores, localizações em ruas e pequenos centros comerciais, além da tradicional abertura em *shopping centers*. Em 2012, foram inauguradas 6 (seis) lojas nesse formato.

Em 2011, foram ainda inauguradas 3 (três) lojas piloto da Blue Steel, marca jovem da Renner que está sendo testada para um modelo de loja especializada. Em 2012, foi inaugurada mais 1 (uma) loja. No ano de 2013, houve uma transição no nome da marca Blue Steel para a marca Youcom.

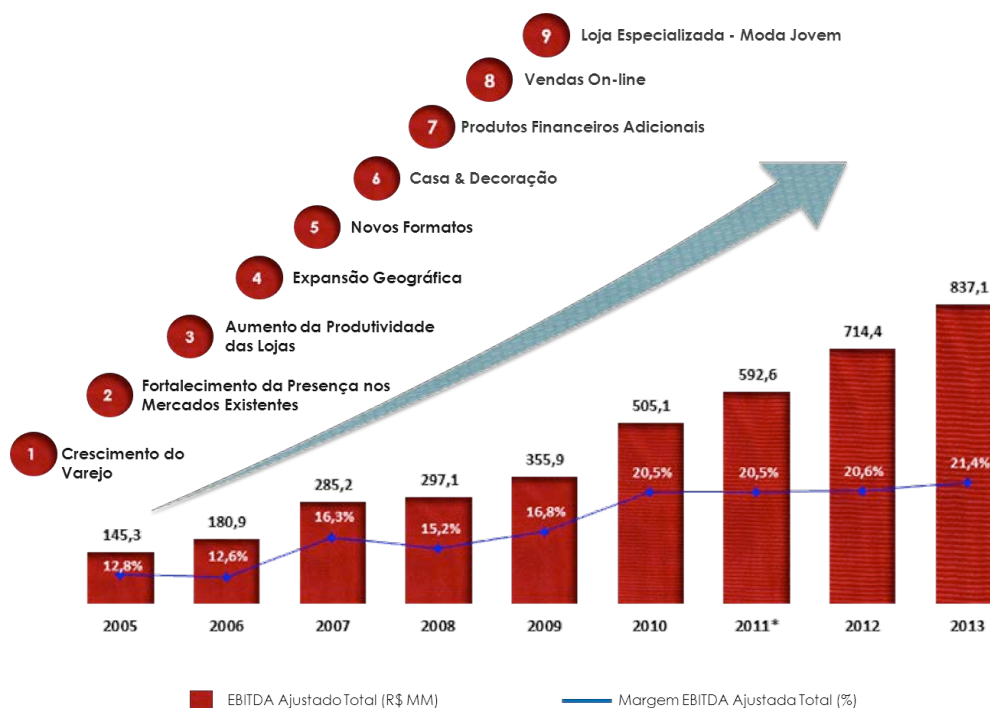
A operação de vendas online teve, em 2010, a introdução de um *mix* mais amplo, com a venda de artigos de vestuário, calçados e acessórios, além dos produtos já ofertados como linhas de perfumaria, relógios e lingerie. Esta introdução de um *mix* mais amplo e melhorias na operação de vendas, feitas em 2011, visam expandir e agregar valor a este negócio. Uma nova plataforma de *e-commerce*, com layout moderno e mais alinhado ao posicionamento da Lojas Renner, foi lançada em agosto de 2012. A apresentação de produtos passou a ser focada em conceitos de moda e o portal passou a oferecer ainda melhor usabilidade para o visitante, com integração a redes sociais e serviços online. As melhorias tiveram continuidade com a incorporação de novas facilidades, como a página personalizada baseada no perfil e histórico do cliente e a realização de promoções relâmpago, entre outras.

Além disso, a consolidação da marca, a crescente aceitação do mercado em relação ao conceito *Lifestyle*, a evolução de modelos e segmentos de produtos dentro das marcas próprias, também somam valor aos negócios.

Trabalhando constantemente para aumentar a produtividade, a Lojas Renner vê, no aprimoramento e padronização de processos operacionais, uma grande contribuição para a expansão dos negócios, através da sistematização das melhores práticas.

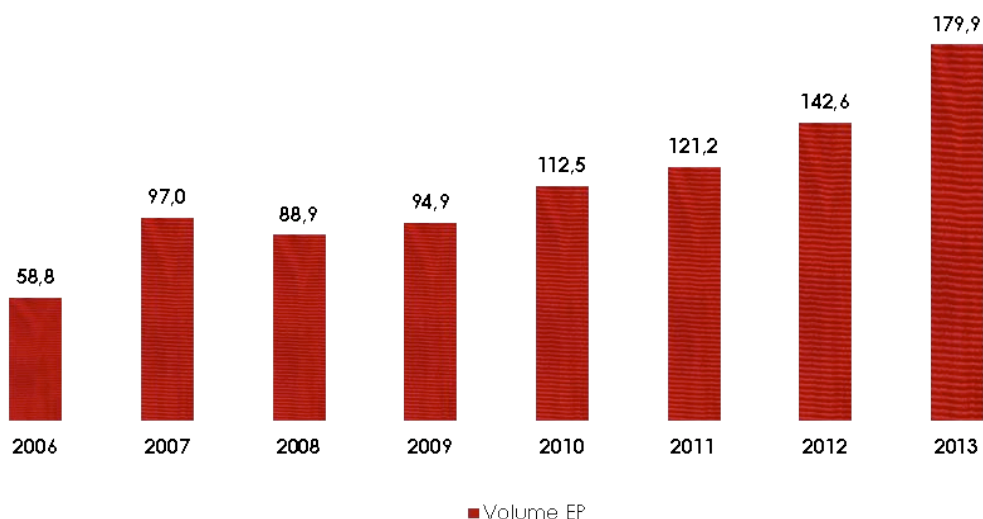
Neste sentido, a Lojas Renner, em conjunto com a RACC, têm 2 (duas) principais linhas de negócio, (a) operação varejo, que consiste na venda de mercadorias, tais como vestuário, calçados, acessórios e casa e decoração (nas bandeiras Lojas Renner, Camicado e Youcom); e (b) serviços financeiros, por meio (i) das vendas mediante utilização do Cartão Renner, (ii) de empréstimos e (iii) demais produtos, tais como seguros e títulos de capitalização, nos últimos casos por meio de instituições autorizadas.

O quadro abaixo demonstra as oportunidades de crescimento da companhia, bem como a evolução do EBITDA total e a margem EBITDA total, de 2005 a 2013:

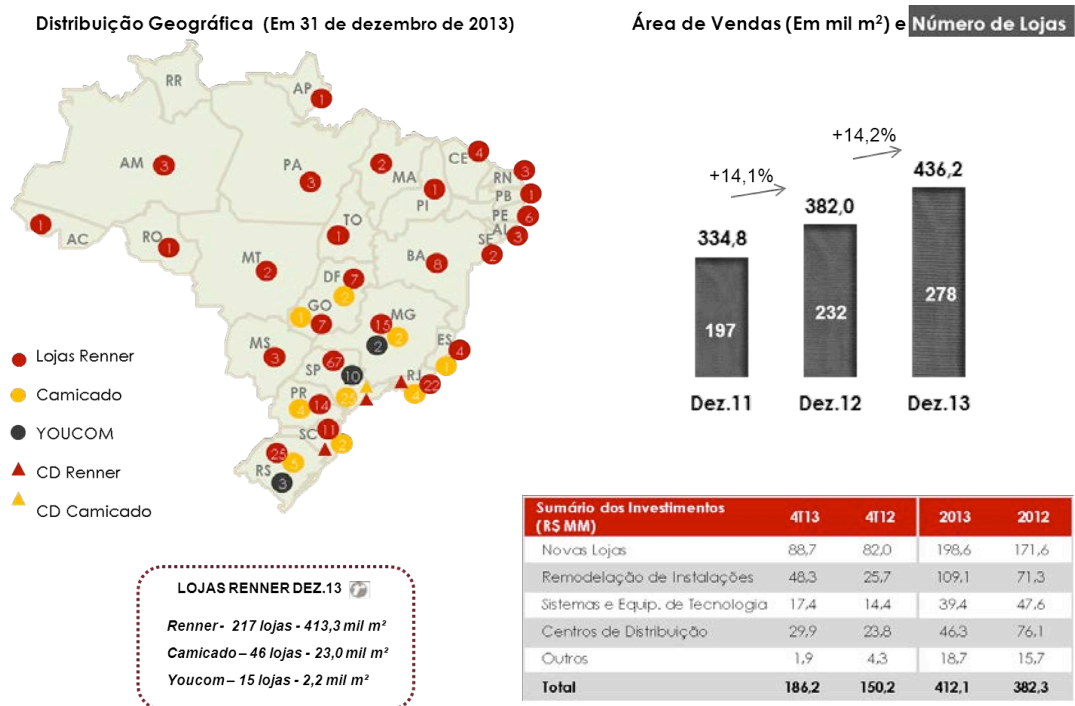


Nota: Informações das Demonstrações Financeiras e/ou relatórios internos da Companhia. Consolida Youcom desde março de 2011 (Blue Steel) e Camicado desde maio de 2011

O quadro abaixo demonstra a evolução dos Empréstimos Pessoais oferecidos aos Clientes, o qual são prestados por instituições autorizadas:



O mapa abaixo demonstra a atuação da Lojas Renner no território brasileiro em 31 de dezembro 2013, bem como informações sobre os investimentos por ela realizados:



Nota: Informações das Demonstrações Financeiras e/ou relatórios internos da Companhia. Consolida Youcom desde março de 2011 (Blue Steel) e Camicado desde maio de 2011

### Informações Institucionais Adicionais:

O quadro abaixo demonstra a participação de mercado da Lojas Renner em 31 de dezembro de 2013:

#### Concentração do Mercado de Vestuário

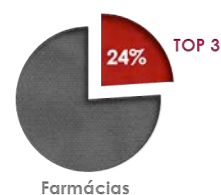
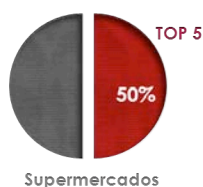
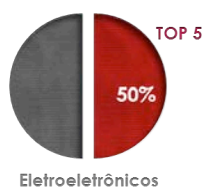
INFORMALIDADE  
ESTIMADA EM 40%  
Participação de mercado de aprox.  
10% do total



#### Top 5 Ranking

- 1° C&A
- 2° **Renner**
- 3° Riachuelo
- 4° Pernambucanas
- 5° Marisa

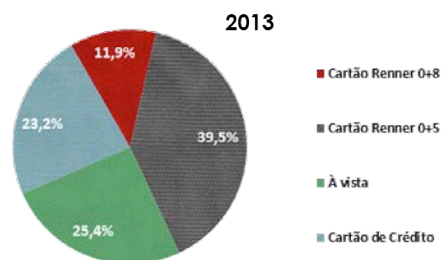
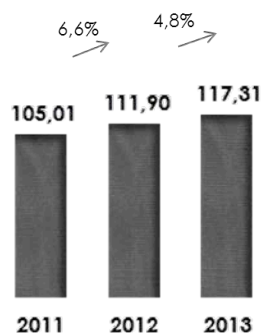
#### Concentração de Mercado de Outros Setores



Fonte: Jornal DCI, Euromonitor, IBGE, Bank of America Merrill Lynch e estimativas Lojas Renner  
Nota: Informações de C&A e Pernambucanas são estimativas da Companhia

O quadro abaixo demonstra a divisão, em 31 de dezembro de 2013, entre as formas de pagamentos feitos pelos Clientes da Lojas Renner:

#### Ticket Médio Lojas Renner (Em R\$)



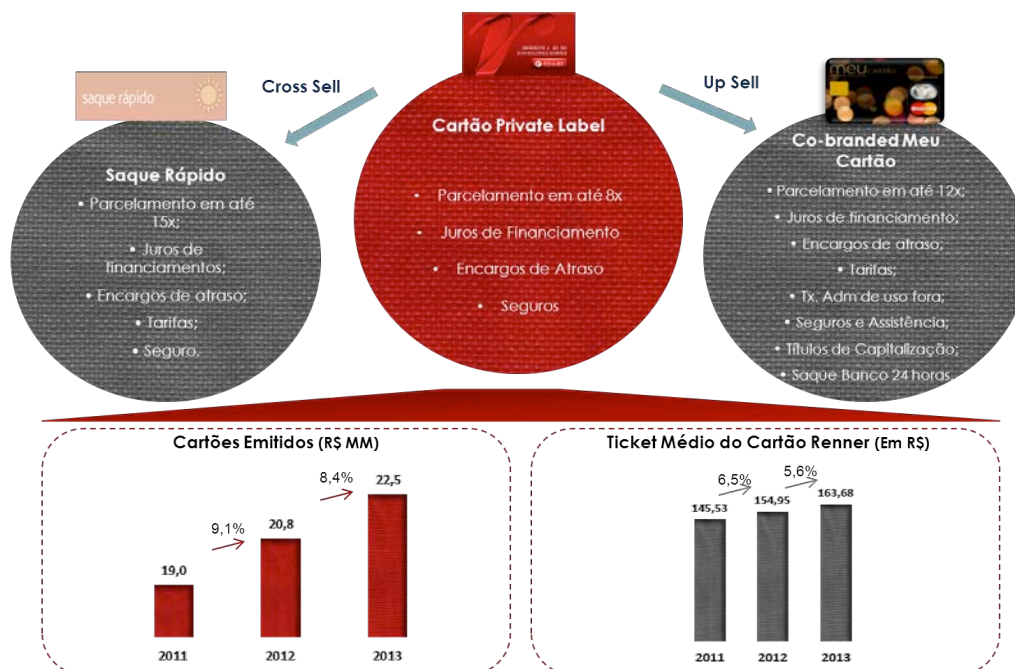
Vendas no Cartão Renner 51,4% em 2013 vs. 52,1% em 2012

Nota: Informações das Demonstrações Financeiras e/ou relatórios internos da Companhia



Até a data deste Prospecto Definitivo, aproximadamente 22 milhões de cartões foram emitidos, com 30% dos clientes ativos e responsável aproximadamente por 52% das vendas totais da Lojas Renner. Os Clientes estão compreendidos entre as classes A-, B e C+.

Os quadros abaixo demonstram de forma resumida informações sobre os produtos financeiros oferecidos, direta ou indiretamente, pela Lojas Renner, bem como os resultados de tais produtos financeiros:



Nota: Informações das Demonstrações Financeiras e/ou relatórios internos da Companhia

<b>Abertura do Resultado de Produtos Financeiros (R\$ MM)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receitas, Líquidas do Funding e Impostos</b>	<b>439,7</b>	<b>382,7</b>	<b>321,0</b>
Vendas sem Encargos (0+5)	107,8	91,6	79,6
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	192,7	171,3	150,5
Cartão Co-branded Meu Cartão	54,4	34,4	7,0
Empréstimos Pessoais e Outros Produtos Financeiros	84,8	85,4	83,9
<b>Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações</b>	<b>(142,5)</b>	<b>(126,1)</b>	<b>(109,4)</b>
Vendas sem Encargos (0+5)	(30,7)	(32,0)	(28,3)
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(65,9)	(59,9)	(54,0)
Cartão Co-branded Meu Cartão	(23,9)	(15,5)	(2,7)
Empréstimos Pessoais	(22,0)	(18,7)	(24,4)
<b>Despesas Operacionais (Cartão Renner e Produtos Financeiros)</b>	<b>(123,4)</b>	<b>(107,7)</b>	<b>(86,5)</b>
<b>Resultado de Produtos Financeiros</b>	<b>173,8</b>	<b>148,9</b>	<b>125,1</b>
<b>% Sobre o EBITDA Ajustado Total da Companhia</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,8%</b>	<b>21,1%</b>



## Informações Financeiras

As demonstrações financeiras da Lojas Renner podem ser encontradas no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da própria Lojas Renner ([www.lojasrenner.com.br/ri/](http://www.lojasrenner.com.br/ri/)).

As demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram auditadas e revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

### *6.1.2 Experiência profissional em outras operações de securitização*

A Lojas Renner participou do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner (“FIDC I”), na qualidade de cedente dos direitos de crédito objetos de aquisição pelo FIDC I, conforme consta do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do FIDC I, de 9 de dezembro de 2010, cuja oferta foi registrada na CVM em 3 de dezembro de 2010, sob n.º CVM/SRE/RFD/2010/036.

Na data deste Prospecto Definitivo, a RACC não possui experiência profissional em outras operações de securitização.

## **6.2 Itaú Unibanco**

### *6.2.1 Introdução*

#### Breve histórico e estrutura societária

Sua razão social e nome empresarial é Itaú Unibanco Holding S.A. Sua fundação deu-se em 9 de setembro de 1943. O Itaú Unibanco é constituído como uma companhia aberta por prazo indeterminado, de acordo com as leis do Brasil. Sua sede localiza-se na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, CEP 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e o número de telefone é +55-11-2794-3547.

#### Histórico

As origens do grupo financeiro Itaú datam de 1943, quando membros da família Egydio de Souza Aranha fundaram o Banco Federal de Crédito S.A., em São Paulo. Em 1973, passou a operar com o nome Banco Itaú S.A., hoje Itaú Unibanco. O Unibanco foi fundado pela família Moreira Salles em 1924, sendo o banco privado mais antigo do Brasil na época da Associação.

Em 3 de novembro de 2008, foi anunciada a combinação das operações do Itaú Holding (atual Itaú Unibanco Holding) e do Unibanco Holdings S.A., incluindo sua subsidiária Unibanco e as subsidiárias do Unibanco. O resultado dessa Associação foi a criação do Itaú Unibanco Holding. A aprovação final da Associação pelo Banco Central foi concedida em 18 de fevereiro de 2009, e, pelo CADE, em 18 de agosto de 2010. A integração total das operações dos dois bancos foi concluída em 2010.

Em 31 de dezembro de 2012, o Itaú Unibanco foi considerado o maior banco do Brasil em termos de capitalização de mercado, segundo a Bloomberg.

#### Atividades

O Itaú Unibanco é uma holding financeira controlada pela IUPAR, empresa de participações controlada conjuntamente (i) pela Itaúsa, que é uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha; e (ii) pela E. Johnston, que é uma empresa de participações controlada pelos antigos acionistas controladores do Unibanco, a família Moreira Salles. Em 31 de dezembro de 2012, a Itaúsa detinha diretamente 38,66% de nossas ações ordinárias.

## Visão Geral

Em 2012, o Itaú Unibanco Holding figurou entre os vinte maiores bancos do mundo e foi considerado o maior banco do Brasil, sendo que cada ranking é baseado na capitalização de mercado, segundo a Bloomberg, em 31 de dezembro de 2012. As principais atividades operacionais do Itaú Unibanco são: (i) banco comercial (abrangendo seguros, planos de previdência e produtos de capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos e diversos produtos e serviços de crédito para pessoas físicas e pequenas e médias empresas); (ii) grandes empresas e banco de investimento (Itaú BBA); (iii) crédito ao consumidor (produtos e serviços financeiros para não correntistas); e (iv) operações com o Mercado e Corporação.

## Outras informações relevantes

Em 28 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua subsidiária, Banco Itaú Uruguay S.A., celebrou um contrato com o Citibank N.A., Sucursal Uruguay (“Citi”), por meio do qual se obrigou a adquirir a operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai. A concretização desta operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes no Uruguai. O Banco Itaú BMG Consignado S.A. (“Itaú BMG Consignado”), indiretamente controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A., celebrou, em 25 de junho de 2013, Contrato de Compra e Venda de Ações com controladores do Banco BMG S.A. (“Vendedores”) por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas do Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A. (“BMG Seguradora”), pelo valor aproximado de R\$ 85 milhões. A BMG Seguradora celebrará acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. Esta operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo aprovações de autoridades regulatórias competentes.

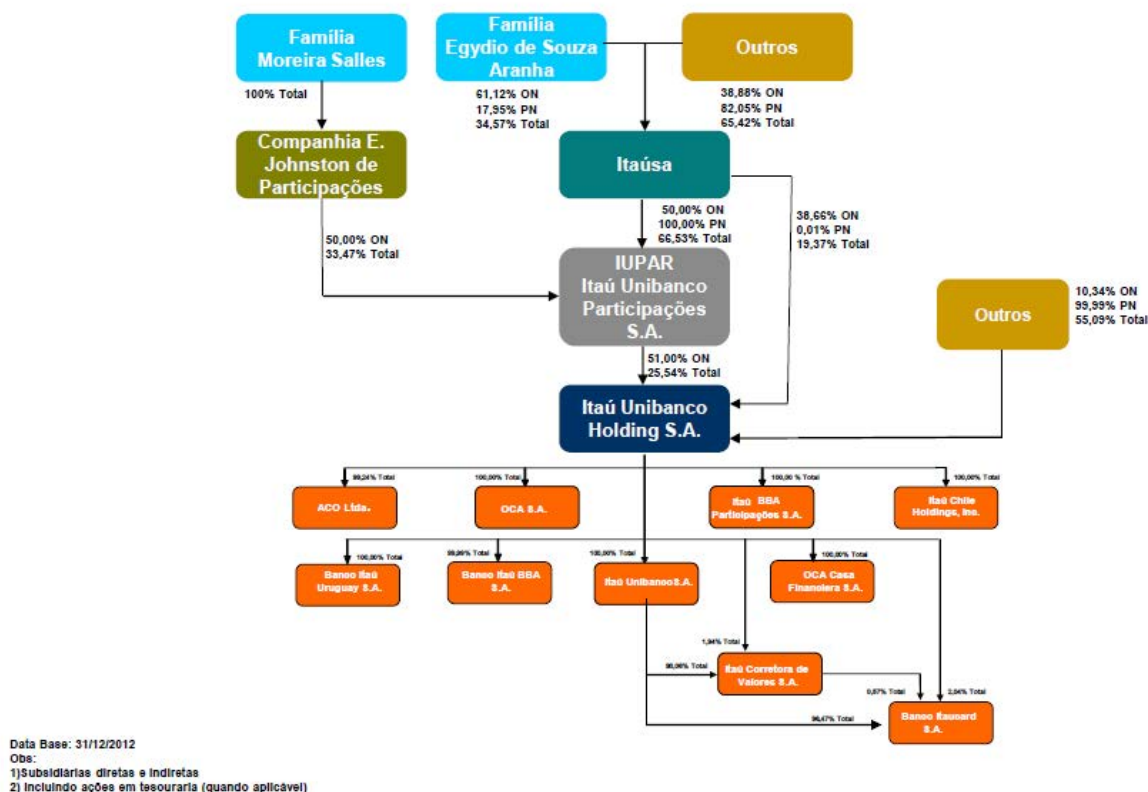
Em 17 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A. celebrou um memorando de entendimentos com a Cencosud S.A., rede de varejo chilena, por meio do qual foi estabelecida uma associação estratégica por 15 anos. O objetivo da associação será o de oferecer produtos e serviços financeiros ao consumidor ligados ao negócio de varejo da Cencosud no Chile e na Argentina, em particular serviços e produtos relacionados à emissão e operação de cartões de crédito. As atividades da associação serão desempenhadas por sociedade com esse propósito específico no Chile e na Argentina, cujos capitais sociais serão detidos 51% pelo Itaú Unibanco Holding S.A. por meio de suas subsidiárias locais e 49% pela Cencosud. Em virtude dessa operação, a Cencosud receberá o valor aproximado de US\$307 milhões, sendo que se estima que a operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco Holding S.A., que consolidará a associação em suas demonstrações financeiras. A implementação desta operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a negociação de contratos definitivos e a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Em maio de 2010, Hipercard Banco Múltiplo S.A., uma controlada do Itaú Unibanco Holding S.A., celebrou parceria com a Redecard S.A., para início da captura das transações da bandeira Hipercard, ainda no segundo trimestre de 2010. Por meio dessa parceria, Hipercard Banco Múltiplo S.A. tem acesso à infra-estrutura e rede já instaladas, em nível nacional, pela Redecard S.A., que possibilita maior eficiência e rapidez no credenciamento de estabelecimentos pela Hipercard S.A., dentro do seu modelo de operação atual, assim como o aumento da participação de mercado e de receita. Para a Redecard S.A., a parceria implica o aumento de sua presença nas regiões Nordeste e Sul, nas quais a nova bandeira tem participação significativa, bem como auxilia a consolidação de sua plataforma multibandeira, que atinge o total de 17 bandeiras em seu portfólio e aumenta sua receita, tendo em vista ser a Hipercard S.A. a maior bandeira de cartão de crédito brasileira, com mais de 13 milhões de cartões emitidos.

Em 1º de junho de 2010, o Bank of America Corporation, então acionista do Itaú Unibanco Holding S.A., realizou uma oferta para alienação da totalidade das 188.424.758 ações preferenciais de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. de sua propriedade na forma de American Depositary Shares – ADS (cada uma representando uma ação preferencial de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.), equivalentes a aproximadamente 8,4% do total de ações preferenciais de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em circulação e 4,16% do total do capital social em circulação. Tal alienação foi realizada por meio de oferta secundária de ADS de circulação restrita para investidores

qualificados. Referida oferta não foi registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários e a Securities and Exchange Commission – SEC. Adicionalmente, em 11 de junho de 2010, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. adquiriu as 56.476.299 ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. de propriedade do Bank of America Corporation, correspondentes a aproximadamente 2,5% das ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em circulação e 1,2% de seu capital social em circulação (“Ações Ordinárias”). Como resultado, o Bank of America Corporation não tem mais direito de indicar um membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ou vender conjuntamente suas ações de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em caso de transferência de controle (tag along). Com a aquisição das Ações Ordinárias, a participação direta e indireta detida pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. no capital social do Itaú Unibanco Holding S.A. se elevou de 35,43% para 36,68%.

O organograma abaixo representa a estrutura societária do Itaú Unibanco em 31 de dezembro de 2012:



## 6.2.2 Experiência profissional em outras operações de securitização

O Itaú Unibanco participou do FIDC I na qualidade de cedente dos direitos de crédito objetos de aquisição pelo FIDC I, conforme consta do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do FIDC I, de 9 de dezembro de 2010, cuja oferta foi registrada na CVM em 3 de dezembro de 2010, sob n.º CVM/SRE/RFD/2010/036.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

### 7.1 Informações sobre as partes

#### 7.1.1 A Administradora

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3.067, de 6 de setembro de 1994.

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infraestrutura do Bradesco. A Administradora é atualmente controlada pelo Bradesco, que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social, e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Administradora, observado o estabelecido no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá administrar o Fundo, cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; (b) na aquisição dos Direitos de Crédito, do estabelecido nos Contratos de Cessão; e (c) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste item, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem poderes amplos e gerais para praticar todos os atos necessários para a administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

#### 7.1.2 A Gestora

A Gestora foi constituída, em dezembro de 2000, com o objetivo exclusivo de gerir recursos de terceiros administrados pelo Bradesco. A Gestora é o resultado da consolidação dos recursos administrados e profissionais da área de Administração de Fundos e Carteiras de Investimento do Bradesco, da Bradesco Templeton Asset Management Ltda., da BCN Alliance Capital Management S.A., da BES – Boavista Espírito Santo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do BANE – Banco do Estado da Bahia, o que resulta em ganho de eficiência e otimização da estrutura, com aumento de escala e concentração de esforços no crescimento da participação de mercado.

A Gestora conta com estrutura especializada na gestão de recursos de terceiros, totalmente segregada, garantindo, dessa forma, o *chinese wall* (muralla chinesa). Atende aos mais variados segmentos de mercado, tais como varejo, *corporate* (empresarial), *private* (privado) e investidores institucionais. A sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor.

#### 7.1.3 O Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Bradesco S.A..

O Banco Bradesco foi fundado em 1943 como um banco comercial sob o nome de Banco Brasileiro de Descontos S.A. Em 1948, iniciou um período de intensa expansão, que fez com que se tornasse o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandiu suas atividades em todo o país durante a década de 70,

conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporou suas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-se um banco múltiplo, e mudando sua denominação para Banco Bradesco S.A..

O Banco Bradesco é um dos maiores bancos do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos. Fornece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possui a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que permite abranger uma base de clientes diversificada. Seus serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee (agente fiduciário), agente de compensação, BDRs (Recibo de Depósito de Ações Brasileiras) e DRs (Recibo de Ações), há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e autorreguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo. O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código. Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Nessa área são mantidos diversos sistemas, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados na Cláusula 11.2 do Regulamento e no Contrato de Custódia.

#### *7.1.4 O Coordenador Líder*

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$322,7 bilhões e uma carteira de crédito de R\$180,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte,



Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2012, com participação de mercado entre 19% e 55%. Em 2013 o Itaú BBA liderou novamente o ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o 1º lugar. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance. Em 2013 o Itaú BBA foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures de Raízen (R\$750 milhões), Comgás (R\$ 540 milhões), Intervias (R\$600 milhões), Autoban (R\$450 milhões), Termopernambuco (R\$ 800 milhões), Cemig Geração e Transmissão (R\$500 milhões) entre outras. Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Nattca (duas operações, de R\$180 milhões e R\$160 milhões), BR Malls (R\$ 500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões), Natura (R\$400 milhões) e da Contax (R\$ 120 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC de Chemical (R\$ 490 milhões), do Banco Topázio (R\$ 100 milhões), do Banco Volkswagen (R\$ 930 milhões), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$ 500 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$ 101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 512 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2013, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 24 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$24 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como sole-bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas de YPF (US\$ 500 milhões), Pacific Rubiales (US\$1,3 bilhões e US\$300 milhões), OAS (US\$375 milhões), Embotelladora Andina (US\$ 575 milhões), BNDES (US\$ 2,5 bilhões), Odebrecht Oil&Gas (US\$ 1,69 bilhões), BR Foods (US\$ 500 milhões + R\$ 500 milhões), Petrobras (US\$ 11 bilhões) , entre outras. Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência “Institutional Investor”.

Em 2013, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$23 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2013 em primeiro no ranking de origem e número de ofertas, com participação no mercado de 19,7%,

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2013 o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram mais de R\$32 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, em 2013 o Itaú BBA estava classificado em primeiro lugar no ranking de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 26%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários

Na área de fusões e aquisições, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 38 transações até Novembro de 2013, ocupando o 2º lugar no ranking Thomson Reuters em volume de operações e acumulando um total de US\$ 11,8 bilhões.

#### *7.1.5 O Bradesco BBI*

O Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o “Best Investment Bank 2012 in Brazil” pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, no ano de 2013, transações de Investment Banking com volume de aproximadamente R\$ 136,015 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2013:

- (i) o Bradesco BBI, no ano de 2013, marcou presença nos IPOs e Follow-ons que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM no período, o Bradesco BBI participou como Coordenador e Joint Bookrunner de 10 ofertas, que somadas representaram um volume de R\$19,7 bilhões. Dentre elas, podemos destacar: Follow-on da Estácio Participações, no valor de R\$ 769 milhões; Follow-on da Multiplan Empreendimentos Imobiliários, no valor de R\$ 626 milhões; IPO da Biosev, no valor de R\$ 709 milhões; Follow-on da BHG S.A., no valor de R\$ 355 milhões; Follow-on da Abril Educação, no valor de R\$ 522 milhões; IPO da BB Seguridade, no valor de R\$ 11.475 milhões; IPO da Smiles, no valor de R\$ 1.132 milhões; Follow-on da Iguatemi, no valor de R\$ 425 milhões; IPO da CPFL Renováveis, no valor de R\$ 915 milhões; e IPO da Via Varejo, no valor de R\$ 2.845 milhões;
- (ii) com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI finaliza ano de 2013 com grande destaque em Renda Fixa. No período coordenou 123 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$ 33,9 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de destaque em Securitizações, segundo o Ranking de Dezembro de 2013 da ANBIMA, no qual conquistou a segunda colocação em valor de operações. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no período como Joint Bookrunner em 17 emissões de Bonds que ultrapassaram o montante de US\$ 13,5 bilhões. Em Project Finance, o Bradesco BBI conquistou a primeira colocação no ranking da Dealogic de Mandated Lead Arranger da América Latina e Caribe. Atualmente, o Bradesco BBI está envolvido em assessoria e estruturação financeira em cerca de 70 projetos que totalizaram aproximadamente de R\$ 155 bilhões em investimentos. No período, o Bradesco BBI concluiu transações nos setores de geração de energia, petróleo & gás, mineração, logística portuária, aeroportos e mobilidade urbana;
- (iii) no ano de 2013, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 28 transações anunciadas com valor de, aproximadamente, R\$ 34.771 milhões. Destacamos dentre elas: Assessoria à JBS na aquisição da Seara, no valor de R\$ 5.850 milhões; Assessoria à MMX na transação com Trafigura e Mubadala, no valor de R\$ 2.648 milhões, envolvendo a MMX Porto Sudeste; Assessoria à LLX na venda do controle da companhia para a EIG, no valor de R\$ 1.300 milhão; Assessoria à CMAA na venda à IndoAgri, no valor de R\$ 500 milhões; Assessoria à CCPR na associação e venda de 50% a Vigor, no valor de R\$ 410 milhões; Assessoria ao FIP Multisetorial na aquisição do Grupo BR Towers, no valor de R\$ 100 milhões; Assessoria à Redentor Energia na OPA para fechamento de capital, no valor de R\$ 24,9 milhões; Assessoria à COMGAS na OPA de troca de controle, no valor de R\$ 143,5 milhões; Assessoria à Brennand Cimentos, na venda de participação minoritária para o BNDESPar e FIP Multisetorial Plus no valor de R\$ 210 milhões; Assessoria ao FIP Multisetorial Plus na aquisição de participação na Log Commercial Properties, no valor de R\$ 128 milhões; Assessoria à Anhanguera na fusão com a Kroton

no valor de R\$ 5.600 milhões; Assessoria à Rede Energia na venda para a Energisa, no valor de R\$ 3.050 milhões; Assessoria à Sanepar na transação de aumento de capital no valor de R\$ 796 milhões; Assessoria à Altar empreendimentos na transação de alienação de ações da Aliansce, no valor de R\$ 385 milhões; Assessoria à EDP na alienação de participação acionária em projetos de geração de energia para a China Three Gorges, no valor de R\$ 860 milhões; Assessoria a Oi na alienação de torres de telecomunicação para a SBA Torres, no valor de R\$ 1.525 milhões; Assessoria à WTGoodman na aquisição de 100% dos ativos imobiliários de galpões industriais da BR Properties, no valor de R\$ 3.180 milhões; Assessoria à CEMIG na criação de Joint Venture com a Vale, no valor de R\$ 2.029 milhões; e Assessoria à Cambuhy Investimentos na aquisição de controle acionário da OGX Maranhão em transação no valor de R\$ 1.060 milhões; e

- (iv) ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 26,4 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 72,7 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,67 mil agências. No terceiro trimestre de 2013, o lucro líquido foi de R\$ 3,199 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$ 908,14 bilhões e R\$ 70,94 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

#### 7.1.6 O Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander, S.A. ("Santander Espanha"), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,1 trilhão em ativos, administra quase €1,2 trilhão em fundos, possui mais de 106,6 milhões de clientes e aproximadamente 13,9 mil agências. O Santander acredita ser um dos principais grupos financeiros da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2013, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,3 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 47% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5.904 agências e cerca de 87,1 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em dezembro de 2013, o Santander Brasil, possuía uma carteira de mais de 29,5 milhões de clientes, 3.566 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 16.958 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$486 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$53 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Santander Brasil possui uma participação de aproximadamente 23% dos resultados das áreas de negócios do Santander no mundo, além de representar 48% no resultado do Santander na América Latina e 49 mil funcionários. O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*global transaction banking*), mercados de crédito (*credit markets*), finanças corporativas (*corporate finance*), ações (*equities*), taxas (*rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Santander no mundo.

Na área de *equities*, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de *equity research, sales e equity capital markets*. A área de *research* do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *sales & trading*, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latinoamericanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora. No mercado de renda fixa local, o Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como Coordenador Líder da maior operação da história do mercado brasileiro de renda fixa - a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; e (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda nos mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de Quotas Subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; e (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. Em 2010, o Santander (i) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como Coordenador Líder, finalizando a distribuição de 180.000 Quotas Seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi Coordenador Líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o Coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi Coordenador Líder de debêntures para Centrovias Sistemas

Rodoviários S.A., pelo valor de R\$406 milhões; (ix) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor de R\$405 milhões; (x) atuou como Coordenador na distribuição de Quotas Seniores do FIDC Lojas Renner no valor de R\$350 milhões; (xi) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor de R\$300 milhões; e (xii) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A., pelo valor de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$ 810 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como Coordenador Líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões; (vi) foi Coordenador da sexta emissão pública de debêntures da Ampla Energia e Serviços S.A., no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão pública de debêntures MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$500 milhões; (viii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi Coordenador na distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores do FIDC– Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (x) foi Coordenador da terceira emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará - COELCE, no montante de R\$400 milhões; (xi) foi Coordenador na distribuição da Primeira e Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC da Companhia Estadual de águas e Esgotos - CEDAE, somando o valor de R\$1.140 milhões; (xii) foi Coordenador na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; e (xiii) atuou como Coordenador Líder na primeira emissão de debêntures simples da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$220 milhões.

No ano de 2012, o Santander (i) atuou como coordenador líder na distribuição da Segunda emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na terceira de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300 milhões; (iii) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500 milhões; (iv) atuou como coordenador líder na distribuição da Terceira Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$176 milhões; e (v) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250 milhões; (vi) atuou como coordenador líder na distribuição da Primeira emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$200 milhões (viii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras do PSA Banque, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi Coordenador Líder da segunda emissão de debêntures simples da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$639,45 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$300 milhões; (xi) foi coordenador líder da Emissão da 3ª Série de Quotas do FIDC Insumos Básicos da Indústria petroquímica, no montante de R\$500 milhões; (xii) foi Coordenador da primeira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da BR Properties no montante de R\$600 milhões; (xiii) foi Coordenador da terceira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. no montante de R\$316 milhões; (xiv) foi Coordenador da segunda emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Algar Telecom no montante de R\$293,98 milhões; e (xv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão publica de Letras Financeiras do Banco Pine S.A., no montante de R\$200,1 milhões.

No ano de 2013, o Santander, (i) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Santo Antônio Energia S.A., no montante de R\$ 420 milhões; (ii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$ 450 milhões; (iii) foi Coordenador da segunda emissão de debêntures da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., no montante de R\$ 691,07 milhões; (iv) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A. no montante de R\$ 90,00 milhões; (v) atuou como coordenador na

distribuição da quarta emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$350,00 milhões; (vi) foi Coordenador da terceira emissão de debêntures da Colinas S.A., no montante de R\$ 950,00 milhões; (vii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., no montante de R\$ 250,00 milhões; (viii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 1.290,00 milhões; (ix) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da VCCL Participações S.A., no montante de R\$ 140,00 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$ 400,00 milhões; (xi) atuou como coordenador na distribuição da nona emissão de debêntures simples da OAS S.A., no montante de R\$ 100,00 milhões; (xii) atuou como coordenador líder na distribuição quinta emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$ 550,00 milhões; (xiii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$ 200,00 milhões; (xiv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Brasil Pharma S.A., no montante de R\$ 287,69 milhões; (xv) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Raizen Combustíveis S.A., no montante de R\$ 750,00 milhões; (xvi) atuou como coordenador líder na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da BR Towers SPE1 S.A., no montante de R\$ 300,00 milhões; (xvii) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da MRS Logística S.A., no montante de R\$ 300,00 milhões; (xviii) atuou como coordenador líder na distribuição de certificados de recebíveis imobiliários das 302<sup>a</sup>, 303<sup>a</sup> e 304<sup>a</sup> séries da 1<sup>a</sup> emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização com lastros Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) advindas do contrato de locação de unidades sob encomenda entre a Petrobrás e a Rio Bravo Investimentos., no montante de R\$ 520,00 milhões; (xix) atuou como coordenador na distribuição pública de cotas seniores e cotas subordinadas mezanino do Driver Brasil Two Banco Volkswagen fundo de investimento em direitos creditórios financiamento de veículos, no montante de R\$ 1,0 bilhão; (xx) atuou como coordenador na distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio da quarta emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. lastreada em certificados de direitos creditórios do agronegócio emitido pela Nardini Agroindustrial S.A. , no montante de R\$ 120,00 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A., no montante de R\$ 800,00 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Let's Rent a Car S.A., no montante de R\$ 100,00 milhões; (xxii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da BR Properties S.A., no montante de R\$ 400,00 milhões.

#### *7.1.7 O Votorantim*

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991. Segundo o Banco Central, é o quinto maior banco privado brasileiro em total de ativos e o décimo maior considerando todas as instituições de capital público e misto (desconsiderando o BNDES), com R\$111 bilhões de ativos no quarto trimestre de 2013.

O portfólio de negócios do Banco Votorantim é bastante amplo, com atuação focada em cinco grandes segmentos: Corporate & Investment Banking, Wealth Management, Financiamento de Veículos e Outros Negócios, sendo os dois últimos estruturados para operações de varejo. As atividades do segmento de atacado do Banco Votorantim têm por objetivo estabelecer um relacionamento ágil e de longo prazo com os clientes, ofertar soluções financeiras integradas (por exemplo, Crédito, Produtos Estruturados, Investment Banking, Derivativos e Distribuição) e proporcionar qualidade de crescimento com foco em agilidade operacional.

Em setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., de forma que o Banco do Brasil S.A. passou a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Baseada em fortes sinergias e visão de longo prazo, a parceria favorece a expansão dos negócios e contribui para que o Votorantim seja uma instituição ainda mais forte e competitiva. Ambos os

acionistas possuem graus de investimento pelas três principais agências internacionais de rating – Fitch, Moody's e S&P, na data deste Prospecto Definitivo.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) em Nova Iorque e em Londres. Além disso, foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque e em Londres, respectivamente em 2006 e 2011.

A área de Investment Banking do Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais (renda variável e renda fixa) e no segmento de fusões e aquisições (M&A), contando com o apoio da Votorantim Corretora e suas equipes especializadas de Equity e Debt Sales, Research e Equity Trading.

O segmento de Mercado de Capitais do Banco Votorantim trabalha sempre para melhor atender as necessidades de seus clientes, oferecendo serviços para estruturação de ofertas públicas iniciais e subsequentes de ações e ofertas públicas para aquisição e permuta de ações bem como assessoria a clientes na captação de recursos no mercado local e internacional através de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*.

A área de renda variável do Banco Votorantim já realizou diversas operações, com destaque para os IPOs de Júlio Simões, OSX, Brazil Pharma, Locamerica, Senior Solution e BB Seguridade e os Follow-ons de Petrobras, Banco do Brasil, JBS, Gafisa, Kroton, Direcional e Tecnisa. Em 2013 o Banco Votorantim figura como 5º colocado no ranking de ofertas públicas iniciais de emissão de ações da Bloomberg, refletindo a sua atuação como coordenador líder (Sole Bookrunner) no IPO da Senior Solution S.A. no segmento de listagem de acesso da BM&FBOVESPA, o Bovespa Mais, e a participação como Joint Bookrunner no IPO de BB Seguridade S.A., maior IPO do ano (considerando-se as ofertas encerradas até agosto de 2013).

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*, sendo que, no ano de 2013, o Votorantim ocupou a 4ª e a 3ª colocação nos rankings doméstico de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) respectivamente, a 7ª colocação no ranking doméstico de distribuição de securitização e a 11ª colocação no ranking doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. A título de exemplo, o Votorantim coordenou as emissões de Debêntures do BNDES (R\$ 2,000 bilhões), da MRS Logística (R\$ 300 milhões), BR Properties (R\$ 600 milhões), Algar Telecom (R\$ 294 milhões), Concessionária Auto Raposo Tavares (R\$750 milhões), Cemig Distribuição (R\$2,160 bilhões), JSL (R\$ 400 milhões), Dasa (R\$ 450 milhões) e Cemig GT (R\$ 500 milhões); as emissões de CRI da Cyrela (R\$300 milhões), Viver (R\$98 milhões), Even (R\$75 milhões) e Odebrecht (R\$216 milhões); e as emissões de FIDC da Cedae (R\$1,140 bilhões) e BV Financeira (R\$2,511 bilhões); as emissões de Letra Financeira do Paraná Banco (R\$200 milhões) e RCI (R\$ 500 milhões); as emissões de CRA da Odebrecht Agroindustrial (R\$400 milhões), Cheminova (R\$63,42 milhões) e CCAB (R\$ 85,8 milhões).

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*. Tem participado nos últimos anos de transações relevantes nos mais diversos segmentos econômicos, tais como: geração de energia elétrica, açúcar e álcool, infraestrutura logística, reflorestamento, produção de cosméticos, dentre outros.

## **7.2 Relacionamento entre as partes**

### **7.2.1 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Lojas Renner**

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento societário com a Lojas Renner.

A Lojas Renner, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Itaú Unibanco. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros. Vale destacar que, na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco e a Lojas Renner mantinham o “Convênio para Concessão de Financiamentos (Vendor Eletrônico)” firmado, em 8 de janeiro de 2009, conforme aditado em 30 de outubro de 2009, que estabelece, entre outras, a concessão pelo Itaú Unibanco aos Clientes de financiamentos para a aquisição de bens e serviços ofertados pela Lojas Renner.

#### *7.2.2 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a RACC*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento societário com a RACC.

A RACC, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Itaú Unibanco. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

#### *7.2.3 Relacionamento entre a Lojas Renner e a RACC*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Lojas Renner detém 99,9% do capital da RACC, sendo que o 0,01% remanescente é detido pela Dromegon Participações Ltda., que por sua vez também é controlada pela Lojas Renner.

#### *7.2.4 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Administradora*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Administradora, além do relacionamento decorrente do fato de o Itaú Unibanco atuar como cedente junto ao Fundo.

#### *7.2.5 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Custodiante*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante, além do relacionamento decorrente do fato de o Itaú Unibanco atuar como cedente junto ao Fundo.

#### *7.2.6 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Gestora, além do relacionamento decorrente do fato de o Itaú Unibanco atuar como cedente junto ao Fundo.

#### *7.2.7 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Coordenador Líder*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha 100% (cem por cento) das ações com direito de voto do capital social do Cedente e 100% (cem por cento) das ações com direito de voto do capital social do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como coordenador líder da Oferta, bem como coordenador de distribuições públicas de cotas de fundos de investimento em direito creditório em que o Cedente atua como custodiante.

Na data deste Prospecto Definitivo, não há quaisquer operações de empréstimo e/ou financiamento existentes entre o Coordenador Líder e o Cedente.



#### *7.2.8 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Bradesco BBI*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco e outras empresas de seu grupo econômico mantêm, pelas características de suas operações, relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.9 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Santander*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco e outras empresas de seu grupo econômico mantêm, pelas características de suas operações, relacionamento comercial com o Santander e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.10 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Votorantim*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco e o Votorantim possuem 83 (oitenta e três) operações de fiança, ativas e passivas, com empresas do conglomerado financeiro do Itaú Unibanco no valor total de R\$ 3.664.434.297,81 (três bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos).

#### *7.2.11 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Agência de Classificação de Risco.

#### *7.2.12 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Auditor Independente*

O Auditor Independente presta serviços de auditoria para o Itaú Unibanco. Adicionalmente, o Auditor Independente presta serviços a fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Itaú Unibanco ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *7.2.13 Relacionamento entre o Itaú Unibanco e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Itaú Unibanco não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.14 Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Administradora*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante com a Administradora.

As Cedentes Renner, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Branco Bradesco S.A., que integra o mesmo conglomerado financeiro do qual a Administradora faz parte. Tais relações comerciais podem incluir a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

#### *7.2.15 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Custodiante*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante.

As Cedentes Renner, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante. Tais relações comerciais podem incluir a

estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

#### *7.2.16 Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante com a Gestora.

As Cedentes Renner, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Banco Bradesco S.A., que integra o mesmo conglomerado financeiro do qual a Gestora faz parte. Tais relações comerciais podem incluir a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

#### *7.2.17 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Coordenador Líder*

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto Definitivo, a Lojas Renner ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

- (i) Fianças bancárias emitidas com prazos diversos, contratadas desde 2011, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto equivalente a R\$ R\$ 90.211.552,03 (noventa milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e três centavos), com vencimentos até 23 de novembro de 2018;
- (ii) Empréstimos de capital de giro na modalidade “*vendor*”, celebrados entre março de 2013 a dezembro de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto equivalente a R\$ 309.437.557,22 (trezentos e nove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos), com vencimentos até 15 de outubro de 2014;
- (iii) Operações de derivativos (hedge) na modalidade “*termo de moedas*”, celebradas entre maio e dezembro de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto equivalente a USD 45.220.154,27 (quarenta e cinco milhões, duzentos e vinte mil, cento e cinquenta e quatro dólares e vinte e sete centavos), com vencimentos até 30 de dezembro de 2014;
- (iv) Cartas de Crédito Importação celebrados entre dezembro de 2012 a dezembro de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto equivalente a USD 36.476.261,77 (trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e um dólares e setenta e sete centavos ) com vencimentos até 29 de abril de 2014; e
- (v) Aplicações financeiras na modalidade de compromissada, celebradas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto equivalente a R\$ 127.330.142,41 (cento e vinte e sete milhões, trezentos e trinta mil, cento e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos), com vencimentos até 10 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, as Cedentes Renner mantêm junto ao Coordenador Líder parte relevante de seu *cash management*, que envolve a prestação de serviços em folha de pagamento, recolhimento, cobrança e contas a pagar.

#### *7.2.18 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Bradesco BBI*

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto Definitivo, a Lojas Renner ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou com as sociedades

integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

- (i) Fiança bancária emitida em maio de 2011, que, na data deste Prospecto Definitivo tinha valor em aberto de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com vencimento em 04 de maio de 2016;
- (ii) Cartas de Crédito Importação, celebradas em junho de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo somavam valor total em aberto de USD 28.844.00,00 (vinte e oito milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil dólares americanos), com vencimento em 23 de janeiro de 2015;
- (iii) Empréstimos na modalidade de financiamento à importação, contratados em junho de 2013, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam valor total em aberto de USD 34.536.000,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil dólares americanos), com vencimento em 23 de janeiro de 2015;
- (iv) Operações na modalidade crédito direto com interveniência (CDCI), celebrados entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto de R\$ 917.671,83 (novecentos e dezessete mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos), com vencimentos até 20 de dezembro de 2014;
- (v) Operações de derivativos (hedge) nas modalidades “termo de moedas” e “swap”, celebradas entre maio de 2013 e fevereiro de 2014, que, na data deste Prospecto Definitivo, somavam o valor total em aberto de R\$ 46.565.051,63 (quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), com vencimentos até 17 de julho de 2017; e
- (vi) Aplicações financeiras na modalidade de compromissada, celebradas entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, que na data deste Prospecto Definitivo, somavam valor total em aberto de R\$ 114.119.806,66 (cento e quatorze milhões, cento e dezenove mil, oitocentos e seis reais e sessenta e seis centavo), com vencimentos até 06 de agosto de 2014.

#### *7.2.19 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Santander*

Além do relacionamento referente à Oferta, as Cedentes Renner e/ou as sociedades por elas controladas mantêm relacionamento comercial com o Santander e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Nesse contexto, na data deste Prospecto Definitivo, o Santander presta os seguintes serviços bancários:

- (i) operações de renda fixa envolvendo depósito a prazo e operações compromissadas contratadas pela Lojas Renner e Maxmix Comercial Ltda. junto ao Santander e que resultaram em um volume médio mensal de R\$94,77 milhões em 2013; e
- (ii) operações de Cash Management contratadas pelas as Cedentes Renner e Maxmix Comercial Ltda. junto ao Santander, que incluem serviços de coleta de valores e arrecadações num valor médio mensal de R\$5,74 milhões.

Além disso, as Cedentes Renner e suas controladas também possuem as seguintes operações de crédito com o Santander:

- (i) operações de derivativos contratadas pelas Cedentes Renner entre junho de 2013 e fevereiro de 2014, com vencimento entre fevereiro de 2014 e dezembro de 2014 e saldo devedor atual, na data deste Prospecto, de R\$3,7 milhões; e
- (ii) operações de conta garantida contratadas pelas Cedentes Renner a partir de setembro de 2013 com vencimento entre março e setembro de 2014, com saldo devedor atual, na data deste Prospecto, de R\$110,5 milhões.

Exceto pelo informado acima, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão das Cedentes Renner ou sociedades de seu grupo econômico, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia ou sociedades de seu grupo econômico.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão das Cedentes Renner, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Santander e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais do que 5% do capital social da Lojas Renner.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta Global – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Santander ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Lojas Renner entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da sua Oferta Global. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico.

#### *7.2.20 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Votorantim*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner e o Votorantim possuem 23 (vinte e três) contratos de NDF emitidos ao longo de 2013, com vencimentos ao longo de 2014, somando o valor total em 24 de fevereiro de 2014 de R\$ 6.611.296,75 (seis milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

#### *7.2.21 Relacionamento entre as Cedentes Renner e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner não mantêm qualquer relacionamento societário com a Agência de Classificação, bem como não mantêm relações comerciais com a Agência de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

Não obstante, a Agência de Classificação participou do FIDC I, no qual a Lojas Renner é cedente dos direitos de crédito objetos de aquisição por tal fundo, além das emissões de debêntures realizadas pela Lojas Renner.

#### *7.2.22 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto Definitivo, as Cedentes Renner não mantêm qualquer relacionamento societário com o Auditor Independente, bem como não mantêm relações comerciais com o Auditor Independente que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

Não obstante, o Auditor Independente participou do FIDC I, no qual a Lojas Renner é cedente dos direitos de crédito objetos de aquisição por tal fundo.

#### *7.2.23 Relacionamento entre as Cedentes Renner e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

O Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios presta serviços de suporte e aplicação das ferramentas necessárias à apuração e escrituração fiscal para as Cedentes Renner.

#### *7.2.24 Relacionamento entre a Administradora, o Custodiante e o Escriturador*

Em 30 de dezembro de 2013, a Administradora e, o Custodiante e o Escriturador pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, a Administradora, o Custodiante e o Escriturador poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto como prestadores de serviços em outros fundos.

A Administradora, o Custodiante e o Escriturador não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.25 Relacionamento entre a Administradora e a Gestora*

Em 30 de dezembro de 2013, a Administradora e o Gestor pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, a Administradora e o Gestor poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto como prestadores de serviços em outros fundos.

A Administradora e o Gestor não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.26 Relacionamento entre a Administradora e o Coordenador Líder*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com a Administradora e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.27 Relacionamento entre a Administradora e o Bradesco BBI*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Bradesco BBI pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, o Bradesco BBI e a Administradora poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto em outros fundos.

O Bradesco BBI e a Administradora não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.28 Relacionamento entre a Administradora e o Santander*

Na data deste Prospecto, o Santander e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com a Administradora e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.29 Relacionamento entre a Administradora e o Votorantim*

Na data deste Prospecto Definitivo, as empresas do conglomerado financeiro do Votorantim participaram da distribuição de determinados fundos administrados pela Administradora.

#### *7.2.30 Relacionamento entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco*

Em 30 de dezembro de 2013, a Administradora não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

#### *7.2.31 Relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente*

Em 30 de dezembro de 2013, o Auditor Independente presta serviços de auditoria para a Administradora. Adicionalmente, o Auditor Independente presta serviços a fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *7.2.32 Relacionamento entre a Administradora e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.33 Relacionamento entre o Custodiante e a Gestora*

Em 30 de dezembro de 2013, o Custodiante e o Gestor pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, o Custodiante e o Gestor poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto em outros fundos como prestadores de serviços.

O Custodiante e o Gestor não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.34 Relacionamento entre o Custodiante e o Coordenador Líder*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o Custodiante e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.35 Relacionamento entre o Custodiante e o Bradesco BBI*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante e o Bradesco BBI pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, o Bradesco BBI e o Custodiante poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto em outros fundos.

O Bradesco BBI e o Custodiante não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.36 Relacionamento entre o Custodiante e o Santander*

Na data deste Prospecto, o Santander e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o Custodiante e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.37 Relacionamento entre o Custodiante e o Votorantim*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante e o Votorantim possuem 1 (uma) operação de swap com valor base de R\$ 38.978.000,00 (trinta e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil reais), contratado em 24 de maio de 2007, com vencimento em 1º de abril de 2019.

Além disso, o Custodiante atua como banco arrecadador, custodiante, controlador e serviço de cobrança em operações de fundo de investimento da BV Financeira e Coordenadas pelo Votorantim.

#### *7.2.38 Relacionamento entre o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco*

Em 30 de junho de 2013, o Custodiante não mantém qualquer relacionamento societário com as Agências de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com as Agências de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

#### *7.2.39 Relacionamento entre o Custodiante e o Auditor Independente*

Em 30 de dezembro de 2013, o Auditor Independente presta serviços de auditoria para o Custodiante. Adicionalmente, o Auditor Independente presta serviços a fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Custodiante ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *7.2.40 Relacionamento entre o Custodiante e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.41 Relacionamento entre o Coordenador Líder e o Auditor Independente*

O Auditor Independente presta serviços de auditoria para o Coordenador Líder. Adicionalmente, o Auditor Independente presta serviços a fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Coordenador Líder ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *7.2.42 Relacionamento entre o Bradesco BBI e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Auditor Independente presta serviços de auditoria para o Bradesco BBI e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

#### *7.2.43 Relacionamento entre o Santander e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Auditor Independente presta serviços de auditoria para o Santander e a fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Santander ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *7.2.44 Relacionamento entre o Votorantim e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Votorantim não possui operações ativas ou passivas entre Votorantim e o Auditor Independente.

#### *7.2.45 Relacionamento entre o Coordenador Líder e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.46 Relacionamento entre o Bradesco BBI e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Bradesco BBI não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.47 Relacionamento entre o Santander e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Santander e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.48 Relacionamento entre o Votorantim e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios*

Na data deste Prospecto Definitivo, Votorantim não mantém qualquer relacionamento com o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios.

#### *7.2.49 Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder não mantém qualquer relacionamento societário com as Agências de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com as Agências de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

#### *7.2.50 Relacionamento entre o Bradesco BBI e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Bradesco BBI não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

#### *7.2.51 Relacionamento entre o Santander e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Santander não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

#### *7.2.52 Relacionamento entre o Votorantim e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Votorantim não possui operações ativas ou passivas com a Agência de Classificação de Risco.

#### *7.2.53 Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com a Gestora e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.



#### *7.2.54 Relacionamento entre o Bradesco BBI e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Gestora e o Bradesco BBI pertencem ao mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, as partes mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, o Bradesco BBI e a Gestora poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar em conjunto em outros fundos.

O Bradesco BBI e a Gestora não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *7.2.55 Relacionamento entre o Santander e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Santander e outras empresas de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com a Gestora e suas partes relacionadas, no curso normal de seus negócios.

#### *7.2.56 Relacionamento entre o Votorantim e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Votorantim e a Gestora possuem 6 (seis) operações de CDB contratadas ao longo de 2009, 2012 e 2013 com valor total de mercado de R\$ 1.617.759.208,00 (um bilhão, seiscentos e dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentos reais) em 24 de fevereiro de 2014

### **7.3 Conflito de interesses**

Na data deste Prospecto Definitivo não havia nenhuma outra relação societária ou relação comercial relevante entre as partes envolvidas com o Fundo e a Oferta que poderia, de alguma forma, resultar num conflito de interesses entre as partes envolvidas com o Fundo e a Oferta, além daquelas mencionadas nesta Seção “Relacionamento entre as Partes envolvidas com o Fundo e a Oferta”, bem como não havia conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, controladoria, custódia qualificada e escrituração e administração do Fundo, quer seja em relação aos Cedentes, à Administradora, às Instituições Participantes da Oferta e/ou ao Custodiante, conforme o caso, além de eventuais conflitos de interesse decorrentes das relações mencionadas acima. Ademais, na data deste Prospecto Definitivo, os prestadores de serviço do Fundo possuíam completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

1. Por este instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira devidamente autorizada e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar, no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), resolve:
  - a. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada, e da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 356/01"), sob a forma de condomínio fechado, que será denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL** ("Fundo");
  - b. aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("Regulamento");
  - c. nomear o Sr. André Bernardino da Cruz Filho, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 35.331.675-1, inscrito no CPF/MF sob n.º 192.221.224-53, residente e domiciliado na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar, para ser o diretor do Administrador, autorizado a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 10.632 de 07 de outubro de 2009.
  - d. aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo:





**Bradesco**  
BEM DTVM

(i) BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.375.134/0001-44, para ser responsável pela gestão profissional da carteira de investimentos do Fundo;

(ii) Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para ser responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração das cotas do Fundo;

(iii) KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e

(iv) Standard and Poor's, divisão da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, para serem responsáveis pela atribuição da classificação de risco às Cotas Seniores do Fundo.

e. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01, para a obtenção do registro de funcionamento do Fundo.

2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Este instrumento de constituição e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, 09 de dezembro de 2013.

#### BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

FABIANO BOTTIGNON  
KOSAKA:1355460581  
6

Assinado de forma digital por FABIANO BOTTIGNON KOSAKA:1355460581  
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=AR BRADESCO, ou=FABIANO BOTTIGNON KOSAKA:1355460581  
Dados: 2013.12.09 12:39:06 -02'00'

Por:  
Cargo:

JOSE ARY DE  
CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827

Assinado de forma digital por JOSE ARY DE CAMARGO SALLES NETO:15106300827  
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=AR BRADESCO, ou=JOSE ARY DE CAMARGO SALLES NETO:15106300827  
Dados: 2013.12.09 12:31:03 -02'00'

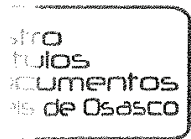
Por:  
Cargo:



**ANEXO II – REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





## Regulamento

do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Datado de

9 de dezembro de 2013



Documento assinado de forma digital JACSF8K 20131209

## REGULAMENTO

### DO

## FUNDO DE INVESTIMENTO

### EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"). Para fins de classificação ANBIMA, este Fundo é do tipo FIDC Outros, atributo foco de atuação "Multicarteira Outros".

#### 1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

- 1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e é classificado pela ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
- 1.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3 O Regulamento e o Suplemento serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua aprovação pela Administradora. Eventuais aditamentos a este Regulamento e novos Suplementos serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua aprovação pela Assembleia Geral ou após sua aprovação pela Administradora, conforme o caso.
- 1.4 As alterações a este Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral ou do instrumento particular de alteração ao Regulamento, conforme o caso; e (iii) do exemplar deste Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.
- 1.5 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração do Fundo, ou, ainda, em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização parcial de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.



- 1.6 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.
2. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO
- 2.1 O prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.
3. OBJETO
- 3.1 O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita na Cláusula 5 abaixo.
- 3.1.1 Os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelos Cedentes Renner aos seus Clientes, i.e., abertura de crédito sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes da Lojas Renner; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes da Lojas Renner para refinar parcelas de pagamento a que se referem os itens (i) e (ii) anteriores, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").
- 3.1.2 Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pelos Cedentes, observada a política de investimento e os critérios de composição da Carteira do Fundo descritos na Cláusula 5 abaixo. Os Direitos de Crédito são representados pelos Documentos Comprobatórios emitidos pelos Cedentes e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.
4. PÚBLICO ALVO
- 4.1 As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.
5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA
- 5.1 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida nesta Cláusula, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo.
- 5.2 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas



Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos a que se referem os incisos (i) e (ii) dos itens 3.1.1..

- 5.3 Os recursos resultantes do pagamento dos Direitos de Crédito serão depositados na Conta Vinculada Centralizadora e posteriormente transferidos para a Conta do Fundo pelo Custodiante, nos termos deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 5.4 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão reinvestidos pela Gestora em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros até a data de liquidação do Fundo.
- 5.5 O Fundo não poderá realizar:
- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - (b) operações em mercado de derivativos;
  - (c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que a Administradora figure, direta ou indiretamente, como contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e
  - (d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 5.6 A Administradora, a Gestora e o Custodiante, assim como suas respectivas Afiliadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela existência e validade dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, sem prejuízo de suas obrigações previstas nos artigos 34 e 38 da Instrução CVM 356.
- 5.7 O Fundo somente poderá adquirir e manter em sua Carteira Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, a todos os Critérios de Elegibilidade.
- 5.7.1 O Custodiante será responsável pela verificação e validação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo.
- 5.8 Adicionalmente, cada Cedente é responsável pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por eles cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, observada a Cláusula 6.1.4 abaixo. Os Cedentes não respondem pela solvência dos Clientes. Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto nesta Cláusula ao atingimento da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.



- 5.9 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata esta Cláusula por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.
- 5.10 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356 e, respeitado o disposto no artigo 40-8 da Instrução CVM 356, a totalidade de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Cliente está limitada a R\$12.000,00 (doze mil reais) por Cliente, a qualquer tempo.
- 5.11 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros a seguir relacionados (em conjunto, "Ativos Financeiros"):
- I. moeda corrente nacional;
  - II. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - III. títulos de emissão do BACEN;
  - IV. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens II e III acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
  - V. cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos Itens I a IV acima.
- 5.12 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de titularidade do Fundo aberta no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.
- 5.13 O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.
- 5.14 O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 acima.
- 5.15 Cada Cedente fornecerá ao Custodiante os Documentos Comprobatórios, nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante.



5.16 Os percentuais e limites referidos nesta Cláusula serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, devendo a Administradora zelar e emendar seus melhores esforços para manter a Alocação Mínima.

5.17 As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

#### 6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

6.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):

- I. os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo) vencidos e não pagos;
- II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito exigível de por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$12.000,00 (doze mil reais);
- III. não obstante a limitação mencionada no Item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- IV. os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- V. (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VI. os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- VII. cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.

6.1.1 O Custodiante será a Instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

6.1.2 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos



Cedentes por meio do Arquivo Magnético de Cessão, os quais serão arquivadas pelo Custodiante.

- 6.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de notificação da Administradora Informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- 6.1.4 A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.2 Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que os Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.

## 7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

- 7.1 Os Cedentes Renner deverão observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento na originação dos Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo.

## 8. FATORES DE RISCO

- 8.1 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir ao presente Regulamento, por meio do Termo de Adesão, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e fundamentada a adequação (*suitability*) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.

A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Gestora, os Cedentes e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do





Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

#### 8.1.1 Riscos de Mercado:

**Risco de mercado:** O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

#### 8.1.2 Riscos de Crédito:

- I. **Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- II. **Flutuação dos Ativos Financeiros.** O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser





temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

- III. Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira,

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

- IV. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- V. Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

#### 8.1.3 Riscos de Liquidez:

- I. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da



Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.

- II. Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 abaixo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.
- IV. Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.
- V. Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer



outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- VI. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### 8.1.4 Riscos Operacionais:

- I. Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- II. Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação



apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

III. Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV a este Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

IV. Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos



necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- V. Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinaranciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VI. Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas Instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### 8.1.5 Outros Riscos:





- I. Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.
- II. Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 abaixo.
- III. Riscos de origem. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- IV. Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto,



desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

- V. Riscos relacionados à Integralização de Quotas Subordinadas pelos Cedentes Renner. Um dos Cedentes Renner será o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer dos Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos deste Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais os Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.
- VI. Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VII. Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.
- VIII. Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de



investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- IX. Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.
- X. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:
- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
  - (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
  - (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
  - (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.
- XI. Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da





Cláusula 20.1 abaixo, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes da Lojas Renner nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelos Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

- XII. Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelos Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelos Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.
- XIII. Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto neste Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os Interesses do Fundo e dos Investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- XIV. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de



risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

XV. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

XVI. Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## 9. ADMINISTRADORA

9.1 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de



Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 9 3067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora").

- 9.2 A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição de Direitos de Crédito aos termos e condições dos Contratos de Cessão; e (iii) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.
- 9.3 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 9.4 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cobrança e, observada a regulamentação aplicável, a Administradora ou os prestadores de serviços por esta contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
  - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
  - IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do Fundo, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.
- 9.4.1 Incluem-se entre as obrigações da Administradora:



- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (b) o registro dos Quotistas;
  - (c) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - (d) o livro de presença dos Quotistas;
  - (e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública;
  - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356;
  - (g) os registros contábeis referentes ao Fundo; e
  - (h) os relatórios do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como do Prospecto, que terá como anexo este Regulamento, os relatórios preparados pelo Auditor Independente e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- IV. sem prejuízo da divulgação das informações a que se refere à Cláusula 23 abaixo, divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas Instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- V. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- VI. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VII. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VIII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;



- IX. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;
- X. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- XI. disponibilizar, em sua página na internet ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)), as regras e procedimentos adotados pela Administradora que lhe permitam diligenciar o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviço contratados, sem prejuízo de sua inserção no Prospecto e no respectivo contrato de prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável;
- XII. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a Cláusula 9.3 acima;
- XIII. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto nas Cláusulas 2 a 5 acima;
- XIV. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como a Gestora, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, o Agente Depositário, a Agência de Classificação de Risco, o Auditor Independente, os assessores legais do Fundo e à celebração do Contrato de Gestão, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- XV. executar, diretamente ou por meio da contratação do Custodiante, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XVI. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos das Contas



Vinculadas, da Conta Vinculada Centralizadora, da Conta do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante em favor dos Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (b) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (c) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;

- XVII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- XVIII. informar à Agência de Classificação de Risco a sua substituição como Administradora do Fundo, até no máximo a data de substituição;
- XIX. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Auditor Independente ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos a quaisquer dos Contratos de Cessão;
- XX. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos deste Regulamento;
- XXI. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas (a) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; (b) aos Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança; e (c) ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário;
- XXII. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XXIII. comunicar os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato;
- XXIV. no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante e do Agente Depositário ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e





- XXV. fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

9.4.2 É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste; e
- IV. ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo, inclusive por meio de suas partes relacionadas.

9.4.3 As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

9.4.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu



próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- X. delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no Inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
  - XI. obter ou conceder empréstimos;
  - XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
  - XIII. realizar operações em mercados derivativos.
- 9.4.5 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas com as informações exigidas nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356.
- 9.4.6 A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, custódia e controladoria, observado o valor mínimo de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano; e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao ano.
- 9.4.7 A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.
- 9.4.8 Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano anterior.
- 9.4.9 Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.
- 9.4.10 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

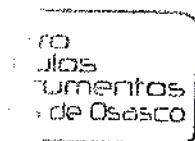
#### 10. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA





- 10.1 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata a Cláusula 22.11 abaixo.
- 10.2 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata a Cláusula 10.1 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto na Cláusula 22.11 abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.
- 10.3 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de Instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.
- 10.4 A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5 A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.11 abaixo.
11. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PRESTADORES DE SERVIÇOS
- 11.1 GESTORA
- 11.1.1 O Fundo contratou a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44, para prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.
- 11.1.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e neste Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e por este Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Ativos Financeiros.





11.1.3 A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos deste Regulamento do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.

## 11.2 CUSTODIANTE

11.2.1 O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo ("Custodiante"), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia, bem como prestará os serviços de escrituração das Quotas do Fundo ("Escriturador").

11.2.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, em atendimento ao disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades e demais obrigações:

- I. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- II. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula 12.2 deste regulamento;
- III. fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do fundo;
- IV. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, para a Agência de Classificação de Risco e para os órgãos reguladores; e
- V. receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta do Fundo.

11.2.3 Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

11.2.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.3 acima, o Custodiante deverá realizar a verificação periódica dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Inadimplidos, de forma integral e individualizada.

11.2.5 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do



Fundo; (i) cada Conta do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; (3) no sistema C3 de Central de Cessão de Crédito, por meio do qual as cessões dos Direitos de Crédito pelo Itaú Unibanco serão registradas; ou (4) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.

- 11.2.6 Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, nos termos da Cláusula 11.2.2 acima; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes dos Direitos de Crédito.
- 11.2.7 O Custodiante manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 11.2.8 O Custodiante deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito, sempre que solicitado pela Administradora, observado o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia.
- 11.2.9 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.2.10 No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo aos Agentes de Cobrança exercerem referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.
- 11.2.11 Em complementação ao disposto na Cláusula 11.2.2 acima, no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora:
- I. solicitar a movimentação, ao Agente Depositário, em nome do Fundo, (i) da Conta Vinculada Centralizadora; e (ii) da Conta do Fundo;



- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

11.2.13 O Custodiante declara que não há conflito de interesses com a Administradora na prestação de serviços de custódia para o Fundo nos termos desta Cláusula.

#### 11.3 AGENTE DEPOSITÁRIO

11.3.1 O Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo ("Agente Depositário"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

11.3.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências de Direitos de Crédito da Conta Vinculada Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.

#### 11.4 AGENTES DE COBRANÇA

11.4.1 A Lojas Renner e a RACC foram contratadas como Agentes de Cobrança para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e do Anexo III a este Regulamento.

#### 11.5 AUDITOR INDEPENDENTE

11.5.1 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Auditor Independente").

#### 11.6 AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

11.6.1 Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

#### 12. PROCEDIMENTOS DE OFERTA, AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE COBRANÇA

12.1 Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:



- I. os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras em média, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;
  - II. os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;
  - III. os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e
  - IV. os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.
- 12.2 O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Magnético de Liquidação enviado pelos Cedentes Renner, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.
- 12.3 Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão, nos respectivos Termos de Cessão e neste Regulamento.
- 12.4 Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV a este Regulamento.
- 12.5 Os Cedentes Renner terão a opção de recomprar os Direitos de Crédito por eles originalmente cedidos, cujo pagamento esteja em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.
13. QUOTAS



- 13.1 As Quotas do Fundo serão divididas em 2 (duas) classes, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 13.2 O Fundo emitirá até 16.800 (dezesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).
- 13.3 Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 13.4 A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base na Cláusula 14.7 abaixo.
- 13.5 As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - III. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 abaixo; e
  - IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.
- 13.5.1 As Quotas Sênior da primeira emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, devendo ser colocadas perante Investidores Qualificados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
- 13.5.2 As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos da Cláusula 17 abaixo.
- 13.6 Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida neste Regulamento, que serão integralizadas pelos Cedentes Renner.
- 13.7 A Administradora deliberará sobre novas emissões de Quotas Subordinadas sempre que necessário para a manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, nos termos da Cláusula 13.7.4 abaixo e do Suplemento, respectivamente, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral.





13.7.1 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- I. subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- II. somente poderão ser resgatadas após o resgate Integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- III. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- IV. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.11 abaixo; e
- V. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.17 abaixo, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.
- VI. as Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.

13.7.2 As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

13.7.3 As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos deste Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento, ser integralizadas por um dos Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

13.7.4 A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que um dos Cedentes Renner Integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos das Cláusulas 15.1.5 e 15.1.6 abaixo, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis meses) será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por um dos Cedentes Renner.

13.7.5 As Quotas Subordinadas não serão objeto de negociação, observado a Cláusula 17 abaixo.

#### 14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS



- 14.1 As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das Cláusulas 14.7 e 14.11 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.
- 14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.
- 14.3 No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.
- 14.4 O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.
- 14.5 As Quotas serão integralizadas à vista.
- 14.6 Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou *performance* pela Administradora.
- 14.7 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:
- I. o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
  - II. o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS<sub>T</sub>: valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";





$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$ : Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DIT-1 = 12,00\%$ ; e

$Spread_{sn}$ : Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{sn} = 0,50$ .

- 14.8 Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir o valor das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas Sênior, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme esta Cláusula, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.
- 14.9 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item XII da Cláusula 20.1 abaixo, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 abaixo, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente à 2% (dois por cento) ao ano, com base em uma ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pro rata temporis, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.
- 14.10 Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 14.9 acima, um dos Cedentes Renner subscreverão e integralizarão novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.
- 14.11 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.



15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

15.1 As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto nesta Cláusula 15 acima e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.

15.1.1 A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá trimestralmente, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização"), respeitado o disposto na Cláusula 15.1.2 abaixo.

15.1.2 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AM_T$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

15.1.3 A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de Investimento estabelecida neste Regulamento, seja (i) a partir de 15 dias antes de cada



Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.

- 15.1.4 A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima prevista na Cláusula 5.8 acima.
- 15.1.5 Exceto no caso da Cláusula 15.1.4 acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso um dos Cedentes Renner não integralizem Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos da Cláusula 13.7.3 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.
- 15.1.6 Para fins do disposto na Cláusula 15.1.5 acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.
- 15.1.7 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.
- 15.1.8 A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
- I. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos; e
  - II. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral.
- 15.1.9 Para fins do previsto na Cláusula 15.1.8 acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada,



devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.

15.1.10 O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.

15.1.11 A amortização de que trata a Cláusula 15.1.8 acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.

16. PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

16.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista na Cláusula 18.1 abaixo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 14.11 acima, conforme o caso.

16.2 A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

16.3 Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

16.4 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 20.35 e 20.6 abaixo, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.

16.5 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

17.1 As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo



constante do Anexo II, por meio do qual o Investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada, e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta Cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

17.2 Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

17.3 As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

#### 18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

18.1 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 acima;
- IV. formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 acima; e
- VI. pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 acima.

#### 19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO



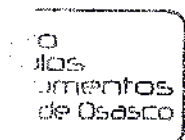
- 19.1 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.
- 19.2 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo, serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.
- 19.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.
- 19.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- 20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):
- I. realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis meses), nos termos da Cláusula 15.1 acima;
  - II. rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
  - III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
  - IV. inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
  - V. impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
  - VI. caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;







- VII. caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 acima não sejam constituídas;
- VIII. em caso de solicitação de rescisão dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- IX. em caso de solicitação de rescisão do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por um dos Cedentes Renner;
- X. em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- XI. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIII. inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIV. descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra os Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;
- XV. na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- XVII. caso os Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos



Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidação");

- I. realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com este Regulamento;
- II. caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer dos Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer dos Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer dos Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer dos Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer dos Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer dos Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- III. por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- IV. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- V. protesto de títulos contra qualquer dos Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- VI. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer dos Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis





contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensão por meio de medida judicial própria;

- VII. em caso de renúncia da Administradora, sem que nova Instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- VIII. caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
- IX. em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova Instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.

- 20.3 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 abaixo, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 20.4 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista nesta Cláusula, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.
- 20.5 Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos na Cláusula 20.6 abaixo.
- 20.6 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.7 Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 20.6 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.15 abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.
- 20.8 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.



- 20.9 Na hipótese de liquidação antecipada, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, em caso de descumprimento por culpa grave ou dolo dos Cedentes Renner do disposto no item XIII da Cláusula 20.1 acima, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 acima, será acrescido de prêmio, conforme determinado na Cláusula 14.9 acima, definido de acordo com a data em que as respectivas Quotas forem resgatadas.
- 20.10 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.
- 20.11 Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.
- 20.12 Caso a Assembleia Geral referida na Cláusula 20.11 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.
- 20.13 Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada na Cláusula 20.12 acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.



- 20.14 Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

- 21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos Interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- X. despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- XI. despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos Interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e
- XII. despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.



21.2 As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 22. ASSEMBLEIA GERAL

22.1 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- II. deliberar sobre a substituição da Administradora;
- III. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- IV. deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- V. deliberar sobre liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens I, VIII e XII, observado o procedimento da Cláusula 16 acima;
- VI. aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos, sem prejuízo da 22.2 abaixo;
- VII. aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, do Agente Depositário, do Auditor Independente e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
- IX. aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
- X. aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos;
- XI. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata a Cláusula 14.7 acima ou os critérios de amortização estabelecidos na Cláusula 15.1 acima e no Suplemento;
- XII. alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto nesta Cláusula;



- XIII. aprovar a realização de alterações na Política de Concessão de Crédito da Lojas Renner, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou no Termo de Cessão de Recebíveis que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito, exceto no caso de alterações realizadas exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares; e
- XIV. resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.
- 22.2 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, imprerivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.
- 22.3 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 22.4 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.
- 22.5 A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 22.6 A presidência da Assembleia Geral caberá a representante da Administradora.
- 22.7 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.8 abaixo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.



- 22.8 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 22.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas, ou correio eletrônico enviados aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.
- 22.10 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.
- 22.11 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e XIII acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.
- 22.12 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII e X da Cláusula 22.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas nesta Cláusula, dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.
- 22.13 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens VIII e IX da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Sênior em Circulação
- 22.14 Observado o disposto na Cláusula 22.1 acima, as deliberações sobre as matérias indicadas nos itens XI, XII e XIII da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) de todas as Quotas em Circulação e com direito a voto, conforme o caso.
- 22.15 As deliberações sobre a matéria indicada no item XIV da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em Circulação e com direito a voto.
- 22.16 Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelos Cedentes Renner, ou que pertençam a afiliadas dos Cedentes Renner e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 22.17 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os





Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

- 22.18 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

- 23.1 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de Informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

- 23.2 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, Inciso IV, da Instrução CVM 356.

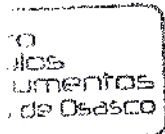
- 23.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

- 23.4 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

- 23.5 A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS





- 24.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 24.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) dias contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.
- 24.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.
- 24.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, na forma da Cláusula 19.2 acima.
- 24.5 Por ocasião da auditoria de que trata a Cláusula 24.4 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da legislação vigente.
- 24.6 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.
- 24.7 A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em assembleias.
- 24.8 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); email: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

Osasco, 9 de dezembro de 2013



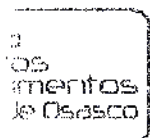


## ANEXO I

### Definições

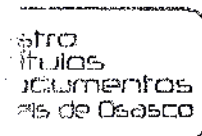
Administradora:	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
Afiliada:	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
Agentes de Cobrança:	é a Lojas Renner e/ou RACC;
Agente Depositário:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Alocação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.8 acima;
Amortização Extraordinária:	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos da Cláusula 15.1 acima;





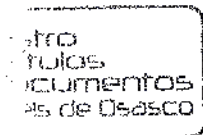
Amortização Periódica:	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
ANBIMA	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos:	são os Anexos a este Regulamento;
Arquivo Magnético de Cessão:	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue, pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;
Arquivo Magnético de Liquidação:	é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 acima;
Ativos Financeiros:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.11 acima;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Cartão Renner:	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner;
Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;





Cedentes:	são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;
Cedentes Renner:	são a Lojas Renner e a RACC;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil:	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
Código de Processo Civil:	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
Conta do Fundo:	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Conta Movimento Lojas Renner:	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
Conta Vinculada Centralizadora:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a Instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos deste Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e no Contrato de Custódia;
Conta Vinculada RACC	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, nas quais será depositada os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela instituição financeira na qual é mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;





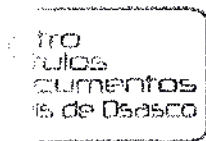
Contas Vinculadas:	são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;
Contas Vinculadas Lojas Renner:	são as contas vinculadas ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contrato de Administração de Contas Vinculadas:	é o Contrato de Administração de Contas Vinculadas, firmado entre as Cedentes Renner com as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantêm as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, conforme o caso;
Contratos de Cessão:	são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;
Contrato de Cessão Cedentes Renner:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, os Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
Contrato de Cessão Itaú Unibanco:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência dos Cedentes Renner e do Custodiante;
Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;
Contrato de Custódia:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas



Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356;

Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes da Lojas Renner, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;
Contrato de Gestão:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, os Cedentes Renner, a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre os Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
Crítérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou



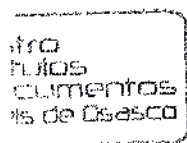


	seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior;	é a data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas;	é a data da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um dos Cedentes Renner à disposição do Fundo;
Data da 1ª integralização das Quotas:	são a Data da 1ª integralização das Quotas Sênior e a Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
Data de Amortização:	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais serão realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições deste Regulamento;
Data de Aquisição:	é a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
Data de Resgate:	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
Clientes:	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
Dia Útil:	é qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste Item, considerar-se-á como a



	data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
Direitos de Crédito:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 3.1.1 deste Regulamento;
Diretor Designado:	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
Distribuidor:	é a instituição financeira autorizada a operar em mercado de capitais, contratada para fins de distribuição das Quotas Sênior do Fundo;
Documentos Comprobatórios:	são (i) as cópias da Escrituração Fiscal Digital (EFD) acompanhadas de seu respectivo comprovante de entrega via Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), observada a legislação fiscal aplicável; e (ii) Arquivo Magnético de Cessão;
Empresas Transportadoras de Valores:	de são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 acima;
Encargos do Fundo:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 21.1 acima;
Eventos de Avaliação:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 acima;
Eventos de Liquidação:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 acima;
Escriturador:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;

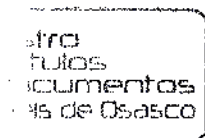




Excesso de Cobertura:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 15.1.8 acima;
Fundo:	tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;
Gestora:	é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;
Instituições Autorizadas:	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
Instituições Receptoras:	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais os Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
Instrução CVM 356:	é a Instrução n.º 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 400:	é a Instrução n.º 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 489:	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros.
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
Itaú Unibanco:	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;







Lojas Renner:	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.754.738/0001-62;
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido do Fundo:	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 acima e às provisões referidas na Cláusula 18 acima;
Periódico:	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
Política de Cobrança:	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinanciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (II) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
Política de Concessão de Crédito:	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
Prazo de Duração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 acima;
Produtos	Significam os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas.
Prospectos:	é o prospecto preliminar e o prospecto definitivo;



Quotas:	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;
Quotas em Circulação:	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
Quotas Sênior:	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
Quotas Sênior em Circulação:	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
Quotas Subordinadas:	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelos Cedentes Renner;
Quotas Subordinadas em Circulação:	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
Quotistas:	são os titulares das Quotas;
RACC:	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.055.609/0001-50;
Refinanciamentos:	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) serão decorrentes de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelos Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) serão decorrentes de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, cujos respectivos Direitos de Crédito tenham sido cedidos ao Fundo;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo, conforme definido no preâmbulo;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;



<b>SELIC:</b>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<b>SF:</b>	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
<b>Suplemento:</b>	é o suplemento ao presente Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;
<b>Taxa de Administração:</b>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.4.6 acima;
<b>Taxa DI:</b>	<p>são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "extra-grupo", apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis;</p> <p>Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;</p>
<b>Termo de Adesão:</b>	é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, conforme Anexo II;
<b>Termo de Cessão:</b>	é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.



## ANEXO II

### TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

À  
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara  
Osasco, SP  
At.: [•]

(Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento).

1. Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo 1º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), adere, expressamente, aos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.
2. O investidor também declara:
  - I. ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações;
  - II. ter recebido cópia do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
  - III. ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento suficiente ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
  - IV. ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nas Cláusulas 3 e 5 do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
  - V. ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.



O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito



adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 acima; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de





venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

**Público alvo restrito a Investidores Qualificados.** Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

**Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates.** As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.** Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa,



incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envolverão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os





Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se



materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

**Risco de descontinuidade.** Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

**Risco de liquidação antecipada do Fundo.** O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 acima.

**Riscos de origemação.** A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

**Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito.** Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser



cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelos Cedentes Renner. Um dos Cedentes Renner será o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer dos Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos no Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais os Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos Investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.



Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 acima, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes da Lojas Renner nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelos Cedentes Renner, o que pode



prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelos Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelos Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas colocarão os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.





Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

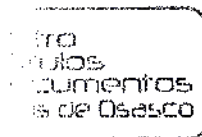
Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- VI. que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- VII. ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- VIII. ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- IX. ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- X. autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;



- XI. ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- XII. ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- XIII. que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- XIV. estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- XV. ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- XVI. ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- XVII. reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- XVIII. reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- XIX. obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- XX. ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do





BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;

- XXI. obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- XXII. que os recursos que serão utilizados na integralização das suas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- XXIII. ter recebido cópia do Prospecto, bem como lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:

Nomes e cargos dos representantes legais:

CNPJ/MF:

E-mail:

\_\_\_\_\_

[Inserir Nome do Quotista]

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:

\_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:





### ANEXO III

#### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

1. Pré-requisitos para a solicitações de crédito
  - 1.1 Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o Cadastro de Pessoa Física (CPF); e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
2. Análise de Crédito
  - 2.1 Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.
  - 2.2 Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.
  - 2.3 O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.
3. Proposta Recusada
  - 3.1 Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.
4. Reavaliação do Crédito
  - 4.1 Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.



#### ANEXO IV

##### DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER

###### 1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelos Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

###### - Cobrança Interna

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias, sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

###### - Cobrança Externa

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

###### - Renegociações

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério dos Agentes de Cobrança nos encargos devidos.



## ANEXO V

### MODELO DE SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### SUPLEMENTO DE [•] EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior: R\$[•] ([•])

Quantidade de Quotas Sênior: [•] ([•])

Preço de Emissão: R\$[•] ([•]) cada

Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior: [•]

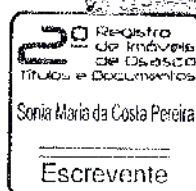
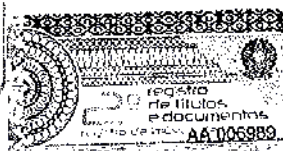
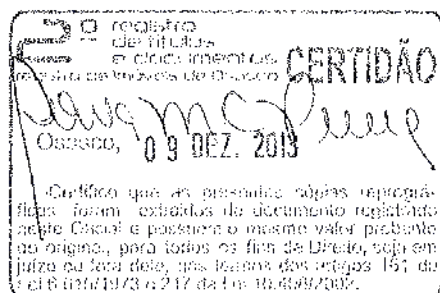
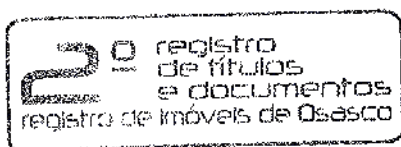
Amortização Periódica: [•]

Data de Resgate: [•]

Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior: [•]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no [•]º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em [•], sob o n.º [•]).





1º (PRIMEIRO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

Pelo presente instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Administradora"), na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 19.407.663/0001-53 ("Fundo"),

**CONSIDERANDO:**

- I. que o Fundo encontra-se devidamente constituído por Instrumento Particular de Constituição datado de 09 de dezembro de 2013 e registrado na mesma data, juntamente com seu regulamento ("Regulamento"), no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob n.º 274.277;
- II. que o Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação; e
- III. que a Administradora deseja alterar e consolidar o inteiro teor do Regulamento para fazer constar (i) a alteração da Cláusula 3.1.1 que trata da definição de Direitos de Crédito; (ii) a alteração da Cláusula 5.10 que trata do somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por cada cliente; (iii) a alteração da Cláusula 5.15 que trata da guarda dos Arquivos Redução Z; (iv) a alteração ao inciso II à Cláusula 6.1 (Critérios de Elegibilidade) que trata do somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por cada Cliente; (v) a alteração ao inciso III à Cláusula 6.1 (Critérios de Elegibilidade) que trata do valor máximo de cada parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes; (vi) a alteração da Cláusula 6.1.2 que trata do envio do Arquivo Eletrônico de Cessão; (vii) a inclusão da Cláusula 6.3; (viii) a inclusão do novo item XI na Cláusula 8.1.5 (Fatores de Risco) relativo ao risco da ausência de registro dos Termos de Cessão; (ix) a inclusão da Cláusula 11.1.4; (x) a inclusão da Cláusula 11.2.5; (xi) a alteração da Cláusula 11.2.8 que trata da guarda dos Documentos Comprobatórios; (xii) a alteração da Cláusula 11.2.9 que trata da disponibilização dos Documentos Comprobatórios; (xiii) a inclusão da Cláusula 11.2.14; (xiv) a alteração na Cláusula 11.3.1 que trata da contratação do Agente Depositário; (xv) a alteração na Cláusula 11.3.2; (xvi) a inclusão da Cláusula 11.4.2; (xvii) a inclusão da Cláusula 11.7 que trata da contratação do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios; (xviii) a alteração do título da Cláusula 12, de forma a refletir os procedimentos de oferta, aquisição e política de cobrança dos direitos de crédito; (xix) a alteração ao inciso I da Cláusula 12.2 (Procedimentos de Oferta, Aquisição e Política de Cobrança); (xx) a alteração da Cláusula 12.3, de forma a esclarecer que o Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelas Cedentes Renner contém os direitos de crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (xxi) alteração da Cláusula 12.5 (Procedimentos de Oferta, Aquisição e Política de Cobrança); (xxii) inclusão do item III na Cláusula 15.1.8; (xxiii) inclusão da definição de Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios; (xxiv) a alteração da definição de Arquivo Magnético de Cessão; (xxv) a alteração da definição de Arquivo Magnético de Liquidação; (xxvi) a inclusão da definição de Arquivo Redução Z; (xxvii) a inclusão da definição de Contrato de Depósito; (xxviii) alteração da definição de Documentos Comprobatórios; (xxix) inclusão da definição de Equipamentos ECF; (xxx) inclusão da definição da Instrução CVM 301; (xxxi) alteração da definição de Refinanciamentos; (xxxii) inclusão no item 2 (v) do Anexo II ao Regulamento (Termo de Adesão ao Regulamento) do fator de risco relativo à ausência de registro dos Termos de Cessão; (xxxiii) alteração do título do Anexo IV; (xxxiv) inclusão das



informações referentes ao registro do Regulamento; e (xxxv) outras alterações em decorrência das alterações acima descritas.

Resolve a Administradora, pelo presente 1º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial (“IPA”), aprovar as alterações e a consolidação do inteiro teor do Regulamento, conforme novo documento Anexo ao presente IPA.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento, segue este IPA assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 21 de janeiro de 2014.

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

JOSE ARY DE  
CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827

Assinado de forma digital por JOSE ARY  
DE CAMARGO SALLES NETO:15106300827  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=JOSE ARY DE CAMARGO  
SALLES NETO:15106300827  
Dados: 2014.01.21 18:47:05 -02'00'

Nome:  
Cargo:

NATANAEL CORREIA  
DE MELO  
JUNIOR:19342578420

Assinado de forma digital por NATANAEL  
CORREIA DE MELO JUNIOR:19342578420  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
A3, ou=(EM BRANCO), ou=AR BRADESCO,  
cn=NATANAEL CORREIA DE MELO  
JUNIOR:19342578420  
Dados: 2014.01.22 08:49:10 -02'00'

Nome:  
Cargo:



**Anexo I**  
**ao 1º (PRIMEIRO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

**REGULAMENTO**

[EM ANEXO]



Regulamento

do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

CNPJ: 19.407.663/0001-53

Datado de

21 de janeiro de 2014.

4



Documento Assinado de Forma Digital - JACAAG20140121



## REGULAMENTO

### DO

## FUNDO DE INVESTIMENTO

### EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"). Para fins de classificação ANBIMA, este Fundo é do tipo FIDC Outros, atributo foco de atuação "Multicarteira Outros".

#### 1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

- 1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e é classificado pela ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
- 1.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3 O Regulamento e o Suplemento serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua aprovação pela Administradora. Eventuais aditamentos a este Regulamento e novos Suplementos serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua aprovação pela Assembleia Geral ou após sua aprovação pela Administradora, conforme o caso.
- 1.4 As alterações a este Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral ou do instrumento particular de alteração ao Regulamento, conforme o caso; e (iii) do exemplar deste Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.
- 1.5 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração do Fundo, ou, ainda, em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização parcial de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.
- 1.6 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.



2. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1 O prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

3. OBJETO

- 3.1 O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita na Cláusula 5 abaixo.

- 3.1.1 Os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelos Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").

- 3.1.2 Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pelos Cedentes, observada a política de investimento e os critérios de composição da Carteira do Fundo descritos na Cláusula 5 abaixo. Os Direitos de Crédito são representados pelos Documentos Comprobatórios emitidos pelos Cedentes e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.

4. PÚBLICO ALVO

- 4.1 As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 5.1 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida nesta Cláusula, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo.

- 5.2 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos a que se referem os itens (i) e (ii) da Cláusula 3.1.1 acima.



- 5.3 Os recursos resultantes do pagamento dos Direitos de Crédito serão depositados na Conta Vinculada Centralizadora e posteriormente transferidos para a Conta do Fundo pelo Custodiante, nos termos deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 5.4 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão reinvestidos pela Gestora em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros até a data de liquidação do Fundo.
- 5.5 O Fundo não poderá realizar:
- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - (b) operações em mercado de derivativos;
  - (c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que a Administradora figure, direta ou indiretamente, como contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e
  - (d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 5.6 A Administradora, a Gestora e o Custodiante, assim como suas respectivas Afiliadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela existência e validade dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, sem prejuízo de suas obrigações previstas nos artigos 34 e 38 da Instrução CVM 356.
- 5.7 O Fundo somente poderá adquirir e manter em sua Carteira Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, a todos os Critérios de Elegibilidade.
- 5.7.1 O Custodiante será responsável pela verificação e validação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo.
- 5.8 Adicionalmente, cada Cedente é responsável pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por eles cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, observada a Cláusula 6.1.4 abaixo. Os Cedentes não respondem pela solvência dos Clientes. Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto nesta Cláusula ao atingimento da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.
- 5.9 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para



prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata esta Cláusula por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

- 5.10 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356 e, respeitado o disposto no artigo 40-B da Instrução CVM 356, a totalidade de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Cliente está limitada a R\$5.000,00 (cinco mil reais) por Cliente, a qualquer tempo.
- 5.11 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros a seguir relacionados (em conjunto, “Ativos Financeiros”):
- I. moeda corrente nacional;
  - II. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - III. títulos de emissão do BACEN;
  - IV. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens II e III acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
  - V. cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I a IV acima.
- 5.12 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de titularidade do Fundo aberta no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.
- 5.13 O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.
- 5.14 O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 acima.
- 5.15 Cada Cedente fornecerá ao Custodiante os Documentos Comprobatórios, nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante, com exceção dos Arquivos Redução Z, cuja guarda será realizada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios devidamente contratado pelo Custodiante nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.
- 5.16 Os percentuais e limites referidos nesta Cláusula serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, devendo a Administradora zelar e emendar seus melhores esforços para manter a Alocação Mínima.



5.17 As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

6.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade ("Críticos de Elegibilidade"):

- I. os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo) vencidos e não pagos;
- II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- III. não obstante a limitação mencionada no item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 250,00 (duzentos cinquenta reais);
- IV. os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- V. (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VI. os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- VII. cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.

6.1.1 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

6.1.2 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos Cedentes por meio do Arquivo Eletrônico de Cessão.

6.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de



notificação da Administradora informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

- 6.1.4 A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.2 Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que os Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.3 Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação quanto ao atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.

## 7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

- 7.1 Os Cedentes Renner deverão observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento na originação dos Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo.

## 8. FATORES DE RISCO

- 8.1 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir ao presente Regulamento, por meio de Termo de Adesão, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e fundamentada a adequação (*suitability*) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.

A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Gestora, os Cedentes e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos



Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

#### 8.1.1 Riscos de Mercado:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

#### 8.1.2 Riscos de Crédito:

- I. Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- II. Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.
- III. Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou



nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

- IV. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- V. Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

#### 8.1.3 Riscos de Liquidez:

- I. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.





- II. Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 abaixo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.
- IV. Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.
- V. Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo.



Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- VI. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### 8.1.4 Riscos Operacionais:

- I. Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- II. Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- III. Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança enviarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV a este Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio



de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

- IV. Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.
- V. Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo,



negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

- VI. Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### 8.1.5 Outros Riscos:

- I. Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.



- II. Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 abaixo.
- III. Riscos de origemação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- IV. Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.
- V. Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelos Cedentes Renner. Um dos Cedentes Renner será o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer dos Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos deste Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação



Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais os Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

- VI. Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VII. Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.
- VIII. Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- IX. Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.
- X. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:



- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

XII. Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 abaixo, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes



entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelos Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

- XIII. Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelos Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelos Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.
- XIV. Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto neste Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas colocarão os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- XV. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.
- XVI. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um





fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

- XVII. Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

9. ADMINISTRADORA

- 9.1 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora").
- 9.2 A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus



próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição de Direitos de Crédito aos termos e condições dos Contratos de Cessão; e (iii) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

9.3 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.

9.4 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cobrança e, observada a regulamentação aplicável, a Administradora ou os prestadores de serviços por esta contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
- II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do Fundo, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.

9.4.1 Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Quotistas;
  - c) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - d) o livro de presença dos Quotistas;



- e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública;
  - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356;
  - g) os registros contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
  - III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como do Prospecto, que terá como anexo este Regulamento, os relatórios preparados pelo Auditor Independente e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
  - IV. sem prejuízo da divulgação das informações a que se refere à Cláusula 23 abaixo, divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
  - V. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
  - VI. custear as despesas de propaganda do Fundo;
  - VII. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
  - VIII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;
  - IX. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;
  - X. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;



- XI. disponibilizar, em sua página na internet ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)), as regras e procedimentos adotados pela Administradora que lhe permitam diligenciar o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviço contratados, sem prejuízo de sua inserção no Prospecto e no respectivo contrato de prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável;
- XII. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a Cláusula 9.3 acima;
- XIII. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto nas Cláusulas 2 a 5 acima;
- XIV. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como a Gestora, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, a Agência de Classificação de Risco, o Auditor Independente, os assessores legais do Fundo e à celebração do Contrato de Gestão, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- XV. executar, diretamente ou por meio da contratação do Custodiante, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XVI. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos das Contas Vinculadas, da Conta Vinculada Centralizadora, da Conta do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante em favor dos Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (b) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (c) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XVII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;



- XXIII. informar à Agência de Classificação de Risco a sua substituição como Administradora do Fundo, até no máximo a data de substituição;
- XXIX. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Auditor Independente ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos a quaisquer dos Contratos de Cessão;
- XX. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos deste Regulamento;
- XXI. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas (a) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; (b) aos Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança; e (c) ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário;
- XXII. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XXIII. comunicar os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato;
- XXIV. no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante e do Agente Depositário ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e
- XXV. fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

9.4.2 É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste; e



- IV. ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo, inclusive por meio de suas partes relacionadas.
- 9.4.3 As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.
- 9.4.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:
- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
  - II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
  - III. aplicar recursos diretamente no exterior;
  - IV. adquirir Quotas do próprio Fundo;
  - V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
  - VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
  - VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
  - VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
  - IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
  - X. delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
  - XI. obter ou conceder empréstimos;
  - XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
  - XIII. realizar operações em mercados derivativos.
- 9.4.5 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas com as informações exigidas nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356.



- 9.4.6 A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, custódia e controladoria, observado o valor mínimo de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano; e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao ano.
- 9.4.7 A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.
- 9.4.8 Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano anterior.
- 9.4.9 Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.
- 9.4.10 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

## 10. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata a Cláusula 22.11 abaixo.
- 10.2 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata a Cláusula 10.1 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto na Cláusula 22.11 abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.
- 10.3 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de



administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

- 10.4 A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5 A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.11 abaixo.

## 11. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### 11.1 GESTORA

- 11.1.1 O Fundo contratou a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44, para prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.
- 11.1.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e neste Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e por este Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Ativos Financeiros.
- 11.1.3 A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.1.4 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle da Gestora para diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Gestão e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.2 CUSTODIANTE

- 11.2.1 O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria





ao Fundo ("Custodiante"), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia, bem como prestará os serviços de escrituração das Quotas do Fundo ("Escriturador").

11.2.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, em atendimento ao disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades e demais obrigações:

- I. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- II. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula 12.2 deste regulamento;
- III. fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do fundo;
- IV. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, para a Agência de Classificação de Risco e para os órgãos reguladores; e
- V. receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta do Fundo.

11.2.3 Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

11.2.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.3 acima, o Custodiante deverá realizar a verificação periódica dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Inadimplidos, de forma integral e individualizada.

11.2.5 Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante descritas no inciso III da Cláusula 11.2.2 acima, a guarda dos Arquivos Redução Z será efetuada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.

11.2.6 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo; (i) cada Conta do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; (3) no sistema C3 de Central de Cessão de Crédito, por meio do qual as cessões dos Direitos de Crédito pelo Itaú Unibanco serão registradas; ou (4) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os



Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.

- 11.2.7 Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, nos termos da Cláusula 11.2.2 acima; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes dos Direitos de Crédito.
- 11.2.8 O Custodiante, diretamente ou por meio do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 11.2.9 O Custodiante ou o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito, sempre que solicitado pela Administradora ou pelo Custodiante, conforme o caso, observado o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia.
- 11.2.10 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.2.11 No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo aos Agentes de Cobrança exercerem referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.
- 11.2.12 Em complementação ao disposto na Cláusula 11.2.2 acima, no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora:
- I. solicitar a movimentação, ao Agente Depositário, em nome do Fundo, (i) da Conta Vinculada Centralizadora; e (ii) da Conta do Fundo;
  - II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e



III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

11.2.13 O Custodiante declara que não há conflito de interesses com a Administradora na prestação de serviços de custódia para o Fundo nos termos desta Cláusula.

11.2.14 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Custodiante para diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Custódia e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.3 AGENTE DEPOSITÁRIO

11.3.1 As Cedentes Renner contrataram o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, foi contratado para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo ("Agente Depositário"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

11.3.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências dos valores referentes aos Direitos de Crédito da Conta Vinculada Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.

### 11.4 AGENTES DE COBRANÇA

11.4.1 A Lojas Renner e a RACC foram contratadas como Agentes de Cobrança para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e do Anexo III a este Regulamento.

11.4.2 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle dos Agentes de Cobrança para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Cobrança e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.5 AUDITOR INDEPENDENTE

11.5.1 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Auditor Independente").

### 11.6 AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



11.6.1 Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

11.7 AGENTE DE GUARDA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

11.7.1 O Custodiante contratou a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 1.220, sala 101 e 102, Bairro São João, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.235.525/0001-31, para prestar os serviços de guarda dos Arquivos Redução Z, nos termos do Contrato de Depósito.

11.7.2 O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios com relação à movimentação dos Direitos de Crédito cedidos sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Depósito. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Depósito e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

12. PROCEDIMENTOS DE OFERTA, AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

12.1 Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão e neste Regulamento.

12.2 Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:

- I. os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;
- II. os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;
- III. os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e



- IV. os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.
- 12.3 O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelos Cedentes Renner, inclusive os direitos de crédito cedidos pelo Itaú Unibanco, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.
- 12.4 Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV a este Regulamento.
- 12.5 Os Cedentes Renner deverão recomprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelas Cedentes Renner ao Fundo e comprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelo Itaú Unibanco ao Fundo, cujos pagamentos estejam em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.
13. QUOTAS
- 13.1 As Quotas do Fundo serão divididas em 2 (duas) classes, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 13.2 O Fundo emitirá até 16.800 (dezesesse mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).
- 13.3 Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 13.4 A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base na Cláusula 14.7 abaixo.
- 13.5 As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);



- III. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 abaixo; e
  - IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.
- 13.5.1 As Quotas Sênior da primeira emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, devendo ser colocadas perante Investidores Qualificados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
- 13.5.2 As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos da Cláusula 17 abaixo.
- 13.6 Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida neste Regulamento, que serão integralizadas pelos Cedentes Renner.
- 13.7 A Administradora deliberará sobre novas emissões de Quotas Subordinadas sempre que necessário para a manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, nos termos da Cláusula 13.7.4 abaixo e do Suplemento, respectivamente, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral.
- 13.7.1 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
  - III. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - IV. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.11 abaixo; e
  - V. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.17 abaixo, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.
  - VI. as Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.
- 13.7.2 As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.



- 13.7.3 As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos deste Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento, ser integralizadas por um dos Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.
- 13.7.4 A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que um dos Cedentes Renner integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos das Cláusulas 15.1.5 e 15.1.6 abaixo, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por um dos Cedentes Renner.
- 13.7.5 As Quotas Subordinadas não serão objeto de negociação, observado a Cláusula 17 abaixo.
14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS
- 14.1 As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das Cláusulas 14.7 e 14.11 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.
- 14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.
- 14.3 No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.
- 14.4 O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.
- 14.5 As Quotas serão integralizadas à vista.
- 14.6 Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou *performance* pela Administradora.



14.7 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- I. o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
- II. o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$ : Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DIT-1 = 12,00$ ; e

$Spread_{Sn}$ : Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ .

14.8 Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir o valor das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas Sênior, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme esta Cláusula, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

14.9 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item XII da Cláusula 20.1 abaixo, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 abaixo,





o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente à 2% (dois por cento) ao ano, com base em uma ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pro rata temporis, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.

- 14.10 Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 14.9 acima, um dos Cedentes Renner subscreverão e integralizarão novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.
- 14.11 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 15.1 As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto nesta Cláusula 15 acima e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.
- 15.1.1 A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá trimestralmente, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização"), respeitado o disposto na Cláusula 15.1.2 abaixo.
- 15.1.2 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";



VUE Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

PPS<sub>T</sub> percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

AM<sub>T</sub> amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

- 15.1.3 A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento, seja (i) a partir de 15 dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.
- 15.1.4 A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima prevista na Cláusula 5.8 acima.
- 15.1.5 Exceto no caso da Cláusula 15.1.4 acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso um dos Cedentes Renner não integralizem Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos da Cláusula 13.7.3 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.
- 15.1.6 Para fins do disposto na Cláusula 15.1.5 acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.
- 15.1.7 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.
- 15.1.8 A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no



montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- I. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos;
- II. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral; e
- III. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer alteração relevante na condição de crédito da Lojas Renner e/ou da RACC.

15.1.9 Para fins do previsto na Cláusula 15.1.8 acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.

15.1.10 O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.

15.1.11 A amortização de que trata a Cláusula 15.1.8 acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.

#### 16. PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

16.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista na Cláusula 18.1 abaixo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 14.11 acima, conforme o caso.

16.2 A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

16.3 Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

16.4 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 20.35 e 20.6 abaixo, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.



16.5 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

17.1 As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta Cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.

17.2 Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

17.3 As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

18.1 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 acima;



- IV. formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 acima; e
- VI. pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 acima.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 19.1 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.
- 19.2 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo, serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.
- 19.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.
- 19.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- 20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):
  - I. realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses, nos termos da Cláusula 15.1 acima;
  - II. rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
  - III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
  - IV. inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o



descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- V. impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
- VI. caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VII. caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 acima não sejam constituídas;
- VIII. em caso de solicitação de resilição dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- IX. em caso de solicitação de resilição do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por um dos Cedentes Renner;
- X. em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- XI. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIII. inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIV. descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra os Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;



- XV. na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- XVII. caso os Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidação"):

- I. realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com este Regulamento;
- II. caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer dos Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer dos Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer dos Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer dos Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer dos Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer dos Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- III. por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- IV. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- V. protesto de títulos contra qualquer dos Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente



contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

- VI. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer dos Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensão por meio de medida judicial própria;
  - VII. em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
  - VIII. caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
  - IX. em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 20.3 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 abaixo, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 20.4 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista nesta Cláusula, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.
- 20.5 Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos na Cláusula 20.6 abaixo.
- 20.6 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.7 Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 20.6 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.15 abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.





- 20.8 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.9 Na hipótese de liquidação antecipada, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, em caso de descumprimento por culpa grave ou dolo dos Cedentes Renner do disposto no item XIII da Cláusula 20.1 acima, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 acima, será acrescido de prêmio, conforme determinado na Cláusula 14.9 acima, definido de acordo com a data em que as respectivas Quotas forem resgatadas.
- 20.10 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.
- 20.11 Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.
- 20.12 Caso a Assembleia Geral referida na Cláusula 20.11 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.
- 20.13 Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada na Cláusula 20.12 acima, fica desde já estabelecido que essa função será



atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.

- 20.14 Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

- 21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- X. despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- XI. despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e
- XII. despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.



21.2 As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

22. ASSEMBLEIA GERAL

22.1 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- II. deliberar sobre a substituição da Administradora;
- III. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- IV. deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- V. deliberar sobre liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens I, VIII e XII, observado o procedimento da Cláusula 16 acima;
- VI. aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos, sem prejuízo da 22.2 abaixo;
- VII. aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, do Agente Depositário, do Auditor Independente e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
- IX. aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
- X. aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- XI. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata a Cláusula 14.7 acima ou os critérios de amortização estabelecidos na Cláusula 15.1 acima e no Suplemento;
- XII. alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto nesta Cláusula;
- XIII. aprovar a realização de alterações na Política de Concessão de Crédito da Lojas Renner, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, nos Contratos de



Emissão e Utilização do Cartão Renner ou no Termo de Cessão de Recebíveis que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito, exceto no caso de alterações realizadas exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares; e

- XIV. resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.
- 22.2 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.
- 22.3 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 22.4 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.
- 22.5 A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 22.6 A presidência da Assembleia Geral caberá a representante da Administradora.
- 22.7 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.8 abaixo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
- 22.8 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 22.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios, as cartas



endereçadas, ou correio eletrônicos enviados aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.

- 22.10 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.
- 22.11 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e XIII acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.
- 22.12 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII e X da Cláusula 22.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas nesta Cláusula, dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.
- 22.13 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens VIII e IX da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.
- 22.14 Observado o disposto na Cláusula 22.1 acima, as deliberações sobre as matérias indicadas nos itens XI, XII e XIII da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) de todas as Quotas em Circulação e com direito a voto, conforme o caso.
- 22.15 As deliberações sobre a matéria indicada no item XIV da Cláusula 22.1 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em Circulação e com direito a voto.
- 22.16 Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelos Cedentes Renner, ou que pertençam a afiliadas dos Cedentes Renner e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 22.17 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 22.18 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.
23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS



- 23.1 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.
- 23.2 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.
- 23.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.
- 23.4 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.
- 23.5 A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.
24. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 24.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 24.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) dias contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.
- 24.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.



- 24.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, na forma da Cláusula 19.2 acima.
- 24.5 Por ocasião da auditoria de que trata a Cláusula 24.4 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da legislação vigente.
- 24.6 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.
- 24.7 A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em assembleias.
- 24.8 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); e-mail: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

Osasco, 21 de janeiro de 2014.



## ANEXO I

### Definições

Administradora:	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
Afiliada:	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios:	é a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Dom Pedro II, n.º 1220, sala 101 e 102, Bairro São João, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-143, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31;
Agente Depositário:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Agentes de Cobrança:	é a Lojas Renner e/ou RACC;
Alocação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.8 acima;
Amortização Extraordinária:	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos





	da Cláusula 15.1 acima;
Amortização Periódica:	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
ANBIMA:	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos:	são os Anexos a este Regulamento;
Arquivo Eletrônico de Cessão:	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue, pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;
Arquivo Eletrônico de Liquidação:	é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;
Arquivo Redução Z:	é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 acima;
Ativos Financeiros:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.11 acima;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Cartão Renner:	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão



	Renner;
Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;
Cedentes Renner:	são a Lojas Renner e a RACC;
Cedentes:	são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Clientes:	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil:	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
Código de Processo Civil:	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
Conta do Fundo:	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Conta Movimento Lojas Renner:	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
Conta Vinculada Centralizadora:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos deste Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e no Contrato de Custódia;
Conta Vinculada RACC:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, nas quais será depositada os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela



	instituição financeira na qual é a mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas Lojas Renner:	são as contas vinculadas ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas:	são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;
Contrato de Administração de Contas Vinculadas:	é o Contrato de Administração de Contas Vinculadas, firmado entre as Cedentes Renner com as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantêm as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, conforme o caso;
Contrato de Cessão Cedentes Renner:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, os Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
Contrato de Cessão Itaú Unibanco:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência das Cedentes Renner e do Custodiante;
Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;
Contrato de Custódia:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356;



Contrato de Depósito:	é o Contrato de Prestação de Serviços Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;
Contrato de Gestão:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, os Cedentes Renner, com a interveniência a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre os Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
Contratos de Cessão:	são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;
Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
Critérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;



Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas:	é a data da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um dos Cedentes Renner à disposição do Fundo;
Data da 1ª integralização das Quotas:	são a Data da 1ª integralização das Quotas Sênior e a Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
Data de Amortização:	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais serão realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições deste Regulamento;
Data de Aquisição:	é a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
Data de Resgate:	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
Dia Útil:	é qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
Direitos de Crédito:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 3.1.1 deste Regulamento;
Diretor Designado:	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo,



	<p>bem como pela prestação de informações a esse relativas;</p>
Distribuidor:	<p>é a instituição financeira autorizada a operar em mercado de capitais, contratada para fins de distribuição das Quotas Sênior do Fundo;</p>
Documentos Comprobatórios:	<p>são (a) (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (b) os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes Renner;</p>
Empresas Transportadoras de Valores:	<p>de são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 acima;</p>
Encargos do Fundo:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 21.1 acima;</p>
Equipamentos ECF:	<p>é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais em operações de vendas a consumidores finais;</p>
Escriturador:	<p>é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;</p>
Eventos de Avaliação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 acima;</p>
Eventos de Liquidação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 acima;</p>
Excesso de Cobertura:	<p>tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 15.1.8 acima;</p>
Fundo:	<p>tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;</p>
Gestora:	<p>é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida</p>



	Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;
Instituições Autorizadas:	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
Instituições Receptoras:	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais os Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
Instrução CVM 301:	é a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
Instrução CVM 356:	é a Instrução n.º 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 400:	é a Instrução n.º 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 489:	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros.
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
Itaú Unibanco:	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Lojas Renner:	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados,



	incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido do Fundo:	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 acima e às provisões referidas na Cláusula 18 acima;
Periódico:	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
Política de Cobrança:	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinanciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (ii) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
Política de Concessão de Crédito:	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na origem e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
Prazo de Duração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 acima;
Produtos:	Significam os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas.
Prospectos:	é o prospecto preliminar e o prospecto definitivo;
Quotas em Circulação:	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
Quotas Sênior em Circulação:	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
Quotas Sênior:	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
Quotas Subordinadas em Circulação:	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
Quotas Subordinadas:	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelos Cedentes Renner;
Quotas:	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;





Quotistas:	são os titulares das Quotas;
RACC:	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
Refinanciamentos:	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelos Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, que estejam em mora;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo, conforme definido no preâmbulo;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SF:	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
Suplemento:	é o suplemento ao Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.4.6 acima;
Taxa DI:	<p>são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p> <p>Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a</p>



Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;

Termo de Adesão:

é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, conforme Anexo II;

Termo de Cessão:

é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.



## ANEXO II

### TERMO DE ADEÇÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

À  
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara  
Osasco, SP  
At.: [•]

(Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento).

1. Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo 1º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), adere, expressamente, aos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.
2. O investidor também declara:
  - I. ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações;
  - II. ter recebido cópia do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
  - III. ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento suficiente ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
  - IV. ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nas Cláusulas 3 e 5 do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
  - V. ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.



O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito



adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 acima; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de



venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa,



incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os



Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se





materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 acima.

Riscos de originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser



cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelos Cedentes Renner. Um dos Cedentes Renner será o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer dos Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos no Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais os Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, conseqüentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.



Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização,



exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 acima, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelos Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelos Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelos Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.



Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- VI. que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- VII. ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- VIII. ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);



- IX. ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- X. autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;
- XI. ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- XII. ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- XIII. que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexactidão ou imprecisão dessas declarações;
- XIV. estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- XV. ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- XVI. ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- XVII. reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- XVIII. reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;



- XIX. obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- XX. ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- XXI. obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- XXII. que os recursos que serão utilizados na integralização das suas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- XXIII. ter recebido cópia do Prospecto, bem como lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:

Nomes e cargos dos representantes legais:

CNPJ/MF:

E-mail:

---

[Inserir Nome do Quotista]

Testemunhas:

---

Nome:

RG:

CPF/MF:

---

Nome:

RG:

CPF/MF:



## ANEXO III

### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

1. Pré-requisitos para a solicitações de crédito
  - 1.1 Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o Cadastro de Pessoa Física (CPF); e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
2. Análise de Crédito
  - 2.1 Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.
  - 2.2 Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.
  - 2.3 O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.
3. Proposta Recusada
  - 3.1 Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.
4. Reavaliação do Crédito
  - 4.1 Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.





## ANEXO IV

### DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

#### 1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelos Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

##### - Cobrança Interna

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias, sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

##### - Cobrança Externa

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

##### - Renegociações

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério dos Agentes de Cobrança nos encargos devidos.



## ANEXO V

### MODELO DE SUPLEMENTO DA EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior:	até R\$ [•]
Quantidade de Quotas Sênior:	até [•]
Preço de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada
Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Amortização Periódica:	[•]
Data de Resgate:	em 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	[•]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de dezembro de 2013, sob o n.º 274.277).



2º (SEGUNDO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

Pelo presente instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Administradora”), na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 19.407.663/0001-53 (“Fundo”),

**CONSIDERANDO:**

- I. que o Fundo encontra-se devidamente constituído por Instrumento Particular de Constituição datado de 09 de dezembro de 2013 e registrado na mesma data, juntamente com seu regulamento (“Regulamento”), no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob n.º 274.277, conforme alterado pelo “1º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial” em 21 de janeiro de 2014 e registrado em 22 de janeiro de 2014 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 275.158;
- II. que o Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação; e
- III. que a Administradora deseja alterar e consolidar o inteiro teor do Regulamento para fazer constar (i) a periodicidade na qual o Custodiante fará a validação dos Direitos de Crédito frente aos Critérios de Elegibilidade, alterando, para tanto, as Cláusulas 6.1.1 e 11.2.7; (ii) a inclusão do inciso III na Cláusula 13.7.1 para fazer constar que as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas depois de amortizadas as Quotas Sênior; (iii) a inclusão do inciso XIV na Cláusula 22.1 de forma a demonstrar que compete à Assembleia Geral a eleição e destituição dos(s) representante(s) dos condôminos; (iv) a alteração dos quóruns das Cláusulas 22.12 e 22.13 e exclusão das antigas Cláusulas 22.14 e 22.15; (v) a inclusão da Cláusula 22.15 acerca da impossibilidade da Administradora e de seus empregados votarem na Assembleia Geral, caso venham a deter Quotas do Fundo; (vi) a inclusão da Cláusula 22.18 sobre a eleição dos(s) representante(s) dos condôminos; e (vii) outras alterações em decorrência das alterações acima descritas.



Resolve a Administradora, pelo presente 2º (Segundo) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial (“2º IPA”), aprovar as alterações e a consolidação do inteiro teor do Regulamento, conforme novo documento Anexo ao presente 2º IPA.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento, segue este 2º IPA devidamente assinado.

Osasco, 07 de fevereiro de 2014.

JOSE ARY DE  
CAMARGO  
SALLES  
NETO:151063008  
27

Assinado de forma digital por JOSE  
ARY DE CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO),  
ou=AR BRADESCO, cn=JOSE ARY DE  
CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827  
Dados: 2014.02.07 13:41:48 -02'00'

NATANAEL  
CORREIA DE MELO  
JUNIOR:19342578  
420

Assinado de forma digital por  
NATANAEL CORREIA DE MELO  
JUNIOR:19342578420  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB  
e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=NATANAEL CORREIA DE  
MELO JUNIOR:19342578420  
Dados: 2014.02.07 13:49:01 -02'00'

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**



**Anexo I**  
**ao 2º (SEGUNDO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO

EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"). Para fins de classificação ANBIMA, este Fundo é do tipo FIDC Outros, atributo foco de atuação "Multicarteira Outros".

1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

- 1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis e é classificado pela ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
- 1.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3 O Regulamento e o Suplemento serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua aprovação pela Administradora. Eventuais aditamentos a este Regulamento e novos Suplementos serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua aprovação pela Assembleia Geral ou após sua aprovação pela Administradora, conforme o caso.
- 1.4 As alterações a este Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral ou do instrumento particular de alteração ao Regulamento, conforme o caso; e (iii) do exemplar deste Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.
- 1.5 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração do



Fundo, ou, ainda, em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização parcial de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

- 1.6 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

## 2. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1 O prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

## 3. OBJETO

- 3.1 O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita na Cláusula 5 abaixo.

- 3.1.1 Os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").

- 3.1.2 Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pelos Cedentes, observada a política de investimento e os critérios de composição da Carteira do Fundo descritos na Cláusula 5 abaixo. Os Direitos de Crédito são representados pelos Documentos Comprobatórios emitidos pelos Cedentes e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.

## 4. PÚBLICO ALVO

- 4.1 As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

## 5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 5.1 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida nesta Cláusula, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo.



- 5.2 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos a que se referem os itens (i) e (ii) da Cláusula 3.1.1 acima.
- 5.3 Os recursos resultantes do pagamento dos Direitos de Crédito serão depositados na Conta Vinculada Centralizadora e posteriormente transferidos para a Conta do Fundo pelo Custodiante, nos termos deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 5.4 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão reinvestidos pela Gestora em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros até a data de liquidação do Fundo.
- 5.5 O Fundo não poderá realizar:
- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - (b) operações em mercado de derivativos;
  - (c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que a Administradora figure, direta ou indiretamente, como contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e
  - (d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 5.6 A Administradora, a Gestora e o Custodiante, assim como suas respectivas Afiliadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela existência e validade dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, sem prejuízo de suas obrigações previstas nos artigos 34 e 38 da Instrução CVM 356.
- 5.7 O Fundo somente poderá adquirir e manter em sua Carteira Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, a todos os Critérios de Elegibilidade.
- 5.7.1 O Custodiante será responsável pela verificação e validação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo.
- 5.8 Adicionalmente, cada Cedente é responsável pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por eles cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, observada a Cláusula 6.1.4 abaixo. Os Cedentes não respondem pela solvência dos Clientes. Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares



em vigor, sempre observado o disposto nesta Cláusula ao atingimento da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.

- 5.9 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata esta Cláusula por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.
- 5.10 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356 e, respeitado o disposto no artigo 40-B da Instrução CVM 356, a totalidade de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Cliente está limitada a R\$5.000,00 (cinco mil reais) por Cliente, a qualquer tempo.
- 5.11 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros a seguir relacionados (em conjunto, "Ativos Financeiros"):
- I. moeda corrente nacional;
  - II. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - III. títulos de emissão do BACEN;
  - IV. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens II e III acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
  - V. cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I a IV acima.
- 5.12 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de titularidade do Fundo aberta no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.
- 5.13 O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.
- 5.14 O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 acima.
- 5.15 Cada Cedente fornecerá ao Custodiante os Documentos Comprobatórios, nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante, com exceção dos Arquivos Redução Z,





cujas guardas serão realizadas pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios devidamente contratado pelo Custodiante nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.

- 5.16 Os percentuais e limites referidos nesta Cláusula serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, devendo a Administradora zelar e emendar seus melhores esforços para manter a Alocação Mínima.
- 5.17 As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- 6.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade ("Críticos de Elegibilidade"):

- I. os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos;
- II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- III. não obstante a limitação mencionada no item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$250,00 (duzentos cinquenta reais);
- IV. os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- V. (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VI. os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- VII. cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.

- 6.1.1 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.



- 6.1.2 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos Cedentes por meio do Arquivo Eletrônico de Cessão.
- 6.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de notificação da Administradora informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- 6.1.4 A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.2 Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que as Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.3 Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação quanto ao atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.
7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO
- 7.1 As Cedentes Renner deverão observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento na originação dos Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo.
8. FATORES DE RISCO
- 8.1 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir ao presente Regulamento, por meio de Termo de Adesão, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e



fundamentada a adequação (*suitability*) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.

A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Gestora, os Cedentes e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

#### 8.1.1 Riscos de Mercado:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

#### 8.1.2 Riscos de Crédito:

- I. Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.



II. Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

III. Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

IV. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

V. Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.



### 8.1.3 Riscos de Liquidez:

- I. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.
- II. Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 abaixo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.
- IV. Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.
- V. Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de



tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- VI. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### 8.1.4 Riscos Operacionais:

- I. Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- II. Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação



apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

III. Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança enviaarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV a este Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

IV. Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos



referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- V. Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinaranciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VI. Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### 8.1.5 Outros Riscos:

- I. Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito





que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

- II. Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 abaixo.
- III. Riscos de originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- IV. Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo



em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

- V. Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos deste Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitas, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.
- VI. Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VII. Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.
- VIII. Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- IX. Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade



de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.

X. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.



- XII. Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 abaixo, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.
- XIII. Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.
- XIV. Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto neste Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- XV. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que



podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

XVI. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

XVII. Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## 9. ADMINISTRADORA



- 9.1 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora").
- 9.2 A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição de Direitos de Crédito aos termos e condições dos Contratos de Cessão; e (iii) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.
- 9.3 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 9.4 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cobrança e, observada a regulamentação aplicável, a Administradora ou os prestadores de serviços por esta contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
  - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
  - IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do Fundo, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.
- 9.4.1 Incluem-se entre as obrigações da Administradora:



- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Quotistas;
  - c) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - d) o livro de presença dos Quotistas;
  - e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública;
  - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356;
  - g) os registros contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como do Prospecto, que terá como anexo este Regulamento, os relatórios preparados pelo Auditor Independente e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- IV. sem prejuízo da divulgação das informações a que se refere à Cláusula 23 abaixo, divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- V. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- VI. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VII. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VIII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;



- IX. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;
- X. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- XI. disponibilizar, em sua página na internet ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)), as regras e procedimentos adotados pela Administradora que lhe permitam diligenciar o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviço contratados, sem prejuízo de sua inserção no Prospecto e no respectivo contrato de prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável;
- XII. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a Cláusula 9.3 acima;
- XIII. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto nas Cláusulas 2 a 5 acima;
- XIV. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como a Gestora, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, a Agência de Classificação de Risco, o Auditor Independente, os assessores legais do Fundo e à celebração do Contrato de Gestão, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- XV. executar, diretamente ou por meio da contratação do Custodiante, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XVI. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos das Contas Vinculadas, da Conta Vinculada Centralizadora, da Conta do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante em favor dos Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do





Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (b) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (c) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;

- XVII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- XVIII. informar à Agência de Classificação de Risco a sua substituição como Administradora do Fundo, até no máximo a data de substituição;
- XIX. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Auditor Independente ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos a quaisquer dos Contratos de Cessão;
- XX. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos deste Regulamento;
- XXI. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas (a) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; (b) aos Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança; e (c) ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário;
- XXII. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XXIII. comunicar os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato;
- XXIV. no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante e do Agente Depositário ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e
- XXV. fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

#### 9.4.2 É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;



- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste; e
- IV. ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo, inclusive por meio de suas partes relacionadas.

9.4.3 As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

9.4.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X. delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
- XI. obter ou conceder empréstimos;
- XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou



XIII. realizar operações em mercados derivativos.

- 9.4.5 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas com as informações exigidas nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356.
- 9.4.6 A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, custódia e controladoria, observado o valor mínimo de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano; e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao ano.
- 9.4.7 A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.
- 9.4.8 Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano anterior.
- 9.4.9 Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.
- 9.4.10 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

#### 10. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata a Cláusula 22.11 abaixo.
- 10.2 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata a Cláusula 10.1 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto na Cláusula 22.11 abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do



Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.

- 10.3 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.
- 10.4 A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5 A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.11 abaixo.

## 11. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### 11.1 GESTORA

- 11.1.1 O Fundo contratou a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44, para prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.
- 11.1.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e neste Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e por este Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Ativos Financeiros.
- 11.1.3 A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.1.4 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle da Gestora para diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Gestão e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).



## 11.2 CUSTODIANTE

11.2.1 O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo ("Custodiante"), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia, bem como prestará os serviços de escrituração das Quotas do Fundo ("Escriturador").

11.2.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, em atendimento ao disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades e demais obrigações:

- I. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- II. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula 12.2 deste regulamento;
- III. fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do fundo;
- IV. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, para a Agência de Classificação de Risco e para os órgãos reguladores; e
- V. receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta do Fundo.

11.2.3 Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

11.2.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.3 acima, o Custodiante deverá realizar a verificação periódica dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Inadimplidos, de forma integral e individualizada.

11.2.5 Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante descritas no inciso III da Cláusula 11.2.2 acima, a guarda dos Arquivos Redução Z será efetuada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.

11.2.6 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo; (i) cada Conta do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente



em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; (3) no sistema C3 de Central de Cessão de Crédito, por meio do qual as cessões dos Direitos de Crédito pelo Itaú Unibanco serão registradas; ou (4) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.

- 11.2.7 Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, a cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos da Cláusula 11.2.2 acima; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes dos Direitos de Crédito.
- 11.2.8 O Custodiante, diretamente ou por meio do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 11.2.9 O Custodiante ou o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito, sempre que solicitado pela Administradora ou pelo Custodiante, conforme o caso, observado o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia.
- 11.2.10 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.2.11 No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo aos Agentes de Cobrança exercerem referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.
- 11.2.12 Em complementação ao disposto na Cláusula 11.2.2 acima, no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora:
- I. solicitar a movimentação, ao Agente Depositário, em nome do Fundo, (i) da Conta Vinculada Centralizadora; e (ii) da Conta do Fundo;



- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

11.2.13 O Custodiante declara que não há conflito de interesses com a Administradora na prestação de serviços de custódia para o Fundo nos termos desta Cláusula.

11.2.14 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Custodiante para diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Custódia e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.3 AGENTE DEPOSITÁRIO

11.3.1 As Cedentes Renner contrataram o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, foi contratado para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo ("Agente Depositário"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

11.3.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências dos valores referentes aos Direitos de Crédito da Conta Vinculada Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.

### 11.4 AGENTES DE COBRANÇA

11.4.1 A Lojas Renner e a RACC foram contratadas como Agentes de Cobrança para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e do Anexo III a este Regulamento.

11.4.2 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle dos Agentes de Cobrança para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Cobrança e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.5 AUDITOR INDEPENDENTE

11.5.1 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Auditor Independente").



#### 11.6 AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

11.6.1 Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

#### 11.7 AGENTE DE GUARDA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

11.7.1 O Custodiante contratou a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 1.220, sala 101 e 102, Bairro São João, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31, para prestar os serviços de guarda dos Arquivos Redução Z, nos termos do Contrato de Depósito.

11.7.2 O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios com relação à movimentação dos Direitos de Crédito cedidos sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Depósito. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Depósito e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

#### 12. PROCEDIMENTOS DE OFERTA, AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

12.1 Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão e neste Regulamento.

12.2 Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:

- I. os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;
- II. os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;





- III. os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e
- IV. os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.
- 12.3 O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelas Cedentes Renner, inclusive os direitos de crédito cedidos pelo Itaú Unibanco, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.
- 12.4 Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV a este Regulamento.
- 12.5 As Cedentes Renner deverão recomprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelas Cedentes Renner ao Fundo e comprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelo Itaú Unibanco ao Fundo, cujos pagamentos estejam em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.
13. QUOTAS
- 13.1 As Quotas do Fundo serão divididas em 2 (duas) classes, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 13.2 O Fundo emitirá até 16.800 (dezesesse mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).
- 13.3 Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 13.4 A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base na Cláusula 14.7 abaixo.
- 13.5 As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;



- II. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - III. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 abaixo; e
  - IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.
- 13.5.1 As Quotas Sênior da primeira emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, devendo ser colocadas perante Investidores Qualificados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
- 13.5.2 As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos da Cláusula 17 abaixo.
- 13.6 Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida neste Regulamento, que serão integralizadas pelas Cedentes Renner.
- 13.7 A Administradora deliberará sobre novas emissões de Quotas Subordinadas sempre que necessário para a manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, nos termos da Cláusula 13.7.4 abaixo e do Suplemento, respectivamente, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral.
- 13.7.1 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
  - III. somente poderão ser amortizadas após a amortização das Quotas Sênior em conformidade com os critérios estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo da alínea I acima;
  - IV. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - V. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.11 abaixo;
  - VI. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.16 abaixo, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto; e



- VII. as Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.

13.7.2 As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

13.7.3 As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos deste Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento, ser integralizadas por uma das Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

13.7.4 A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que uma das Cedentes Renner integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos das Cláusulas 15.1.5 e 15.1.6 abaixo, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por uma das Cedentes Renner.

13.7.5 As Quotas Subordinadas não serão objeto de negociação, observado a Cláusula 17 abaixo.

#### 14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

14.1 As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das Cláusulas 14.7 e 14.11 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.

14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

14.3 No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.

14.4 O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e



(ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.

14.5 As Quotas serão integralizadas à vista.

14.6 Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou *performance* pela Administradora.

14.7 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

I. o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou

II. o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{S_n}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$ : Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DIT-1 = 12,00$ ; e

$Spread_{S_n}$ : Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{S_n} = 0,50$ .

14.8 Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir o valor das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas Sênior, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme esta Cláusula, na



respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

- 14.9 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item XII da Cláusula 20.1 abaixo, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 abaixo, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente à 2% (dois por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pro rata temporis, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.
- 14.10 Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 14.9 acima, uma das Cedentes Renner subscreverão e integralizarão novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.
- 14.11 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

#### 15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 15.1 As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto nesta Cláusula 15 acima e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.
- 15.1.1 A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá trimestralmente, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização"), respeitado o disposto na Cláusula 15.1.2 abaixo.
- 15.1.2 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";



$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

VUE Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AM_T$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

- 15.1.3 A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento, seja (i) a partir de 15 dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.
- 15.1.4 A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima prevista na Cláusula 5.8 acima.
- 15.1.5 Exceto no caso da Cláusula 15.1.4 acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso uma das Cedentes Renner não integralizem Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos da Cláusula 13.7.3 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.
- 15.1.6 Para fins do disposto na Cláusula 15.1.5 acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.



- 15.1.7 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.
- 15.1.8 A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
- I. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos;
  - II. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral; e
  - III. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer alteração relevante na condição de crédito da Lojas Renner e/ou da RACC.
- 15.1.9 Para fins do previsto na Cláusula 15.1.8 acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.
- 15.1.10 O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.
- 15.1.11 A amortização de que trata a Cláusula 15.1.8 acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.
16. PAGAMENTO AOS QUOTISTAS
- 16.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista na Cláusula 18.1 abaixo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 14.11 acima, conforme o caso.
- 16.2 A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.



- 16.3 Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.
- 16.4 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 20.3 e 20.6 abaixo, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.
- 16.5 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 17.1 As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta Cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.
- 17.2 Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.
- 17.3 As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 18.1 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;





- II. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 acima;
- IV. formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 acima; e
- VI. pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 acima.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 19.1 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.
- 19.2 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo, serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.
- 19.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.
- 19.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- 20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):
  - I. realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses, nos termos da Cláusula 15.1 acima;
  - II. rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;



- III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- IV. inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- V. impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
- VI. caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VII. caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 acima não sejam constituídas;
- VIII. em caso de solicitação de rescisão dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- IX. em caso de solicitação de rescisão do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por uma das Cedentes Renner;
- X. em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- XI. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIII. inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;



- XIV. descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra as Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;
- XV. na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- XVII. caso as Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidação"):

- I. realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com este Regulamento;
- II. caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer das Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer das Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer das Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer das Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer das Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer das Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- III. por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- IV. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;



- V. protesto de títulos contra qualquer das Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- VI. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer das Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensão por meio de medida judicial própria;
- VII. em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- VIII. caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
- IX. em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 20.3 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 abaixo, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 20.4 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista nesta Cláusula, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.
- 20.5 Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos na Cláusula 20.6 abaixo.
- 20.6 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.



- 20.7 Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 20.6 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.13 abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.
- 20.8 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.9 Na hipótese de liquidação antecipada, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, em caso de descumprimento por culpa grave ou dolo das Cedentes Renner do disposto no item XIII da Cláusula 20.1 acima, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 acima, será acrescido de prêmio, conforme determinado na Cláusula 14.9 acima, definido de acordo com a data em que as respectivas Quotas forem resgatadas.
- 20.10 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.
- 20.11 Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.
- 20.12 Caso a Assembleia Geral referida na Cláusula 20.11 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em



relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

- 20.13 Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada na Cláusula 20.12 acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.
- 20.14 Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- X. despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;



XI. despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e

XII. despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.

21.2 As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 22. ASSEMBLEIA GERAL

22.1 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- II. deliberar sobre a substituição da Administradora;
- III. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- IV. deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- V. deliberar sobre liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens I, VIII e XII, observado o procedimento da Cláusula 16 acima;
- VI. aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos, sem prejuízo da 22.2 abaixo;
- VII. aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, do Agente Depositário, do Auditor Independente e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
- IX. aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
- X. aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- XI. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata a Cláusula 14.7 acima ou os critérios de amortização estabelecidos na Cláusula 15.1 acima e no Suplemento;



- XII. alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto nesta Cláusula;
- XIII. aprovar a realização de alterações na Política de Concessão de Crédito da Lojas Renner, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou no Termo de Cessão de Recebíveis que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito, exceto no caso de alterações realizadas exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares;
- XIV. eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos da Cláusula 22.18 abaixo; e
- XV. resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.
- 22.2 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.
- 22.3 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 22.4 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.
- 22.5 A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 22.6 A presidência da Assembleia Geral caberá a representante da Administradora.
- 22.7 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.8 abaixo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para





participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

- 22.8 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 22.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas, ou correio eletrônico enviados aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.
- 22.10 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.
- 22.11 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e XIII acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.
- 22.12 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens II, III e IV da Cláusula 22.1 acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.
- 22.13 As deliberações sobre as demais matérias, não indicadas na Cláusula 22.12 acima, dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas dos presentes com direito a voto .
- 22.14 Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelas Cedentes Renner, ou que pertençam a afiliadas das Cedentes Renner e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 22.15 Adicionalmente, não terão direito de voto, na Assembleia Geral, a Administradora e seus empregados que eventualmente venham a deter Quotas do Fundo.
- 22.16 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 22.17 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.



22.18 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I. ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- II. não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III. não exercer cargo nos Cedentes.

23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

23.1 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

23.2 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

23.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

23.4 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

23.5 A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que



realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 24.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) dias contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.
- 24.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.
- 24.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, na forma da Cláusula 19.2 acima.
- 24.5 Por ocasião da auditoria de que trata a Cláusula 24.4 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da legislação vigente.
- 24.6 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.
- 24.7 A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em assembleias.
- 24.8 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); e-mail: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

Osasco, 07 de fevereiro de 2014.



## ANEXO I

### Definições

Administradora:	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
Afiliada:	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios:	é a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Dom Pedro II, n.º 1220, sala 101 e 102, Bairro São João, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-143, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31;
Agente Depositário:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Agentes de Cobrança:	é a Lojas Renner e/ou RACC;
Alocação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.8 acima;
Amortização Extraordinária:	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos



	da Cláusula 15.1 acima;
Amortização Periódica:	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
ANBIMA:	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos:	são os Anexos a este Regulamento;
Arquivo Eletrônico de Cessão:	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue, pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;
Arquivo Eletrônico de Liquidação:	é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;
Arquivo Redução Z:	é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 acima;
Ativos Financeiros:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.11 acima;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Cartão Renner:	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão



Renner;

Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;
Cedentes Renner:	são a Lojas Renner e a RACC;
Cedentes:	são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Clientes:	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil:	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
Código de Processo Civil:	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
Conta do Fundo:	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Conta Movimento Lojas Renner:	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
Conta Vinculada Centralizadora:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos deste Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e no Contrato de Custódia;
Conta Vinculada RACC:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, nas quais será depositada os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela



instituição financeira na qual é a mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;

Contas Vinculadas Lojas Renner: são as contas vinculadas (*escrow*) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;

Contas Vinculadas: são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;

Contrato de Administração de Contas Vinculadas: é o Contrato de Administração de Contas Vinculadas, firmado entre as Cedentes Renner com as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantém as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, conforme o caso;

Contrato de Cessão Cedentes Renner: é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, as Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;

Contrato de Cessão Itaú Unibanco: é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência das Cedentes Renner e do Custodiante;

Contrato de Cobrança: é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;

Contrato de Custódia: é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356;



Contrato de Depósito:	é o Contrato de Prestação de Serviços Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;
Contrato de Gestão:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, as Cedentes Renner, com a interveniência a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
Contratos de Cessão:	são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;
Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
Critérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;





Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas:	é a data da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um das Cedentes Renner à disposição do Fundo;
Data da 1ª integralização das Quotas:	são a Data da 1ª integralização das Quotas Sênior e a Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
Data de Amortização:	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais serão realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições deste Regulamento;
Data de Aquisição:	é a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
Data de Resgate:	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
Dia Útil:	é qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
Direitos de Crédito:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 3.1.1 deste Regulamento;
Diretor Designado:	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo,



	<p>bem como pela prestação de informações a esse relativas;</p>
Distribuidor:	<p>é a instituição financeira autorizada a operar em mercado de capitais, contratada para fins de distribuição das Quotas Sênior do Fundo;</p>
Documentos Comprobatórios:	<p>são (a) (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (b) os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner;</p>
Empresas Transportadoras de Valores:	<p>são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 acima;</p>
Encargos do Fundo:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 21.1 acima;</p>
Equipamentos ECF:	<p>é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais em operações de vendas a consumidores finais;</p>
Escriturador:	<p>é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;</p>
Eventos de Avaliação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 acima;</p>
Eventos de Liquidação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 acima;</p>
Excesso de Cobertura:	<p>tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 15.1.8 acima;</p>
Fundo:	<p>tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;</p>
Gestora:	<p>é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida</p>



Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;

Instituições Autorizadas:	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
Instituições Receptoras:	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais as Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
Instrução CVM 301:	é a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
Instrução CVM 356:	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 400:	é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 489:	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros.
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
Itaú Unibanco:	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Lojas Renner:	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados,



	incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido do Fundo:	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 acima e às provisões referidas na Cláusula 18 acima;
Periódico:	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
Política de Cobrança:	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (ii) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
Política de Concessão de Crédito:	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
Prazo de Duração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 acima;
Produtos:	Significam os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas.
Prospectos:	é o prospecto preliminar e o prospecto definitivo;
Quotas em Circulação:	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
Quotas Sênior em Circulação:	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
Quotas Sênior:	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
Quotas Subordinadas em Circulação:	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
Quotas Subordinadas:	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;
Quotas:	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;



Quotistas:	são os titulares das Quotas;
RACC:	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
Refinanciamentos:	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, que estejam em mora;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo, conforme definido no preâmbulo;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SF:	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
Suplemento:	é o suplemento ao Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.4.6 acima;
Taxa DI:	<p>são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p> <p>Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a</p>



Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;

Termo de Adesão:

é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, conforme Anexo II; e

Termo de Cessão:

é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.



## ANEXO II

### TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

À

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara

Osasco, SP

At.: [•]

(Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento).

1. Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo 1º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), adere, expressamente, aos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.
2. O investidor também declara:
  - I. ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações;
  - II. ter recebido cópia do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
  - III. ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento suficiente ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
  - IV. ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nas Cláusulas 3 e 5 do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
  - V. ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.



O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a origem e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a origem dos Direitos de Crédito.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito





adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 acima; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de



venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa,



incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os



Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se



materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 acima.

Riscos de originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser



cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos no Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, conseqüentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.



Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização,





exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 acima, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas colocarão os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.





Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Este Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garantam que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- VI. que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- VII. ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- VIII. ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);



- IX. ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- X. autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;
- XI. ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- XII. ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- XIII. que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- XIV. estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- XV. ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- XVI. ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- XVII. reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- XVIII. reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;



- XIX. obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- XX. ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- XXI. obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- XXII. que os recursos que serão utilizados na integralização das suas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- XXIII. ter recebido cópia do Prospecto, bem como lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:

Nomes e cargos dos representantes legais:

CNPJ/MF:

E-mail:

\_\_\_\_\_

[Inserir Nome do Quotista]

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

CPF/MF:



## ANEXO III

### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

1. Pré-requisitos para a solicitações de crédito
  - 1.1 Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o Cadastro de Pessoa Física (CPF); e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
2. Análise de Crédito
  - 2.1 Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.
  - 2.2 Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.
  - 2.3 O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.
3. Proposta Recusada
  - 3.1 Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.
4. Reavaliação do Crédito
  - 4.1 Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.



## ANEXO IV

### DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

#### 1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelos Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

##### - Cobrança Interna

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias, sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

##### - Cobrança Externa

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

##### - Renegociações

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério dos Agentes de Cobrança nos encargos devidos.



## ANEXO V

### MODELO DE SUPLEMENTO DA EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior:	até R\$ [•]
Quantidade de Quotas Sênior:	até [•]
Preço de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada
Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Amortização Periódica:	[•]
Data de Resgate:	em 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	[●]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de dezembro de 2013, sob o n.º 274.277, conforme alterado).



3º (TERCEIRO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

Pelo presente instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Administradora"), na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 19.407.663/0001-53 ("Fundo"),

**CONSIDERANDO:**

- I. que o Fundo encontra-se devidamente constituído por Instrumento Particular de Constituição datado de 09 de dezembro de 2013 e registrado na mesma data, juntamente com seu regulamento ("Regulamento"), no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob n.º 274.277, conforme alterado pelo "1º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" em 21 de janeiro de 2014 e registrado em 22 de janeiro de 2014 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 275.158 e pelo "2º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" em 07 de fevereiro de 2014 e registrado na mesma data no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 275.593;
- II. que o Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação; e
- III. que a Administradora deseja alterar e consolidar o inteiro teor do Regulamento para fazer constar (i) a inclusão da Cláusula 5.14, a qual estabelece que o Fundo não poderá adquirir ativos de emissão ou que envolvam coobrigação da Administradora, da Gestora, do Custodiante e partes a eles relacionadas; (ii) a periodicidade na qual o Custodiante fará a validação dos Direitos de Crédito Renner e dos Direitos de Crédito Itaú frente aos Critérios de Elegibilidade, alterando, para tanto, as Cláusulas 6.1.1 e 11.2.7; (iii) a alteração na Cláusula 9.4.6., referente à Taxa de Administração; (iv) a inclusão das Cláusulas 11.2.2 e 11.2.3 referente à Taxa de Custódia; (v) a inclusão dos incisos XVII e XVIII na Cláusula 8.1.5 (Fatores de Risco); (iv) a inclusão dos fatores de risco "Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito" e "Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros" no inciso V da Cláusula II do Anexo II ao Regulamento; e (v) outras alterações em decorrência das alterações acima descritas.

Resolve a Administradora, pelo presente 3º (Terceiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial (“3º IPA”), aprovar as alterações e a consolidação do inteiro teor do Regulamento, conforme novo documento Anexo ao presente 3º IPA.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento, segue este 3º IPA assinado.

Osasco, 28 de fevereiro de 2014.

JOSE ARY DE  
CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827

Assinado de forma digital por JOSE  
ARY DE CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=JOSE ARY DE  
CAMARGO SALLES  
NETO:15106300827  
Dados: 2014.02.28 11:05:00 -03'00'

SIMONE MARI  
CLEMENTINO:  
14076036808

Assinado de forma digital por  
SIMONE MARI  
CLEMENTINO:14076036808  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=SIMONE MARI  
CLEMENTINO:14076036808  
Dados: 2014.02.28 11:06:00 -03'00'

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**



**Anexo I**

**ao 3º (TERCEIRO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

**( REGULAMENTO)**

Regulamento

do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Datado de

28 de fevereiro de 2014.

## REGULAMENTO

### DO

## FUNDO DE INVESTIMENTO

### EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"). Para fins de classificação ANBIMA, este Fundo é do tipo FIDC Outros, atributo foco de atuação "Multicarteira Outros".

#### 1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

- 1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e é classificado pela ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
- 1.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3 O Regulamento e o Suplemento serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua aprovação pela Administradora. Eventuais aditamentos a este Regulamento e novos Suplementos serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua aprovação pela Assembleia Geral ou após sua aprovação pela Administradora, conforme o caso.
- 1.4 As alterações a este Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral ou do instrumento particular de alteração ao Regulamento, conforme o caso; e (iii) do exemplar deste Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.
- 1.5 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração do Fundo, ou, ainda, em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização parcial de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.
- 1.6 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

2. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1 O prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

3. OBJETO

- 3.1 O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita na Cláusula 5 abaixo.

- 3.1.1 Os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").

- 3.1.2 Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pelos Cedentes, observada a política de investimento e os critérios de composição da Carteira do Fundo descritos na Cláusula 5 abaixo. Os Direitos de Crédito são representados pelos Documentos Comprobatórios emitidos pelos Cedentes e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.

4. PÚBLICO ALVO

- 4.1 As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 5.1 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida nesta Cláusula, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo.

- 5.2 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos a que se referem os itens (i) e (ii) da Cláusula 3.1.1 acima.

- 5.3 Os recursos resultantes do pagamento dos Direitos de Crédito serão depositados na Conta Vinculada Centralizadora e posteriormente transferidos para a Conta do Fundo pelo Custodiante, nos termos deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 5.4 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão reinvestidos pela Gestora em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros até a data de liquidação do Fundo.
- 5.5 O Fundo não poderá realizar:
- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - (b) operações em mercado de derivativos;
  - (c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que a Administradora figure, direta ou indiretamente, como contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e
  - (d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 5.6 A Administradora, a Gestora e o Custodiante, assim como suas respectivas Afiliadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela existência e validade dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, sem prejuízo de suas obrigações previstas nos artigos 34 e 38 da Instrução CVM 356.
- 5.7 O Fundo somente poderá adquirir e manter em sua Carteira Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, a todos os Critérios de Elegibilidade.
- 5.7.1 O Custodiante será responsável pela verificação e validação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo.
- 5.8 Adicionalmente, cada Cedente é responsável pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por eles cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, observada a Cláusula 6.1.4 abaixo. Os Cedentes não respondem pela solvência dos Clientes. Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto nesta Cláusula ao atingimento da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.
- 5.9 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para

prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata esta Cláusula por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

- 5.10 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356 e, respeitado o disposto no artigo 40-B da Instrução CVM 356, a totalidade de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Cliente está limitada a R\$5.000,00 (cinco mil reais) por Cliente, a qualquer tempo.
- 5.11 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros a seguir relacionados (em conjunto, “Ativos Financeiros”):
- I. moeda corrente nacional;
  - II. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - III. títulos de emissão do BACEN;
  - IV. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens II e III acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
  - V. cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I a IV acima.
- 5.12 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de titularidade do Fundo aberta no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.
- 5.13 O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.
- 5.14 O Fundo não poderá adquirir ativos de emissão ou que envolvam coobrigação da Administradora, da Gestora, do Custodiante e partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis.
- 5.15 O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 acima.
- 5.16 Cada Cedente fornecerá ao Custodiante os Documentos Comprobatórios, nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante, com exceção dos Arquivos Redução Z, cuja guarda será realizada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios devidamente contratado pelo Custodiante nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.

- 5.17 Os percentuais e limites referidos nesta Cláusula serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, devendo a Administradora zelar e emendar seus melhores esforços para manter a Alocação Mínima.
- 5.18 As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.
6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
- 6.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):
- I. os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos;
  - II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
  - III. não obstante a limitação mencionada no item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$250,00 (duzentos cinquenta reais);
  - IV. os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
  - V. (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
  - VI. os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
  - VII. cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.
- 6.1.1 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade (i) a cada Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner; e (ii) em 1 (um) Dia Útil anterior à Data de Aquisição, para os Direitos cedidos pelo Itaú Unibanco.
- 6.1.2 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos Cedentes por meio do Arquivo Eletrônico de Cessão.

- 6.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de notificação da Administradora informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- 6.1.4 A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.2 Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que as Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.3 Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação quanto ao atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.
7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO
- 7.1 As Cedentes Renner deverão observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento na originação dos Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo.
8. FATORES DE RISCO
- 8.1 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir ao presente Regulamento, por meio de Termo de Adesão, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e fundamentada a adequação (*suitability*) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.

A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Gestora, os Cedentes e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos,



(i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

#### 8.1.1 Riscos de Mercado:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

#### 8.1.2 Riscos de Crédito:

- I. Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- II. Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser

temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

- III. Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

- IV. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- V. Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

#### 8.1.3 Riscos de Liquidez:

- I. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado.

Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.

- II. Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 abaixo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.
- IV. Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.
- V. Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- VI. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### 8.1.4 Riscos Operacionais:

- I. Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- II. Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- III. Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para

recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV a este Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

- IV. Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores

referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- V. Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinaranciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VI. Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### 8.1.5 Outros Riscos:

- I. Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que

os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

- II. Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 abaixo.
- III. Riscos de originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- IV. Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.
- V. Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas



sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos deste Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitas, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, conseqüentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

- VI. Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VII. Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.
- VIII. Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- IX. Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.
- X. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de



Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

XII. Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da

Cláusula 20.1 abaixo, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

- XIII. Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.
- XIV. Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto neste Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas colocarão os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- XV. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar

negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

- XVI. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.
- XVII. Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. A Cláusula 7 acima prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III ao Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas. Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garanta que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- XVIII. Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. Uma cessão de crédito pode ser questionada caso os requisitos legais mínimos para aperfeiçoamento deste negócio jurídico não tenham sido satisfeitos. Caso verifiquem-se falhas nos procedimentos de verificação das Condições de Cessão e Critérios de Exigibilidade, bem como de formalização legal das cessões de crédito do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios em operações de cessão que posteriormente poderão ser consideradas inválidas por terceiros interessados, o que poderá resultar em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- XIX. Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros,

alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

9. ADMINISTRADORA

- 9.1 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora").
- 9.2 A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição de Direitos de Crédito aos termos e condições dos Contratos de Cessão; e (iii) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.
- 9.3 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 9.4 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cobrança e, observada a regulamentação aplicável, a Administradora ou os prestadores de serviços por esta contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
  - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e

- IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do Fundo, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.

9.4.1 Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Quotistas;
  - c) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - d) o livro de presença dos Quotistas;
  - e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública;
  - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356;
  - g) os registros contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como do Prospecto, que terá como anexo este Regulamento, os relatórios preparados pelo Auditor Independente e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- IV. sem prejuízo da divulgação das informações a que se refere à Cláusula 23 abaixo, divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- V. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- VI. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VII. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último

dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

- VIII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;
- IX. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;
- X. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- XI. disponibilizar, em sua página na internet ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)), as regras e procedimentos adotados pela Administradora que lhe permitam diligenciar o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviço contratados, sem prejuízo de sua inserção no Prospecto e no respectivo contrato de prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável;
- XII. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a Cláusula 9.3 acima;
- XIII. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto nas Cláusulas 2 a 5 acima;
- XIV. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como a Gestora, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, a Agência de Classificação de Risco, o Auditor Independente, os assessores legais do Fundo e à celebração do Contrato de Gestão, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- XV. executar, diretamente ou por meio da contratação do Custodiante, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

- XVI. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos das Contas Vinculadas, da Conta Vinculada Centralizadora, da Conta do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante em favor dos Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (b) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (c) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XVII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- XVIII. informar à Agência de Classificação de Risco a sua substituição como Administradora do Fundo, até no máximo a data de substituição;
- XIX. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Auditor Independente ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos a quaisquer dos Contratos de Cessão;
- XX. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos deste Regulamento;
- XXI. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas (a) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; (b) aos Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança; e (c) ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário;
- XXII. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XXIII. comunicar os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato;
- XXIV. no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante e do Agente Depositário ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e



- XXV. fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

9.4.2 É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste; e
- IV. ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo, inclusive por meio de suas partes relacionadas.

9.4.3 As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

9.4.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;



- X. delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
  - XI. obter ou conceder empréstimos;
  - XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
  - XIII. realizar operações em mercados derivativos.
- 9.4.5 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas com as informações exigidas nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356.
- 9.4.6 A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,21% (vinte e um centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,14% (quatorze centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, e controladoria, observado o valor mínimo mensal de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais); e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- 9.4.7 A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.
- 9.4.8 Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano anterior.
- 9.4.9 Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.
- 9.4.10 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.
10. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA
- 10.1 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para

decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata a Cláusula 22.11 abaixo.

- 10.2 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata a Cláusula 10.1 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto na Cláusula 22.11 abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.
- 10.3 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.
- 10.4 A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5 A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.11 abaixo.

## 11. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### 11.1 GESTORA

- 11.1.1 O Fundo contratou a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44, para prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.
- 11.1.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e neste Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e por este Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Ativos Financeiros.
- 11.1.3 A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.

11.1.4 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle da Gestora para diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Gestão e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

## 11.2 CUSTODIANTE

11.2.1 O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo ("Custodiante"), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia, bem como prestará os serviços de escrituração das Quotas do Fundo ("Escriturador").

11.2.2 O Custodiante cobrará a Taxa de Custódia equivalente a 0,14% (quatorze centésimos por cento) ao ano, observado o valor mínimo mensal de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);

11.2.3 A Taxa de Custódia será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Custódia ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Custódia.

11.2.4 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, em atendimento ao disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades e demais obrigações:

- I. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- II. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula 12.2 deste regulamento;
- III. fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do fundo;
- IV. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, para a Agência de Classificação de Risco e para os órgãos reguladores; e
- V. receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta do Fundo.

- 11.2.5 Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.
- 11.2.6 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.5 acima, o Custodiante deverá realizar a verificação periódica dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Inadimplidos, de forma integral e individualizada.
- 11.2.7 Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante descritas no inciso III da Cláusula 11.2.2 acima, a guarda dos Arquivos Redução Z será efetuada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.
- 11.2.8 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo; (i) cada Conta do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; (3) no sistema C3 de Central de Cessão de Crédito, por meio do qual as cessões dos Direitos de Crédito pelo Itaú Unibanco serão registradas; ou (4) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 11.2.9 Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, (a) a cada Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito Renner; e (b) em 1 (um) Dia Útil anterior à Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito Itaú, nos termos da Cláusula 11.2.4 acima; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes dos Direitos de Crédito.
- 11.2.10 O Custodiante, diretamente ou por meio do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 11.2.11 O Custodiante ou o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito, sempre que solicitado

pela Administradora ou pelo Custodiante, conforme o caso, observado o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia.

11.2.12 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.

11.2.13 No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo aos Agentes de Cobrança exercerem referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

11.2.14 Em complementação ao disposto na Cláusula 11.2.4 acima, no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora:

- I. solicitar a movimentação, ao Agente Depositário, em nome do Fundo, (i) da Conta Vinculada Centralizadora; e (ii) da Conta do Fundo;
- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

11.2.13 O Custodiante declara que não há conflito de interesses com a Administradora na prestação de serviços de custódia para o Fundo nos termos desta Cláusula.

11.2.14 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Custodiante para diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Custódia e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.3 AGENTE DEPOSITÁRIO

11.3.1 As Cedentes Renner contrataram o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, foi contratado para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo ("Agente Depositário"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

11.3.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências dos valores referentes aos Direitos de Crédito da Conta Vinculada

Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.

#### 11.4 AGENTES DE COBRANÇA

11.4.1 A Lojas Renner e a RACC foram contratadas como Agentes de Cobrança para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e do Anexo III a este Regulamento.

11.4.2 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle dos Agentes de Cobrança para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Cobrança e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

#### 11.5 AUDITOR INDEPENDENTE

11.5.1 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Auditor Independente").

#### 11.6 AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

11.6.1 Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

#### 11.7 AGENTE DE GUARDA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

11.7.1 O Custodiante contratou a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 1.220, sala 101 e 102, Bairro São João, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31, para prestar os serviços de guarda dos Arquivos Redução Z, nos termos do Contrato de Depósito.

11.7.2 O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios com relação à movimentação dos Direitos de Crédito cedidos sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Depósito. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Depósito e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

#### 12. PROCEDIMENTOS DE OFERTA, AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

- 12.1 Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão e neste Regulamento.
- 12.2 Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:
- I. os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;
  - II. os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;
  - III. os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e
  - IV. os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.
- 12.3 O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelas Cedentes Renner, inclusive os direitos de crédito cedidos pelo Itaú Unibanco, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.
- 12.4 Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV a este Regulamento.
- 12.5 As Cedentes Renner deverão recomprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelas Cedentes Renner ao Fundo e comprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelo Itaú Unibanco ao Fundo, cujos pagamentos estejam em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.

13. QUOTAS



- 13.1 As Quotas do Fundo serão divididas em 2 (duas) classes, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 13.2 O Fundo emitirá até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).
- 13.3 Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 13.4 A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base na Cláusula 14.7 abaixo.
- 13.5 As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - III. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 abaixo; e
  - IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.
- 13.5.1 As Quotas Sênior da primeira emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, devendo ser colocadas perante Investidores Qualificados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
- 13.5.2 As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos da Cláusula 17 abaixo.
- 13.6 Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida neste Regulamento, que serão integralizadas pelas Cedentes Renner.
- 13.7 A Administradora deliberará sobre novas emissões de Quotas Subordinadas sempre que necessário para a manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, nos termos da Cláusula 13.7.4 abaixo e do Suplemento, respectivamente, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral.
- 13.7.1 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:



- I. subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- III. somente poderão ser amortizadas após a amortização das Quotas Sênior em conformidade com os critérios estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo da alínea I acima;
- IV. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- V. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.11 abaixo;
- VI. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.16 abaixo, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto; e
- VII. as Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.

13.7.2 As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

13.7.3 As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos deste Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento, ser integralizadas por uma das Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

13.7.4 A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que uma das Cedentes Renner integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos das Cláusulas 15.1.5 e 15.1.6 abaixo, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por uma das Cedentes Renner.

13.7.5 As Quotas Subordinadas não serão objeto de negociação, observado a Cláusula 17 abaixo.

#### 14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

- 14.1 As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das Cláusulas 14.7 e 14.11 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.
- 14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.
- 14.3 No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.
- 14.4 O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.
- 14.5 As Quotas serão integralizadas à vista.
- 14.6 Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou *performance* pela Administradora.
- 14.7 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:
- I. o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
  - II. o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

VAE<sub>T-1</sub>: valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP<sub>T-1</sub>: valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI<sub>T-1</sub>: Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então DIT-1 = 12,00; e

Spread<sub>sn</sub>: Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então Spread<sub>sn</sub> = 0,50.

- 14.8 Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir o valor das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas Sênior, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme esta Cláusula, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.
- 14.9 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item XII da Cláusula 20.1 abaixo, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 abaixo, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente à 2% (dois por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pro rata temporis, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.
- 14.10 Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 14.9 acima, uma das Cedentes Renner subscreverão e integralizarão novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.
- 14.11 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

## 15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 15.1 As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto nesta Cláusula 15 acima e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das

Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.

15.1.1 A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá trimestralmente, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização"), respeitado o disposto na Cláusula 15.1.2 abaixo.

15.1.2 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AM_T$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

15.1.3 A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento, seja (i) a partir de 15 dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.

15.1.4 A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate

das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima prevista na Cláusula 5.8 acima.

- 15.1.5 Exceto no caso da Cláusula 15.1.4 acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso uma das Cedentes Renner não integralizem Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos da Cláusula 13.7.3 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.
- 15.1.6 Para fins do disposto na Cláusula 15.1.5 acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.
- 15.1.7 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.
- 15.1.8 A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
- I. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos;
  - II. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral; e
  - III. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer alteração relevante na condição de crédito da Lojas Renner e/ou da RACC.
- 15.1.9 Para fins do previsto na Cláusula 15.1.8 acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.
- 15.1.10 O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.

15.1.11 A amortização de que trata a Cláusula 15.1.8 acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.

16. PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

16.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista na Cláusula 18.1 abaixo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 14.11 acima, conforme o caso.

16.2 A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

16.3 Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

16.4 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 20.3 e 20.6 abaixo, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.

16.5 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

17.1 As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta Cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.

17.2 Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

17.3 As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.

## 18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

18.1 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 acima;
- IV. formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 acima; e
- VI. pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 acima.

## 19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

19.1 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.

19.2 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo,

serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.

19.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.

19.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

## 20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):

- I. realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses, nos termos da Cláusula 15.1 acima;
- II. rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- IV. inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- V. impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
- VI. caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VII. caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 acima não sejam constituídas;
- VIII. em caso de solicitação de resilição dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;



- IX. em caso de solicitação de resilição do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por uma das Cedentes Renner;
- X. em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- XI. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIII. inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIV. descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra as Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;
- XV. na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- XVII. caso as Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidação"):

- I. realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com este Regulamento;

- II. caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer das Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer das Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer das Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer das Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer das Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer das Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- III. por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- IV. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- V. protesto de títulos contra qualquer das Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- VI. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer das Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensão por meio de medida judicial própria;
- VII. em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- VIII. caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
- IX. em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.

- 20.3 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 abaixo, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 20.4 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista nesta Cláusula, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.
- 20.5 Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos na Cláusula 20.6 abaixo.
- 20.6 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.7 Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 20.6 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.13 abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.
- 20.8 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.9 Na hipótese de liquidação antecipada, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, em caso de descumprimento por culpa grave ou dolo das Cedentes Renner do disposto no item XIII da Cláusula 20.1 acima, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 acima, será acrescido de prêmio, conforme determinado na Cláusula 14.9 acima, definido de acordo com a data em que as respectivas Quotas forem resgatadas.
- 20.10 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o

resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.

- 20.11 Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.
- 20.12 Caso a Assembleia Geral referida na Cláusula 20.11 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.
- 20.13 Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada na Cláusula 20.12 acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.
- 20.14 Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

## 21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

- 21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):
- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
  - II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
  - III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
  - V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
  - VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
  - VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
  - VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
  - IX. despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
  - X. despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
  - XI. despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e
  - XII. despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.
- 21.2 As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
22. ASSEMBLEIA GERAL
- 22.1 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:
- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
  - II. deliberar sobre a substituição da Administradora;
  - III. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
  - IV. deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
  - V. deliberar sobre liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens I, VIII e XII, observado o procedimento da Cláusula 16 acima;

- VI. aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos, sem prejuízo da 22.2 abaixo;
- VII. aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, do Agente Depositário, do Auditor Independente e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
- IX. aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
- X. aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- XI. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata a Cláusula 14.7 acima ou os critérios de amortização estabelecidos na Cláusula 15.1 acima e no Suplemento;
- XII. alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto nesta Cláusula;
- XIII. aprovar a realização de alterações na Política de Concessão de Crédito da Lojas Renner, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou no Termo de Cessão de Recebíveis que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito, exceto no caso de alterações realizadas exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares;
- XIV. eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos da Cláusula 22.18 abaixo; e
- XV. resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.

22.2 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

22.3 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação

no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

- 22.4 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.
- 22.5 A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 22.6 A presidência da Assembleia Geral caberá a representante da Administradora.
- 22.7 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.8 abaixo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
- 22.8 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 22.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas, ou correio eletrônicos enviados aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.
- 22.10 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.
- 22.11 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e XIII acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.
- 22.12 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens II, III e IV da Cláusula 22.1 acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.



- 22.13 As deliberações sobre as demais matérias, não indicadas na Cláusula 22.12 acima, dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas dos presentes com direito a voto .
- 22.14 Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelas Cedentes Renner, ou que pertençam a afiliadas das Cedentes Renner e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 22.15 Adicionalmente, não terão direito de voto, na Assembleia Geral, a Administradora e seus empregados que eventualmente venham a deter Quotas do Fundo.
- 22.16 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 22.17 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.
- 22.18 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:
- I. ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
  - II. não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
  - III. não exercer cargo nos Cedentes.

## 23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

- 23.1 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.
- 23.2 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo,



inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

23.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

23.4 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

23.5 A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

#### 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

24.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) dias contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.

24.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

24.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, na forma da Cláusula 19.2 acima.

24.5 Por ocasião da auditoria de que trata a Cláusula 24.4 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da legislação vigente.

24.6 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

- 24.7 A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em assembleias.
- 24.8 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); e-mail: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

Osasco, 28 de fevereiro de 2014.

## ANEXO I

### Definições

Administradora:	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
Afiliada:	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios:	é a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Dom Pedro II, n.º 1220, sala 101 e 102, Bairro São João, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-143, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31;
Agente Depositário:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Agentes de Cobrança:	é a Lojas Renner e/ou RACC;
Alocação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.8 acima;
Amortização Extraordinária:	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos

	da Cláusula 15.1 acima;
Amortização Periódica:	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
ANBIMA:	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos:	são os Anexos a este Regulamento;
Arquivo Eletrônico de Cessão:	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue, pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;
Arquivo Eletrônico de Liquidação:	é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;
Arquivo Redução Z:	é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 acima;
Ativos Financeiros:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.11 acima;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Cartão Renner:	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão

	Renner;
Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;
Cedentes Renner:	são a Lojas Renner e a RACC;
Cedentes:	são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Clientes:	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil:	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
Código de Processo Civil:	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
Conta do Fundo:	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Conta Movimento Lojas Renner:	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
Conta Vinculada Centralizadora:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos deste Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e no Contrato de Custódia;
Conta Vinculada RACC:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, nas quais será depositada os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela

	instituição financeira na qual é a mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas Lojas Renner:	são as contas vinculadas ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas:	são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;
Contrato de Administração de Contas Vinculadas:	é o Contrato de Administração de Contas Vinculadas, firmado entre as Cedentes Renner com as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantém as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, conforme o caso;
Contrato de Cessão Cedentes Renner:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, as Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
Contrato de Cessão Itaú Unibanco:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência das Cedentes Renner e do Custodiante;
Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;
Contrato de Custódia:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356;

Contrato de Depósito:	é o Contrato de Prestação de Serviços Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;
Contrato de Gestão:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, as Cedentes Renner, com a interveniência a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
Contratos de Cessão:	são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;
Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
Critérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;

Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas:	é a data da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um das Cedentes Renner à disposição do Fundo;
Data da 1ª integralização das Quotas:	são a Data da 1ª integralização das Quotas Sênior e a Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
Data de Amortização:	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais serão realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições deste Regulamento;
Data de Aquisição:	é a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
Data de Resgate:	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
Dia Útil:	é qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
Direitos de Crédito:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 3.1.1 deste Regulamento;
Diretor Designado:	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo,



	<p>bem como pela prestação de informações a esse relativas;</p>
Distribuidor:	<p>é a instituição financeira autorizada a operar em mercado de capitais, contratada para fins de distribuição das Quotas Sênior do Fundo;</p>
Documentos Comprobatórios:	<p>são (a) (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (b) os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner;</p>
Empresas Transportadoras de Valores:	<p>são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 acima;</p>
Encargos do Fundo:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 21.1 acima;</p>
Equipamentos ECF:	<p>é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais em operações de vendas a consumidores finais;</p>
Escriturador:	<p>é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;</p>
Eventos de Avaliação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 acima;</p>
Eventos de Liquidação:	<p>têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 acima;</p>
Excesso de Cobertura:	<p>tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 15.1.8 acima;</p>
Fundo:	<p>tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;</p>
Gestora:	<p>é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida</p>

	Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;
Instituições Autorizadas:	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
Instituições Receptoras:	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais as Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
Instrução CVM 301:	é a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
Instrução CVM 356:	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 400:	é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 489:	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros.
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
Itaú Unibanco:	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Lojas Renner:	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados,

	incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido do Fundo:	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 acima e às provisões referidas na Cláusula 18 acima;
Periódico:	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
Política de Cobrança:	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinarpar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (ii) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
Política de Concessão de Crédito:	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
Prazo de Duração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 acima;
Produtos:	Significam os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas.
Prospectos:	é o prospecto preliminar e o prospecto definitivo;
Quotas em Circulação:	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
Quotas Sênior em Circulação:	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
Quotas Sênior:	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
Quotas Subordinadas em Circulação:	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
Quotas Subordinadas:	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;
Quotas:	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;

Quotistas:	são os titulares das Quotas;
RACC:	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
Refinanciamentos:	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, que estejam em mora;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo, conforme definido no preâmbulo;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SF:	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
Suplemento:	é o suplemento ao Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.4.6 acima;
Taxa DI:	<p>são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p> <p>Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a</p>

Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;

Termo de Adesão:

é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, conforme Anexo II; e

Termo de Cessão:

é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.

## ANEXO II

### TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

À  
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara  
Osasco, SP  
At.: [•]

(Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento).

1. Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo 1º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), adere, expressamente, aos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.
2. O investidor também declara:
  - I. ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações;
  - II. ter recebido cópia do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
  - III. ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento suficiente ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
  - IV. ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nas Cláusulas 3 e 5 do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
  - V. ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito

adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 acima; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de



venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa,

incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os

Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se

materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 acima.

Riscos de origemação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser

cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos no Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, conseqüentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.

Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização,



exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 acima, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. A Cláusula 7 do Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III ao Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas. Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garanta que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Possibilidade de os Direitos de Crédito vir a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. Uma cessão de crédito pode ser questionada caso os requisitos legais mínimos para aperfeiçoamento deste negócio jurídico não tenham sido satisfeitos. Caso verifiquem-se falhas nos procedimentos de verificação das Condições de Cessão e Critérios de Exigibilidade, bem como de formalização legal das cessões de crédito do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios em operações de cessão que posteriormente poderão ser consideradas inválidas por terceiros interessados, o que poderá resultar em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- VI. que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;



- VII. ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- VIII. ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- IX. ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- X. autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;
- XI. ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- XII. ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- XIII. que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- XIV. estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- XV. ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- XVI. ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- XVII. reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações,

bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;

- XVIII. reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- XIX. obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- XX. ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- XXI. obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- XXII. que os recursos que serão utilizados na integralização das suas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- XXIII. ter recebido cópia do Prospecto, bem como lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:

Nomes e cargos dos representantes legais:

CNPJ/MF:

E-mail:

---

[Inserir Nome do Quotista]

Testemunhas:

---

Nome:  
RG:  
CPF/MF:

---

Nome:  
RG:  
CPF/MF:

## ANEXO III

### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

1. Pré-requisitos para a solicitações de crédito
  - 1.1 Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o Cadastro de Pessoa Física (CPF); e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
2. Análise de Crédito
  - 2.1 Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.
  - 2.2 Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.
  - 2.3 O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.
3. Proposta Recusada
  - 3.1 Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.
4. Reavaliação do Crédito
  - 4.1 Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.

## ANEXO IV

### DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

#### 1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelos Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

##### - Cobrança Interna

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias, sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

##### - Cobrança Externa

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

##### - Renegociações

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério dos Agentes de Cobrança nos encargos devidos.

## ANEXO V

### MODELO DE SUPLEMENTO DA EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior:	até R\$ [•]
Quantidade de Quotas Sênior:	até [•]
Preço de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada
Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Amortização Periódica:	[•]
Data de Resgate:	em 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	[•]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de dezembro de 2013, sob o n.º 274.277, conforme alterado).

4º (QUARTO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

Pelo presente instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Administradora"), na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 19.407.663/0001-53 ("Fundo"),

**CONSIDERANDO:**

- I. que o Fundo encontra-se devidamente constituído por Instrumento Particular de Constituição datado de 09 de dezembro de 2013 e registrado na mesma data, juntamente com seu regulamento ("Regulamento"), no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob n.º 274.277, conforme alterado pelo "1º (Primeiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" em 21 de janeiro de 2014 e registrado em 22 de janeiro de 2014 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 275.158, pelo "2º (Segundo) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" em 07 de fevereiro de 2014 e registrado na mesma data no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 275.593 e "3º (Terceiro) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial" em 28 de fevereiro de 2014 e registrado na mesma data no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 276.053;
- II. que o Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação; e
- III. que a Administradora deseja alterar e consolidar o inteiro teor do Regulamento para (i) alterar a definição do Contrato de Administração de Contas Vinculadas e incluir o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, como partes; (ii) alterar a definição do Contrato de Custódia; e (iii) incluir as informações referentes à primeira emissão de Quotas Sênior do Fundo no Anexo V.

Resolve a Administradora, pelo presente 4º (Quarto) Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("4º IPA"), aprovar as alterações e a consolidação do inteiro teor do Regulamento, conforme novo documento Anexo ao presente 4º IPA.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento, segue este 4º IPA assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Osasco, 17 de abril de 2014.

**FABIANO  
BOTTIGNON  
KOSAKA:13554  
605816**

Assinado de forma digital por  
FABIANO BOTTIGNON  
KOSAKA:13554605816  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=FABIANO  
BOTTIGNON KOSAKA:13554605816  
Dados: 2014.04.17 10:12:36 -03'00'

**LUIS PHILIPPE  
DOS SANTOS  
FORATO:3419  
4367855**

Assinado de forma digital por LUIS  
PHILIPPE DOS SANTOS  
FORATO:34194367855  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=AR  
BRADESCO, cn=LUIS PHILIPPE DOS  
SANTOS FORATO:34194367855  
Dados: 2014.04.17 09:44:45 -03'00'

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**Anexo I**  
**ao 4º (QUARTO) INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**

**(REGULAMENTO)**



Regulamento

do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Datado de

17 de abril de 2014.

3

## REGULAMENTO

### DO

## FUNDO DE INVESTIMENTO

### EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"). Para fins de classificação ANBIMA, este Fundo é do tipo FIDC Outros, atributo foco de atuação "Multicarteira Outros".

#### 1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

- 1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e é classificado pela ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
- 1.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3 O Regulamento e o Suplemento serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua aprovação pela Administradora. Eventuais aditamentos a este Regulamento e novos Suplementos serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua aprovação pela Assembleia Geral ou após sua aprovação pela Administradora, conforme o caso.
- 1.4 As alterações a este Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral ou do instrumento particular de alteração ao Regulamento, conforme o caso; e (iii) do exemplar deste Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.
- 1.5 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração do Fundo, ou, ainda, em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização parcial de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.
- 1.6 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

2. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1 O prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

3. OBJETO

- 3.1 O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita na Cláusula 5 abaixo.

3.1.1 Os direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").

3.1.2 Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pelos Cedentes, observada a política de investimento e os critérios de composição da Carteira do Fundo descritos na Cláusula 5 abaixo. Os Direitos de Crédito são representados pelos Documentos Comprobatórios emitidos pelos Cedentes e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.

4. PÚBLICO ALVO

- 4.1 As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, que não necessitem de liquidez a curto prazo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

5.1 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio do investimento de seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo definida nesta Cláusula, bem como os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo.

5.2 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e os respectivos Cedentes, exceto pela garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco em garantia dos financiamentos e refinanciamentos a que se referem os itens (i) e (ii) da Cláusula 3.1.1 acima.

- 5.3 Os recursos resultantes do pagamento dos Direitos de Crédito serão depositados na Conta Vinculada Centralizadora e posteriormente transferidos para a Conta do Fundo pelo Custodiante, nos termos deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 5.4 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão reinvestidos pela Gestora em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros até a data de liquidação do Fundo.
- 5.5 O Fundo não poderá realizar:
- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - (b) operações em mercado de derivativos;
  - (c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que a Administradora figure, direta ou indiretamente, como contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e
  - (d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 5.6 A Administradora, a Gestora e o Custodiante, assim como suas respectivas Afiliadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela existência e validade dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, sem prejuízo de suas obrigações previstas nos artigos 34 e 38 da Instrução CVM 356.
- 5.7 O Fundo somente poderá adquirir e manter em sua Carteira Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, a todos os Critérios de Elegibilidade.
- 5.7.1 O Custodiante será responsável pela verificação e validação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo.
- 5.8 Adicionalmente, cada Cedente é responsável pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por eles cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, observada a Cláusula 6.1.4 abaixo. Os Cedentes não respondem pela solvência dos Clientes. Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto nesta Cláusula ao atingimento da Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.
- 5.9 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 6 abaixo. Caso necessário, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata esta Cláusula por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

- 5.10 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356 e, respeitado o disposto no artigo 40-B da Instrução CVM 356, a totalidade de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Cliente está limitada a R\$5.000,00 (cinco mil reais) por Cliente, a qualquer tempo.
- 5.11 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros a seguir relacionados (em conjunto, “Ativos Financeiros”):
- I. moeda corrente nacional;
  - II. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - III. títulos de emissão do BACEN;
  - IV. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens II e III acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
  - V. cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I a IV acima.
- 5.12 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de titularidade do Fundo aberta no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.
- 5.13 O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais Afiliadas da Administradora e da Gestora atuem na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.
- 5.14 O Fundo não poderá adquirir ativos de emissão ou que envolvam coobrigação da Administradora, da Gestora, do Custodiante e partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis.
- 5.15 O percentual de composição da Carteira do Fundo indicado nesta Cláusula será observado diariamente, observado o previsto na Cláusula 5.9 acima.
- 5.16 Cada Cedente fornecerá ao Custodiante os Documentos Comprobatórios, nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante, com exceção dos Arquivos Redução Z, cuja guarda será realizada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios devidamente contratado pelo Custodiante nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.
- 5.17 Os percentuais e limites referidos nesta Cláusula serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, devendo a Administradora zelar e envidar seus melhores esforços para manter a Alocação Mínima.

5.18 As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) dos Cedentes; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

6.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

- I. os Direitos de Crédito devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos;
- II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- III. não obstante a limitação mencionada no item 5.10 acima, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$250,00 (duzentos cinquenta reais);
- IV. os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- V. (a) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VI. os Direitos de Crédito provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- VII. cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.

6.1.1 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade (i) a cada Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner; e (ii) em 1 (um) Dia Útil anterior à Data de Aquisição, para os Direitos cedidos pelo Itaú Unibanco.

6.1.2 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelos Cedentes ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas pelos Cedentes por meio do Arquivo Eletrônico de Cessão.

6.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante entenda que tal alteração torna inviável operacionalmente o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 90 (noventa) dias contados do recebimento de

notificação da Administradora informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado nesta Cláusula, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

- 6.1.4 A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.2 Cada Cedente é o único responsável pela existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, sendo que as Cedentes Renner serão responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.
- 6.3 Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação quanto ao atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.

## 7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

- 7.1 As Cedentes Renner deverão observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento na originação dos Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo.

## 8. FATORES DE RISCO

- 8.1 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes e/ou emissores. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir, responsabilizando-se pelo seu investimento em Quotas do Fundo. O investidor, ao aderir ao presente Regulamento, por meio de Termo de Adesão, deverá afirmar ter ponderado de forma independente e fundamentada a adequação (*suitability*) do investimento implementado pelo Fundo em vista do seu perfil de risco, condição financeira e da regulamentação aplicável.

A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Gestora, os Cedentes e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, para os Direitos de Crédito ou para os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos

Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

#### 8.1.1 Riscos de Mercado:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

#### 8.1.2 Riscos de Crédito:

- I. Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- II. Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.
- III. Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou



nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos deste Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

- IV. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- V. Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

#### 8.1.3 Riscos de Liquidez:

- I. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.

- II. Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 abaixo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.
- IV. Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.
- V. Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à

liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- VI. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### 8.1.4 Riscos Operacionais:

- I. Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- II. Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- III. Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV a este Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de

Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

- IV. Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.
- V. Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo,

podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinarçar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

- VI. Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### 8.1.5 Outros Riscos:

- I. Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.
- II. Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e

20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 abaixo.

- III. Riscos de origemação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- IV. Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.
- V. Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos deste Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitas, e

que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, consequentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

- VI. Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.
- VII. Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.
- VIII. Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- IX. Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.
- X. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:
  - (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;

- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

XII. Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 abaixo, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou



atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

- XIII. Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.
- XIV. Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto neste Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas colocarão os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- XV. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.
- XVI. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que

a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

- XVII. Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. A Cláusula 7 acima prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III ao Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas. Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garanta que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- XVIII. Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. Uma cessão de crédito pode ser questionada caso os requisitos legais mínimos para aperfeiçoamento deste negócio jurídico não tenham sido satisfeitos. Caso verifiquem-se falhas nos procedimentos de verificação das Condições de Cessão e Critérios de Exigibilidade, bem como de formalização legal das cessões de crédito do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios em operações de cessão que posteriormente poderão ser consideradas inválidas por terceiros interessados, o que poderá resultar em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- XIX. Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

9. ADMINISTRADORA

- 9.1 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora").

- 9.2 A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição de Direitos de Crédito aos termos e condições dos Contratos de Cessão; e (iii) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.
- 9.3 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e representação do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do Fundo, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 9.4 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cobrança e, observada a regulamentação aplicável, a Administradora ou os prestadores de serviços por esta contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
  - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
  - IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do Fundo, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.
- 9.4.1 Incluem-se entre as obrigações da Administradora:
- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
    - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
    - b) o registro dos Quotistas;
    - c) o livro de atas da Assembleia Geral;

- d) o livro de presença dos Quotistas;
  - e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública;
  - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356;
  - g) os registros contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
  - III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como do Prospecto, que terá como anexo este Regulamento, os relatórios preparados pelo Auditor Independente e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
  - IV. sem prejuízo da divulgação das informações a que se refere à Cláusula 23 abaixo, divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
  - V. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
  - VI. custear as despesas de propaganda do Fundo;
  - VII. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
  - VIII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;
  - IX. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;
  - X. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;

- XI. disponibilizar, em sua página na internet ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)), as regras e procedimentos adotados pela Administradora que lhe permitam diligenciar o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviço contratados, sem prejuízo de sua inserção no Prospecto e no respectivo contrato de prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável;
- XII. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a Cláusula 9.3 acima;
- XIII. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto nas Cláusulas 2 a 5 acima;
- XIV. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como a Gestora, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, a Agência de Classificação de Risco, o Auditor Independente, os assessores legais do Fundo e à celebração do Contrato de Gestão, dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- XV. executar, diretamente ou por meio da contratação do Custodiante, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XVI. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos das Contas Vinculadas, da Conta Vinculada Centralizadora, da Conta do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante em favor dos Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (b) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (c) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XVII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;

- XXIII. informar à Agência de Classificação de Risco a sua substituição como Administradora do Fundo, até no máximo a data de substituição;
- XXIX. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Auditor Independente ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos a quaisquer dos Contratos de Cessão;
- XX. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos deste Regulamento;
- XXI. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas (a) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; (b) aos Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança; e (c) ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário;
- XXII. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XXIII. comunicar os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato;
- XXIV. no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante e do Agente Depositário ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e
- XXV. fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

#### 9.4.2 É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste; e
- IV. ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo, inclusive por meio de suas partes relacionadas.

9.4.3 As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

9.4.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X. delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
- XI. obter ou conceder empréstimos;
- XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
- XIII. realizar operações em mercados derivativos.

9.4.5 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas com as informações exigidas nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356.

9.4.6 A Administradora cobrará a Taxa de Administração equivalente a 0,21% (vinte e um centésimos por cento) ao ano, sendo (i) 0,14% (quatorze centésimos por cento) devidos em razão dos serviços de administração, e controladoria, observado o valor mínimo

mensal de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais); e (ii) 0,07% (sete centésimos por cento) pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

- 9.4.7 A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.
- 9.4.8 Todos os valores em reais constantes desta Cláusula serão corrigidos anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano anterior.
- 9.4.9 Caso a Gestora realize aplicações em fundos de investimento geridos ou administrados pela Administradora ou pela Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, a taxa de administração devida pelo Fundo para tais fundos de investimento será descontada da remuneração devida à Gestora.
- 9.4.10 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

#### 10. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata a Cláusula 22.11 abaixo.
- 10.2 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata a Cláusula 10.1 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora; ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto na Cláusula 22.11 abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.
- 10.3 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.



- 10.4 A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5 A Administradora poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.11 abaixo.
11. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PRESTADORES DE SERVIÇOS
- 11.1 GESTORA
- 11.1.1 O Fundo contratou a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44, para prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Gestão.
- 11.1.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão e neste Regulamento, a Gestora tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira do Fundo, desde que permitidos pela legislação aplicável e por este Regulamento, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Ativos Financeiros.
- 11.1.3 A Gestora poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ela atribuídas nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Gestão, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.1.4 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle da Gestora para diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Gestão e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).
- 11.2 CUSTODIANTE
- 11.2.1 O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo ("Custodiante"), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia, bem como prestará os serviços de escrituração das Quotas do Fundo ("Escriturador").

- 11.2.2 O Custodiante cobrará a Taxa de Custódia equivalente a 0,14% (quatorze centésimos por cento) ao ano, observado o valor mínimo mensal de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);
- 11.2.3 A Taxa de Custódia será calculada e provisionada diariamente, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Custódia ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, proporcionalmente ao número de dias decorridos entre a efetiva integralização das Quotas Subordinadas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Custódia.
- 11.2.4 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, em atendimento ao disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades e demais obrigações:
- I. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
  - II. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula 12.2 deste regulamento;
  - III. fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do fundo;
  - IV. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, para a Agência de Classificação de Risco e para os órgãos reguladores; e
  - V. receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta do Fundo.
- 11.2.5 Tendo em vista a quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, a expressiva diversificação de Clientes e o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito, o Custodiante não realizará, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nem mesmo por amostragem, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.
- 11.2.6 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.5 acima, o Custodiante deverá realizar a verificação periódica dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Inadimplidos, de forma integral e individualizada.
- 11.2.7 Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante descritas no inciso III da Cláusula 11.2.2 acima, a guarda dos Arquivos Redução Z será efetuada pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito, conforme autoriza o parágrafo 6º do art. 38 da Instrução CVM 356.

- 11.2.8 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo; (i) cada Conta do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; (3) no sistema C3 de Central de Cessão de Crédito, por meio do qual as cessões dos Direitos de Crédito pelo Itaú Unibanco serão registradas; ou (4) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e dos Contratos de Cessão.
- 11.2.9 Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, (a) a cada Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito Renner; e (b) em 1 (um) Dia Útil anterior à Data de Aquisição, para os Direitos de Crédito Itaú, nos termos da Cláusula 11.2.4 acima; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes dos Direitos de Crédito.
- 11.2.10 O Custodiante, diretamente ou por meio do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 11.2.11 O Custodiante ou o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, conforme o caso, deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito, sempre que solicitado pela Administradora ou pelo Custodiante, conforme o caso, observado o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia.
- 11.2.12 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia, devendo continuar prestando serviços ao Fundo até a sua efetiva substituição.
- 11.2.13 No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Clientes de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo aos Agentes de Cobrança exercerem referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

11.2.14 Em complementação ao disposto na Cláusula 11.2.4 acima, no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora:

- I. solicitar a movimentação, ao Agente Depositário, em nome do Fundo, (i) da Conta Vinculada Centralizadora; e (ii) da Conta do Fundo;
- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

11.2.13 O Custodiante declara que não há conflito de interesses com a Administradora na prestação de serviços de custódia para o Fundo nos termos desta Cláusula.

11.2.14 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Custodiante para diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Custódia e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

### 11.3 AGENTE DEPOSITÁRIO

11.3.1 As Cedentes Renner contrataram o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, foi contratado para prestar os serviços de segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo ("Agente Depositário"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

11.3.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, o Agente Depositário será responsável por receber e comandar as transferências dos valores referentes aos Direitos de Crédito da Conta Vinculada Centralizadora, conforme instruções recebidas pelo Custodiante, para a Conta do Fundo e/ou, conforme o caso, para a Conta Movimento Lojas Renner.

### 11.4 AGENTES DE COBRANÇA

11.4.1 A Lojas Renner e a RACC foram contratadas como Agentes de Cobrança para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e do Anexo III a este Regulamento.

11.4.2 A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle dos Agentes de Cobrança para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Cobrança e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

11.5 AUDITOR INDEPENDENTE

- 11.5.1 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Auditor Independente").

11.6 AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 11.6.1 Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

11.7 AGENTE DE GUARDA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

- 11.7.1 O Custodiante contratou a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 1.220, sala 101 e 102, Bairro São João, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31, para prestar os serviços de guarda dos Arquivos Redução Z, nos termos do Contrato de Depósito.
- 11.7.2 O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito, e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios com relação à movimentação dos Direitos de Crédito cedidos sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Depósito. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no Contrato de Depósito e no Prospecto e disponíveis para consulta no website da Administradora ([www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br)).

12. PROCEDIMENTOS DE OFERTA, AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

- 12.1 Os procedimentos de oferta e aquisição dos Direitos de Crédito observarão os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Cessão e neste Regulamento.
- 12.2 Os Clientes efetivarão o pagamento dos valores referentes aos Direitos de Crédito em conformidade com os procedimentos descritos nos itens abaixo:
- I. os valores pagos pelos Clientes em dinheiro serão recolhidos pelas Empresas Transportadoras de Valores, conforme frequência contratada pelas Instituições Receptoras em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento e mantidos em custódia nas Instituições Receptoras por até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recolhimento, observado que dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recolhimento pelas Empresas Transportadoras de Valores, os valores devem ser depositados nas Contas Vinculadas e transferidos pelas Instituições Receptoras das Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;

- II. os valores pagos por meio de cartão de débito serão creditados nas Contas Vinculadas e, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento, as Instituições Receptoras realizarão a respectiva transferência para a Conta Vinculada Centralizadora;
  - III. os valores pagos por meio de transferência bancária nas Contas Vinculadas serão transferidos pelas Instituições Receptoras para a Conta Vinculada Centralizadora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento; e
  - IV. os valores pagos por meio de boleto bancário serão creditados diretamente nas Contas Vinculadas e deverão ser transferidos para a Conta Vinculada Centralizadora pelas Instituições Receptoras no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento.
- 12.3 O Custodiante, mediante processamento do Arquivo Eletrônico de Liquidação enviado pelas Cedentes Renner, inclusive os direitos de crédito cedidos pelo Itaú Unibanco, realizará, diariamente, a conciliação e solicitará ao Agente Depositário que realize a segregação dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo mediante crédito na Conta do Fundo, sendo os valores remanescentes transferidos para a Conta Movimento Lojas Renner.
- 12.4 Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, bem como no Anexo IV a este Regulamento.
- 12.5 As Cedentes Renner deverão recomprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelas Cedentes Renner ao Fundo e comprar os Direitos de Crédito originalmente cedidos pelo Itaú Unibanco ao Fundo, cujos pagamentos estejam em atraso, nos termos dos Contratos de Cessão, exceto os Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora.
13. QUOTAS
- 13.1 As Quotas do Fundo serão divididas em 2 (duas) classes, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 13.2 O Fundo emitirá até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Quotas Sênior da primeira emissão, em uma única série, com valor nominal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais).
- 13.3 Novas emissões de Quotas Sênior somente serão realizadas mediante a aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 13.4 A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base na Cláusula 14.7 abaixo.
- 13.5 As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- I. prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - III. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.7 abaixo; e
  - IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.
- 13.5.1 As Quotas Sênior da primeira emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, devendo ser colocadas perante Investidores Qualificados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
- 13.5.2 As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos da Cláusula 17 abaixo.
- 13.6 Para a 1ª integralização de Quotas Subordinadas, o Fundo emitirá o montante de Quotas Subordinadas necessárias para atender a Relação Mínima estabelecida neste Regulamento, que serão integralizadas pelas Cedentes Renner.
- 13.7 A Administradora deliberará sobre novas emissões de Quotas Subordinadas sempre que necessário para a manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, nos termos da Cláusula 13.7.4 abaixo e do Suplemento, respectivamente, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral.
- 13.7.1 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:
- I. subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
  - III. somente poderão ser amortizadas após a amortização das Quotas Sênior em conformidade com os critérios estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo da alínea I acima;
  - IV. Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
  - V. Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 14.11 abaixo;

- VI. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto na Cláusula 22.16 abaixo, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto; e
- VII. as Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.

13.7.2 As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

13.7.3 As Quotas Subordinadas deverão, a partir da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior e durante todo o período de existência do Fundo, nos termos deste Regulamento, representar no mínimo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento, ser integralizadas por uma das Cedentes Renner sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

13.7.4 A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que uma das Cedentes Renner integralize Quotas Subordinadas de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos das Cláusulas 15.1.5 e 15.1.6 abaixo, sendo que a ocorrência do pagamento de 2 (duas) Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por uma das Cedentes Renner.

13.7.5 As Quotas Subordinadas não serão objeto de negociação, observado a Cláusula 17 abaixo.

#### 14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

14.1 As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das Cláusulas 14.7 e 14.11 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação ou, no caso de integralização de Quotas Subordinadas, por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo.

14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

14.3 No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.



- 14.4 O extrato da conta de depósito, emitido pelo Custodiante, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.
- 14.5 As Quotas serão integralizadas à vista.
- 14.6 Não será cobrada taxa de ingresso, saída ou *performance* pela Administradora.
- 14.7 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:
- I. o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
  - II. o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$ : valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$ : valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$ : Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DIT-1 = 12,00$ ; e

$Spread_{Sn}$ : Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ .

- 14.8 Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir o valor das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas Sênior, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos

Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme esta Cláusula, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

- 14.9 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo em virtude do descumprimento por culpa grave ou dolo da Lojas Renner do disposto no item XII da Cláusula 20.1 abaixo, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 abaixo, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, será acrescido de prêmio equivalente à 2% (dois por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pro rata temporis, entre a data em que as Quotas Sênior forem resgatadas no âmbito da liquidação antecipada do Fundo e a Data de Resgate.
- 14.10 Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para o pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 14.9 acima, uma das Cedentes Renner subscreverão e integralizarão novas Quotas Subordinadas em montante suficiente que possibilite ao Fundo efetuar tal pagamento.
- 14.11 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao valor das Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

#### 15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 15.1 As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto nesta Cláusula 15 acima e no Suplemento, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.
- 15.1.1 A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá trimestralmente, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização"), respeitado o disposto na Cláusula 15.1.2 abaixo.
- 15.1.2 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AM_T$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

- 15.1.3 A Administradora deverá constituir reserva para pagamento de cada Amortização Periódica de forma que o valor de tal reserva, mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento, seja (i) a partir de 15 dias antes de cada Amortização Periódica equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 7 dias antes de cada Amortização Periódica, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.
- 15.1.4 A Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a Data de Resgate, o Fundo poderá desenquadrar a Alocação Mínima prevista na Cláusula 5.8 acima.
- 15.1.5 Exceto no caso da Cláusula 15.1.4 acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; ou (ii) caso uma das Cedentes Renner não integralizem Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos da Cláusula 13.7.3 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, na proporção necessária para atender novamente à Alocação Mínima ou à Relação mínima, conforme o caso.
- 15.1.6 Para fins do disposto na Cláusula 15.1.5 acima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.

- 15.1.7 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.
- 15.1.8 A Administradora calculará a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas. Caso o resultado de referido cálculo seja superior a 30% (trinta por cento) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, no montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
- I. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos;
  - II. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenha ocorrido algum Evento de Avaliação, o mesmo tenha sido sanado nos termos deliberados em Assembleia Geral; e
  - III. até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer alteração relevante na condição de crédito da Lojas Renner e/ou da RACC.
- 15.1.9 Para fins do previsto na Cláusula 15.1.8 acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado em até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes.
- 15.1.10 O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas.
- 15.1.11 A amortização de que trata a Cláusula 15.1.8 acima será realizada em moeda corrente nacional, desde que todas as reservas legais obrigatórias tenham sido realizadas e exista reserva de caixa suficiente para a realização do pagamento.
16. PAGAMENTO AOS QUOTISTAS
- 16.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista na Cláusula 18.1 abaixo, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 14.11 acima, conforme o caso.
- 16.2 A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

- 16.3 Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.
- 16.4 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 20.3 e 20.6 abaixo, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.
- 16.5 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
17. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS
- 17.1 As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas o Termo de Adesão assinado, conforme modelo constante do Anexo II, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata esta Cláusula, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e Instrução CVM 301.
- 17.2 Na hipótese de negociação de Quotas Sênior, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Custodiante após a verificação pelo intermediário que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.
- 17.3 As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas no mercado secundário. Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Subordinadas poderão ser alienadas de forma privada para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico do Quotista originalmente titular das Quotas Subordinadas.
18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
- 18.1 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:
- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
  - II. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo

imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- III. formação de reserva para pagamento das Amortizações Periódicas das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.3 acima;
- IV. formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas, conforme a Cláusula 15.1.4 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à amortização e ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.7 e 15.1 acima; e
- VI. pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme as Cláusulas 14.11 e 15.1.8 acima.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 19.1 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da Carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões, se for o caso.
- 19.2 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, de acordo com as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas do Fundo, serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e procedimentos definidos pela CVM.
- 19.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.
- 19.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- 20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):
  - I. realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior em um período inferior a 6 (seis) meses, nos termos da Cláusula 15.1 acima;
  - II. rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
  - III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela

Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- IV. inobservância, pelo Agente Depositário, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- V. impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 30 (trinta) dias corridos, exceto no período de 4 (quatro) meses que anteceder a liquidação do Fundo;
- VI. caso a Administradora verifique que os Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo com atraso no pagamento superior a 5 (cinco) Dias Úteis representam mais do que 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- VII. caso as reservas para pagamento das Amortizações Periódicas ou do resgate das Quotas mencionadas respectivamente nas Cláusulas 15.1.3 e 15.1.4 acima não sejam constituídas;
- VIII. em caso de solicitação de resilição dos Contratos de Cessão por qualquer um dos Cedentes que seja responsável pela cessão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- IX. em caso de solicitação de resilição do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas por uma das Cedentes Renner;
- X. em caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- XI. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelos Agentes de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIII. inobservância, pelos Cedentes, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou nos Contratos de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XIV. descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza

condenatória, contra as Cedentes Renner, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;

- XV. na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; ou
- XVII. caso as Cedentes Renner realizem alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidação"):

- I. realização de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com este Regulamento;
- II. caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de qualquer das Cedentes Renner, salvo se tal dissolução ou liquidação for realizada por meio de incorporação da RACC pela Lojas Renner ou por suas controladas ou controladoras; (ii) a decretação de falência de qualquer das Cedentes Renner; (iii) o pedido de autofalência, por parte de qualquer das Cedentes Renner; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer das Cedentes Renner e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte de qualquer das Cedentes Renner, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso por qualquer das Cedentes Renner em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer Cedentes Renner, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- III. por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- IV. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;



- V. protesto de títulos contra qualquer das Cedentes Renner cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelo respectivo Cedente Renner, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
  - VI. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) qualquer das Cedentes Renner seja parte como mutuário ou garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, desde que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, e desde que a exigibilidade de tal valor não seja suspensão por meio de medida judicial própria;
  - VII. em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
  - VIII. caso qualquer dos Cedentes deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento; ou
  - IX. em caso de renúncia do Custodiante e/ou dos Agentes de Cobrança e/ou do Agente Depositário, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 20.3 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 23 abaixo, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo; ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 20.4 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista nesta Cláusula, a referida Assembleia Geral será cancelada pela Administradora.
- 20.5 Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos na Cláusula 20.6 abaixo.
- 20.6 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.

- 20.7 Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 20.6 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 22.13 abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.
- 20.8 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.
- 20.9 Na hipótese de liquidação antecipada, o Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior, para fins de resgate, em caso de descumprimento por culpa grave ou dolo das Cedentes Renner do disposto no item XIII da Cláusula 20.1 acima, ou em virtude de ocorrência do Evento de Liquidação previsto no item I da Cláusula 20.2 acima, será acrescido de prêmio, conforme determinado na Cláusula 14.9 acima, definido de acordo com a data em que as respectivas Quotas forem resgatadas.
- 20.10 Na ocorrência de um Evento de Liquidação, caso a Assembleia Geral opte pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.
- 20.11 Na hipótese de liquidação antecipada, em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas, a Assembleia Geral deliberará sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.
- 20.12 Caso a Assembleia Geral referida na Cláusula 20.11 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

- 20.13 Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada na Cláusula 20.12 acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.
- 20.14 Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.
21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO
- 21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):
- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
  - II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
  - III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
  - IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
  - V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
  - VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
  - VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
  - VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
  - IX. despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
  - X. despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
  - XI. despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356; e

- XII. despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.
- 21.2 As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
22. ASSEMBLEIA GERAL
- 22.1 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:
- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
  - II. deliberar sobre a substituição da Administradora;
  - III. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
  - IV. deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
  - V. deliberar sobre liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens I, VIII e XII, observado o procedimento da Cláusula 16 acima;
  - VI. aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos, sem prejuízo da 22.2 abaixo;
  - VII. aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, do Agente Depositário, do Auditor Independente e/ou da Agência de Classificação de Risco;
  - VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
  - IX. aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
  - X. aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
  - XI. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata a Cláusula 14.7 acima ou os critérios de amortização estabelecidos na Cláusula 15.1 acima e no Suplemento;
  - XII. alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto nesta Cláusula;

- XIII. aprovar a realização de alterações na Política de Concessão de Crédito da Lojas Renner, conforme descrita no Anexo III deste Regulamento, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou no Termo de Cessão de Recebíveis que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito, exceto no caso de alterações realizadas exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares;
  - XIV. eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos da Cláusula 22.18 abaixo; e
  - XV. resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.
- 22.2 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.
- 22.3 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 22.4 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.
- 22.5 A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 22.6 A presidência da Assembleia Geral caberá a representante da Administradora.
- 22.7 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.8 abaixo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

- 22.8 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 22.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas, ou correio eletrônicos enviados aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.
- 22.10 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.
- 22.11 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e XIII acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas na Cláusula 22.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.
- 22.12 As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens II, III e IV da Cláusula 22.1 acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.
- 22.13 As deliberações sobre as demais matérias, não indicadas na Cláusula 22.12 acima, dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas dos presentes com direito a voto .
- 22.14 Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelas Cedentes Renner, ou que pertençam a afiliadas das Cedentes Renner e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 22.15 Adicionalmente, não terão direito de voto, na Assembleia Geral, a Administradora e seus empregados que eventualmente venham a deter Quotas do Fundo.
- 22.16 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 22.17 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.
- 22.18 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I. ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- II. não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III. não exercer cargo nos Cedentes.

23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

- 23.1 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.
- 23.2 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.
- 23.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras anuais do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados o período máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram e, em se tratando de informes mensais, em no máximo 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.
- 23.4 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.
- 23.5 A divulgação das informações previstas na Cláusula 23.4 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 24.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) dias contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.
- 24.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.
- 24.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, na forma da Cláusula 19.2 acima.
- 24.5 Por ocasião da auditoria de que trata a Cláusula 24.4 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da legislação vigente.
- 24.6 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.
- 24.7 A Gestora não adota política de exercício de direito de voto em assembleias para os Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo, uma vez que tais ativos não contemplam o direito de voto em assembleias.
- 24.8 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora: por meio do telefone (11) 3684-9432, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas (horário de Brasília); site: [www.bradescobemdtvm.com.br](http://www.bradescobemdtvm.com.br); e-mail: [centralbemdtvm@bradesco.com.br](mailto:centralbemdtvm@bradesco.com.br). Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Bradesco", por meio do telefone 0800 7279933, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).

Osasco, 17 de abril de 2014.



## ANEXO I

### Definições

Administradora:	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;
Afiliada:	é qualquer pessoa natural ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior, que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por determinada pessoa; (ii) controle, direta ou indiretamente, determinada pessoa; e/ou (iii) esteja, direta ou indiretamente, sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40;
Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios:	é a Decision IT Suporte Empresarial Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Dom Pedro II, n.º 1220, sala 101 e 102, Bairro São João, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-143, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.235.525/0001-31;
Agente Depositário:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Agentes de Cobrança:	é a Lojas Renner e/ou RACC;
Alocação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.8 acima;
Amortização Extraordinária:	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos

	da Cláusula 15.1 acima;
Amortização Periódica:	é a amortização parcial das Quotas Sênior em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento;
ANBIMA:	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos:	são os Anexos a este Regulamento;
Arquivo Eletrônico de Cessão:	é o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que os Cedentes estão dispostos a ceder ao Fundo, entregue, pelo respectivo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, observados os procedimentos descritos nos Contratos de Cessão;
Arquivo Eletrônico de Liquidação:	é o arquivo contendo todas as características dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que tenham sido devidamente pagos pelos Clientes;
Arquivo Redução Z:	é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 acima;
Ativos Financeiros:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.11 acima;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 13 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29 ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Cartão Renner:	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão

Renner;

Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;
Cedentes Renner:	são a Lojas Renner e a RACC;
Cedentes:	são a Lojas Renner, a RACC e o Itaú Unibanco;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Clientes:	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil:	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
Código de Processo Civil:	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
Conta do Fundo:	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Conta Movimento Lojas Renner:	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
Conta Vinculada Centralizadora:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto a instituição financeira de primeira linha, na qual são depositados os pagamentos efetuados nas Contas Vinculadas, movimentável exclusivamente pelo Agente Depositário, por ordem do Custodiante, nos termos deste Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e no Contrato de Custódia;
Conta Vinculada RACC:	é a conta vinculada ( <i>escrow</i> ) de titularidade da RACC, nas quais será depositada os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pela

	instituição financeira na qual é mantida a referida conta, por ordem do Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas Lojas Renner:	são as contas vinculadas ( <i>escrow</i> ) de titularidade da Lojas Renner junto às Instituições Receptoras, nas quais são depositados os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito, movimentáveis exclusivamente pelas Instituições Receptoras, por ordem do Custodiante, nos termos determinados no respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas;
Contas Vinculadas:	são, conjuntamente, as Contas Vinculadas Lojas Renner e a Conta Vinculada RACC;
Contratos de Administração de Contas Vinculadas:	são os Contratos de Administração de Contas Vinculadas, firmados entre as Cedentes Renner, o Custodiante e as instituições financeiras nas quais as Cedentes Renner mantêm as Contas Vinculadas Lojas Renner e Conta Vinculada RACC, com a interveniência da Administradora, em nome do Fundo, conforme o caso;
Contrato de Cessão Cedentes Renner:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, as Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
Contrato de Cessão Itaú Unibanco:	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, o Itaú Unibanco como Cedente, com a interveniência das Cedentes Renner e do Custodiante;
Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e os Agentes de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes;
Contrato de Custódia:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência dos Cedentes, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto

no Artigo 38 da Instrução CVM 356;

Contrato de Depósito:	é o Contrato de Prestação de Serviços Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Escriturador;
Contrato de Gestão:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
Contrato de Prestação de Serviços de Depositário:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário e Outras Avenças, firmado entre o Agente Depositário, as Cedentes Renner, com a interveniência a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante;
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Lojas Renner II e Outras Avenças celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
Contratos de Cessão:	são o Contrato de Cessão Cedentes Renner e o Contrato de Cessão Itaú Unibanco;
Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner:	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão de Crédito Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
Critérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;

CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas:	é a data da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, por um das Cedentes Renner à disposição do Fundo;
Data da 1ª integralização das Quotas:	são a Data da 1ª integralização das Quotas Sênior e a Data da 1ª Integralização das Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
Data de Amortização:	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento, nas quais serão realizadas as Amortizações Periódicas das Quotas Sênior, observadas as disposições deste Regulamento;
Data de Aquisição:	é a data na qual o Fundo e o respectivo Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente e o efetivo pagamento ao respectivo Cedente do preço de aquisição do Direito de Crédito, conforme disposto nos respectivos Contratos de Cessão;
Data de Resgate:	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento;
Dia Útil:	é qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;
Direitos de Crédito:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 3.1.1 deste Regulamento;
Diretor Designado:	é o Diretor da Administradora designado para, nos termos

	da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
Distribuidor:	é a instituição financeira autorizada a operar em mercado de capitais, contratada para fins de distribuição das Quotas Sênior do Fundo;
Documentos Comprobatórios:	são (a) (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco; (b) os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner;
Empresas Transportadoras de Valores:	de são as empresas responsáveis pelo recolhimento dos valores pagos pelos Clientes em dinheiro por meio do Cartão Renner, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 12.1 acima;
Encargos do Fundo:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 21.1 acima;
Equipamentos ECF:	é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais em operações de vendas a consumidores finais;
Escriturador:	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
Eventos de Avaliação:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.1 acima;
Eventos de Liquidação:	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 20.2 acima;
Excesso de Cobertura:	tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 15.1.8 acima;
Fundo:	tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;

Gestora:	é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001.44;
Instituições Autorizadas:	são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.;
Instituições Receptoras:	são as instituições financeiras de primeira linha nas quais as Cedentes Renner detêm as Contas Vinculadas;
Instrução CVM 301:	é a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
Instrução CVM 356:	é a Instrução CVM n.º 356 , de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 400:	é a Instrução CVM n.º 400 , de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 489:	é a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM 356, dentre outros.
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
Itaú Unibanco:	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
Lojas Renner:	é a Lojas Renner S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.754.738/0001-62;
Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o Suplemento;



Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido do Fundo:	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 acima e às provisões referidas na Cláusula 18 acima;
Periódico:	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI;
Política de Cobrança:	é a política de (i) monitoramento e gestão dos Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos para refinanciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estivessem em mora; e (ii) cobrança adotada pelos Agentes de Cobrança em face dos Clientes que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
Política de Concessão de Crédito:	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
Prazo de Duração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 acima;
Produtos:	Significam os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas.
Prospectos:	é o prospecto preliminar e o prospecto definitivo;
Quotas em Circulação:	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas;
Quotas Sênior em Circulação:	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior resgatadas;
Quotas Sênior:	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
Quotas Subordinadas em Circulação:	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
Quotas Subordinadas:	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;

Quotas:	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;
Quotistas:	são os titulares das Quotas;
RACC:	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
Refinanciamentos:	são os direitos creditórios decorrentes das parcelas (i) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou (ii) de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, que estejam em mora;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo, conforme definido no preâmbulo;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Quotas Subordinadas a ser observada durante o Prazo de Duração do Fundo;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SF:	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
Suplemento:	é o suplemento ao Regulamento, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii) quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.4.6 acima;
Taxa DI:	são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;

Termo de Adesão:

é cada "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da subscrição de Quotas, conforme Anexo II; e

Termo de Cessão:

é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência do Custodiante. O Termo de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.

## ANEXO II

### TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

À

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara

Osasco, SP

At.: [•]

(Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento).

1. Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo 1º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), adere, expressamente, aos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.
2. O investidor também declara:
  - I. ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações;
  - II. ter recebido cópia do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
  - III. ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento suficiente ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
  - IV. ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nas Cláusulas 3 e 5 do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
  - V. ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

Risco de mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, os Cedentes e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio da Lojas Renner, sua condição financeira, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os negócios da Lojas Renner, o que impactaria adversamente a originação dos Direitos de Crédito.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Sênior e a taxa de rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, os Cedentes e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos ou indeterminados.

Risco de crédito relativo aos Direitos de Crédito, aos Clientes e à ausência de garantia por parte dos Cedentes. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Clientes poderão afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua Carteira.

Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante, ou quaisquer de suas Afiliadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes, ou seja, pela capacidade dos Clientes de honrarem seus compromissos pontual e integralmente. Os Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito por ele cedidos, bem como pela ausência de ônus, gravames ou restrições à cessão, nos termos do Regulamento, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão. Assim, a liquidez dos Direitos de Crédito

adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte dos Cedentes, de que o pagamento dos Direitos de Crédito será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados.

O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo são negociados ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos na Carteira do Fundo, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos na Carteira do Fundo, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados à Liquidez. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação antecipada do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 21 acima; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por essa razão, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar inclusive na impossibilidade de

venda das Quotas. Ainda que o Quotista encontre mercado comprador para as Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, sendo inferior ao seu valor patrimonial e causando, por consequência, prejuízo aos Quotistas.

Público alvo restrito a Investidores Qualificados. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Insuficiência de recursos para pagamento de amortizações e resgates. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas são (i) a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos Clientes; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes e/ou emissores; ou (ii) a alienação dos ativos do Fundo em mercado secundário. Após o recebimento dos recursos decorrentes da liquidação ou alienação de tais ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora, a Gestora, quanto o Custodiante e os Cedentes estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa,

incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, qualquer dos Cedentes e suas respectivas Afiliadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança ou pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios – Dispensa de Verificação do lastro. Em conformidade com a faculdade concedida pelo parágrafo 3º do artigo 38 da Instrução CVM 356, em razão do reduzido valor médio dos Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Clientes, não será realizada a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, exceto com relação aos Documentos Comprobatórios de Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Documentos Comprobatórios – Cobrança. Em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, os Agentes de Cobrança envidarão seus esforços para recuperação do crédito de forma extrajudicial, nos termos da Política de Cobrança descrito no Anexo IV ao Regulamento. Caso a Lojas Renner deixe de atuar como Agente de Cobrança ou, por qualquer motivo, descumpra com suas obrigações, o Custodiante ou terceiro contratado para a cobrança dos Direitos de Crédito poderá cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos por meio de procedimento judicial. Os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais e, portanto, eventual cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento dos Direitos de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelos Cedentes à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do Patrimônio Líquido do Fundo, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. Os Agentes de Cobrança foram contratados pelo Fundo para a realização da cobrança extrajudicial dos respectivos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes, e os



Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que os Agentes de Cobrança consigam receber dos Clientes os créditos inadimplidos. A Administradora, a Gestora, os Agentes de Cobrança, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, ou por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. Dependendo do volume de Direitos de Crédito vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais e extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações das Quotas. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Riscos relacionados à concessão de descontos pelos Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança podem, nos termos da Política de Cobrança do Fundo, negociar os encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Além disso, os Agentes de Cobrança, observada a Política de Cobrança do Fundo, podem renegociar, negociar pré-pagamentos e conceder descontos nos encargos devidos pelos Clientes dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de financiamentos concedidos pelo Itaú Unibanco para refinanciar parcelas dos financiamentos originalmente contratados que estejam em atraso. Assim, podem ser negociados pré-pagamentos e/ou concedidos aos Clientes dos Direitos de Crédito decorrentes de refinanciamentos concedidos pelo Itaú Unibanco e dos Direitos de Crédito Inadimplidos descontos ou abatimentos nos encargos devidos, a critério dos Agentes de Cobrança, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco de sistemas e de operacionalização. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Cedentes, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. O bom funcionamento do Fundo depende de diversos procedimentos operacionais estabelecidos no Regulamento, nos Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, bem como no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança. Tais procedimentos estão sujeitos a falhas operacionais, o que pode afetar adversamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade de seus Quotistas. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e as demais instituições envolvidas e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou de qualquer dessas instituições, inclusive por exigência regulamentar, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se

materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco de descontinuidade. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelos Cedentes; e (b) pelo descumprimento, pelos Cedentes, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que os Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois as vendas de Produtos podem ser afetadas por diversos fatores. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima.

Risco de liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos nas Cláusulas 20.1 e 20.2. abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora (i) comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos de Crédito e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto na Cláusula 21 acima.

Riscos de originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Clientes, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos Relacionados à Substituição de Credor dos Direitos de Crédito. Os Clientes não serão notificados acerca da cessão realizada ao Fundo e, portanto, desconhecerão que o Fundo é o novo credor dos Direitos de Crédito. Caso, por qualquer motivo, os recursos referentes aos Direitos de Crédito, após pagos pelos Clientes, não sejam transferidos às Contas Vinculadas nos termos do item 12.1 abaixo, os valores devidos não poderão ser

cobrados dos Clientes, tendo em vista que os mesmos não foram notificados da cessão dos Direitos de Crédito.

Riscos relacionados à integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes Renner. Uma das Cedentes Renner será a única Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, devendo integralizar novas Quotas Subordinadas sempre que necessário para manutenção da Relação Mínima ou para assegurar a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior. Caso qualquer das Cedentes Renner não subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas quando solicitado pela Administradora, nos termos no Regulamento, por insuficiência de recursos, falência, alterações no mercado ou qualquer outra razão, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para manter a Relação Mínima, a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior ou mesmo realizar quaisquer pagamentos de amortização aos Quotistas. Para informações adicionais a respeito dos riscos aos quais as Cedentes Renner estão sujeitos, e que podem de forma indireta afetar o cumprimento pelo respectivo Cedente Renner que subscreverá e integralizará Quotas Subordinadas de suas respectivas obrigações de integralização e, conseqüentemente, afetar adversamente o Fundo e seus resultados, verifique o Formulário de Referência da Lojas Renner disponibilizado ao mercado no *website* da CVM.

Riscos relacionados ao pagamento antecipado de Direitos de Crédito. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos de Crédito e trazer prejuízos ao Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelos Cedentes, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de garantias. Os Direitos de Crédito não contam com garantia de qualquer dos Cedentes. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Clientes, não contando com nenhum mecanismo de garantia.

Risco de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito em razão de tais Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações de qualquer dos Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada:

- (a) em fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (b) em fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos de Crédito o Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo recaia, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (c) em fraude à execução fiscal, se o Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra o respectivo Cedente; e
- (d) de forma irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das Cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos de Crédito, ou na própria legislação aplicável. Adicionalmente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada, tornada ineficaz ou ter sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Os Termos de Cessão do Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede da Administradora. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão, por qualquer motivo, poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa dos Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito.

Modificações ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A realização de qualquer alteração ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner que não tenha sido aprovada em Assembleia Geral e que possa afetar adversamente a formalização,

exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito a serem originados é um Evento de Avaliação, nos termos do item XV da Cláusula 20.1 acima, exceto se decorrente de exigência legal, judicial ou regulamentar. No entanto, parte dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são decorrentes de refinanciamentos concedidos aos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Caso o Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner venha a ser alterado e os Clientes entendam que as modificações realizadas ao Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Clientes nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão Renner, os mesmos poderão contestar a validade das alterações, realizadas de forma unilateral pelas Cedentes Renner, o que pode prejudicar ou atrasar a cobrança e recebimento dos respectivos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Risco da cláusula mandato. Os Direitos de Crédito são decorrentes de contratos de mútuo ou qualquer forma de financiamento concedidos por instituições financeiras para refinanciamento ou contratação de pagamento diferido em parcelas, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pela instituição financeira, mediante a utilização, pelas Cedentes Renner, de cláusula mandato outorgada pelos Clientes nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. A obtenção de financiamentos pelas Cedentes Renner em nome dos titulares de Cartão Renner através do exercício da cláusula mandato pode ser questionada judicialmente, e, caso seja considerada abusiva, o Fundo poderá ficar impedido de cobrar todos os encargos devidos nos termos dos Documentos Comprobatórios, podendo causar prejuízos ao Fundo.

Risco relacionado à realização de operações com Afiliadas. Observado o disposto no Regulamento, existe a possibilidade de o Fundo realizar operações financeiras com Ativos Financeiros em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou suas respectivas Afiliadas que figurem, direta ou indiretamente, como contraparte do Fundo. Essa hipótese pode caracterizar situação de conflito de interesses para o Fundo, uma vez que os interesses da parte ou Afiliada podem ser conflitantes com o interesse do Fundo e seus Quotistas. Apesar do dever fiduciário dos prestadores de serviço, não há como garantir que tais Afiliadas coloquem os interesses do Fundo e dos investidores acima de seus interesses, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisadas, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Clientes dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, bem como a capacidade dos Cedentes de originarem Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e mesmo o preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Gestora envidará melhores esforços para compor a Carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais Ativos Financeiros e, portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. A Cláusula 7 do Regulamento prevê que os Cedentes serão responsáveis, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III ao Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas. Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de aquisições de Produtos realizadas por Clientes com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner. Para adquirir um Cartão Renner e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o Cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. A Lojas Renner não dispõe de sistemas de controle que garanta que os Cartões Renner não serão emitidos em eventos específicos, tais como, prática de fraude por clientes, bem como que garantam a emissão de Cartões Renner livre de erros e falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Possibilidade de os Direitos de Crédito vir a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. Uma cessão de crédito pode ser questionada caso os requisitos legais mínimos para aperfeiçoamento deste negócio jurídico não tenham sido satisfeitos. Caso verifiquem-se falhas nos procedimentos de verificação das Condições de Cessão e Critérios de Exigibilidade, bem como de formalização legal das cessões de crédito do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios em operações de cessão que posteriormente poderão ser consideradas inválidas por terceiros interessados, o que poderá resultar em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Outros riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- VI. que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

- VII. ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- VIII. ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- IX. ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- X. autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;
- XI. ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- XII. ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços - DCI, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- XIII. que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- XIV. estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- XV. ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- XVI. ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- XVII. reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações,

bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;

- XVIII. reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- XIX. obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- XX. ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- XXI. obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- XXII. que os recursos que serão utilizados na integralização das suas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- XXIII. ter recebido cópia do Prospecto, bem como lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:

Nomes e cargos dos representantes legais:

CNPJ/MF:

E-mail:

---

[Inserir Nome do Quotista]



Testemunhas:

---

Nome:  
RG:  
CPF/MF:

---

Nome:  
RG:  
CPF/MF:

### ANEXO III

#### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

1. Pré-requisitos para a solicitações de crédito
  - 1.1 Para adquirir um Cartão Renner, o solicitante deverá atender alguns pré-requisitos como: (i) não possuir registro junto à base interna de clientes; (ii) apresentar documentação de identificação para análise de crédito; (iii) ter o Cadastro de Pessoa Física (CPF); e (iv) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
2. Análise de Crédito
  - 2.1 Para a abertura de crédito deverá ser apresentada a proposta de crédito e a documentação exigida. Será realizada consulta em órgãos de proteção ao crédito (CDL/SPC, Serasa e/ou outro). A empresa verificará através de seus modelos de *credit score* qual a probabilidade de inadimplência do solicitante.
  - 2.2 Caso aprovado o crédito, será determinado um limite de crédito compatível com o conjunto de dados apresentados e comprovados pelo solicitante.
  - 2.3 O cliente receberá o seu cartão físico e dos dependentes (caso solicitado pelo cliente titular), e deverá determinar uma senha eletrônica de uso pessoal e intransferível de quatro dígitos escolhida por ele, juntamente com o Contrato de Utilização e Emissão do Cartão Renner.
3. Proposta Recusada
  - 3.1 Toda e qualquer proposta recusada deverá ser digitada no sistema com seu devido motivo, pois, dependendo do motivo, o cliente somente poderá ter crédito reavaliado após 6 (seis) meses.
4. Reavaliação do Crédito
  - 4.1 Os titulares que não utilizarem o Cartão Renner por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses terão o seu Cartão Renner automaticamente bloqueado para fins de atualização cadastral. Caso queiram reativar o cliente, será realizada uma nova consulta nos modelos de *credit score* da companhia, a fim de verificar se o cliente está enquadrado dentro dos padrões da pontuação para nova concessão de crédito.

## ANEXO IV

### DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

#### 1. Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos:

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que estejam inadimplidos será feita pelos Agentes de Cobrança, segundo o disposto no Contrato de Cobrança e as etapas da cobrança são a seguir descritas:

O processo de cobrança tem a função de recuperar para o Fundo os valores em atraso. Esta cobrança divide-se em duas fases:

##### - Cobrança Interna

A cobrança interna é realizada na central de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos com período igual ou superior a 6 (seis) dias até 90 (noventa) dias de atraso (podendo de acordo com o perfil do cliente a cobrança ser enviada para assessoria acima de 90 (noventa) dias, sendo realizada por contato telefônico, avisos de cobrança enviados por correio, SMS e registro junto a bureaux de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, por exemplo.

##### - Cobrança Externa

A cobrança externa é realizada nas assessorias de cobrança e aciona clientes com débitos vencidos acima de 90 (noventa) dias de atraso.

##### - Renegociações

Independente do processo de cobrança ser interno ou externo, há a possibilidade de negociação nos encargos de atraso dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Assim, podem ser concedidos aos Clientes descontos ou abatimentos a critério dos Agentes de Cobrança nos encargos devidos.

## ANEXO V

### SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

#### Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior:	até R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões).
Quantidade de Quotas Sênior:	até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas).
Preço de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.
Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Amortização Periódica:	20 (vinte) amortizações trimestrais a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

Quantidade de Amortizações Periódicas	Data de Amortização ("T")	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12/8/2014	0,0%
2ª	12/11/2014	0,0%
3ª	12/2/2015	0,0%
4ª	12/5/2015	0,0%
5ª	12/8/2015	0,0%
6ª	12/11/2015	0,0%
7ª	12/2/2016	0,0%
8ª	12/5/2016	0,0%

9ª	12/8/2016	0,0%
10ª	12/11/2016	0,0%
11ª	12/2/2017	0,0%
12ª	12/5/2017	0,0%
13ª	12/8/2017	0,0%
14ª	12/11/2017	0,0%
15ª	12/2/2018	0,0%
16ª	12/5/2018	0,0%
17ª	12/8/2018	0,0%
18ª	12/11/2018	0,0%
19ª	12/2/2019	0,0%
20ª	12/5/2019	100,0%

Data de Resgate: em 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior: Taxa DI acrescida de spread de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de dezembro de 2013, sob o n.º 274.277, conforme alterado).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO III – CONTRATO DE CESSÃO LOJAS RENNER**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

São partes ("Partes") neste "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato"):

I. como cedentes:

LOJAS RENNER S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.754.738/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Lojas Renner");

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("RACC" e, em conjunto com a Lojas Renner, "Cedentes Renner");

II. como cessionário:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do CMN n.º 2.907, e da Instrução CVM 356, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 19.407.663/0001-53 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por sua administradora, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme ato declaratório da CVM n.º 3.067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Administradora"); e

III. como interveniente anuente:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Custodiante" ou "Interveniente"),

(Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato e em seus Anexos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Contrato, exceto se tiverem definidos de outra forma neste Contrato e/ou em seus Anexos).

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de acordo com os seguintes termos e condições:

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO RENNER

- 1.1 As Cedentes Renner declaram e asseguram que são legítimas e únicas titulares dos direitos de crédito que detêm e que venham a deter contra os seus respectivos Clientes, oriundos de parcelas de pagamento relativas às vendas a prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos ("Direitos de Crédito Renner").

- 1.2 As Cedentes Renner, neste ato e em regular forma de direito, comprometem-se, de forma irrevogável e irretratável, a ofertar e ceder ao Fundo, continuamente, durante o Prazo de Duração do Fundo, Direitos de Crédito Renner, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, de qualquer natureza, que, em conjunto com os demais Direitos de Crédito sejam suficientes para que o Fundo cumpra com sua política de investimento e composição da Carteira definidas no Regulamento.
- 1.3 O compromisso de que trata a Cláusula 1.2 acima está condicionado à originação, pelas Cedentes Renner, de Direitos de Crédito em quantidade suficiente para cumprimento da política de investimento do Fundo. As Cedentes Renner envidarão seus melhores esforços para originar Direitos de Crédito Renner de forma a cumprir com o disposto na Cláusula 1.2 acima.
- 1.3.1 As Cedentes Renner sempre deverão ofertar os Direitos de Crédito Renner ao Fundo antes de ofertá-los a qualquer terceiro, podendo, no entanto, caso os Direitos de Crédito Renner ofertados não sejam adquiridos pelo Fundo, por qualquer motivo, ofertar tais Direitos de Crédito Renner a quaisquer terceiros que tenham interesse em adquiri-los.
- 1.3.2 As Partes estabelecem que, enquanto este Contrato estiver em vigor, e sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.2 acima, não há quantidade máxima de Direitos de Crédito Renner a serem ofertados e cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato.
- 1.3.3 Os Direitos de Crédito Renner são originados com base na Política de Concessão de Crédito, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner e no Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Banco Itaú BBA S.A. e as cedentes Renner. A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior e enquanto o Fundo estiver adquirindo Direitos de Crédito nos termos deste Contrato e, em todos os casos, enquanto este Contrato estiver em vigor, as Cedentes Renner se comprometem a não realizar alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III do Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito Renner a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.
- 1.4 Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil e deste Contrato, a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Renner contempla (i) os Direitos de Crédito Renner que as Cedentes Renner detêm contra seus respectivos Clientes; (ii) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito Renner, exceto por garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Itaú Unibanco; e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.
- 1.5 O Fundo, por sua vez, terá a faculdade de adquirir Direitos de Crédito Renner das Cedentes Renner, durante o prazo de vigência deste Contrato, observados (i) os termos e as condições estabelecidos neste Contrato; (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito Renner ofertados; e (iii) a disponibilidade de recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Renner.
- 1.6 As Cedentes Renner não se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos seus respectivos Clientes, responsabilizando-se, contudo, civilmente (i) pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito Renner cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato; e (ii) por eventuais

oposições ou exceções apresentadas pelos Clientes contra as Cedentes Renner. Adicionalmente, as Cedentes Renner são as únicas responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito Renner ofertados ao Fundo.

- 1.7 O Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito Renner adquiridos nos termos deste Contrato e pagará às Cedentes Renner, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito Renner, na Data de Aquisição, o Preço de Aquisição apurado na forma da Cláusula 4 abaixo, em razão do que as Cedentes Renner darão ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação. O extrato contemplando o lançamento do depósito do Preço de Aquisição na conta das respectivas Cedentes Renner indicadas nos respectivos Termos de Cessão, servirá como comprovante de quitação em favor do Fundo de sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição, nada mais sendo devido pelo Fundo às Cedentes Renner a esse título.
- 1.8 A consumação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito Renner ao Fundo nos termos deste Contrato é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes ("Condições Precedentes"):
- I. atendimento, pelos Direitos de Crédito Renner, aos Critérios de Elegibilidade;
  - II. formalização da cessão dos Direitos de Crédito Renner ao Fundo nos termos da Cláusula 3 abaixo, inclusive com o pagamento às Cedentes Renner do Preço de Aquisição; e
  - III. inexistência de qualquer violação ou infração por qualquer das Partes e/ou do Interveniente às disposições deste Contrato, do Regulamento e das demais normas aplicáveis.

## 2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- 2.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito Renner que atendam, na respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:
- I. os Direitos de Crédito Renner devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito Renner de titularidade do Fundo) vencidos e não pagos;
  - II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito Renner devido por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito Renner pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
  - III. observada a limitação mencionada no inciso II acima e o disposto no Regulamento, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
  - IV. os Direitos de Crédito Renner cedidos pelas Cedentes Renner poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e

- V. cada um dos Direitos de Crédito Renner deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.
- 2.1.1 A aquisição dos Direitos de Crédito Renner será formalizada pela celebração, pelas Cedentes Renner, deste Contrato e dos respectivos Termos de Cessão.
- 2.1.2 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito Renner aos Critérios de Elegibilidade na operação de aquisição de Direitos de Crédito Renner pelo Fundo.
- 2.1.3 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito Renner ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelas Cedentes Renner ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser encaminhadas pelas Cedentes Renner por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre as Cedentes Renner e o Custodiante, e serão arquivadas pelo Custodiante.
- 2.2 A perda superveniente, pelos Direitos de Crédito Renner, de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade após cada Data de Aquisição não dará ao Fundo qualquer recurso contra as Cedentes Renner com relação a eventuais Direitos de Crédito Renner regularmente cedidos nos termos deste Contrato, desde que as Cedentes Renner não concorram com culpa ou dolo para tal perda.
- 2.3 Observado o disposto na Cláusula 2.2 acima, na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito Renner em inobservância e/ou desacordo com o disposto nesta Cláusula, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6 abaixo, sem prejuízo de eventual responsabilidade do Custodiante e/ou das Cedentes Renner, conforme o caso, mediante comprovada culpa ou dolo.
3. PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO
- 3.1 A operação de cessão de Direitos de Crédito Renner ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos da Cláusula 3.2 abaixo.
- 3.2 Para a formalização da operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Renner entre as Cedentes Renner e o Fundo, será observado o seguinte procedimento:
- I. os Direitos de Crédito Renner serão oferecidos ao Fundo mediante a remessa do Arquivo Eletrônico de Cessão no layout definido no Anexo VI pelas Cedentes Renner ao Custodiante, até às 9:59 horas de qualquer Dia Útil, através do canal acordado entre as Partes o qual contém as características dos Direitos de Crédito Renner que as Cedentes Renner estão dispostas a transferir ao Fundo;
- II. o envio, ao Custodiante, do Arquivo Eletrônico de Cessão caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão ao Fundo, dos Direitos de Crédito Renner listados no Arquivo Eletrônico de Cessão;
- III. o Custodiante realizará o processamento do Arquivo Eletrônico de Cessão, devendo: (i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos de Crédito Renner constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão aos Critérios de Elegibilidade; (ii)

selecionar os Direitos de Crédito Renner ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade, até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos de Crédito Renner;

- IV. após a conclusão do procedimento descrito no item III acima, o Custodiante disponibilizará às Cedentes Renner o relatório com o resultado do processamento da cessão, concomitantemente, o arquivo retorno aquisição, no layout definido no Anexo VI, enviado através do canal acordado entre as Partes, até às 12:30 horas;
  - V. até às 13 horas do mesmo dia do envio do arquivo retorno aquisição relativo à cessão dos Direitos de Crédito Renner ofertados pelas Cedentes Renner, o Custodiante enviará uma mensagem eletrônica às Partes, conforme modelo constante do Anexo III-A, informando a disponibilidade de um Termo de Cessão, conforme modelo do Anexo III-B, o qual poderá ser assinado eletronicamente pelo certificado digital ICP Brasil pelas Pessoas Autorizadas das Cedentes Renner, sendo que as Partes renunciam ao direito de arrependimento com relação à cessão; e
  - VI. caso o Custodiante receba o Termo de Cessão assinado na forma prevista no item V acima até às 15 horas da data da cessão, o Custodiante efetuará o pagamento da compra dos Direitos de Crédito Renner às Cedentes Renner na mesma data, até às 16 horas. Na hipótese do Termo de Cessão ser enviado após às 15 horas, o pagamento da compra dos Direitos de Crédito Renner às Cedentes Renner ocorrerá no Dia Útil imediatamente posterior.
- 3.2.1 Os Direitos de Crédito Renner constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de cessão, conforme acima descrito.
- 3.3 A cessão dos Direitos de Crédito Renner das Cedentes Renner para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição.
- 3.4 A cessão formalizada será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes Renner, da plena titularidade dos Direitos de Crédito Renner, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.
- 3.5 O Termo de Cessão poderá ser celebrado eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e pelas Pessoas Autorizadas das Cedentes Renner.
- 3.6 Cada Termo de Cessão será registrado de forma eletrônica no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Administradora.
- 3.6.1 Os custos e despesas de cartório incorridos pela Administradora com os registros e envio das vias originais dos Termos de Cessão mencionados nesta Cláusula são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados pelo Fundo, mediante a apresentação, pela Administradora, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

- 3.7 O Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito Renner cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação, em nome do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 3.7.1 O Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios deverá disponibilizar ou providenciar para que seja disponibilizado, caso seja solicitado pelo Custodiante, à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Renner, sempre que solicitado pela Administradora, observado o disposto neste Contrato e no Contrato de Custódia.

#### 4. PREÇO DE AQUISIÇÃO

- 4.1 Pela aquisição dos Direitos de Crédito Renner, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará às Cedentes Renner, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o Preço de Aquisição apurado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PA_i = \frac{VN_i}{FatorAquisição_i}$$

onde,

$PA_i$  = Preço de Aquisição do Direito de Crédito "i";

$VN_i$  = valor nominal do Direito de Crédito "i";

Fator Aquisição<sub>i</sub> = fator de aquisição, calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorAquisição_i = (1 + TC_i)^{DC_i/360}$$

onde,

$TC_i$  = taxa de cessão do Direito de Crédito "i", expressa na forma percentual, base anual de 360 (trezentos e sessenta) dias com 4 (quatro) casas decimais e arredondamento, que deverá corresponder a 122,7063% ao ano, podendo variar entre 77,5439% e 149,0332% ao ano, e será fixada em cada Termo de Cessão levando-se em consideração, dentre outros fatores, a taxa básica de juros, a situação macroeconômica e possível determinação regulatória por parte do governo federal ou do BACEN;

$DC_i$  = número de dias corridos entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito "i", exclusive.

- 4.2 A redução da taxa de cessão estabelecida nesta Cláusula depende de prévia e expressa aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. A Administradora se compromete

a convocar uma Assembleia Geral para deliberar acerca da redução da taxa de cessão, caso a redução da taxa de cessão venha a ser solicitada por qualquer das Partes.

5. FORMA DE PAGAMENTO E DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES

5.1 Todos os pagamentos devidos nos termos deste Contrato deverão ser feitos em moeda corrente nacional, por meio de recursos imediatamente disponíveis, da seguinte forma:

- I. se devidos ao Fundo, mediante crédito na Conta do Fundo; e
- II. se devidos às Cedentes Renner, mediante crédito na conta corrente das Cedentes Renner, relacionadas no Anexo V.

5.1.1 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não aquelas indicadas no Anexo V será considerado ineficaz em relação ao respectivo beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o devedor ficará sujeito à repetição do pagamento na conta corrente competente.

5.2 Os pagamentos serão sempre realizados mediante disponibilidade de recursos à vista, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro meio de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, valendo o extrato como comprovante de pagamento ou recibo de quitação.

5.3 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato serão suportados por quem seja o sujeito passivo da obrigação tributária.

6. RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO RENNER

6.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação às Cedentes Renner e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na hipótese da ocorrência dos seguintes eventos (cada evento, uma “Condição Resolutiva da Cessão”):

- I. caso os Direitos de Crédito Renner cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não tenha sido efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de:
  - (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento pelas Cedentes Renner das suas respectivas obrigações em relação aos Direitos de Crédito Renner; ou
  - (b) apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito Renner, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade de uma das Cedentes Renner;

- II. caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem comprovadamente titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito Renner pelo Fundo;
  - III. caso seja verificado, a qualquer tempo, pelas Cedentes Renner, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito Renner não possui origem legal ou é/está indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;
  - IV. caso qualquer Direito de Crédito Renner não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento, pelas Cedentes Renner, de suas obrigações por comprovado dolo ou culpa das Cedentes Renner;
  - V. caso ocorra o cancelamento, pelas Cedentes Renner, da venda que originou o Direito de Crédito Renner; ou
  - VI. a cessão de Direitos de Crédito Renner poderá ser invalidada, tornada ineficaz ou ter a sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas pelas Cedentes Renner.
- 6.2 Sem prejuízo da resolução da cessão, as Cedentes Renner deverão notificar o Fundo e o Custodiante, por meio de arquivo eletrônico, sobre a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que as Cedentes Renner tomarem conhecimento da Condição Resolutiva da Cessão. O arquivo eletrônico deve conter a lista dos Direitos de Crédito Renner afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, cuja cessão será resolvida nos termos desta Cláusula. Os recursos de que trata a Cláusula abaixo deverão ser transferidos ao Fundo na mesma data do envio do arquivo eletrônico de que trata esta Cláusula, por meio de depósito, Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro mecanismo de transferência equivalente.
- 6.3 Independentemente do envio da comunicação referida na Cláusula 6.2 acima, as Cedentes Renner estarão obrigadas a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente após a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o montante correspondente ao Preço de Aquisição do Direito de Crédito Renner cedido ao Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato, atualizado pela taxa de cessão utilizada no cálculo do Preço de Aquisição *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos. Nesse caso, as Cedentes Renner sub-rogar-se-ão, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato.
- 6.4 Para os efeitos desta Cláusula, as Cedentes Renner deverão transferir os recursos líquidos devidos de acordo com a Cláusula acima para a Conta do Fundo até o integral pagamento do montante devido.

## 7. OPÇÃO DE COMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO RENNER



- 7.1 Enquanto o Fundo estiver em funcionamento, as Cedentes deverão adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito, exceto aqueles decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora, por meio de envio de arquivo eletrônico ao Custodiante, em formato acordado entre as Cedentes Renner e o Custodiante, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado até a data do vencimento pela taxa de cessão aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido pelo Fundo.
- 7.2 A venda de Direitos de Crédito tratada nesta Cláusula será formalizada por meio de termo de cessão próprio. O preço de aquisição dos Direitos de Crédito tratados nesta Cláusula deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, na data de celebração do referido termo de cessão, por meio de crédito dos respectivos valores na Conta do Fundo.
- 7.3 A Administradora somente poderá alienar os Direitos de Crédito às Cedentes Renner, comprometendo-se a não transferir, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, referidos Direitos de Crédito a terceiro.
- 7.4 A decisão de aquisição deverá ser comunicada pelas Cedentes Renner por meio de envio de arquivo eletrônico ao Custodiante, em formato acordado entre as Cedentes Renner e o Custodiante.

## 8. EVENTOS DE RESILIÇÃO

- 8.1 São considerados eventos de resilição quaisquer das seguintes ocorrências (cada um, um “Evento de Resilição”):
- I. decretação de falência das Cedentes Renner, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelas Cedentes Renner;
  - II. declaração judicial da dissolução e/ou liquidação das Cedentes Renner;
  - III. existência de evidência de que as Cedentes Renner tenham (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos de Crédito Renner sem lastro; ou (b) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito Renner sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros; ou
  - IV. caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.
- 8.2 Na ocorrência de qualquer Evento de Resilição, este Contrato será automaticamente resilido, sem prejuízo do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes tiverem assumido nos termos deste Contrato e de qualquer Termo de Cessão, observado que a resilição deste Contrato não prejudicará o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações e de outros remédios legais descritos neste Contrato. Na hipótese de resilição deste Contrato em decorrência do disposto nesta Cláusula, o Fundo deverá notificar as Cedentes Renner e o Custodiante, imediatamente e por escrito.

- 8.3 Na hipótese de rescisão deste Contrato deverá ser observado o disposto na Cláusula 20.3 do Regulamento, sendo que todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelas Partes no âmbito deste Contrato, até o momento da referida rescisão, permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate integral das Quotas Sênior.
- 8.4 A rescisão deste Contrato conforme previsto nesta Cláusula não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula 12 abaixo, cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato.

9. RESCISÃO PELAS CEDENTES RENNER

- 9.1 As Cedentes Renner poderão rescindir este Contrato mediante comunicação ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data de rescisão, sem quaisquer ônus, encargos ou penalidades para as Cedentes, somente nas seguintes hipóteses:
- I. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos impostos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos de Crédito Renner ou das operações previstas neste Contrato;
  - II. modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para as Cedentes Renner; ou
  - III. alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos de Crédito Renner ora pactuada pelas Cedentes Renner.
- 9.2 O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula não eximirá as Cedentes Renner do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 9.1 acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.
- 9.3 Na hipótese de rescisão nos termos desta Cláusula, o Fundo adotará as providências estabelecidas na Cláusula 20.3 e seguintes do Regulamento.

10. DECLARAÇÕES DAS PARTES

10.1 Cada uma das Cedentes Renner declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:

- I. no caso da Lojas Renner, é uma sociedade por ações de capital aberto validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável, e, no caso da RACC, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- II. a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes, em especial à cessão dos Direitos de Crédito Renner, se fazem nos termos de seu estatuto social/contrato social, têm plena eficácia e foi aprovada pelo Conselho de Administração da Lojas Renner em reunião realizada em 11 de novembro de 2013;
- III. não há nesta data qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Resilição em andamento;
- IV. não há nesta data quaisquer títulos de emissão das Cedentes contra estas que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- V. todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento das Cedentes Renner foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, exceto aqueles que (i) estejam em fase de obtenção e/ou renovação; (ii) não tenham sido obtidos em razão exclusivamente da não apresentação pelo empreendedor ou locador do imóvel onde está localizada a filial ou loja das Cedentes Renner dos documentos necessários à obtenção dos referidos alvarás, licenças, autorizações ou aprovações; ou (iii) estejam sendo judicialmente contestados;
- VI. seus livros contábeis e societários estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados;
- VII. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito Renner, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- VIII. os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato e/ou as Pessoas Autorizadas das Cedentes Renner têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome das Cedentes Renner as obrigações estabelecidas neste Contrato e em qualquer Termo de Cessão;
- IX. a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, em nenhum aspecto material, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (a) de nenhum contrato ou instrumento dos quais as Cedentes Renner sejam partes ou aos quais estejam vinculadas; (b) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que as

Cedentes Renner estejam sujeitas; ou (c) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete as Cedentes Renner;

- X. todos os Direitos de Crédito Renner terão origem legal, estarão amparados por Documentos Comprobatórios e serão originados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III do Regulamento;
- XI. nenhum dos Direitos de Crédito Renner terá restrições de qualquer natureza que, de qualquer modo, possam obstar a cessão ora contratada e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Renner, tendo sido contratados em estrita observância à legislação aplicável;
- XII. seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão e originação de crédito, que deram e darão origem aos Direitos de Crédito Renner, dispõem de controles que não permitem ou permitirão a oferta, ao Fundo, de Direitos de Crédito Renner sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- XIII. a cessão de Direitos de Crédito Renner nos termos deste Contrato não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre as Cedentes e o Fundo, entre as Cedentes Renner e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Clientes;
- XIV. os Documentos Comprobatórios não têm qualquer restrição, proibição ou condição para a realização da cessão dos Direitos de Crédito Renner objeto deste Contrato e não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos de Crédito Renner das Cedentes Renner ao Fundo;
- XV. não tomou ou tomará qualquer atitude ou ação com o intuito de obter, para si ou outrem, vantagem ou privilégio para a originação dos Direitos de Crédito Renner ou qualquer outro negócio, que tenha resultado em qualquer forma de benefício, pagamento, promessa de pagamento ou vantagem para funcionários públicos, autarquias, empresas estatais, partidos políticos, políticos, candidatos eleitorais ou qualquer pessoa, física ou jurídica, agindo por conta, ordem, instrução ou benefício de tais pessoas;
- XVI. as Cedentes Renner e as pessoas diretamente envolvidas com os procedimentos de cessão descritos neste Contrato não foram informadas sobre quaisquer citações ou notificações referentes a contestações judiciais, extrajudiciais ou administrativas, por parte dos respectivos Clientes e/ou por quaisquer terceiros, em relação aos Direitos de Crédito Renner ofertados ao Fundo, que possam, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;
- XVII. a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato; e

- XVIII. não há qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial, ou ainda controvérsias, dúvidas e/ou contestações de qualquer espécie pendentes contra si, ou sobre os Direitos de Crédito Renner e/ou no qual as Cedentes Renner estejam envolvidas ou sejam partes interessadas, que de qualquer forma impliquem ou possam implicar impedimento à celebração deste Contrato.
- 10.2 A Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos e autorizada na forma do Regulamento, declara e garante na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição que:
- I. o Fundo é um condomínio de recursos validamente constituído sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis;
  - II. é uma sociedade limitada, equiparada a instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
  - III. a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos de Crédito Renner ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso;
  - IV. os representantes legais do Fundo e da Administradora que assinam este Contrato e os Termos de Cessão e as Pessoas Autorizadas do Fundo têm e terão poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome ou em nome do Fundo, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato e em qualquer Termo de Cessão;
  - V. a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, em nenhum aspecto material, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (a) de nenhum contrato ou instrumentos dos quais a Administradora seja parte ou aos quais esteja vinculada; (b) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que a Administradora esteja sujeita; (c) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora; e (d) se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
  - VI. encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, deste Contrato e da legislação aplicável; e
  - VII. a cessão dos Direitos de Crédito Renner, nos termos deste Contrato, não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre as Cedentes Renner e o Fundo, assim como entre o Fundo e os Clientes das Cedentes.

11. OBRIGAÇÕES DAS CEDENTES RENNER

11.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, as Cedentes Renner expressamente obrigam-se a:

- I. entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, e manter atualizadas, cópias (a) do seu estatuto social e contrato social; (b) das deliberações societárias necessárias à contratação das obrigações ora assumidas, se for o caso; e (c) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato e para as Pessoas Autorizadas das Cedentes Renner, se houver;
- II. cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas neste Contrato, nos Termos de Cessão e no Regulamento, bem como em quaisquer outros contratos referentes à operacionalização e funcionamento do Fundo de que seja parte, observado o prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação do Custodiante ou da Administradora que informou às Cedentes Renner o descumprimento de qualquer obrigação;
- III. informar o Administrador sobre a realização de quaisquer alterações na Política de Concessão de Crédito ou nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que possam afetar adversamente a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito Renner, salvo se tal alteração (a) for aprovada em Assembleia Geral de Cotistas. ou (b) for realizada exclusivamente para cumprimento de ordem ou decisão de órgão administrativo ou judicial ou para atendimento de normas legais ou regulamentares;
- IV. adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula 10 acima, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou a incorreção da declaração;
- V. cumprir e fazer com que seus administradores, empregados, prepostos e prestadores de serviços cumpram os procedimentos estabelecidos pelas Cedentes Renner para a celebração das operações descritas na Cláusula 1.1 acima, devendo observar especialmente a Política de Concessão de Crédito que se encontra descrita no Anexo III do Regulamento;
- VI. praticar todos os atos que estiverem a seu alcance para que os Clientes honrem as suas obrigações;
- VII. praticar todos os atos que lhe sejam exigíveis, a fim de evitar que quaisquer Clientes, que possam originar Direitos de Crédito Renner, pratiquem atos que possam, de qualquer forma, acarretar o não pagamento de quaisquer Direitos de Crédito Renner ou o pagamento de Direitos de Crédito Renner em contas diversas das especificadas, inclusive, mas não se limitando, no Regulamento e/ou neste Contrato;

- VIII. encaminhar à Administradora, conforme aplicável, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento da respectiva citação ou notificação, cópia da petição contendo pedido de falência (ou regimes similares) contra si, bem como disponibilizar, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, cópias dos documentos que embasem eventual requisição ou decretação de sua intervenção ou liquidação extrajudicial;
- IX. encaminhar à Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro competente, cópia de qualquer ato contendo proposta de pedido de autofalência;
- X. efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, nos termos da lei e regulamentação brasileiras, os respectivos lançamentos contábeis, necessários ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- XI. informar, imediatamente, à Administradora a ocorrência de quaisquer eventos de seu conhecimento que sejam um Evento de Resilição, Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- XII. aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito Renner que sejam objeto de um Evento de Resolução, observado os termos e condições estabelecidos neste Contrato;
- XIII. indenizar o Fundo por perdas e danos comprovadamente decorrentes de incorreção e/ou falsidade das declarações prestadas neste Contrato, e/ou, ainda, em razão do descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato;
- XIV. cumprir, fiel e tempestivamente, todas as suas obrigações definidas neste Contrato;
- XV. não ofertar Direitos de Crédito Renner ao Fundo se tal fato:
- (a) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil;
  - (b) for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 a 138 da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
  - (c) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou
  - (d) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional.
- XVI. firmar e a entregar ao Fundo, durante o prazo de vigência deste Contrato, às suas expensas, todas e quaisquer informações, declarações, instrumentos e contratos, e praticar todos os atos adicionais que a Administradora venha a solicitar, por escrito, com a finalidade de proteger e salvaguardar os direitos, interesses e prerrogativas do Fundo definidos neste Contrato, bem como dos titulares de Quotas Sênior, assegurando a sua validade e eficácia, desde que seja

de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, e não acarrete ônus adicional às Cedentes Renner, além daqueles previstos no Regulamento, neste Contrato e nos demais contratos relacionados a operacionalização e funcionamento do Fundo;

- XVII. dar ciência dos termos e condições deste Contrato e dos demais contratos do Fundo a seus executivos e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
  - XVIII. efetuar os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão definitiva, irrevogável e irretroatável, dos Direitos de Crédito Renner adquiridos pelo Fundo, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e com os normativos das demais autoridades competentes, bem como incluir nota explicativa em suas demonstrações financeiras descrevendo a operação realizada e os procedimentos contábeis adotados;
  - XIX. encaminhar à Administradora deliberação pelos órgãos de administração das Cedentes Renner, qualquer negócio jurídico ou medida que possa afetar de forma relevante sua atividade principal de exploração econômica; e
  - XX. não negociar com qualquer Cliente qualquer condição de pagamento dos respectivos Direitos de Crédito Renner de titularidade do Fundo, exceto os Direitos de Crédito Renner inadimplidos em observância aos procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento.
- 11.2 As Partes se comprometem a sempre manter este Contrato em consonância com o Regulamento, devendo, caso ocorra qualquer alteração no Regulamento que conflite com as disposições deste Contrato, nos termos acordados pela respectiva Assembleia Geral, modificar este Contrato, para que reflita as alterações feitas no Regulamento, de forma a não prejudicar o funcionamento do Fundo.

## 12. PENALIDADES

- 12.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.
- 12.1.1 As Cedentes Renner não serão, todavia, penalizadas em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante e/ou ao Fundo.
- 12.2 O inadimplemento por qualquer das Partes das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato só será penalizado na forma da Cláusula 12.1 acima se a parte prejudicada comprovar a ocorrência de culpa ou dolo da Administradora, do Custodiante ou das



Cedentes Renner no descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante ou da Administradora ou das Cedentes Renner, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

- 12.3 O inadimplemento, por qualquer uma das Partes, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, obrigará a Parte inadimplente ao pagamento à outra Parte de uma multa convencional, não compensatória, de R\$1.000,00 (mil reais), valor este que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto na Cláusula 12.1 acima e da cobrança de perdas e danos incorridos pela Parte prejudicada em decorrência de tal inadimplemento e que excederem o valor da multa convencional.

13. TUTELA ESPECÍFICA

- 13.1 As Partes e o Interveniante reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 13.2 As obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada, ainda, a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.
- 13.3 Caso as Partes descumpram qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificados para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 12.1 acima ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 13.3.1 As obrigações de não fazer das Cedentes Renner decorrentes deste Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato.
- 13.4 As Partes, desde já, expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

14. CONFIDENCIALIDADE

- 14.1 Cada uma das Partes e o Interviente (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade das informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todas as informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato, do Regulamento ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados e em atendimento às exigências judiciais, aos órgãos fiscalizadores, reguladores e autorreguladores, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ("Representantes"); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 14.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 14.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa e desde que tais determinações não exijam sigilo específico com relação à outra Parte Obrigada, tal Parte Obrigada deverá comunicar no menor tempo possível as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.
- 14.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.
- 14.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas Sênior de emissão do Fundo; (ii) elaboração de quaisquer documentos relacionados à constituição ou ao regular funcionamento do Fundo; ou (iii) a cobrança em juízo e/ou execução do presente Contrato.

14.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 14 sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato.

15. COMUNICAÇÕES

15.1 Todas as comunicações entre as Partes e/ou o Interveniente deverão ser feitas sempre por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de meios físicos que contenham documentos, comunicações, informações em formato eletrônico ou digital, e deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para as Cedentes Renner:

**LOJAS RENNER S.A.**

Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Jardim Carvalho  
CEP 91410-400 - Porto Alegre, RS  
At.: Sras. Paula Rosangela Abreu de Melo / Lisiane Justo de Souza  
Telefone: (51) 2121-7153 / (51) 3272-2595  
Fac-símile: (51) 2121-7161  
Correio Eletrônico: [paula.melo@lojasrenner.com.br](mailto:paula.melo@lojasrenner.com.br)  
[lisiane.justo@lojasrenner.com.br](mailto:lisiane.justo@lojasrenner.com.br)

**RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.**

Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, Jardim Carvalho  
CEP 91410-400 - Porto Alegre, RS  
At.: Sras. Paula Rosangela Abreu de Melo / Lisiane Justo de Souza  
Telefone: (51) 2121-7153 / (51) 3272-2595  
Fac-símile: (51) 2121-7161  
Correio Eletrônico: [paula.melo@lojasrenner.com.br](mailto:paula.melo@lojasrenner.com.br)  
[lisiane.justo@lojasrenner.com.br](mailto:lisiane.justo@lojasrenner.com.br)

II. para o Fundo/Administradora:

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar  
CEP 06029-900 - Osasco, SP  
At.: Srs. Fabiano Bottignon Kosaka e Natanael Correia de Melo Junior  
Telefone: (11) 3684-9431 e (11) 3684-6079  
Correio Eletrônico: [4010.kosaka@bradesco.com.br](mailto:4010.kosaka@bradesco.com.br)  
[4010.ncmelo@bradesco.com.br](mailto:4010.ncmelo@bradesco.com.br)

III. para o Custodiante:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara  
CEP 06029-900 - Osasco, SP  
At.: Sr Raimundo de Souza Filho  
Telefone: (11) 3684-7125  
Fac-símile: (11) 3684-2344  
Correio Eletrônico: [4010.raimundo@bradesco.com.br](mailto:4010.raimundo@bradesco.com.br)

- 15.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 15.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via *fac-símile* ("*call back*"), via correio eletrônico ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via *fac-símile* ou via *e-mail*, ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.
16. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 16.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.6 acima, este Contrato e seus aditamentos serão levados a registro, pela Administradora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sua sede e da sede das Cedentes Renner, no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos contados de sua celebração.
- 16.2 A Administradora deverá encaminhar às Cedentes Renner, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data da efetivação do registro, 1 (uma) via original deste Contrato e/ou de seus aditamentos, conforme o caso, assinada pelas Pessoas Autorizadas do Fundo.
- 16.3 Todos os custos e despesas de cartório incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados exclusivamente pelo Fundo, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de custos e despesas.
- 16.4 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o encerramento do Fundo ou até o momento em que seja resilido nos termos da Cláusula 9 acima, e seus efeitos permanecerão até o integral cumprimento das obrigações ora estabelecidas.
- 16.5 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelo Interviente.
- 16.6 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre as Cedentes Renner e o Fundo.
- 16.7 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.
- 16.8 Os Anexos a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato.

- 16.9 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.
- 16.10 Este Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com respeito ao presente negócio, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas anteriores à presente data.
- 16.11 Salvo disposição em sentido contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos e obrigações aqui previstos.
- 16.12 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 16.13 Os valores em reais referidos neste Contrato serão atualizados, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data da assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.

17. JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL


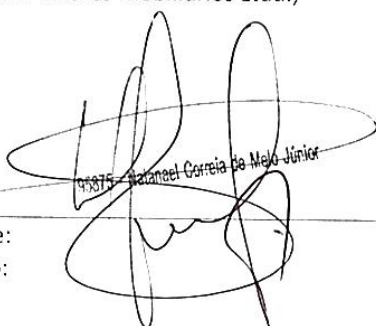
- 17.1 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 17.2 Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de abril de 2014.


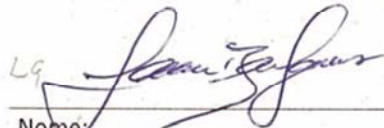
Página de assinaturas 1/5 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., celebrado em 16 de abril de 2014.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**  
(representado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

 Nome: <b>97233 - Fábio da Cruz Tomo</b> Cargo:	 Nome: <b>99875 - Daniel Correia de Melo Junior</b> Cargo:
--	--

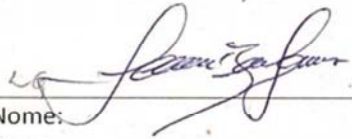
Página de assinaturas 2/5 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., celebrado em 16 de abril de 2014.

**LOJAS RENNER S.A.**

	
Nome: _____	Nome: _____
Cargo: _____	Cargo: _____

Página de assinaturas 3/5 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., celebrado em 16 de abril de 2014.

**RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.**

 _____ Nome: Cargo:	 _____ Nome: Cargo:
---	------------------------------

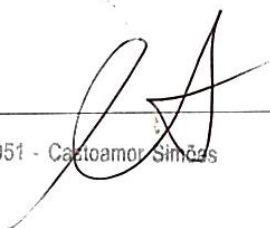


Página de assinaturas 4/5 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., celebrado em 16 de abril de 2014.

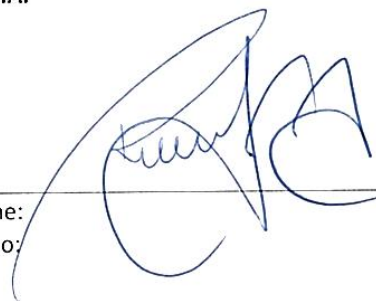
**BANCO BRADESCO S.A.**

Nome:  
Cargo:

37051 - Caioamor Simões

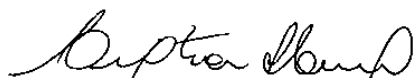


Nome:  
Cargo:



Página de assinaturas 5/5 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., celebrado em 17 de abril de 2014.

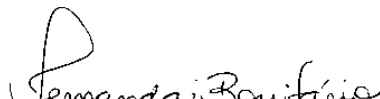
Testemunhas:



Nome: *Cristiana Aparecida Hernandez*

RG: 17.242.080-5 SSP/SP

CPF/MF: 100.894.438-61



Nome: *Fernanda de Oliveira Benifácio*

RG: 41.807.198-6

CPF/MF: 314.421.678-07

ANEXO A

Direitos Creditórios Cedidos

## ANEXO I

### Definições

#### Administradora

é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;

#### Anexos

são os Anexos I, II, III, IV, V e VI deste Contrato, quando referidos em conjunto;

#### Arquivo Eletrônico de Cessão

é o arquivo eletrônico, cujo *layout* e procedimento consta do Anexo VI a este Contrato, observado que eventuais alterações do referido *layout* serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato mediante correspondência entre as Partes, constituindo-se, a partir de então, o novo *layout* no Anexo VI a este Contrato

#### Arquivo Redução Z

é um documento fiscal emitido pelo Equipamento ECF que indica os valores acumulados nos contadores no encerramento diário das atividades do estabelecimento, sendo que, após ser efetuada, automaticamente, a impressora fiscal não permite mais a efetivação de vendas naquele dia. A partir da redução Z se identificam os números de cupons fiscais emitidos no período, bem como o valor total de venda realizada por determinada ECF;

#### Assembleia Geral

é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos da Cláusula 22 do Regulamento;

#### Ativos Financeiros

são os seguintes ativos: (i) moeda corrente nacional; (ii) os títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iv) operações compromissadas lastreadas nos títulos de emissão do Tesouro

Nacional e/ou do BACEN, contratadas com as Instituições Autorizadas; e (v) cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I a IV acima.

BACEN

é o Banco Central do Brasil;

Cartão Renner

é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner;

Carteira

é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;

Cedentes Renner

são a Lojas Renner e a RACC;

CETIP

é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;

Clientes

são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;

CMN

é o Conselho Monetário Nacional;

CNPJ/MF

é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

Código Civil

é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

Código de Processo Civil

é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;

<u>Código Tributário Nacional</u>	é a Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, conforme alterada;
<u>Condições Resolutivas da Cessão</u>	são os eventos que ensejam a resolução de qualquer operação de cessão de Direitos de Crédito Renner ao Fundo pelas Cedentes Renner, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
<u>Conta do Fundo</u>	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das obrigações do Fundo;
<u>Conta Movimento Cedentes Renner ou Conta Corrente Autorizada</u>	é a conta de titularidade das Lojas Renner junto a uma instituição financeira de primeira linha, a qual é livremente movimentada pela Lojas Renner;
<u>Contrato</u>	é o presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito Renner e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e as Cedentes Renner, com a interveniência e anuência do Custodiante;
<u>Contrato de Custódia</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência das Cedentes Renner e do Itaú Unibanco, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito Renner e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356;
<u>Contrato de Depósito</u>	é o Contrato de Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição de</u>	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do

<u>Quotas Subordinadas</u>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial e Outras Avenças, a ser celebrado entre as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
<u>Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner</u>	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
<u>Critérios de Elegibilidade</u>	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Renner pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 2 acima e da Cláusula 6.1 do Regulamento;
<u>Custodiante</u>	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior</u>	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Aquisição</u>	é a data na qual o Fundo e as Cedentes Renner concretizam a cessão dos Direitos de Crédito Renner através da celebração e formalização do Termo de Cessão e o efetivo pagamento às Cedentes Renner do Preço de Aquisição, conforme disposto neste Contrato;
<u>Data de Resgate</u>	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento anexo ao Regulamento;
<u>Dia Útil</u>	é qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado

nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

Direitos de Crédito ou Direitos Creditórios

são os direitos de crédito correspondentes às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, *i.e.*, abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora;

Direitos de Crédito Renner

são os direitos de crédito conforme definidos na Cláusula 1.1 acima;

Direitos Creditórios Cedidos

são os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, conforme descritos no Anexo A;

Direitos de Crédito Renner Inadimplidos

são os Direitos de Crédito Renner vencidos e não pagos pelos Clientes;

Documentos Comprobatórios

são os Arquivos Redução Z gerados pelos Equipamentos ECF localizados nas Lojas Renner, os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelas Cedentes Renner;

Equipamentos ECF

é o ECF (Emissor de Cupom Fiscal), equipamento devidamente autorizado pelo fisco e instalado no estabelecimento utilizado para a emissão de cupons fiscais



	em operações de vendas a consumidores finais;
<u>Eventos de Avaliação</u>	são quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 20.1 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação</u>	são quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 20.2 do Regulamento;
<u>Eventos de Resilição</u>	são os eventos que ensejam a resilição deste Contrato, conforme definidos na Cláusula 8.1 acima;
<u>Fundo ou Cessionário</u>	tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;
<u>ICP Brasil</u>	é a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras;
<u>IGP-M</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);
<u>Informações Confidenciais</u>	para fins do disposto na Cláusula 14 acima, as informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das Partes Obrigadas (incluindo as informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), os contratos, pareceres e outros documentos, bem como quaisquer cópias ou registros dos mesmos contidos em qualquer meio eletrônico ou físico a que qualquer Parte Obrigada tenha acesso em virtude da celebração deste Contrato;
<u>Instrução CVM 356</u>	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Interveniente</u>	é a parte interveniente do presente Contrato, qual seja, o Custodiante;
<u>Investidores Qualificados</u>	são os investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
<u>Itaú Unibanco</u>	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no

	CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<u>Lojas Renner</u>	é a Lojas Renner S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;
<u>Medida Provisória 2.200-2</u>	é a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;
<u>Parte(s)</u>	são as partes do presente Contrato, quais sejam, o Fundo e as Cedentes Renner, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente;
<u>Parte(s) Obrigada(s)</u>	são as Partes e o Interveniente, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente, para fins do disposto na Cláusula 14 acima;
<u>Patrimônio Líquido do Fundo</u>	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 do Regulamento e às provisões referidas na Cláusula 18 do Regulamento;
<u>Pessoas Autorizadas das Cedentes Renner</u>	são as pessoas autorizadas a representar as Cedentes Renner nas operações de cessão de Direitos de Crédito Renner ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome das Cedentes Renner, conforme indicadas neste Contrato e, de tempos em tempos, informadas pelas Cedentes Renner à Administradora, por meio da apresentação dos competentes instrumentos nos termos do Estatuto Social da Lojas Renner;
<u>Política de Concessão de Crédito</u>	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito Renner que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Itaú Unibanco oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
<u>Prazo de Duração</u>	é o prazo de duração do Fundo, <i>i.e.</i> , 5 (cinco) anos contados da Data da 1ª Integralização

	das Quotas Sênior;
<u>Preço de Aquisição</u>	é o preço de aquisição dos Direitos de Crédito Renner a serem adquiridos pelo Fundo, calculado a taxas de mercado, de acordo com os critérios descritos neste Contrato;
<u>Produtos</u>	são os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas;
<u>Quotas</u>	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
<u>Quotas Sênior</u>	são as quotas sênior de emissão do Fundo;
<u>Quotas Subordinadas</u>	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;
<u>Quotista</u>	são os titulares das Quotas;
<u>RACC</u>	é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;
<u>Refinanciamentos</u>	<p>são os direitos creditórios decorrentes das parcelas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou</li> <li>de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes e que estejam em mora;</li> </ol>
<u>Regulamento</u>	é o “Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II –

Financeiro e Comercial”, conforme aditado, e seus anexos;

Relação de Direitos de Crédito Renner Elegíveis

é a relação dos Direitos de Crédito Renner elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil após a celebração deste Contrato, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante às Cedentes Renner e à Administradora, após confirmação pela Administradora de quais Direitos de Crédito Renner elegíveis serão adquiridos. A Relação de Direitos de Crédito Renner Elegíveis identificará os Direitos de Crédito Renner elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo, os Clientes dos Direitos de Crédito Renner elegíveis e o Preço de Aquisição;

Representantes

para fins do disposto na Cláusula 14 acima, são os sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados das Partes Obrigadas, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato; e

Resolução CMN n.º 2.907

é a Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada; e

Termo de Cessão

é o documento elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo III-B deste Contrato, que regulará a cessão de Direitos de Crédito Renner selecionados para aquisição, pelo Fundo, nos termos deste Contrato, bem como identificará tais Direitos de Crédito Renner e o Preço de Aquisição. O Termo de Cessão poderá ser assinado eletronicamente, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2.

ANEXO II

LISTA DE PESSOAS AUTORIZADAS DAS CEDENTES RENNER

PESSOAS AUTORIZADAS DA LOJAS RENNER

Procurador	RG	CPF	E-MAIL
Alexsandro de Lima Tavares	1073525121	918.648.440-00	<a href="mailto:alexsandro.tavares@lojasrenner.com.br">alexsandro.tavares@lojasrenner.com.br</a>
Carlos Roberto Medina	5054439905	591.493.960-72	<a href="mailto:carlos.medina@lojasrenner.com.br">carlos.medina@lojasrenner.com.br</a>
Emerson Luiz Grigolo Marques	8061849249	986.271.630-49	<a href="mailto:emerson.marques@lojasrenner.com.br">emerson.marques@lojasrenner.com.br</a>
Fabiana Silva Taccola	151670717	169.052.838-94	<a href="mailto:fabiana.taccola@lojasrenner.com.br">fabiana.taccola@lojasrenner.com.br</a>
Geraldo Alves Vieira	5202016	712.959.926-04	<a href="mailto:geraldo.vieira@lojasrenner.com.br">geraldo.vieira@lojasrenner.com.br</a>
Laurence Beltrão Gomes	7009861084	585.750.140-72	<a href="mailto:laurence.gomes@lojasrenner.com.br">laurence.gomes@lojasrenner.com.br</a>
Luciano Teixeira Agliardi	7037897936	621.949.920-49	<a href="mailto:luciano.agliardi@lojasrenner.com.br">luciano.agliardi@lojasrenner.com.br</a>
Paula Picinini	2037639578	904.089.690-91	<a href="mailto:paula.picinini@lojasrenner.com.br">paula.picinini@lojasrenner.com.br</a>

Todos e quaisquer documentos relacionados à cessão de Direitos de Crédito Renner pela Lojas Renner ao Fundo nos termos deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, os Termos de Cessão, deverão ser sempre assinados, em conjunto, por 2 (duas) pessoas autorizadas da Lojas Renner, conforme acima indicadas.

PESSOAS AUTORIZADAS DA RACC

Procurador	RG	CPF	E-MAIL
Alexsandro de Lima Tavares	1073525121	918.648.440-00	<a href="mailto:alexsandro.tavares@lojasrenner.com.br">alexsandro.tavares@lojasrenner.com.br</a>
Carlos Roberto Medina	5054439905	591.493.960-72	<a href="mailto:carlos.medina@lojasrenner.com.br">carlos.medina@lojasrenner.com.br</a>
Emerson Luiz Grigolo Marques	8061849249	986.271.630-49	<a href="mailto:emerson.marques@lojasrenner.com.br">emerson.marques@lojasrenner.com.br</a>
Fabiana Silva Taccola	151670717	169.052.838-94	<a href="mailto:fabiana.taccola@lojasrenner.com.br">fabiana.taccola@lojasrenner.com.br</a>
Geraldo Alves Vieira	5202016	712.959.926-04	<a href="mailto:geraldo.vieira@lojasrenner.com.br">geraldo.vieira@lojasrenner.com.br</a>
Laurence Beltrão Gomes	7009861084	585.750.140-72	<a href="mailto:laurence.gomes@lojasrenner.com.br">laurence.gomes@lojasrenner.com.br</a>
Luciano Teixeira Agliardi	7037897936	621.949.920-49	<a href="mailto:luciano.agliardi@lojasrenner.com.br">luciano.agliardi@lojasrenner.com.br</a>
Paula Picinini	2037639578	904.089.690-91	<a href="mailto:paula.picinini@lojasrenner.com.br">paula.picinini@lojasrenner.com.br</a>

Todos e quaisquer documentos relacionados à cessão de Direitos de Crédito Renner pela RACC ao Fundo nos termos deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, os Termos de Cessão, deverão ser sempre assinados, em conjunto, por 2 (duas) pessoas autorizadas da RACC, conforme acima indicadas.

*As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo II terão o mesmo significado a elas atribuído no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças” do qual este Anexo II é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.*

ANEXO III-A

MODELO DE MENSAGEM ELETRÔNICA

**De:** [admin@comprova.com](mailto:admin@comprova.com) [<mailto:admin@comprova.com>]

**Enviada em:** [data]

**Para:** GRUPO FIDC

**Assunto:** Novo Contrato



Há um novo contrato disponível para sua assinatura.

O número da operação é: xxxxxxxxxxxxxx – xx/xx/xxxx.

Para ter acesso a esse contrato clique [aqui](#)

Ou acesse a página de login do site:

[https://contratos.comprova.com/madcomprova/bradesco/login\\_cert.faces](https://contratos.comprova.com/madcomprova/bradesco/login_cert.faces)

Atenciosamente,  
BRADESCO

ANEXO III-B

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO RENNER

TERMO DE CESSAO DE DIREITOS CREDITARIOS N.[●]

Cedente: LOJAS RENNER S.A. / RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.  
CNPJ/MF: 92.754.738/0001-62 / 90.055.609/0001-50

Cessionário: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL  
CNPJ/MF: 12.412.538/0001-92

Administrador: BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
CNPJ/MF: 00.066.670/0001-00

Preço de Aquisição/Valor Negociado: R\$ [●] ([●])

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Cedente, o Cessionário e o Administrador, acima qualificados, devidamente representados, doravante conjuntamente denominados "Partes", resolvem, de forma irrevogável e irretratável, celebrar o presente Termo de Cessão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. Todas as condições e termos relativos à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidos neste Termo de Cessão encontram-se descritos no Contrato de Cessão firmados entre as Partes.
2. Pelo presente Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere à Cessionária, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do Cedente, os Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Anexo A ao Contrato de Cessão, pelo Preço de Aquisição/Valor Negociado acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada, conforme o caso, pelo que o Cedente dá à Cessionária a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
3. Os Documentos representativos dos Direitos Creditórios encontram-se depositados, conforme estabelecido no Contrato de Deposito firmado entre o Custodiante, o Cessionário e o Cedente.
4. As partes declaram estarem cientes do disposto na Lei n. 9.613/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e de suas responsabilidades em razão destes dispositivos legais.
5. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, excluída expressamente a cláusula de arrendimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
6. O presente Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da Republica Federativa do Brasil.

7. As Partes, pelo presente Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8. Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão.

As Partes assinam o presente Termo de Cessão em 4(quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

[local/data]

---

CEDENTE: LOJAS RENNER S.A. / RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

---

CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

ANEXO AO TERMO DE CESSÃO Nº [●]

DATA: [●]

Relação de Direitos Creditórios:

Cliente	Num. do Contrato	Par	Primeiro Vencimento	Último Vencimento	Valor do Contrato	Valor de Aquisição
[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]

Taxa de Desconto	Total Recebíveis	Total Valor Contrato	Total Valor Aquisição
[●]	[●]	[●]	[●]



ANEXO IV

CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO RENNER (I) EM VIGOR NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DE  
CESSÃO (II) VÁLIDO AO LONGO DE 2014



2º RTD  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
REGISTRO Nº

61682

PORTO ALEGRE - RS

## CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), entre RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a pessoa física portadora do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), a seguir designada TITULAR, em conjunto denominados "contratantes", com a interveniência e anuência das LOJAS RENNER S.A e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE.

OBJETO: O presente contrato destina-se a regular as condições e relações entre as empresas LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. com o TITULAR e terceiros expressamente autorizados pelo TITULAR para o uso do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*). Para tanto, as partes concordam e aceitam que os termos abaixo relacionados, quando utilizados neste documento, terão a definição própria que os acompanha. Concordam, também, que os princípios de lealdade e boa-fé deverão orientar as partes na condução da relação negocial, obrigando-se a cumprir o adiante estipulado.

### TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

**BANCO:** Instituição Financeira responsável pela concessão de financiamento das compras realizadas pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) em número de parcelas e condições previamente determinadas.

**BANCO INTERVENIENTE ANUENTE:** instituição financeira que firma o presente contrato como interveniente anuente, responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação dos débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S).

**BENEFICIÁRIO:** Pessoa Física expressamente autorizada pelo TITULAR a usufruir das vantagens e direitos a ele conferidos por este instrumento, a quem é emitido o denominado CARTÃO ADICIONAL, que, ao aceitar, assinar e dele utilizar, estará concordando com os termos e condições expressos no presente instrumento.

**CARNÊ:** Documento representativo que espelha a compra ou operação realizada, emitido por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. entregue ao Titular/Beneficiário no ato da compra/operação ou retirado posteriormente no local(is) a ser(em) definido(s) por aquelas.

**CARTÃO ADICIONAL:** É o cartão que o Titular solicita a um ou mais Beneficiários e que possui as mesmas funcionalidades do Cartão e é necessariamente vinculado ao Cartão do Titular, que receberá os carnês para pagamento, sendo, juntamente com o(s) Beneficiário(s) solidariamente responsável pelos gastos e despesas oriundas do Cartão Adicional.

**CARTÃO ou CARTÃO RENNER:** Cartão plástico, *PRIVATE LABEL*, com nenhuma vinculação a qualquer bandeira, que pode adotar as denominações CARTÃO ou CARTÃO ADICIONAL, ou outras que forem criadas por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., permitindo ao TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) a aquisição de produtos e serviços no(s) ESTABELECIMENTO(S), além da contratação de PRODUTOS FINANCEIROS diversos.

**CARTÃO BANDEIRA:** Cartão plástico, vinculado a uma bandeira, diverso do regulado neste contrato, que permite, além da aquisição de produtos e serviços nos estabelecimentos de





Lojas Renner, a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos afiliados ao sistema da(s) Bandeira(s).

**ENCARGOS:** São os juros remuneratórios, os tributos, as tarifas e as despesas incidentes sobre as operações de crédito realizadas com o Cartão, compreendendo, ainda, na hipótese de atraso no pagamento, os juros moratórios, a multa e as despesas de cobrança.

**ESTABELECIMENTO(S):** O CARTÃO RENNER poderá ser utilizado junto aos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., bem como em outros que vierem a aderir ao sistema de CARTÃO RENNER.

**FINANCIAMENTO:** Linha de Crédito a ser disponibilizada por um BANCO ou BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, seja para financiamento propriamente dito de compras realizadas em número de parcelas e condições determinadas por LOJAS RENNER S.A, seja para a liquidação de débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) no CARTÃO RENNER não liquidados nos dias de vencimento, tal como estipulado neste contrato.

**PRODUTOS FINANCEIROS:** São empréstimos pessoais, títulos de capitalização, seguros pessoais e outros produtos/serviços desta natureza, fornecidos por instituições financeiras, empresas de capitalização e seguradoras que firmarem convênio com LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, exclusivamente para o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos contratos.

**SENHA ELETRÔNICA:** conjunto de números ou letras ou combinação de ambos, a ser definido, e mantido, em caráter sigiloso pelo TITULAR para o CARTÃO RENNER e pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), para o CARTÃO ADICIONAL, em conjunto ou em substituição à assinatura em transações realizadas com o CARTÃO RENNER na medida em que tal sistema venha a ser adotado.

**TITULAR:** Pessoa Física aderente ao presente instrumento, portador autorizado do CARTÃO RENNER, principal responsável pelos deveres e obrigações decorrentes do exercício dos direitos e faculdades aqui conferidos e pelas transações, mesmo se essas forem celebradas por terceiros sob sua permissão, bem como responsável pelas despesas e demais transações decorrentes dos outros cartões que autorizar a emissão.

## TÍTULO II – DO OBJETO E TERMOS DESTE INSTRUMENTO

1. A emissão e o uso do CARTÃO RENNER, bem como as responsabilidades de seu TITULAR e respectivo(s) BENEFICIÁRIO(S), se houver, reger-se-ão pelo presente contrato e suas eventuais modificações.
2. O CARTÃO RENNER possibilita ao seu TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S): (i) efetuar compras de mercadorias, em parcelas ou não, com ou sem financiamento, e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A ou, ainda, em estabelecimentos que vierem a firmar convênio, até os limites de prestação e de crédito para o Sistema de Pagamento com Prestações Pré-Fixadas ou com Correção Monetária Pós Fixada, estabelecido pelas empresas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., os quais poderão ser alterados a qualquer tempo; (ii) contratar PRODUTOS FINANCEIROS diversos, junto a empresas das quais LOJAS RENNER S.A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sejam correspondentes, parceiras ou conveniadas, conforme condições e critérios estabelecidos pelas conveniadas, divulgados nas







dependências de LOJAS RENNER S.A., ou por outros meios de publicidade e informação referidos no presente instrumento.

3. O CARTÃO RENNER é nominativo, intransferível, de uso pessoal e exclusivo de seu TITULAR, salvo a hipótese de indicação de BENEFICIÁRIO(S), e a identificação do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) ocorrerá pelo nome, assinatura e código de conta, além da senha eletrônica.

### TÍTULO III – DA ADESÃO AO SISTEMA E DOS DADOS CADASTRAIS

4. O ingresso do(s) Portador(es) TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) no sistema de CARTÃO RENNER se dá pela sua(s) assinatura(s) na proposta de adesão, também denominada “Solicitação de Cartão Renner”, pelo desbloqueio ou utilização do CARTÃO, através de digitação de senha eletrônica, pela prática de qualquer ato ou fato relativo ao Sistema do CARTÃO RENNER, ou ainda mediante qualquer outra manifestação expressa de vontade. Na prática de qualquer dos atos acima enumerados estará(ão), também, concomitantemente, aderindo ao presente Contrato em todos os seus termos e condições. O TITULAR receberá uma cópia do Contrato em vigor, que ficará disponível no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br) e/ou em qualquer estabelecimento de LOJAS RENNER S/A. A LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderão ou não aceitar o ingresso do interessado no CARTÃO RENNER.
- 4.1. Com a adesão ao presente contrato, os dados cadastrais e de consumo do TITULAR e BENEFICIÁRIO(S) passam a integrar o cadastro de dados de LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., ficando estas autorizadas expressamente pelo TITULAR e BENEFICIÁRIOS(S) ao envio de correspondências, comunicados, demonstrativos e malas diretas, por carta, e-mail, telemarketing, mensagens enviadas para telefone celular, ou outros meios de comunicação disponíveis aos contratantes. O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) podem cancelar essa autorização a qualquer momento.

### TÍTULO IV – DOS CARTÕES ADICIONAIS

5. Mediante solicitação do TITULAR, este poderá autorizar, sob sua inteira responsabilidade e para débito de sua conta, a emissão de um ou mais cartões para uso das pessoas que designar, as quais passarão a denominar-se BENEFICIÁRIO(S), reservando-se a LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a aceitação ou não da designação feita.
- 5.1. O(s) BENEFICIÁRIOS(S) portará(ão) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) e realizará(ão) TRANSAÇÕES sob exclusiva e irrestrita conta, encargo, ordem e responsabilidade do TITULAR, independentemente de sua prévia autorização, responsabilizando-se o TITULAR como principal pagador no caso de inadimplemento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), do(s) qual(is), contudo, poderá ser exigido o cumprimento das obrigações inadimplidas em caráter solidário.





- 5.2. O(s) BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a observar o presente contrato em sua integralidade, especialmente, mas não exclusivamente, as disposições relativas à posse e uso do CARTÃO RENNER.
- 5.3. O(s) BENEFICIÁRIO(S) poderá(ão) ser excluído(s) pela LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. ou pelo TITULAR da conta deste.

#### **TÍTULO V – DA PROPRIEDADE DO CARTÃO E CONDIÇÕES DE USO**

6. O CARTÃO RENNER será sempre de propriedade exclusiva da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a qual poderá a qualquer tempo, mediante prévio aviso, com prazo mínimo de 5 dias, dispensado no caso de uso indevido do CARTÃO RENNER ou no caso de inadimplência, solicitar a sua devolução, cancelá-lo, limitar ou reduzir o valor dos limites estabelecidos.
- 6.1. Sempre que o TITULAR, ou o(s) BENEFICIÁRIO(S) não utilizar(em) o CARTÃO RENNER, por um período superior a 12 (doze) meses, o(s) mesmo(s) será(ão) automaticamente bloqueado(s) para fins de atualização do cadastro, sendo facultado ao TITULAR reativá-lo(s) mediante solicitação em qualquer dos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A, após análise de crédito.
7. No ato de recebimento do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou o(s) BENEFICIÁRIO(S), este(s) último(s) quando for o caso de CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), deverá(ão) imediatamente apor suas(s) assinatura(s) usual(is) no local para isso existente no cartão, ficando o TITULAR responsável por quaisquer prejuízos da falta de assinatura no(s) cartão(ões).

#### **TÍTULO VI – DA PERDA, ROUBO OU FURTO E CANCELAMENTO DO CARTÃO**

8. Em caso de perda, roubo ou furto do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) deve(m) comunicar imediatamente o fato a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., via contato telefônico ou qualquer outro meio colocado à disposição, confirmado por escrito, sob pena de estas, não tomando ciência do ocorrido, não poderem ser responsabilizadas pelo uso do CARTÃO por terceiros.
- 8.1. Para segurança do TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S), o comunicado de perda, roubo ou furto acarretará o imediato bloqueio do CARTÃO para operações futuras, evitando seu uso indevido. Desejando realizar novas operações com CARTÃO RENNER, poderá(ão) o TITULAR ou BENEFICIÁRIO comparecer a qualquer unidade de LOJAS RENNER S/A e solicitar a emissão de segunda via.
- 8.2. Toda compra ou saque que acontecer antes do comunicado de perda ou roubo do CARTÃO, será de responsabilidade do TITULAR.
9. O TITULAR deve comunicar por escrito o eventual cancelamento do CARTÃO RENNER do(s) BENEFICIÁRIO(S) designado(s), o qual, contudo, só terá efeito após 1(um) dia útil a contar da sua comunicação. Por ocasião desta comunicação, o TITULAR deverá devolver o(s) respectivo(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), em poder do(s) BENEFICIÁRIO(S).







- 9.1 Caso não ocorra(m) a(s) devolução(ões) mencionadas no item 9, é facultado à LOJAS RENNER S.A. e/ou à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a retenção do(s) cartão(ões) do(s) BENEFICIÁRIO(S) na hipótese de tentativa de utilização do(s) mesmo(s).

## **TÍTULO VII – DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, DA EFETIVAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DA COMPRA**

10. O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) ao efetuar(em) compra(s) em quaisquer unidades da LOJAS RENNER S.A. e/ou nos estabelecimentos que eventualmente operarem em convênio, assinará(ão) o(s) Comproverantes de Débito relativo(s) à(s) aquisição(ões) feita(s), comprovante(s) este(s) emitido(s) pela LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., do(s) qual(is) constará(ão) sempre o total da(s) compra(s) realizada(s) e a(s) condição(ões) de pagamento escolhida(s) pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) no ato da compra.
- 10.1 A assinatura poderá ser substituída pelo uso de SENHA ELETRÔNICA, ficando o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) responsáveis pelo sigilo e uso, não respondendo a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. pela cessão da senha.
- 10.2 A inclusão e definição de senha eletrônica pelo(s) portador(es) do(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) implica autorização para que o(s) BENEFICIÁRIO(S) movimente(m) todas as operações decorrentes do uso do CARTÃO.
- 10.3 As compras de mercadorias e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A. ou estabelecimentos conveniados poderão ser parceladas, com ou sem acréscimo de encargos financeiros, nas condições que LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. estabelecerem previamente, divulgadas pelos meios referidos no item 4.1., meios de comunicação (rádio, jornal, televisão e revistas) ou por publicidade existente nos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., mediante aceitação pelo TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S).
- 10.4 Pelo presente instrumento, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) outorgam poderes específicos para RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. celebrar contrato de mútuo, ou qualquer outra forma de financiamento, com BANCO(S) para financiar as compras de bens e/ou serviços mencionados acima, quando houver, por iniciativa do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), contratação de pagamento diferido em parcelas, na forma do item 10.3 acima, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pelo BANCO, devendo ocorrer o pagamento na forma do TÍTULO VIII, incidindo, ainda, o disposto no TÍTULO IX.
- 10.5 O mandato outorgado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. será exercido pela mandatária nos limites estabelecidos nesta cláusula, não compreendendo poderes para celebrar acordos adicionais ou alterar condições de financiamento.
- 10.6 O financiamento será concedido por BANCO(S) que firmar(em) parceria com LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., previamente informado(s) aos CLIENTES RENNER nos quadros existentes nas dependências de





LOJAS RENNER S.A., ou pelo meios de divulgação referidos no item 4.1 acima, com a cobrança de encargos também informados pelos meios aqui referidos.

- 10.7 O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) ficam expressamente cientes de que os direitos creditórios oriundos das operações regidas pelo presente contrato poderão ser objeto de cessão pela LOJAS RENNER S.A., pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., pelo(s) BANCO(S) e/ou pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE ao FIDC Lojas Renner ou a terceiros. Diante disso, manifestam, desde já, plena anuência com ditas cessões, dispensando nova comunicação no momento do efetivo exercício da cessão.**
- 10.8 Não obstante a cessão mencionada acima, os pagamentos pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) continuarão sendo feitos nos termos da cláusula 11 abaixo.**

#### **TÍTULO VIII – DO PAGAMENTO E DO ATRASO**

- 11 O TITULAR ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) receberá(ão) no ato de cada compra o cupom fiscal e o respectivo carnê para pagamento ou retirará(ão) este último posteriormente à conclusão de cada compra, no(s) local(is) a ser(em) definido(s) por LOJAS RENNER S.A, pelos quais se obriga(m) a pagar nos respectivos vencimentos.**
- 11.1 O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) deverá(ão) efetuar o pagamento de seu(s) débito(s), estabelecido(s) no(s) comprovante(s), nos caixas da rede da LOJAS RENNER S.A., ou nos locais que esta ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. venham a determinar expressamente.**
- 11.2 A mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação assumida neste contrato ou em qualquer outro produto contratado com qualquer empresa do conglomerado Lojas Renner poderá implicar no imediato bloqueio deste Cartão ou de qualquer outro cartão ou serviço, independentemente de notificação ou qualquer outra formalidade, impedindo a realização de operações em qualquer dos estabelecimentos. Após a regularização da inadimplência, fica facultado a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a reativação do cartão bloqueado, se solicitado pelo TITULAR, após análise de crédito.**
- 11.3 Na hipótese de atraso no pagamento, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá comunicar o fato a SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), bem como a quaisquer outros órgãos responsáveis por cadastrar inadimplimento.**
- 11.4 Na hipótese de inadimplimento do TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) nos pagamentos das compras/serviços realizados com CARTÃO RENNER, considerar-se-á vencida integral e antecipadamente a dívida, pois os prazos originalmente assegurados para o seu pagamento poderão, neste caso, ser objeto de renúncia pelo credor, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, além de juros remuneratórios e capitalização mensal cobrados em razão do financiamento das compras e/ou da mora, nos termos dos TÍTULOS VII e IX deste instrumento, respectivamente.**
- 11.5 Nos casos de atrasos superiores a 30 dias, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá cobrar tarifa a título de ressarcimento de**







**despesas com terceiros, conforme valor divulgado nas dependências de LOJAS RENNER S.A.**

- 11.6 O pagamento dos valores em atraso poderá ser efetuado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), na forma do item 11.1, até 60 (sessenta) dias contados do vencimento da parcela inadimplida e, após, nos locais designados pelas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
- 12 Toda compra efetuada pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), através de CARTÕES RENNER é aceita como líquida e certa, cobrável por via de execução judicial. Nos casos de financiamento do débito do TITULAR junto ao(s) BANCO(S), a LOJAS RENNER S.A. sub-rogar-se-á no direito de receber do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) as importâncias que vier a despendar, caso a liquidação de financiamento porventura seja realizada pela LOJAS RENNER S.A., independentemente de qualquer contestação do TITULAR quanto à liquidez e certeza da dívida e das demais estipulações constantes do item anterior.
- 13 O TITULAR assume a condição de principal pagador, podendo dele ser exigido o cumprimento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), na hipótese de inadimplemento. De outra parte, o(s) BENEFICIÁRIO(S) terá(ão) responsabilidade solidária pelas suas obrigações.

#### **TÍTULO IX – DO FINANCIAMENTO DA MORA**

- 14 Verificado o não pagamento, nos prazos especificados nos carnês de débitos no CARTÃO RENNER decorrentes de transações realizadas pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S), na forma do título anterior, o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S), neste ato e por este instrumento, nomeiam e constituem a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sua procuradora para o fim exclusivo e especial de, em nome e por conta do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), receber do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, repassando, no mesmo dia, às LOJAS RENNER S.A. ou instruir referida instituição financeira a depositar diretamente em conta corrente indicada por LOJAS RENNER S.A. valor equivalente aos débitos inadimplidos para fins de liquidação das dívidas. O BANCO INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a conceder financiamento exclusivamente para os fins de liquidar as dívidas vencidas oriundas das transações realizadas com o CARTÃO RENNER, acrescidas dos encargos moratórios acima, financiamento este que, desde logo, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) aceitam. O financiamento efetivar-se-á respeitando as condições estabelecidas conforme contratos entre o BANCO INTERVENIENTE ANUENTE e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., tão logo seja constatado o não pagamento, pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), de suas obrigações discriminadas no CARTÃO RENNER, mediante lista de controle fornecida periodicamente ao BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.. Pelo financiamento, a ser contratado a critério da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua concessão, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) pagará(ão) encargos previamente informados nos carnês de pagamento, nos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A e também no site







www.lojasrenner.com.br, a partir da data de desembolso pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE do valor do financiamento, sobre o valor do saldo devedor do TITULAR, até a sua liquidação. **Se o montante objeto do financiamento obtido na forma desta cláusula não for liquidado no prazo contratado, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2% sobre o saldo financiado inadimplido.** Caso a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. não exerça os poderes ora conferidos, aplicar-se-á o disposto no Título VIII deste instrumento.

14.1 O presente instrumento é firmado pelo Banco Itaú Unibanco S.A. na qualidade de terceiro interveniente, definido como BANCO INTERVENIENTE ANUENTE responsável pela concessão dos financiamentos contratados na forma do *caput*. Ocorrendo a substituição do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, esta será informada ao TITULAR pelos meios definidos na cláusula 4.1.

14.2 O crédito oriundo do financiamento da mora fica igualmente sujeito à cessão, nos termos da cláusula 10.7.

#### TÍTULO X – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 15 O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, por iniciativa de qualquer das partes, hipótese em que ocorrerá o imediato cancelamento do CARTÃO RENNER. Em qualquer hipótese de rescisão, as cláusulas e condições contratuais relativas ao pagamento, mora e financiamento permanecerão em vigor até o integral pagamento e das dívidas e cumprimento das demais obrigações contratuais.
- 16 A parte que inadimplir obrigações previstas neste contrato, além do cumprimento da obrigação, deverá suportar os encargos moratórios respectivos e ressarcir as despesas incorridas pela parte prejudicada, no exercício de seu direito de exigir do inadimplente o cumprimento da obrigação.

#### TÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 O TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a pagar todos os tributos e contribuições relativas às compras e financiamentos das mesmas, contratados nas formas previstas neste instrumento, inclusive aqueles que venham a existir futuramente, arcando com eventuais majorações de alíquotas.

18 Fica o TITULAR obrigado a informar a LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., toda e qualquer eventual alteração nos seus dados pessoais, bem como do seu endereço, respondendo, caso assim não proceda, por todas as consequências de sua omissão, sendo responsável, ainda, por informar eventuais alterações relativas ao(s) BENEFICIÁRIO(S).

18.1 Caso LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO, constatem inconsistência nos dados do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIOS, bem como em seu endereço, por medida de segurança, ficam autorizadas a realizar o bloqueio do(s) CARTÃO(ÕES), independentemente de notificação, até que a inconsistência seja sanada.





19. Na hipótese de falecimento do TITULAR, havendo BENEFICIÁRIO(S), caberá a este informar o fato a LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
20. O titular confessa-se responsável pela exatidão das declarações prestadas, e uma vez aceito(s) e emitido(s) o CARTÃO ou CARTÕES ADICIONAL(IS), expressamente aceita todas as condições estabelecidas neste instrumento e que regulam o uso do CARTÃO RENNER, obrigando-se por si e por seu(s) eventual(is) BENEFICIÁRIO(S) a respeitá-los em todos os seus termos. O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.
21. RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá alterar este contrato, mediante prévia comunicação ao TITULAR. Tal comunicação será feita pelos meios informados na cláusula 4.1. Não estão abrangidas nesta hipótese as alterações ditadas por força de determinação legal, que poderão ocorrer independentemente de comunicação prévia.
22. As alterações serão averbadas no registro do contrato perante o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
23. Se o TITULAR não concordar com as alterações comunicadas, poderá extinguir o contrato no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da comunicação. A ausência de manifestação do TITULAR no prazo assinalado ou o uso do CARTÃO RENNER por ele ou BENEFICIÁRIO(S) será considerada como aceitação das alterações ocorridas.
24. **Caso o TITULAR contrate com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a emissão e utilização de um CARTÃO BANDEIRA, tão logo haja o desbloqueio do referido CARTÃO BANDEIRA, haverá o cancelamento do CARTÃO RENNER do TITULAR, uma vez que o CARTÃO BANDEIRA possui, além da função bandeira, a função *Private Label* objeto deste contrato. Inexistindo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, o presente contrato será rescindido, passando a vigorar apenas o contrato do CARTÃO BANDEIRA. Contudo, havendo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, permanecerão hígidas todas as condições deste contrato, caso em que o TITULAR manterá os dois contratos com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., com todas suas obrigações, a menos que expressamente manifeste sua intenção de cancelar os CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER. O CARTÃO BANDEIRA será regulado por condições próprias, disponíveis no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br).**
25. Fica convencionado que o não exercício pelas partes dos direitos que lhe asseguram o presente contrato ou mesmo a concordância com atraso no cumprimento das obrigações, não implicará em alteração ou renúncia destes direitos, os quais poderão ser plenamente exercidos em épocas subseqüentes e não alterará de modo algum as condições já pactuadas no presente Contrato.







2º RTD  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
REGISTRO Nº

61682

Contrato registrado sob nº PORTO ALEGRE - RS, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre/RS

Porto Alegre, 12 de abril de 2013.

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

LOJAS RENNER S.A.

4º TABELIONATO  
4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE  
Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900  
TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS que assina por RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA indicada com a seta de uso deste tabelionato, do que dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2013

Rejane Avary Feijó - Escrevente Autorizada - 14.02.32.1517159-2831980  
Emol: R\$ 4,75 - Seio digital: R\$ 0,30 - 0457-01-1300016.88534

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

4º TABELIONATO  
4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE  
Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900  
TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a AUTENTICIDADE das firmas de ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS que assina por LOJAS RENNER S.A. e HAROLDO LUIZ RODRIGUES FILHO que assina por LOJAS RENNER S.A. indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2013

Rejane Avary Feijó - Escrevente Autorizada - 14.03.53.1517151-2760890  
Emol: R\$ 9,40 - Seio digital: R\$ 0,80 - 0457-01-1300016.88545a 88546

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

2º RTD

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua Gen. Câmara, 236 - 4º andar - 90010-230  
Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3212-6392  
Valter Luis Cervo - Oficial de Registros

PROTOCOLO: Nº 61734 - A-6, em 15/04/2013.

REGISTRO: Nº 61682 - no Livro B-3, Fls 227 frente, em 15/04/2013. A.v. 1. Averbado ao registro 36962.

Valter Luis Cervo - Oficial de Registros

ALVARO FRANCISCO CERVO  
REGISTRADOR SUBSTITUTO

Total: R\$ 163,20 + R\$ 2,80 = R\$ 166,00  
Registro/Averbação s/ valor (Integral): R\$ 35,10 (0452.04.0800005.09226 = R\$ 0,70)  
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 11,00 (0452.02.0800005.01951 = R\$ 0,40)  
Processamento eletrônico: R\$ 3,10 (0452.01.1200001.15572 = R\$ 0,30)  
Certidão (10 pgs): R\$ 114,00 (0452.04.0800005.09227 a 9228 = R\$ 1,40)

10





## CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), entre RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., LOJAS RENNER S.A. e a pessoa física portadora do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), a seguir designada TITULAR, em conjunto denominados "contratantes", com a interveniência e anuência do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE.

**OBJETO:** O presente contrato destina-se a regular as condições e relações entre as empresas LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. com o TITULAR e terceiros expressamente autorizados pelo TITULAR para o uso do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*). Para tanto, as partes concordam e aceitam que os termos abaixo relacionados, quando utilizados neste documento, terão a definição própria que os acompanha. Concordam, também, que os princípios de lealdade e boa-fé deverão orientar as partes na condução da relação negocial, obrigando-se a cumprir o adiante estipulado.

### TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

**BANCO:** Instituição Financeira responsável pela concessão de financiamento das compras realizadas pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) em número de parcelas e condições previamente determinadas.

**BANCO INTERVENIENTE ANUENTE:** instituição financeira que firma o presente contrato como interveniente anuente, responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação dos débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S).

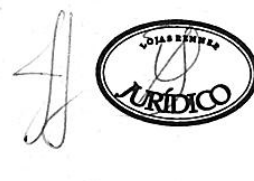
**BENEFICIÁRIO:** Pessoa Física expressamente autorizada pelo TITULAR a usufruir das vantagens e direitos a ele conferidos por este instrumento, a quem é emitido o denominado CARTÃO ADICIONAL, que, ao aceitar, assinar e dele utilizar, estará concordando com os termos e condições expressos no presente instrumento.

**CARNÊ:** Documento representativo que espelha a compra ou operação realizada, emitido por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. entregue ao Titular/Beneficiário no ato da compra/operação ou retirado posteriormente no local(is) a ser(em) definido(s) por aquelas.

**CARTÃO ADICIONAL:** É o cartão que o Titular solicita a um ou mais Beneficiários e que possui as mesmas funcionalidades do Cartão e é necessariamente vinculado ao Cartão do Titular, que receberá os carnês para pagamento, sendo, juntamente com o(s) Beneficiário(s) solidariamente responsável pelos gastos e despesas oriundas do Cartão Adicional.

**CARTÃO ou CARTÃO RENNER:** Cartão plástico, *PRIVATE LABEL*, com nenhuma vinculação a qualquer bandeira, que pode adotar as denominações CARTÃO ou CARTÃO ADICIONAL, ou outras que forem criadas por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., permitindo ao TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) a aquisição de produtos e serviços no(s) ESTABELECIMENTO(S), além da contratação de PRODUTOS FINANCEIROS diversos.

**CARTÃO BANDEIRA:** Cartão plástico, vinculado a uma bandeira, diverso do regulado neste contrato, que permite, além da aquisição de produtos e serviços nos estabelecimentos de







Lojas Renner, a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos afiliados ao sistema da(s) Bandeira(s).

**ENCARGOS:** São os juros remuneratórios, os tributos, as tarifas e as despesas incidentes sobre as operações de crédito realizadas com o Cartão, compreendendo, ainda, na hipótese de atraso no pagamento, os juros moratórios, a multa e as despesas de cobrança.

**ESTABELECIMENTO(S):** O CARTÃO RENNER poderá ser utilizado junto aos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., bem como em outros que vierem a aderir ao sistema de CARTÃO RENNER.

**FINANCIAMENTO:** Linha de Crédito a ser disponibilizada por um BANCO ou BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, seja para financiamento propriamente dito de compras realizadas em número de parcelas e condições determinadas por LOJAS RENNER S.A, seja para a liquidação de débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) no CARTÃO RENNER não liquidados nos dias de vencimento, tal como estipulado neste contrato.

**PRODUTOS FINANCEIROS:** São empréstimos pessoais, títulos de capitalização, seguros pessoais e outros produtos/serviços desta natureza, fornecidos por instituições financeiras, empresas de capitalização e seguradoras que firmarem convênio com LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, exclusivamente para o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos contratos.

**SENHA ELETRÔNICA:** conjunto de números ou letras ou combinação de ambos, a ser definido, e mantido, em caráter sigiloso pelo TITULAR para o CARTÃO RENNER e pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), para o CARTÃO ADICIONAL, em conjunto ou em substituição à assinatura em transações realizadas com o CARTÃO RENNER na medida em que tal sistema venha a ser adotado.

**TITULAR:** Pessoa Física aderente ao presente instrumento, portador autorizado do CARTÃO RENNER, principal responsável pelos deveres e obrigações decorrentes do exercício dos direitos e faculdades aqui conferidos e pelas transações, mesmo se essas forem celebradas por terceiros sob sua permissão, bem como responsável pelas despesas e demais transações decorrentes dos outros cartões que autorizar a emissão.

## TÍTULO II – DO OBJETO E TERMOS DESTE INSTRUMENTO

1. A emissão e o uso do CARTÃO RENNER, bem como as responsabilidades de seu TITULAR e respectivo(s) BENEFICIÁRIO(S), se houver, reger-se-ão pelo presente contrato e suas eventuais modificações.
2. O CARTÃO RENNER possibilita ao seu TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S): (i) efetuar compras de mercadorias, em parcelas ou não, com ou sem financiamento, e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A ou, ainda, em estabelecimentos que vierem a firmar convênio, até os limites de prestação e de crédito para o Sistema de Pagamento com Prestações Pré-Fixadas ou com Correção Monetária Pós Fixada, estabelecido pelas empresas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., os quais poderão ser alterados a qualquer tempo; (ii) contratar PRODUTOS FINANCEIROS diversos, junto a empresas das quais LOJAS RENNER S.A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sejam correspondentes, parceiras ou conveniadas, conforme condições e critérios estabelecidos pelas conveniadas, divulgados nas



dependências de LOJAS RENNER S.A., ou por outros meios de publicidade e informação referidos no presente instrumento.

3. O CARTÃO RENNER é nominativo, intransferível, de uso pessoal e exclusivo de seu TITULAR, salvo a hipótese de indicação de BENEFICIÁRIO(S), e a identificação do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) ocorrerá pelo nome, assinatura e código de conta, além da senha eletrônica.




### **TÍTULO III – DA ADESÃO AO SISTEMA E DOS DADOS CADASTRAIS**

4. O ingresso do(s) Portador(es) TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) no sistema de CARTÃO RENNER se dá pela sua(s) assinatura(s) na proposta de adesão, também denominada “Solicitação de Cartão Renner”, pelo desbloqueio ou utilização do CARTÃO, através de digitação de senha eletrônica, pela prática de qualquer ato ou fato relativo ao Sistema do CARTÃO RENNER, ou ainda mediante qualquer outra manifestação expressa de vontade. Na prática de qualquer dos atos acima enumerados estará(ão), também, concomitantemente, aderindo ao presente Contrato em todos os seus termos e condições. O TITULAR receberá uma cópia do Contrato em vigor, que ficará disponível no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br) e/ou em qualquer estabelecimento de LOJAS RENNER S/A. A LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderão ou não aceitar o ingresso do interessado no CARTÃO RENNER.

- 4.1. Com a adesão ao presente contrato, os dados cadastrais e de consumo do TITULAR e BENEFICIÁRIO(S) passam a integrar o cadastro de dados de LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., ficando estas autorizadas expressamente pelo TITULAR e BENEFICIÁRIOS(S) ao envio de correspondências, comunicados, demonstrativos e malas diretas, por carta, e-mail, telemarketing, mensagens enviadas para telefone celular, ou outros meios de comunicação disponíveis aos contratantes. O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) podem cancelar essa autorização a qualquer momento.

### **TÍTULO IV – DOS CARTÕES ADICIONAIS**

5. Mediante solicitação do TITULAR, este poderá autorizar, sob sua inteira responsabilidade e para débito de sua conta, a emissão de um ou mais cartões para uso das pessoas que designar, as quais passarão a denominar-se BENEFICIÁRIO(S), reservando-se a LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a aceitação ou não da designação feita.
- 5.1. O(s) BENEFICIÁRIOS(S) portará(ão) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) e realizará(ão) TRANSAÇÕES sob exclusiva e irrestrita conta, encargo, ordem e responsabilidade do TITULAR, independentemente de sua prévia autorização, responsabilizando-se o TITULAR como principal pagador no caso de inadimplemento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), do(s) qual(is), contudo, poderá ser exigido o cumprimento das obrigações inadimplidas em caráter solidário.

  3 





- 5.2. O(s) BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a observar o presente contrato em sua integralidade, especialmente, mas não exclusivamente, as disposições relativas à posse e uso do CARTÃO RENNER.
- 5.3. O(s) BENEFICIÁRIO(S) poderá(ão) ser excluído(s) pela LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. ou pelo TITULAR da conta deste.

#### **TÍTULO V – DA PROPRIEDADE DO CARTÃO E CONDIÇÕES DE USO**

6. O CARTÃO RENNER será sempre de propriedade exclusiva da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a qual poderá a qualquer tempo, mediante prévio aviso, com prazo mínimo de 5 dias, dispensado no caso de uso indevido do CARTÃO RENNER ou no caso de inadimplência, solicitar a sua devolução, cancelá-lo, limitar ou reduzir o valor dos limites estabelecidos.
- 6.1. **Sempre que o TITULAR, ou o(s) BENEFICIÁRIO(S) não utilizar(em) o CARTÃO RENNER, por um período superior a 12 (doze) meses, o(s) mesmo(s) será(ão) automaticamente bloqueado(s) para fins de atualização do cadastro, sendo facultado ao TITULAR reativá-lo(s) mediante solicitação em qualquer dos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A, após análise de crédito.**
7. No ato de recebimento do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou o(s) BENEFICIÁRIO(S), este(s) último(s) quando for o caso de CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), deverá(ão) imediatamente apor suas(s) assinatura(s) usual(is) no local para isso existente no cartão, ficando o TITULAR responsável por quaisquer prejuízos da falta de assinatura no(s) cartão(ões).

#### **TÍTULO VI – DA PERDA, ROUBO OU FURTO E CANCELAMENTO DO CARTÃO**

8. Em caso de perda, roubo ou furto do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) deve(m) comunicar imediatamente o fato a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., via contato telefônico ou qualquer outro meio colocado à disposição, confirmado por escrito, sob pena de estas, não tomando ciência do ocorrido, não poderem ser responsabilizadas pelo uso do CARTÃO por terceiros.
- 8.1. Para segurança do TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S), o comunicado de perda, roubo ou furto acarretará o imediato bloqueio do CARTÃO para operações futuras, evitando seu uso indevido. Desejando realizar novas operações com CARTÃO RENNER, poderá(ão) o TITULAR ou BENEFICIÁRIO comparecer a qualquer unidade de LOJAS RENNER S/A e solicitar a emissão de segunda via.
- 8.2. Toda compra ou saque que acontecer antes do comunicado de perda ou roubo do CARTÃO, será de responsabilidade do TITULAR.
9. O TITULAR deve comunicar por escrito o eventual cancelamento do CARTÃO RENNER do(s) BENEFICIÁRIO(S) designado(s), o qual, contudo, só terá efeito após 1(um) dia útil a contar da sua comunicação. Por ocasião desta comunicação, o TITULAR deverá devolver o(s) respectivo(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), em poder do(s) BENEFICIÁRIO(S).

4

4

- 9.1 Caso não ocorra(m) a(s) devolução(ões) mencionadas no item 9, é facultado à LOJAS RENNER S.A. e/ou à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a retenção do(s) cartão(ões) do(s) BENEFICIÁRIO(S) na hipótese de tentativa de utilização do(s) mesmo(s).

#### **TÍTULO VII – DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, DA EFETIVAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DA COMPRA**

10. O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) ao efetuar(em) compra(s) em quaisquer unidades da LOJAS RENNER S.A. e/ou nos estabelecimentos que eventualmente operarem em convênio, assinará(ão) o(s) Comprovantes de Débito relativo(s) à(s) aquisição(ões) feita(s), comprovante(s) este(s) emitido(s) pela LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., do(s) qual(is) constará(ão) sempre o total da(s) compra(s) realizada(s) e a(s) condição(ões) de pagamento escolhida(s) pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) no ato da compra.
- 10.1 A assinatura poderá ser substituída pelo uso de SENHA ELETRÔNICA, ficando o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) responsáveis pelo sigilo e uso, não respondendo a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. pela cessão da senha.
- 10.2 A inclusão e definição de senha eletrônica pelo(s) portador(es) do(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) implica autorização para que o(s) BENEFICIÁRIO(S) movimente(m) todas as operações decorrentes do uso do CARTÃO.
- 10.3 As compras de mercadorias e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A. ou estabelecimentos conveniados poderão ser parceladas, com ou sem acréscimo de encargos financeiros, nas condições que LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. estabelecerem previamente, divulgadas pelos meios referidos no item 4.1., meios de comunicação (rádio, jornal, televisão e revistas) ou por publicidade existente nos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., mediante aceitação pelo TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S).
- 10.4 Pelo presente instrumento, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) outorgam poderes específicos para RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA e LOJAS RENNER S/A. celebrar, conjunta ou individualmente, contrato de mútuo, ou qualquer outra forma de financiamento, com BANCO(S) para financiar as compras de bens e/ou serviços mencionados acima, quando houver, por iniciativa do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), contratação de pagamento diferido em parcelas, na forma do item 10.3 acima, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pelo BANCO, devendo ocorrer o pagamento na forma do TÍTULO VIII, incidindo, ainda, o disposto no TÍTULO IX.
- 10.5 O mandato outorgado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e à LOJAS RENNER S/A será exercido pela(s) mandatária(s) nos limites estabelecidos nesta cláusula, não compreendendo poderes para celebrar acordos adicionais ou alterar condições de financiamento.
- 10.6 O financiamento será concedido por BANCO(S) que firmar(em) parceria com LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., previamente










informado(s) aos CLIENTES RENNER nos quadros existentes nas dependências de LOJAS RENNER S.A., ou pelo meios de divulgação referidos no item 4.1 acima, com a cobrança de encargos também informados pelos meios aqui referidos.

- 10.7 O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) ficam expressamente cientes de que os direitos creditórios oriundos das operações regidas pelo presente contrato poderão ser objeto de cessão pela LOJAS RENNER S.A., pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., pelo(s) BANCO(S) e/ou pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE à terceiros ou a qualquer Fundo de Investimento em Direitos Creditórios que tenha como cedente a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA. Diante disso, manifestam, desde já, plena anuência com ditas cessões, dispensando nova comunicação no momento do efetivo exercício da cessão.
- 10.8 Não obstante a cessão mencionada acima, os pagamentos pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) continuarão sendo feitos nos termos da cláusula 11 abaixo.

#### **TÍTULO VIII – DO PAGAMENTO E DO ATRASO**

- 11 O TITULAR ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) receberá(ão) no ato de cada compra o cupom fiscal e o respectivo carnê para pagamento ou retirará(ão) este último posteriormente à conclusão de cada compra, no(s) local(is) a ser(em) definido(s) por LOJAS RENNER S.A, pelos quais se obriga(m) a pagar nos respectivos vencimentos.
- 11.1 O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) deverá(ão) efetuar o pagamento de seu(s) débito(s), estabelecido(s) no(s) comprovante(s), nos caixas da rede da LOJAS RENNER S.A., ou nos locais que esta ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. venham a determinar expressamente.
- 11.2 A mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação assumida neste contrato ou em qualquer outro produto contratado com qualquer empresa do conglomerado Lojas Renner poderá implicar no imediato bloqueio deste Cartão ou de qualquer outro cartão ou serviço, independentemente de notificação ou qualquer outra formalidade, impedindo a realização de operações em qualquer dos estabelecimentos. Após a regularização da inadimplência, fica facultado a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a reativação do cartão bloqueado, se solicitado pelo TITULAR, após análise de crédito.
- 11.3 Na hipótese de atraso no pagamento, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá comunicar o fato a SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), bem como a quaisquer outros órgãos responsáveis por cadastrar inadimplemento.
- 11.4 Na hipótese de inadimplemento do TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) nos pagamentos das compras/serviços realizados com CARTÃO RENNER, considerar-se-á vencida integral e antecipadamente a dívida, pois os prazos originalmente assegurados para o seu pagamento poderão, neste caso, ser objeto de renúncia pelo credor, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, além de juros remuneratórios e capitalização mensal cobrados em razão do

  6 



**financiamento das compras e/ou da mora, nos termos dos TÍTULOS VII e IX deste instrumento, respectivamente.**

- 11.5 O pagamento dos valores em atraso poderá ser efetuado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), na forma do item 11.1, até 60 (sessenta) dias contados do vencimento da parcela inadimplida e, após, nos locais designados pelas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
- 12 Toda compra efetuada pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), através de CARTÕES RENNER é aceita como líquida e certa, cobrável por via de execução judicial. Nos casos de financiamento do débito do TITULAR junto ao(s) BANCO(S), a LOJAS RENNER S.A. sub-rogar-se-á no direito de receber do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) as importâncias que vier a despendar, caso a liquidação de financiamento porventura seja realizada pela LOJAS RENNER S.A., independentemente de qualquer contestação do TITULAR quanto à liquidez e certeza da dívida e das demais estipulações constantes do item anterior.
- 13 O TITULAR assume a condição de principal pagador, podendo dele ser exigido o cumprimento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), na hipótese de inadimplemento. De outra parte, o(s) BENEFICIÁRIO(S) terá(ão) responsabilidade solidária pelas suas obrigações.

#### **TÍTULO IX – DO FINANCIAMENTO DA MORA**

- 14 Verificado o não pagamento, nos prazos especificados nos carnês de débitos no CARTÃO RENNER decorrentes de transações realizadas pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S), na forma do título anterior, o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S), neste ato e por este instrumento, nomeiam e constituem a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a LOJAS RENNERS/A suas procuradoras para o fim exclusivo e especial de, conjunta ou individualmente, em nome e por conta do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), receber do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, repassando, no mesmo dia, às LOJAS RENNER S.A, ou instruir referida instituição financeira a depositar diretamente em conta corrente indicada por LOJAS RENNER S.A, valor equivalente aos débitos inadimplidos para fins de liquidação das dívidas. O BANCO INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a conceder financiamento exclusivamente para os fins de liquidar as dívidas vencidas oriundas das transações realizadas com o CARTÃO RENNER, acrescidas dos encargos moratórios acima, financiamento este que, desde logo, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) aceitam. O financiamento efetivar-se-á respeitando as condições estabelecidas conforme contratos entre o BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e/ou LOJAS RENNER S/A, tão logo seja constatado o não pagamento, pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), de suas obrigações discriminadas no CARTÃO RENNER, mediante lista de controle fornecida periodicamente ao BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e/ou pela LOJAS RENNER S/A. Pelo financiamento, a ser contratado a critério da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, LOJAS RENNER S/A e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua concessão, o





TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) pagará(ão) encargos previamente informados nos carnês de pagamento, nos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A e também no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br), a partir da data de desembolso pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE do valor do financiamento, sobre o valor do saldo devedor do TITULAR, até a sua liquidação. **Se o montante objeto do financiamento obtido na forma desta cláusula não for liquidado no prazo contratado, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2% sobre o saldo financiado inadimplido.** Caso a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a LOJAS RENNER S/A não exerçam os poderes ora conferidos, aplicar-se-á o disposto no Título VIII deste instrumento.

14.1 O presente instrumento é firmado pelo Banco Itaú Unibanco S.A. na qualidade de terceiro interveniente, definido como BANCO INTERVENIENTE ANUENTE responsável pela concessão dos financiamentos contratados na forma do *caput*. Ocorrendo a substituição do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, esta será informada ao TITULAR pelos meios definidos na cláusula 4.1.

14.2 O crédito oriundo do financiamento da mora fica igualmente sujeito à cessão, nos termos da cláusula 10.7.

#### TÍTULO X – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15 O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, por iniciativa de qualquer das partes, hipótese em que ocorrerá o imediato cancelamento do CARTÃO RENNER. Em qualquer hipótese de rescisão, as cláusulas e condições contratuais relativas ao pagamento, mora e financiamento permanecerão em vigor até o integral pagamento e das dívidas e cumprimento das demais obrigações contratuais.

16 A parte que inadimplir obrigações previstas neste contrato, além do cumprimento da obrigação, deverá suportar os encargos moratórios respectivos e ressarcir as despesas incorridas pela parte prejudicada, no exercício de seu direito de exigir do inadimplente o cumprimento da obrigação.

#### TÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 O TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a pagar todos os tributos e contribuições relativas às compras e financiamentos das mesmas, contratados nas formas previstas neste instrumento, inclusive aqueles que venham a existir futuramente, arcando com eventuais majorações de alíquotas.

18 Fica o TITULAR obrigado a informar a LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., toda e qualquer eventual alteração nos seus dados pessoais, bem como do seu endereço, respondendo, caso assim não proceda, por todas as consequências de sua omissão, sendo responsável, ainda, por informar eventuais alterações relativas ao(s) BENEFICIÁRIO(S).

18.1 Caso LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO constatem inconsistência nos dados do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIOS, bem como em seu endereço, por medida de segurança, ficam

4



8

p



- autorizadas a realizar o bloqueio do(s) CARTÃO(ÕES), independentemente de notificação, até que a inconsistência seja sanada.
19. Na hipótese de falecimento do TITULAR, havendo BENEFICIÁRIO(S), caberá a este informar o fato a LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
20. O titular confessa-se responsável pela exatidão das declarações prestadas, e uma vez aceito(s) e emitido(s) o CARTÃO ou CARTÕES ADICIONAL(IS), expressamente aceita todas as condições estabelecidas neste instrumento e que regulam o uso do CARTÃO RENNER, obrigando-se por si e por seu(s) eventual(is) BENEFICIÁRIO(S) a respeitá-los em todos os seus termos. O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.
21. RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá alterar este contrato, mediante prévia comunicação ao TITULAR. Tal comunicação será feita pelos meios informados na cláusula 4.1. Não estão abrangidas nesta hipótese as alterações ditadas por força de determinação legal, que poderão ocorrer independentemente de comunicação prévia.
22. As alterações serão averbadas no registro do contrato perante o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
23. Se o TITULAR não concordar com as alterações comunicadas, poderá extinguir o contrato no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da comunicação. A ausência de manifestação do TITULAR no prazo assinalado ou o uso do CARTÃO RENNER por ele ou BENEFICIÁRIO(S) será considerada como aceitação das alterações ocorridas.
24. Caso o TITULAR contrate com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a emissão e utilização de um CARTÃO BANDEIRA, tão logo haja o desbloqueio do referido CARTÃO BANDEIRA, haverá o cancelamento do CARTÃO RENNER do TITULAR, uma vez que o CARTÃO BANDEIRA possui, além da função bandeira, a função *Private Label* objeto deste contrato. Inexistindo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, o presente contrato será rescindido, passando a vigorar apenas o contrato do CARTÃO BANDEIRA. Contudo, havendo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, permanecerão hígidas todas as condições deste contrato, caso em que o TITULAR manterá os dois contratos com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., com todas suas obrigações, a menos que expressamente manifeste sua intenção de cancelar os CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER. O CARTÃO BANDEIRA será regulado por condições próprias, disponíveis no site [www.realizesolucoesfinanceiras.com.br](http://www.realizesolucoesfinanceiras.com.br).
25. Fica convencionado que o não exercício pelas partes dos direitos que lhe asseguram o presente contrato ou mesmo a concordância com atraso no cumprimento das obrigações, não implicará em alteração ou renúncia destes direitos, os quais poderão ser plenamente exercidos em épocas subsequentes e não alterará de modo algum as condições já pactuadas no presente Contrato.



9





Contrato registrado sob nº \_\_\_\_\_, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre/RS

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014:

<sup>LG</sup>  
x

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

<sup>LG</sup>  
x

LOJAS RENNER S.A.

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.,  
na qualidade de Banco Interviente Anuente



10

ANEXO V

RELAÇÃO DE CONTA CORRENTE DA CEDENTE

	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Conta Corrente</b>
<b>Lojas Renner</b>	Bradesco	2028	522100-5
	Banco do Brasil	3070-8	205634-8
	Banco Itaú	0897	7811-9
	Banco Santander	2031	13000007-1
	Banco HSBC	0252	00392-15
<b>RACC</b>	Bradesco	2028	523400-0
	Banco do Brasil	3070	5088-1
	Banco Itaú	0897	75955-1
	Banco Santander	2031	13000067-1

ANEXO VI

**Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

**Intercâmbio Eletrônico de Arquivos**

**Layout do Arquivo  
CNAB400 BRADESCO**

**ATENÇÃO:** ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O “MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA TROCA DE ARQUIVOS” DA COBRANÇA BRADESCO. INFORMAÇÕES SOBRE LAYOUT DO ARQUIVO DE RETORNO DA COBRANÇA E CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA UTILIZADOS DEVERÃO SER VERIFICADOS NO MANUAL EM REFERÊNCIA.



**Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

**Intercâmbio Eletrônico de Arquivos**

**Layout do Arquivo**

**CNAB400 MAINFRAME**

**(Contempla Campos para 3040, Taxa de Juros e CF)**

## 1. ARQUIVO REMESSA AQUISIÇÃO:

### 1.1. REGISTRO HEADER LABEL – REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DO REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓDIGO DE REMESSA	IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA	002 002	9(001)	FIXO = "1"
LITERAL DE REMESSA	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO MOVIMENTO	003 009	X(007)	REMESSA
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FUNDO RECEBIVEL
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	Nº DO BANCO DO CUSTODIANTE	077 079	9(003)	FIXO = "237"
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO CUSTODIANTE	080 094	X(015)	FIXO = "BANCO BRADESCO"
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	101 119	X(019)	
CÓDIGO FUNDO	IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO	120 130	X(011)	
CNPJ	Nº DO CNPJ DO CEDENTE	131 145	9(015)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	146 394	X(249)	
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	000001
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO	V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA	



## 1.2. REGISTRO DETALHE– REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	TIPO DE INSCRIÇÃO DO SACADOR/AVALISTA	002 003	9(002)	FIXO = “04”, OU SEJA CNPJ
CNPJ DO CEDENTE	Nº DO CNPJ DA EMPRESA CEDENTE	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
DATA NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO DO MUTUÁRIO	030 037	X(008)	DDMMMAAAA
Nº DO CONTRATO	(2) ZEROS + NÚM. DO CONTRATO DE VENDA + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	NÚMERO DO CUPOM FISCAL	063 068	(006)	
NÚMERO DO CARTÃO	NÚMERO DO CARTÃO	069 077	(009)	
CNPJ EMITENTE DO ARQUIVO Z	CNPJ DA EMPRESA QUE EMITE O ARQUIVO REDUÇÃO Z	078 091	(014)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	092 097	X(006)	BRANCOS
TAXA DE JUROS	TAXA DE JUROS DO CONTRATO	098 106	9(3)V9(5)	OBRIGATORIO
BRANCOS	BRANCOS	107 107	X(001)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCO
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	FIXO = “01”
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP, ETC)	111 120	X(010)	NOTA 3
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	121 126	9(006)	DDMMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	127 139	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	Nº DO BANCO CUSTODIANTE	140 142	9(003)	FIXO = “237”
ZEROS	ZEROS	143 147	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	148 149	9(002)	NOTA 14
BRANCOS	BRANCOS	150 150	X(001)	BRANCOS
DATA DE EMISSÃO	DATA DA EMISSÃO DO TÍTULO	151 156	9(006)	DDMMMAA
ZEROS	ZEROS	157 158	9(002)	ZEROS
ZEROS	ZEROS	159 160	9(002)	ZEROS
ZEROS	ZEROS	161 173	9(11)V9(2)	ZEROS
MATRICULA	CÓDIGO DA MATRICULA DO MUTUÁRIO NO ÓRGÃO	174 193	X(020)	BRANCOS A DIREITA
ÓRGÃO LOTAÇÃO	CÓDIGO DO ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	194 199	X(006)	
ÓRGÃO PAGADOR	CÓDIGO DO ÓRGÃO PAGADOR	200 205	X(006)	
BRANCOS	BRANCOS	206 208	X(003)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	209 209	9(001)	ZERO
TIPO DO CLIENTE (SACADO)	TIPO DO CLIENTE SACADO – DOCUMENTO 3040	210 210	9(001)	NOTA 13
ZEROS	ZEROS	211 218	9(007)	ZEROS
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/SACADO	219 220	9(002)	FIXO = “01”=CPF OU FIXO = “ 02”=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO DO SACADO (CNPJ / CPF)	221 234	9(014)	
NOME	NOME DO SACADO	235 264	X(030)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	265 274	X(010)	
LOGRADOURO	RUA, NÚMERO E COMPLEMENTO DO SACADO	275 314	X(040)	
BAIRRO	BAIRRO DO SACADO	315 326	X(012)	
CEP	CEP DO SACADO	327 334	9(008)	NOTA 7
CIDADE	CIDADE DO SACADO	335 349	X(015)	
ESTADO	UF DO SACADO	350 351	X(002)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	352 352	X(001)	
SACADOR / AVALISTA	NOME DO SACADOR OU AVALISTA	353 357	X(005)	
TAXA REFERENCIAL	TAXA REFERENCIAL OU INDEXADOR – DOCUMENTO 3040	358 359	9(002)	NOTA 13
INDEXADOR	PERCENTUAL DO INDEXADOR – DOCUMENTO 3040	360 370	9(004)V9(07)	NOTA 13

ZEROS	ZEROS	371 374	X(004)	BRANCOS
MODALIDADE DA OPERAÇÃO	MODALIDADE DA OPERAÇÃO – DOCUMENTO 3040	375 378	9(004)	NOTA 13
CARACATERISTICA ESPECIAL	CARACATERISTICA ESPECIAL - DOCUMENTO 3040	379 380	X(002)	BRANCOS
BRANCO	BRANCO	381 381	X(001)	BRANCO
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	382 385	X(004)	
DATA DE MORA	DATA DE MORA	386 391	X(006)	DDMMAA
QTTPAR	QUANTIDADE DE PARCELAS DO ARQUIVO POR CONTRATO	392 394	9(003)	
NÚMERO SEQUÊNCIAL	Nº SEQUÊNCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 1.3. – REGISTRO TRAILER – REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = "9"
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	002 394	X(393)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 2. ARQUIVO RETORNO AQUISIÇÃO:

### 2.1. REGISTRO HEADER LABEL – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = "2 "
LITERAL DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO. POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	RETORNO
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = "FUNDO RECEBIVEL"
CÓDIGO DA CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	9(003)	
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DA ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = "BPI"
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	X(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	120 394	X(275)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = "000001"
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 2.2. REGISTRO DETALHE – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = “02”=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	030 037	X(008)	BRANCOS
Nº DO CONTRATO	NÚMERO DO CONTRATO + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
BRANCOS	NÚMERO DO CONTRATO	095 107	X(013)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9 B
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	X(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	166 168	9(003)	FIXO = “237”
ZEROS	ZEROS	169 173	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = “01”
ZEROS	ZEROS	176 188	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	189 253	X(065)	BRANCOS
VALOR BAIXA	VALOR DA BAIXA	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 279	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	280 295	X(016)	BRANCOS
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	X(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	306 313	X(008)	BRANCOS
TAXA AQUISIÇÃO	VALOR DA TAXA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO	314 324	9(03)V9(08)	9999999999
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO	355 369	9(13)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	370 375	X(006)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	376 377	X(002)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	9(012)	NOTA 12
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)

X = ALFANUMÉRICO

9 = NUMÉRICO

V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 2.3. REGISTRO TRAILER – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = "9"
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = "2"
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = "7"
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO	005 007	9(003)	FIXO = "237"
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	026 039	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	040 212	X(173)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	213 220	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR DOS TÍTULOS INFORMADOS NO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 3. ARQUIVO REMESSA Ocorrências:

#### 3.1. REGISTRO HEADER LABEL – REMESSA Ocorrências:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓD. DE Ocorrência	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO Ocorrência	002 002	9(001)	FIXO = "3"
LITERAL Ocorrência	ID., POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	FIXO = "Ocorrência"
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = "FUNDO RECEBIVEL"
CÓDIGO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA NO BANCO	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DA EMPRESA	NOME POR EXTENSO DA "EMPRESA MÃE"	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	9(003)	
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = "BPI"
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	X(006)	DDMMAA
CÓDIGO FUNDO	IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO	120 130	X(011)	
CNPJ	Nº DO CNPJ DO CEDENTE	131 145	X(015)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	146 394	X(249)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = "000001"

X = ALFANUMÉRICO

9 = NUMÉRICO

V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 3.2. REGISTRO DETALHE – REMESSA Ocorrências:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = "1"
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = "02"=CNPJ
NÚM. DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	BRANCOS	030 037	X(008)	BRANCOS
Nº DO CONTRATO	NÚMERO DO CONTRATO + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
TAXA DE JUROS	TAXA DE JUROS DO CONTRATO	095 099	9(3)V9(2)	OBRIGATORIO
BRANCOS	BRANCOS	100 108	X(009)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9 C
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	9(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	BRANCOS	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	166 168	9(003)	FIXO = "237"
ZEROS	ZEROS	169 173	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = "01"
ZEROS	ZEROS	176 188	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	189 253	X(65)	BRANCOS
VALOR DA BAIXA	VALOR LANÇADO EM CONTA CORRENTE	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 292	9(026)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	293 295	X(003)	BRANCOS
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	9(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	306 324	X(019)	BRANCOS
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
BRANCOS	BRANCOS	355 377	X(023)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	9(012)	NOTA 12
BRANCOS	BRANCOS	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)

X = ALFANUMÉRICO

9 = NUMÉRICO

V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA



### 3.3. REGISTRO TRAILER – REMESSA OCORRÊNCIAS:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = "9"
CÓDIGO DE OCORRENCIA	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO OCORRENCIA	002 002	9(001)	FIXO = "3"
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = "7"
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO NA COMPENSAÇÃO	005 007	9(003)	
BRANCOS	BRANCOS	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	026 039	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	040 212	X(173)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	213 220	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	Nº SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 4. ARQUIVO RETORNO OCORRÊNCIAS:

### 4.1. REGISTRO HEADER LABEL – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = "4"
LITERAL DE RETORNO	IDENT. POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	FIXO = "RETORNO"
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = "FUNDO RECEBIVEL"
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	BRANCOS	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	077 079	9(003)	FIXO = "237"
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	FIXO = "BRADESCO"
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = "BPI"
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	9(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	120 394	X(275)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = "000001"
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 4.2. REGISTRO DETALHE – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = “02”=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	030 037	X(008)	BRANCOS
USO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NA EMPRESA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
BRANCOS	BRANCOS	095 107	X(013)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	9(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	166 168	9(003)	
AGÊNCIA COBRADORA	AG. COBRADORA, AG. DE LIQUIDAÇÃO OU BAIXA	169 172	9(004)	NOTA 4
DAC AG. COBRADORA	DAC DA AGÊNCIA COBRADORA	173 173	9(001)	
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = “01”
TARIFA DE COBRANÇA	VALOR DA DESPESA DE COBRANÇA	176 188	9(11)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	189 253	X(065)	BRANCOS
VALOR DA BAIXA	VALOR LANÇADO EM CONTA CORRENTE	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 279	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	280 295	X(016)	
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	9(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	306 324	X(019)	BRANCOS
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	355 377	X(023)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	X(012)	NOTA 12
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 4.3. REGISTRO TRAILER – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = “9”
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = “2”
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = “7”
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO NA COMPENSAÇÃO	005 007	9(003)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS EM COBR. DIRETA./ESCRITURAL	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL	VR TOTAL DOS TÍTULOS EM COBR. DIRETA/ESCRIT.	026 039	9(12)V9(2)	
AVISO BANCÁRIO	REFERÊNCIA DO AVISO BANCÁRIO	040 047	X(008)	BRANCOS
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	058 207	X(150)	BRANCOS
CONTROLE DO ARQUIVO	NÚMERO SEQUENCIAL DO ARQUIVO RETORNO	208 212	9(005)	
QTDE DE DETALHES	QUANTIDADE DE REGISTROS DE TRANSAÇÃO	213 220	9(008)	
VL TOTAL INFORMADO	VALOR DOS TÍTULOS INFORMADOS NO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	

X = ALFANUMÉRICO
N = NUMÉRICO
V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 5. Notas

**(1) CÓDIGO DA EMPRESA**

O campo código da empresa deverá ser preenchido na forma AAAACCCCCCD, onde:

	: número da agência do fundo;
	: número da conta do fundo;
	: dígito de auto-conferência da agência/conta do fundo.

(2) CONTRATO / PARCELA

Campo identificador do título. Campo obrigatório. Informação deve ser uma identificação única.

9 (002)	: zeros
9 (013)	: número do contrato de venda
9 (003)	: número da parcela
X (007)	: brancos

(3) SEU NÚMERO

Campo obrigatório, deve ser preenchido com o nº do contrato, com zeros à esquerda.

**(4) AGÊNCIA COBRADORA**

Informar sempre.

**(5) JUROS DE 1 DIA**

Necessário informar o valor dos Juros.

**(6) NOME DO SACADO/BRANCOS**

Os dois campos podem ser agrupados para registrar o nome do sacado. Se agrupados, o sistema tentará abreviar o nome para 30 posições (ex.: Companhia = Cia), truncando o restante.

**(7) CEP DO SACADO**

Informar o CEP com 8 dígitos.

**(8) CÓDIGO DE SERVIÇO (ARQUIVO RETORNO)**

CÓDIGO DE SERVIÇO	LITERAL DE SERVIÇO	CÓDIGO DE OCORRÊNCIA
07	FUNDO RECEBÍVEL	VER NOTA 9

**(9) CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA**

**9 A - ARQUIVO "AQUISIÇÃO – REMESSA"**

CÓD	DESCRIÇÃO
01	REMESSA

**9 B - ARQUIVO "ARQUIVO RETORNO AQUISIÇÃO" E ARQUIVO "OCORRÊNCIA – RETORNO"**

CÓD	DESCRIÇÃO
02	ENTRADA CONFIRMADA
03	ENTRADA REJEITADA

**9 C - ARQUIVO "OCORRÊNCIAS – REMESSA"**

CÓD	DESCRIÇÃO
06	LIQUIDAÇÃO NORMAL
71	BAIXA POR RECOMPRA
72	BAIXA POR PAGAMENTO NA CEDENTE
73	BAIXA POR RESOLUÇÃO DE CESSÃO
74	BAIXA POR LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA
76	BAIXA POR REFINANCIAMENTO
77	BAIXA POR SEGURO/SINISTRO
80	REABERTURA/REATIVAÇÃO - SEM FINANCEIRO
81	REABERTURA/REATIVAÇÃO - COM FINANCEIRO

**(10) QUANTIDADE E VALOR TOTAL DE TÍTULOS**

Esses campos referem-se às quantidades e valores dos títulos.

**(11) DENSIDADE/UNIDADE DE DENSIDADE**

Para gravação em fita, preencher este campo com 01600 ou 06250.

**(12) ERROS**

Para os registros rejeitados (códigos de ocorrência 03) pode-se ler nas posições 378 a 385 até quatro códigos de erro que explicam o motivo da rejeição.

ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO	ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
04	SIGLA DO ESTADO INVALIDA	76	QTDE. PARC. MAIOR QUE A QTDE. MAXIMA

08	NOME DO SACADO NAO INFORMADO OU DESLOCADO	77	DATA DE GRAVACAO INVALIDA
10	LOGRADOURO NAO INFORMADO OU DESLOCADO	78	SACADO NAO ELEGIVEL
11	CEP NAO NUMERICO/CEP INVALIDO	79	DIA DO VCTO NAO CADASTRADO NA TBD7DIA0
13	CEP INCOMPATIVEL COM A SIGLA DO ESTADO	80	EXCEDE LIMITE DUPLIC
14	DUPLICATA JA REGISTRADA NO CADASTRO DO BANCO	81	EXCEDE VALOR DE SEGMENTO
15	DUPLICATA EM DUPLICIDADE NO MESMO MOVIMENTO	82	USO DA EMPRESA INVALIDO
16	SACADO EM ATRASO	84	CEP INVALIDO PARA BANCO CORRESPONDENTE
19	OCORRENCIA INVALIDA	85	MESMO NUMERO DE CHEQUE NA REMESSA
28	C/C NAO CADASTRADA PARA RECEBIVEL	86	CEDENTE INATIVO
36	TIPO DE PESSOA INVALIDO	87	EXCEDE LIMITE VENCTO
37	CGC/CPF NAO NUMERICO/IGUAL A ZEROS/NAO ENCONTRADO	88	EXCEDE LIMITE DO SACADO
38	SACADO INEXISTENTE NA RELACAO DE CLIENTES	89	VLR COMPRAS INFERIOR
39	TITULO DE BANCO CORRESPONDENTE	90	EXCEDE LIMITE DO LOJISTA
40	EXCEDE PERC. PERMITIDO DE CONCENTRACAO POR SACADO	91	VL. CONTRATO INFERIOR AO MINIMO DETERMINADO
41	EXCEDE PERC. DE CONCENTRACAO - GRUPO ECONOMICO	92	VL. CONTRATO SUPERIOR AO PERCENT. MAX. PATRIMONIO
42	EXCEDE PERC. DE CONCENTR. - MAIORES SACADOS	93	TAXA DE JUROS DO CONTRATO INVALIDA
43	CHAVE (BCO/AG/CTA/D/CART/NUM TIT) INVALIDA	94	QTDE DE PARCELA INVALIDA
44	TITULO NAO REGISTRADO	95	TAXA DE JUROS DIFERE DAS DEMAIS PARCELAS
45	EXCEDE LIMITE DE DIVERSIFICACAO DA CARTEIRA	96	QTDE DE PARC DIFERE DAS DEMAIS INFORMADA NO CONTR
50	NUMERO DO CHEQUE INVALIDO	98	EXCEDE LIMITE DE GIRO DA CARTEIRA
51	SACADO COM APONTAMENTO	99	CONTRATO REJEITADO
52	CODIGO DO LOJISTA INVALIDO	101	NAO E ARQUIVO REMESSA
53	TITULO SEM CORRESP. NO CADASTRO	102	FALTA REGISTRO TRANSACAO
54	SOLICITACAO DE ESTORNO DE TIT. EM ABERTO	103	FALTA REGISTRO TRAILLER
55	NOSSO NUMERO INVALIDO CRT-109	104	CODIGO DO REGISTRO INVALIDO
56	CONTRATO/PARCELA JA BAIXADO OU LIQUIDADO	105	MOVIMENTO REJEITADO - ERRO NA CONSIT. FISICA
57	COD OCORRENCIA INVALIDO PARA LIQUIDACAO ANTECIPADA	106	DUPLICIDADE DE MOVIMENTO
61	JUROS DE MORA MAIOR QUE O PERMITIDO	107	NUMERO SEQUENCIAL INVALIDO/FORA DA ORDEM
64	DATA DE EMISSAO DO TITULO INVALIDA	108	TIPO DE SERVICO NAO E DE SECURITIZACAO DE RECEB.
65	DATA DA OCORRENCIA INVALIDA	109	FALTA REGISTRO HEADER
66	DT.VENCTO.INVALIDA/FORA DE PRAZO DE OP.-MIN OU MAX	110	ENDERECO ELETRONICO INVALIDO
67	VALOR DO TITULO INVALIDO		
68	DIA VECTO DIFERE DAS DEMAIS PARCELAS		
69	PARCELAS COM ERRO NA SEQUENCIA		
70	QTDE PARCELAS ENVIADAS DIFERE DO TOTAL		
71	CONTRATO EM DUPLICIDADE		
72	VCTO DA PARCELA MAIOR QUE VCTO DA PROX PARCELA		
73	VALOR PRINCIPAL PAGO INVALIDO		
74	NUMERO DA PARCELA INVALIDO		
75	NUMERO DO CONTRATO INVALIDO		

### (13) DOCUMENTO 3040

Preencher as informações para envio ao Banco Central, através do Documento 3040 (XML), conforme solicitado na instrução CVM nº 504.

#### Posição: 210 a 210 - TIPO DO CLIENTE – SACADO:

Preencher com o Tipo do Cliente (Sacado) – Entre os valores:

Domínio	Descrição
1	Pessoa física - CPF
2	Pessoa jurídica - CNPJ
3	Pessoa física no exterior

4	Pessoa jurídica no exterior
---	-----------------------------

**Posição: 358 a 359 - TAXA REFERENCIAL OU INDEXADOR:**

Código identificador do tipo de taxa referencial ou indexador da Operação. (Ex. Prefixado e Sub Prefixado = "11 ")

Domínio	Descrição	Sub	Descrição
1	Prefixado	1	Prefixado
2	Pós-fixado	1	TR / TBF
		2	TJLP
		3	Libor
		9	Outras taxas pós-fixadas
3	Flutuantes	1	CDI
		2	Selic
		9	Outras taxas flutuantes
4	Índices de preços	1	IGPM
		2	IPCA
		3	IPCC
		9	Outros índices de preço
9	Outros indexadores	9	Outros indexadores

**Posição: 360 a 370 - PERCENTUAL DO INDEXADOR:**

Preencher com o Percentual do indexador da operação. (Preencher com zeros à esquerda);

**Posição: 375 a 378 - MODALIDADE DA OPERAÇÃO:**

Preencher com a Modalidade da Operação – Entre os valores: (Ex. Empréstimos – Crédito pessoal - com consignação em folha de pagam. = "0202").

Domínio	Descrição	Sub	Descrição
01	Adiantamentos a depositantes	01	Adiantamentos a depositantes
02	Empréstimos	01	Cheque especial e conta garantida
		02	Crédito pessoal - com consignação em folha de pagam.
		03	Crédito pessoal - sem consignação em folha de pagam.
		04	Crédito rotativo vinculado a cartão de crédito
		05	Capital de giro com prazo de vencimento inferior a 30 d
		06	Capital de giro com prazo vencim. igual ou superior 30 d
		07	vendedor
		08	compror
		09	ARO - adiantamento de receitas orçamentárias
		10	Cartão de crédito – compra, fatura parcelada ou saque financiado pela instituição emitente do cartão
		50	Recebíveis adquiridos
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros empréstimos
03	Títulos descontados	01	Desconto de duplicatas
		02	Desconto de cheques
		03	Antecipação de fatura de cartão de crédito
		99	Outros títulos descontados
04	Financiamentos	01	Aquisição de bens – veículos automotores
		02	Aquisição de bens – outros bens
		03	Microcrédito
		04	vendedor
		05	compror
		06	Cartão de crédito – compra ou fatura parcelada pela instituição financeira emitente do cartão

		07	<del>aquisição de bens – veículos automotores acima de 2 toneladas</del>
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros financiamentos
05	Financiamentos à exportação	01	Financiamento à exportação
		02	Adiantamento sobre contratos de câmbio
		03	Adiantamento sobre cambiais entregues
		04	créd decorrentes de contratos de exportação-export note
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros financiamentos à exportação
06	Financiamentos à importação	01	Financiamento à importação
		90	Financiamento de projeto
07	Financiamentos com interveniência	01	Aquisição de bens com interveniência – veículos autom.
		02	Aquisição de bens com interveniência – outros bens
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros financiamentos com interveniência
08	Financiamentos rurais e agroindustriais	01	Custeio e pré-custeio
		02	Investimento e capital de giro de financiam. agroindustr.
		03	Comercialização e pré-comercialização
		90	Financiamento de projeto
09	Financiamentos imobiliários	01	financiamento habitacional – SFH
		02	financiamento habitacional – carteira hipotecária
		03	financiamento imobiliário – empreendim, exceto habitac.
		90	financiamento de projeto
10	Financiamentos de títulos e valores mobiliários	01	financiamento de TVM
11	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	01	financiamento de infraestrutura e desenvolvimento
		90	financiamento de projeto
12	Operações de arrendamento	01	arrendamento financeiro exceto veículos automotores e imóveis
		02	arrendamento financeiro imobiliário
		03	subarrendamento
		05	arrendamento operacional
		06	arrendamento financeiro de veículos automotores
		<del>07</del>	<del>arrendamento financeiro de veículos automotores acima de 2 toneladas</del>
		90	financiamento de projeto
13	Outros créditos	1	avais e fianças honrados
		2	devedores por compra de valores e bens
		3	títulos e créditos a receber
		4	cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista
		50	recebíveis adquiridos
		90	financiamento de projeto
		99	outros com característica de crédito
14	Repasse interfinanceiros	01	repasse interfinanceiros
15	Coobrigações	01	beneficiários de garantias prestadas para operações com PJ financeira
		02	beneficiários de garantias prestadas para operações com outras pessoas
		03	beneficiários de garantias prestadas para fundos constitucionais
		04	beneficiários de garantias prestadas para participação em processo licitatório
		05	carta de crédito de importação
		11	coobrigação assumida em cessão com coobrigação para pessoa integrante do SFN



		12	Coobrigação assumida em cessão com coobrigação para pessoa não integrante do SFN, inclusive securitizadora e fundos de investimento
		13	Beneficiários de outras coobrigações
		90	Financiamento de projeto
		99	Beneficiários de outras garantias prestadas
18	Títulos de crédito (fora da carteira classificada)	01	CPR - Cédula de Produto Rural
		02	EN - Nota de Exportação
		99	outros
19	Limite	01	limite contratado e não utilizado
20	Retenção de risco	01	retenção de risco assumida por aquisição de cotas de fundos
		02	retenção de risco assumida por aquisição de instrumentos com lastros em operações de crédito

**(14) ESPÉCIE DO TÍTULO:**

Preencher conforme abaixo:

**Posição: 148 a 149:**

Domínio	Descrição
35	PARCELAMENTO LOJISTA (0+5)
36	FINANCIAMENTO CDC (0+8)
37	FINANCIAMENTO CDC (0+9) E (0+10)
38	REFINANCIAMENTO



**ANEXO IV – CONTRATO DE CESSÃO ITAÚ UNIBANCO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

São partes ("Partes") neste "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato"):

I. como cedente:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Cedente");

II. como cessionário:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do CMN n.º 2.907, e da Instrução CVM 356, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 19.407.663/0001-53 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por sua administradora, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme ato declaratório da CVM n.º 3.067, de 6 de setembro de 1994, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Administradora"); e

III. como intervenientes anuentes ("Intervenientes"):

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Custodiante");

LOJAS RENNER S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.754.738/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Lojas Renner"); e

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("RACC"),

(Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato e em seus Anexos terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I deste Contrato, exceto se tiverem definidos de outra forma neste Contrato e/ou em seus Anexos).

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de acordo com os seguintes termos e condições:

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO ITAÚ
  - 1.1 O Cedente declara e assegura que é legítimo e único titular dos direitos de crédito que detém e que venha a deter contra os Clientes, oriundos de parcelas de pagamento (i) da concessão de financiamento com encargos pelo Cedente aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Cedente aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito Itaú").
  - 1.2 O Cedente, neste ato e em regular forma de direito, compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a ofertar e ceder ao Fundo, continuamente, durante o Prazo de Duração do Fundo, Direitos de Crédito Itaú, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, de qualquer natureza que, em conjunto com os demais Direitos de Crédito sejam suficientes para que o Fundo cumpra com sua política de investimento e composição da Carteira definidas no Regulamento.
  - 1.3 O compromisso de que trata a Cláusula 1.2 acima está condicionado à originação, pelo Cedente, de Direitos de Crédito Itaú em quantidade suficiente para cumprimento da política de investimento do Fundo. O Cedente envidará seus melhores esforços para originar Direitos de Crédito Itaú de forma a cumprir com o disposto na Cláusula 1.2 acima.
    - 1.3.1 O Cedente somente poderá ofertar os Direitos de Crédito Itaú ao Fundo.
    - 1.3.2 As Partes estabelecem que, enquanto este Contrato estiver em vigor, e sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.2 acima, não há quantidade máxima de Direitos de Crédito Itaú a serem ofertados e cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato.
  - 1.4 Os Direitos de Crédito Itaú são originados com base na Política de Concessão de Crédito, nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner e no Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Banco Itaú BBA S.A., a Lojas Renner e a **RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.** A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior e enquanto o Fundo estiver adquirindo Direitos de Crédito nos termos deste Contrato, as Cedentes Renner comprometem-se a não realizar alterações nos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner ou na sua Política de Concessão de Crédito, respectivamente, conforme descrita no Anexo III do Regulamento, que possam afetar, adversamente, a formalização, exequibilidade e validade dos Direitos de Crédito Itaú a serem originados, e desde que tais modificações não sejam decorrentes de exigência legal, judicial ou regulamentar, sem que tais alterações sejam aprovadas em Assembleia Geral.
  - 1.5 Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil e deste Contrato, a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Itaú contempla (i) os Direitos de Crédito Itaú que o Cedente detém contra os Clientes; (ii) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito Itaú, exceto por garantia fidejussória eventualmente outorgada pelas Cedentes Renner ao Cedente; e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.
  - 1.6 O Fundo, por sua vez, terá a faculdade de adquirir Direitos de Crédito Itaú do Cedente, durante o prazo de vigência deste Contrato, observados (i) os termos e as condições estabelecidos neste Contrato; (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito Itaú ofertados; e (iii) a disponibilidade de recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Itaú.

- 1.7 O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Clientes, responsabilizando-se, contudo, civilmente (i) pela correta constituição, existência e validade dos Direitos de Crédito Itaú cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato; e (ii) por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Clientes contra o Cedente. Adicionalmente, as Cedentes Renner são as únicas responsáveis pela correta formalização dos Direitos de Crédito Itaú ofertados ao Fundo.
- 1.8 O Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito Itaú adquiridos nos termos deste Contrato e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito Itaú, na Data de Aquisição, o Preço de Aquisição apurado na forma da Cláusula 4 abaixo, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação. O extrato contemplando o lançamento do depósito do Preço de Aquisição na conta do Cedente, indicada no Termo de Cessão, servirá como comprovante de quitação em favor do Fundo de sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição, nada mais sendo devido pelo Fundo ao Cedente a esse título.
- 1.9 A consumação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito Itaú ao Fundo nos termos deste Contrato é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes”):
- I. atendimento, pelos Direitos de Crédito Itaú, aos Critérios de Elegibilidade;
  - II. formalização da cessão dos Direitos de Crédito Itaú ao Fundo nos termos da Cláusula 3 abaixo, inclusive com o pagamento ao Cedente do Preço de Aquisição; e
  - III. inexistência de qualquer violação ou infração por qualquer das Partes e/ou dos Intervenientes às disposições deste Contrato, do Regulamento e das demais normas aplicáveis.
2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
- 2.1 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito Itaú que atendam, na respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:
- I. os Direitos de Crédito Itaú devem ser devidos por Clientes que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito Itaú de titularidade do Fundo vencidos e não pagos
  - II. o somatório do valor total de Direitos de Crédito Itaú devido por Cliente depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito Itaú pretendida pelo Fundo, não seja superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
  - III. observada a limitação mencionada no inciso “II” acima e o disposto no Regulamento, a parcela referente ao pagamento dos valores devidos pelos Clientes não poderá ser superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

- IV. (a) os Direitos de Crédito Itaú cedidos pelo Cedente constituídos de até 8 (oito) parcelas poderão representar até 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) os Direitos de Crédito Itaú cedidos pelo Cedente constituídos de 9 (nove) ou 10 (dez) parcelas poderão representar até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
  - V. os Direitos de Crédito Itaú provenientes dos Refinanciamentos deverão representar no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
  - VI. cada um dos Direitos de Crédito Itaú deve possuir data de vencimento anterior à Data de Resgate.
- 2.1.1 A aquisição dos Direitos de Crédito Itaú será formalizada pela celebração, pelo Cedente, deste Contrato e dos respectivos Termos de Cessão.
  - 2.1.2 O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito Itaú aos Critérios de Elegibilidade na operação de aquisição de Direitos de Crédito Itaú pelo Fundo.
  - 2.1.3 Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito Itaú ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser encaminhadas pelo Cedente por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre o Cedente e o Custodiante, e serão arquivadas pelo Custodiante.
  - 2.2 A perda superveniente, pelos Direitos de Crédito Itaú, de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade após cada Data de Aquisição não dará ao Fundo qualquer recurso contra o Cedente com relação a eventuais Direitos de Crédito Itaú regularmente cedidos nos termos deste Contrato, desde que o Cedente não concorra com culpa ou dolo para tal perda.
  - 2.3 Observado o disposto na Cláusula 2.2 acima, na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito Itaú em inobservância e/ou desacordo com o disposto nesta Cláusula, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6 abaixo, sem prejuízo de eventual responsabilidade do Custodiante e/ou do Cedente e/ou das Cedentes Renner, conforme o caso, mediante comprovada culpa ou dolo.
- 3. PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO
  - 3.1 A operação de cessão de Direitos de Crédito Itaú ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos da Cláusula 3.2 abaixo.
  - 3.2 Para a formalização da operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito entre o Cedente e o Fundo, será observado o seguinte procedimento:
    - I. os Direitos de Crédito Itaú serão oferecidos ao Fundo, mediante a remessa do Arquivo Eletrônico de Cessão no layout definido no Anexo VI pelo Cedente ao Custodiante, até às 9:59 horas de qualquer Dia Útil, através do canal acordado entre as Partes o qual contém as características dos Direitos de Crédito Itaú que o Cedente está disposto a transferir ao Fundo;



- II. o envio, ao Custodiante, do Arquivo Eletrônico de Cessão caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão ao Fundo, dos Direitos de Crédito Itaú listados no Arquivo Eletrônico de Cessão;
  - III. o Custodiante realizará o processamento do Arquivo Eletrônico de Cessão, devendo: (i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos de Crédito Itaú constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão aos Critérios de Elegibilidade; (ii) selecionar os Direitos de Crédito Itaú ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade, até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos de Crédito;
  - IV. após a conclusão do procedimento descrito no item III acima, o Custodiante disponibilizará ao Cedente e às Cedentes Renner o relatório com o resultado do processamento da cessão, concomitantemente, o arquivo retorno aquisição, no layout definido no Anexo VI, enviado através do canal acordado entre as Partes, até às 12:30 horas;
  - V. até às 13 horas do mesmo dia do envio do arquivo retorno aquisição relativo à cessão dos Direitos de Crédito Itaú ofertados pelo Cedente, o Custodiante enviará uma mensagem eletrônica às Partes, conforme modelo constante do Anexo III-A, informando a disponibilidade de um Termo de Cessão, conforme modelo do Anexo III-B, o qual poderá ser assinado eletronicamente pelo certificado digital ICP Brasil pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, sendo que as Partes renunciam ao direito de arrendimento com relação à cessão; e
  - VI. caso o Custodiante receba o Termo de Cessão assinado na forma prevista no item V acima até às 15 horas da data da cessão, o Custodiante efetuará o pagamento da compra dos Direitos de Crédito Itaú ao Cedente na mesma data, até às 16 horas. Na hipótese do Termo de Cessão ser enviado após às 15 horas, o pagamento da compra dos Direitos de Crédito Itaú ao Cedente ocorrerá no Dia Útil imediatamente posterior.
- 3.2.1 Os Direitos de Crédito Itaú constantes do Arquivo Eletrônico de Cessão que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser novamente ofertados ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de cessão, conforme acima descrito.
- 3.3 A cessão dos Direitos de Crédito Itaú do Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição.
- 3.4 A cessão formalizada será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito Itaú, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.
- 3.5 O Termo de Cessão poderá ser celebrado eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.

- 3.6 Cada Termo de Cessão será registrado de forma eletrônica no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Administradora.
- 3.6.1 Os custos e despesas de cartório incorridos pela Administradora com os registros e envio das vias originais dos Termos de Cessão mencionados nesta Cláusula são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados pelo Fundo, mediante a apresentação, pela Administradora, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.
- 3.7 O Custodiante manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos respectivos Direitos de Crédito Itaú cedidos ao Fundo, de acordo com o disposto nos Contratos de Cessão e no Contrato de Custódia, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação, em nome do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.
- 3.7.1 O Custodiante deverá disponibilizar à Administradora, em nome do Fundo, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Itaú, sempre que solicitado pela Administradora, observado o disposto neste Contrato e no Contrato de Custódia.

#### 4. PREÇO DE AQUISIÇÃO

- 4.1 Pela aquisição dos Direitos de Crédito Itaú, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará ao Cedente, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o Preço de Aquisição apurado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PA_i = \frac{VN_i}{FatorAquisição_i}$$

onde,

$PA_i$  = Preço de Aquisição do Direito de Crédito "i";

$VN_i$  = valor nominal do Direito de Crédito "i" ;

$FatorAquisição_i$  = fator de aquisição, calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorAquisição_i = (1 + TC_i)^{DC_i/360}$$

onde,

$TC_i$  = taxa de cessão do Direito de Crédito "i", expressa na forma percentual, base anual de 360 (trezentos e sessenta) dias com 4 (quatro) casas decimais e arredondamento, que deverá corresponder (i) a 122,7063% ao ano, podendo variar entre 77,5439% e 149,0332% ao ano, para os Direitos de Crédito decorrentes da concessão de financiamentos com encargos, e (ii) a 606,8342% ao ano, podendo variar entre 475,4403% e 682,3636% ao ano, para os Direitos de Crédito Itaú decorrentes dos Refinanciamentos, as quais serão fixadas em cada Termo de Cessão levando-se em consideração, dentre outros fatores, a taxa básica de juros, a situação

macroeconômica e possível determinação regulatória por parte do governo federal ou do BACEN;

$DC_i$  = número de dias corridos entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito "i", exclusive.

- 4.2 A redução da taxa de cessão estabelecida nesta Cláusula depende de prévia e expressa aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. A Administradora se compromete a convocar uma Assembleia Geral para deliberar acerca da redução da taxa de cessão, caso a redução da taxa de cessão venha a ser solicitada por qualquer das Partes.

## 5. FORMA DE PAGAMENTO E DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES

- 5.1 Todos os pagamentos devidos nos termos deste Contrato deverão ser feitos em moeda corrente nacional, por meio de recursos imediatamente disponíveis, da seguinte forma:

- I. se devidos ao Fundo, mediante crédito na Conta do Fundo; e
- II. se devidos ao Cedente, mediante crédito na Conta do Cedente, relacionadas no Anexo V.

- 5.1.1 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não aquelas indicadas no Anexo V será considerado ineficaz em relação ao respectivo beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o devedor ficará sujeito à repetição do pagamento na conta corrente competente.

- 5.2 Os pagamentos serão sempre realizados mediante disponibilidade de recursos à vista, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro meio de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, valendo o extrato como comprovante de pagamento ou recibo de quitação.

- 5.3 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato serão suportados por quem seja o sujeito passivo da obrigação tributária.

## 6. RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ITAÚ

- 6.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito Itaú, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na hipótese da ocorrência dos seguintes eventos (cada evento, uma “Condição Resolutiva da Cessão”):

- I. caso os Direitos de Crédito Itaú cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não tenha sido efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de:
  - (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações

razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento pelo Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos de Crédito Itaú; ou

- (b) apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito Itaú, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade do Cedente;
  - II. caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem comprovadamente titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito Itaú pelo Fundo;
  - III. caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pelas Cedentes Renner, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito Itaú não possui origem legal ou é/está indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;
  - IV. caso qualquer Direito de Crédito Itaú não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento, pelas Cedentes Renner, de suas obrigações por comprovado dolo ou culpa das Cedentes Renner;
  - V. caso ocorra o cancelamento, pelas Cedentes Renner, da venda ou refinanciamento que originou o Direito de Crédito Itaú; ou
  - VI. a cessão de Direitos de Crédito Itaú poderá ser invalidada, tornada ineficaz ou ter a sua eficácia suspensa no caso de suspeita de estelionato, falsidade ideológica ou outras fraudes identificadas pelo Cedente.
- 6.2 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente ou as Cedentes Renner, conforme o caso, deverá notificar o Fundo e o Custodiante, por meio de arquivo eletrônico, sobre a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Cedente ou as Cedentes Renner, conforme o caso, tomar conhecimento da Condição Resolutiva da Cessão. O arquivo eletrônico deve conter a lista dos Direitos de Crédito Itaú afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, cuja cessão será resolvida nos termos desta Cláusula. Os recursos de que trata a Cláusula abaixo deverão ser transferidos ao Fundo na mesma data do envio do arquivo eletrônico de que trata esta Cláusula, por meio de depósito, Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro mecanismo de transferência equivalente.
- 6.3 Independentemente do envio da comunicação referida na Cláusula 6.2 acima, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente após a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o montante correspondente ao Preço de Aquisição do Direito de Crédito Itaú cedido ao Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato, atualizado pela taxa de cessão utilizada no cálculo do Preço de Aquisição *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos. Nesse caso, o Cedente sub-rogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito Itaú cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato.

- 6.4 Para os efeitos desta Cláusula, o Cedente deverá transferir os recursos líquidos devidos de acordo com a Cláusula acima para a Conta do Fundo até o integral pagamento do montante devido.
7. OPÇÃO DE COMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO
- 7.1 Enquanto o Fundo estiver em funcionamento, as Cedentes Renner deverão adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito, exceto aqueles decorrentes de refinanciamentos dos valores devidos pelos Clientes em razão de mora, por meio de envio de arquivo eletrônico ao Custodiante, em formato acordado entre as Cedentes Renner e o Custodiante, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado até a data do vencimento pela taxa de cessão aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido pelo Fundo.
- 7.2 A venda de Direitos de Crédito tratada nesta Cláusula será formalizada por meio de termo de cessão próprio. O preço de aquisição dos Direitos de Crédito tratados nesta Cláusula deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, na data de celebração do referido termo de cessão, por meio de crédito dos respectivos valores na Conta do Fundo.
- 7.3 A Administradora somente poderá alienar os Direitos de Crédito às Cedentes Renner, comprometendo-se a não transferir, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, referidos Direitos de Crédito a terceiro.
- 7.4 A decisão de aquisição deverá ser comunicada pelas Cedentes Renner por meio de envio de arquivo eletrônico ao Custodiante, em formato acordado entre as Cedentes Renner e o Custodiante.
8. EVENTOS DE RESILIÇÃO
- 8.1 São considerados eventos de resilição quaisquer das seguintes ocorrências (cada um, um “Evento de Resilição”):
- I. decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Cedente;
  - II. declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do Cedente;
  - III. existência de evidência de que o Cedente tenha (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos de Crédito Itaú sem lastro; ou (b) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito Itaú sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros; ou
  - IV. caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.
- 8.2 Na ocorrência de qualquer Evento de Resilição, este Contrato será automaticamente resilido, sem prejuízo do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes

tiverem assumido nos termos deste Contrato e de qualquer Termo de Cessão, observado que a rescisão deste Contrato não prejudicará o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações e de outros remédios legais descritos neste Contrato. Na hipótese de rescisão deste Contrato em decorrência do disposto nesta Cláusula, o Fundo deverá notificar o Cedente e o Custodiante, imediatamente e por escrito.

8.3 Na hipótese de rescisão deste Contrato deverá ser observado o disposto na Cláusula 20.3 do Regulamento, sendo que todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelas Partes no âmbito deste Contrato, até o momento da referida rescisão, permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate integral das Quotas Sênior.

8.4 A rescisão deste Contrato conforme previsto nesta Cláusula não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula 12 abaixo, cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato.

## 9. RESILIÇÃO PELO CEDENTE

9.1 O Cedente poderá resilir este Contrato mediante comunicação ao Fundo, com cópia para o Custodiante e para as Cedentes Renner, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data de rescisão, sem quaisquer ônus, encargos ou penalidades para o Cedente, somente nas seguintes hipóteses:

- I. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos impostos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos de Crédito Itaú ou das operações previstas neste Contrato;
- II. modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para o Cedente; ou
- III. alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos de Crédito Itaú ora pactuada pelo Cedente.

9.2 O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula não eximirá o Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato e dos Termos de Cessão celebrados e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 9.1 acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

9.3 Na hipótese de rescisão nos termos desta Cláusula, o Fundo adotará as providências estabelecidas na Cláusula 20.3 e seguintes do Regulamento.

10. DECLARAÇÕES DAS PARTES

10.1 O Cedente, devidamente representado na forma de seu estatuto social, declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:

- I. é instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- II. a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seu estatuto social e têm plena eficácia;
- III. os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato e/ou as Pessoas Autorizadas do Cedente têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome do Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato e em qualquer Termo de Cessão;
- IV. a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, em nenhum aspecto material, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (a) de nenhum contrato ou instrumento dos quais o Cedente seja parte ou aos quais esteja vinculado; (b) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Cedente esteja sujeito; ou (c) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente;
- V. nenhum dos Direitos de Crédito Itaú possui restrições de qualquer natureza que, de qualquer modo, possam obstar a cessão ora contratada e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Itaú;
- VI. a cessão dos Direitos de Crédito Itaú, nos termos deste Contrato, não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre o Cedente e o Fundo, assim como entre o Fundo e os Clientes; e
- VII. os Direitos de Crédito Itaú ofertados ao Fundo não foram objeto de quaisquer contestações judiciais, extrajudiciais ou administrativas, por parte dos respectivos Clientes e/ou por quaisquer terceiros, das quais (a) o Cedente tenha sido citado ou notificado; e (b) as pessoas diretamente envolvidas com os procedimentos de cessão descritos neste Contrato tenham sido informadas, e que possa, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis.

10.2 A Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos e autorizada na forma do Regulamento, declara e garante na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição que:

- I. o Fundo é um condomínio de recursos validamente constituído sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis;
  - II. é uma sociedade limitada, equiparada a instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
  - III. a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos de Crédito Itaú ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso;
  - IV. os representantes legais do Fundo e da Administradora que assinam este Contrato e os Termos de Cessão e as Pessoas Autorizadas do Fundo têm e terão poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome ou em nome do Fundo, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato e em qualquer Termo de Cessão;
  - V. a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, em nenhum aspecto material, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (a) de nenhum contrato ou instrumentos dos quais a Administradora seja parte ou aos quais esteja vinculada; (b) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que a Administradora esteja sujeita; (c) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora; e (d) se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
  - VI. encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, deste Contrato e da legislação aplicável; e
  - VII. a cessão dos Direitos de Crédito Itaú, nos termos deste Contrato, não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre o Cedente e o Fundo, assim como entre o Fundo e os Clientes.
- 10.3 A Lojas Renner e/ou RACC, devidamente representadas na forma de seu estatuto social e contrato social, conforme o caso, declaram e asseguram à Administradora e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:
- I. no caso da Lojas Renner, é uma sociedade por ações de capital aberto validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável; e, no caso da RACC, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;



- II. a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão, e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seu estatuto social e têm plena eficácia;
- III. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome das Cedentes Renner as obrigações estabelecidas neste Contrato;
- V. a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (a) de nenhum contrato ou instrumento dos quais a Lojas Renner e/ou a RACC sejam partes ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade; (b) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que a Lojas Renner e/ou RACC estejam sujeitas; ou (c) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete a Lojas Renner e/ou RACC;
- VI. todos os Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente nos termos deste Contrato terão origem legal, estarão amparados por Documentos Comprobatórios e serão originados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III do Regulamento;
- VII. os Documentos Comprobatórios não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo;
- VIII. as Cedentes Renner e as pessoas diretamente envolvidas com os procedimentos de cessão descritos neste Contrato não foram informadas sobre quaisquer citações ou notificações referentes a contestações judiciais, extrajudiciais ou administrativas, por parte dos respectivos Clientes e/ou por quaisquer terceiros, em relação aos Direitos de Crédito Itaú ofertados ao Fundo, que possam, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis; e
- IX. os respectivos instrumentos contratuais por meio dos quais os Direitos de Crédito foram constituídos não têm qualquer restrição, proibição ou condição para a realização da cessão dos Direitos de Crédito objeto deste Contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

- 11.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, o Cedente expressamente obriga-se a:
- I. entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, e manter atualizadas, cópias (a) do seu estatuto social; (b) das deliberações societárias necessárias à

contratação das obrigações ora assumidas; e (c) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato e para as Pessoas Autorizadas do Cedente, se houver;

- II. cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas neste Contrato e no Regulamento, bem como em quaisquer outros contratos referentes à operacionalização e funcionamento do Fundo de que seja parte;
- III. efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, nos termos da lei e regulamentação brasileiras, os respectivos lançamentos contábeis, necessários ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- IV. informar, a partir do momento em que tiver conhecimento, à Administradora a ocorrência de quaisquer eventos de seu conhecimento que sejam um Evento de Resilição, Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- V. indenizar o Fundo por perdas e danos comprovadamente decorrentes de incorreção e/ou falsidade das declarações prestadas neste Contrato, e/ou, ainda, em razão do descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado;
- VI. o Cedente compromete-se, ainda, a não ofertar Direitos de Crédito Itaú ao Fundo se tal fato:
  - (a) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil;
  - (b) for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 a 138 da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
  - (c) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou
  - (d) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional.
- VII. firmar e a entregar ao Fundo, durante o prazo de vigência deste Contrato, às suas expensas, todas e quaisquer informações, declarações, instrumentos e contratos, e praticar todos os atos adicionais que a Administradora venha a solicitar, por escrito, com a finalidade de proteger e salvaguardar os direitos, interesses e prerrogativas do Fundo definidos neste Contrato, bem como dos titulares de Quotas Sênior, assegurando a sua validade e eficácia, desde que seja de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, e não acarrete ônus adicional ao Cedente além daqueles previstos no Regulamento, neste Contrato e nos demais contratos relacionados a operacionalização e funcionamento do Fundo;
- VIII. dar ciência dos termos e condições deste Contrato e dos demais contratos do Fundo a seus executivos e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições; e

IX. não negociar com qualquer Cliente qualquer condição de pagamento dos respectivos Direitos de Crédito Itaú de titularidade do Fundo, observado que os Direitos de Crédito Inadimplidos podem ser renegociados pelo Agente de Cobrança em observância aos procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento.

11.2 As Partes se comprometem a sempre manter este Contrato em consonância com o Regulamento, devendo, caso ocorra qualquer alteração no Regulamento que conflite com as disposições deste Contrato, nos termos acordados pela respectiva Assembleia Geral, modificar este Contrato, para que reflita as alterações feitas no Regulamento, de forma a não prejudicar o funcionamento do Fundo, desde que tais alterações não criem ônus adicional ao Cedente.

## 12. PENALIDADES

12.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

12.1.1 O Cedente não será, todavia, penalizado em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante, às Cedentes Renner e/ou ao Fundo.

## 13. TUTELA ESPECÍFICA

13.1 As Partes e os Intervenientes reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13.2 As obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada, ainda, a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

13.3 Caso as Partes descumpram qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificados para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 12.1. acima ou, a seu juízo, promover

execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

- 13.3.1 As obrigações de não fazer do Cedente e das Cedentes Renner decorrentes deste Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato.
- 13.4 As Partes, desde já, expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

#### 14. CONFIDENCIALIDADE

- 14.1 Cada uma das Partes e os Intervenientes (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade das informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todas as informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato e do Regulamento ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato e em atendimento às exigências judiciais, aos órgãos fiscalizadores, reguladores e autorreguladores ("Representantes"); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 14.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 14.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa e desde que tais determinações não exijam sigilo específico com relação à outra Parte Obrigada, tal Parte Obrigada deverá comunicar no menor tempo possível as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.

- 14.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.
- 14.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas Sênior de emissão do Fundo; (ii) elaboração de quaisquer documentos relacionados à constituição ou ao regular funcionamento do Fundo; ou (iii) a cobrança em juízo e/ou execução do presente Contrato.
- 14.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 14 sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato.

15. COMUNICAÇÕES

- 15.1 Todas as comunicações entre as Partes e/ou os Intervenientes deverão ser feitas sempre por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de meios físicos que contenham documentos, comunicações, informações em formato eletrônico ou digital, e deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para o Cedente:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**  
a/c Banco Itaú BBA S.A.  
Av. Brig. Faria Lima, n.º 3400, 4º andar  
CEP 014538-138 - São Paulo, SP  
At.: Alexandre Faria Teixeira  
Telefone: (11) 3708-8459  
Fac-símile: (11) 3708-8172  
Correio Eletrônico: [afteixeira@itaubba.com.br](mailto:afteixeira@itaubba.com.br)

I. para o Fundo/Administradora:

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar  
CEP 06029-900 - Osasco, SP  
At.: Srs. Fabiano Bottignon Kosaka e Natanael Correia de Melo Junior  
Telefone: (11) 3684-9431 e (11) 3684-6079  
Correio Eletrônico: [4010.kosaka@bradesco.com.br](mailto:4010.kosaka@bradesco.com.br)  
[4010.ncmelo@bradesco.com.br](mailto:4010.ncmelo@bradesco.com.br)

II. para o Custodiante:

**BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara  
CEP 06029-900 - Osasco, SP

At.: Sr Raimundo de Souza Filho  
Telefone: (11) 3684-7125  
Fac-símile: (11) 3684-2344  
Correio Eletrônico: 4010.raimundo@bradesco.com.br

- 15.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 15.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via *fac-símile* ("*call back*"), via correio eletrônico ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via *fac-símile* ou via *e-mail*, ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.
16. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 16.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.7 acima, este Contrato e seus aditamentos serão levados a registro, pela Administradora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sua sede e da sede do Cedente, no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos contados de sua celebração.
- 16.2 A Administradora deverá encaminhar ao Cedente, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data da efetivação do registro, 1 (uma) via original deste Contrato e/ou de seus aditamentos, conforme o caso, assinada pelas Pessoas Autorizadas do Fundo.
- 16.3 Todos os custos e despesas de cartório incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados exclusivamente pelo Fundo, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de custos e despesas.
- 16.4 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o encerramento do Fundo ou até o momento em que seja resilido nos termos da Cláusula 9 acima, e seus efeitos permanecerão até o integral cumprimento das obrigações ora estabelecidas.
- 16.5 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelos Intervenientes.
- 16.6 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre o Cedente e o Fundo.
- 16.7 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.

- 16.8 Os Anexos a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato.
- 16.9 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.
- 16.10 Este Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com respeito ao presente negócio, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas anteriores à presente data.
- 16.11 Salvo disposição em sentido contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos e obrigações aqui previstos.
- 16.12 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 16.13 Os valores em reais referidos neste Contrato serão atualizados, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data da assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.

17. JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL

- 17.1 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 17.2 Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de abril de 2014.

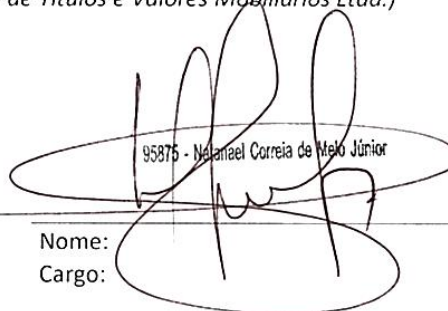
Página de assinaturas 1/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL**  
(representado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)



97233 - Fábio da Cruz Tomo

Nome:  
Cargo:

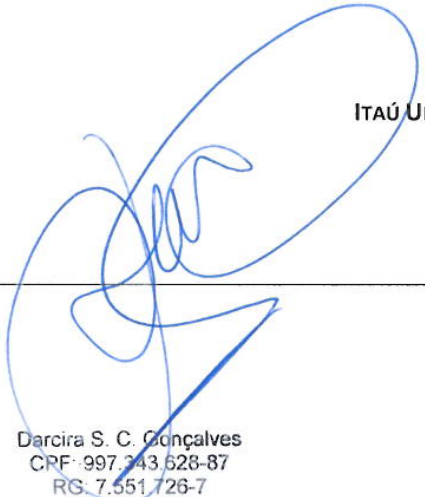



95875 - Nelsonael Correia de Melo Júnior

Nome:  
Cargo:



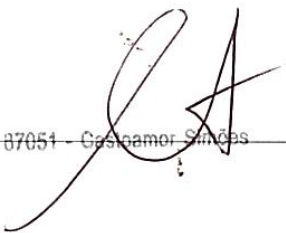
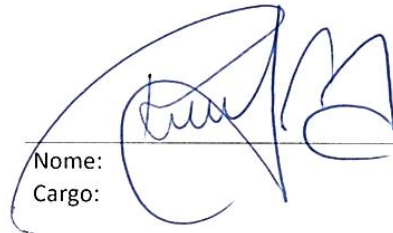
Página de assinaturas 2/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

	<b>ITAÚ UNIBANCO S.A.</b>	
		
Nome:		Nome:
Cargo:		Cargo:
Darcira S. C. Gonçalves CPF: 997.343.628-87 RG: 7.551.726-7		Cleber Cavalcanti Diniz RG: 22.993.785-8 CPF: 153.749.608-57



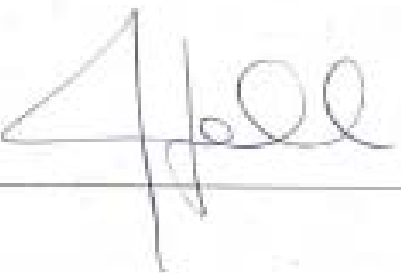
Página de assinaturas 3/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

**BANCO BRADESCO S.A.**

Nome: Cargo:	 87051 - Cassiano S. Mendes	Nome: Cargo:	
-----------------	---	-----------------	--

Página de assinaturas 4/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

**LOJAS RENNER S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

Página de assinaturas 5/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

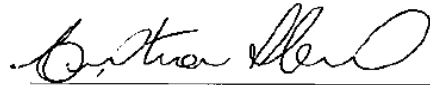
**RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.**

LG   
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Página de assinaturas 6/6 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre Itaú Unibanco S.A. e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial, com a interveniência e anuência do Banco Bradesco S.A., da Lojas Renner S.A. e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., celebrado em 16 de abril de 2014.

Testemunhas:



Nome: Cristiana Aparecida Henderson  
RG: 17.242.080-5 SSP. SP  
CPF/MF: 100.894.438-61



Nome: Fernanda de Oliveira Bonifácio  
RG: 41.807.198-6  
CPF/MF: 314.421.678-07

ANEXO A

Direitos Creditórios Cedidos

## ANEXO I

### Definições

#### Administradora

é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 3067, de 6 de setembro de 1994, que será responsável pela administração do Fundo;

#### Anexos

são os Anexos I, II, III, IV, V e VI deste Contrato, quando referidos em conjunto;

#### Arquivo Eletrônico de Cessão

é o arquivo eletrônico, cujo *layout* e procedimento consta do Anexo VI a este Contrato, observado que eventuais alterações do referido *layout* serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato mediante correspondência entre as Partes, constituindo-se, a partir de então, o novo *layout* no Anexo VI a este Contrato;

#### Assembleia Geral

é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, do Fundo, realizada nos termos da Cláusula 22 do Regulamento;

#### Ativos Financeiros

são os seguintes ativos: (i) moeda corrente nacional; (ii) os títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iv) operações compromissadas lastreadas nos títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN, contratadas com as Instituições Autorizadas; e (v) cotas de Fundos de Investimento Mútuos, incluindo o fundo de investimento Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (CNPJ/MF 08.915.927/0001-63), administrado pela Administradora e gerido pela Gestora, com taxa de administração fixada em 0% (zero por cento), com liquidez diária, e que invistam 100% (cem por cento) dos seus recursos nos ativos mencionados nos itens I

	a IV acima.
<u>BACEN</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Cartão Renner</u>	é o cartão oferecido pela Lojas Renner e/ou RACC que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de Produtos exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner;
<u>Carteira</u>	é a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;
<u>Cedente</u>	é o Itaú Unibanco S.A.;
<u>Cedentes Renner</u>	são a Lojas Renner e a RACC;
<u>CETIP</u>	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Clientes</u>	são os clientes finais da Lojas Renner e/ou de suas controladas e coligadas, que adquirem Produtos com a utilização do Cartão Renner;
<u>CMN</u>	é o Conselho Monetário Nacional;
<u>CNPJ/MF</u>	é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
<u>Código Civil</u>	é a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>Código de Processo Civil</u>	é a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
<u>Código Tributário Nacional</u>	é a Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, conforme alterada;
<u>Condições Resolutivas da Cessão</u>	são os eventos que ensejam a resolução de qualquer operação de cessão de Direitos de Crédito Itaú ao Fundo pelo Cedente, conforme definidos na Cláusula 6.1 acima;
<u>Conta do Cedente ou Conta Corrente Autorizada</u>	é a conta corrente n.º11588-0, agência 0910, banco 341, de titularidade do Cedente;



<u>Conta do Fundo</u>	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das obrigações do Fundo;
<u>Contrato</u>	é o presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Custodiante, da Lojas Renner e da RACC;
<u>Contrato de Custódia</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência do Cedente e das Cedentes Renner, até a Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito Itaú e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas</u>	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo, as Cedentes Renner e o Fundo, representado pela Administradora;
<u>Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner</u>	são os Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do Cartão de Crédito Renner, firmados entre a RACC e os Clientes, com a interveniência anuência da Lojas Renner e do Itaú Unibanco, instituição financeira responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação de débitos do titular do Cartão Renner, conforme alterados de tempos em tempos;
<u>Critérios de Elegibilidade</u>	são os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de

	Crédito Itaú pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 2 acima e da Cláusula 6.1 do Regulamento;
<u>Custodiante</u>	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior</u>	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Aquisição</u>	é a data na qual o Fundo e o Cedente concretizam a cessão dos Direitos de Crédito Itaú através da celebração e formalização do Termo de Cessão e o efetivo pagamento, ao Cedente, do Preço de Aquisição, conforme disposto neste Contrato;
<u>Data de Resgate</u>	é o dia em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento anexo ao Regulamento;
<u>Dia Útil</u>	é qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
<u>Direitos de Crédito ou Direitos Creditórios</u>	são os direitos de crédito correspondentes às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelas Cedentes Renner aos seus Clientes, <i>i.e.</i> , abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Cedente

	<p>aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Cedente aos Clientes para financiar parcelas de pagamento a que se refere o item (i) acima e refinanciar as parcelas de pagamento a que se refere o item (ii) acima, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora;</p>
<u>Direitos Creditórios Cedidos</u>	<p>são os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, conforme descritos no Anexo A;</p>
<u>Direitos de Crédito Inadimplidos</u>	<p>são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Clientes;</p>
<u>Direitos de Crédito Itaú</u>	<p>tem o significado que lhes é atribuído na Cláusula 1.1 acima;</p>
<u>Documentos Comprobatórios</u>	<p>são (i) o Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; (ii) borderô do Convênio para Concessão de Financiamentos celebrado entre o Itaú Unibanco e as Cedentes Renner; e (iii) Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner; os quais representam os Direitos de Crédito cedidos pelo Itaú Unibanco;</p>
<u>Eventos de Avaliação</u>	<p>são quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 20.1 do Regulamento;</p>
<u>Eventos de Liquidação</u>	<p>são quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 20.2 do Regulamento;</p>
<u>Eventos de Resilição</u>	<p>são os eventos que ensejam a resilição deste Contrato, conforme definidos na Cláusula 8.1 acima;</p>
<u>Fundo ou Cessionário</u>	<p>tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;</p>
<u>Contrato de Depósito</u>	<p>é o Contrato de Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda de Documentos Comprobatórios, com a interveniência dos Cedentes e da Administradora, em nome do Fundo;</p>
<u>ICP Brasil</u>	<p>é a Infra-Estrutura de Chaves Públicas</p>

	Brasileiras;
<u>IGP-M</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);
<u>Informações Confidenciais</u>	para fins do disposto na Cláusula 14 acima, as informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das Partes Obrigadas (incluindo as informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), os contratos, pareceres e outros documentos, bem como quaisquer cópias ou registros dos mesmos contidos em qualquer meio eletrônico ou físico a que qualquer Parte Obrigada tenha acesso em virtude da celebração deste Contrato;
<u>Instrução CVM 356</u>	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Intervenientes</u>	são as partes intervenientes do presente Contrato, quais sejam, o Custodiante, a Lojas Renner e a RACC;
<u>Investidores Qualificados</u>	são os investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e suas posteriores alterações, que poderão investir no Fundo;
<u>Itaú Unibanco</u>	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<u>Lojas Renner</u>	é a Lojas Renner S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.754.738/0001-62;
<u>Medida Provisória 2.200-2</u>	é a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;
<u>Parte(s)</u>	são as partes do presente Contrato, quais sejam, o Fundo e o Cedente, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente;

<u>Parte(s) Obrigada(s)</u>	são as Partes e os Intervenientes, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente, para fins do disposto na Cláusula 14 acima;
<u>Patrimônio Líquido do Fundo</u>	é o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos encargos do Fundo referidos na Cláusula 21 do Regulamento e às provisões referidas na Cláusula 18 do Regulamento;
<u>Pessoas Autorizadas do Cedente</u>	são as pessoas autorizadas a representar o Cedente nas operações de cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, conforme elencadas no Anexo II a este Contrato;
<u>Política de Concessão de Crédito</u>	é a política de concessão de créditos que deve ser observada pela Lojas Renner na originação e concessão de Direitos de Crédito Renner que venham a ser por ela, pela RACC e pelo Cedente oferecidos ao Fundo, descrita no Anexo III do Regulamento;
<u>Prazo de Duração</u>	é o prazo de duração do Fundo, <i>i.e.</i> , 5 (cinco) anos contados da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior;
<u>Preço de Aquisição</u>	é o preço de aquisição dos Direitos de Crédito Itaú a serem adquiridos pelo Fundo, calculado a taxas de mercado, de acordo com os critérios descritos neste Contrato;
<u>Produtos</u>	são os produtos comercializados pela Lojas Renner e suas controladas e/ou coligadas;
<u>Quotas</u>	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;
<u>Quotas Sênior</u>	são as quotas sênior de emissão do Fundo;
<u>Quotas Subordinadas</u>	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo que serão subscritas e integralizadas pelas Cedentes Renner;

Quotista

são os titulares das Quotas;

RACC

é a Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 401, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.055.609/0001-50;

Refinanciamentos

são os direitos creditórios decorrentes das parcelas:

- i. de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, das parcelas de vendas a prazo sem encargos originalmente concedidos pelas Cedentes Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora; e/ou
- ii. de refinanciamentos, com prazo de até 90 (noventa) dias, de parcelas dos financiamentos com encargos que tenham sido concedidos pelo Itaú Unibanco aos Clientes, que estejam em mora;

Regulamento

é o “Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial”, conforme aditado, e seus anexos;

Relação de Direitos de Crédito Itaú Elegíveis

é a relação dos Direitos de Crédito Itaú elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil após a celebração deste Contrato, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e à Administradora, após confirmação pela Administradora de quais Direitos de Crédito Itaú elegíveis serão adquiridos. A Relação de Direitos de Crédito Itaú Elegíveis identificará os Direitos de Crédito Itaú elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo, os Clientes dos Direitos de Crédito Itaú elegíveis e o Preço de Aquisição;

Representantes

para fins do disposto na Cláusula 14 acima, são os sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados das Partes Obrigadas, presentes

ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato; e

Resolução CMN n.º 2.907

é a Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada;

Termo de Cessão

é o documento elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo III-B deste Contrato, que regulará a cessão de Direitos de Crédito Itaú selecionados para aquisição, pelo Fundo, nos termos deste Contrato, bem como identificará tais Direitos de Crédito Itaú e o Preço de Aquisição. O Termo de Cessão poderá ser assinado eletronicamente, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2.

ANEXO II

LISTA DE PESSOAS AUTORIZADAS DO CEDENTE

Darcira da Silva Carvalho Gonçalves

Moisés Franco da Silva

Pedro Sá Moreira de Oliveira

Tatiana da Silveira Tarelho

Cleber Cavalcante Diniz

Márcia Soares Dias

Rosana Caboatan

Maria Denise P. Melo

Todos e quaisquer documentos relacionados à cessão de Direitos de Crédito Itaú pelo Cedente ao Fundo nos termos deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, os Termos de Cessão, deverão ser sempre assinados, em conjunto, por 2 (duas) Pessoas Autorizadas do Cedente.

*As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo II terão o mesmo significado a elas atribuído no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças” do qual este Anexo II é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.*



MODELO DE MENSAGEM ELETRÔNICA

**De:** [admin@comprova.com](mailto:admin@comprova.com) [<mailto:admin@comprova.com>]

**Enviada em:** [data]

**Para:** GRUPO FIDC

**Assunto:** Novo Contrato



**Bradesco**

Há um novo contrato disponível para sua assinatura.

O número da operação é: xxxxxxxxxxxxxx – xx/xx/xxxx.

Para ter acesso a esse contrato clique [aqui](#)

Ou acesse a página de login do site:

[https://contratos.comprova.com/madcomprova/bradesco/login\\_cert.faces](https://contratos.comprova.com/madcomprova/bradesco/login_cert.faces)

Atenciosamente,  
BRADESCO

TERMO DE CESSAO DE DIREITOS CREDITORIOS N.[●]

Cedente: ITAÚ UNIBANCO S.A.  
CNPJ/MF: 60.701.190/0001-04

Cessionário: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL  
CNPJ/MF: 12.412.538/0001-92

Administrador: BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
CNPJ/MF: 00.066.670/0001-00

Preço de Aquisição/Valor Negociado: R\$ [●] ([●])

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Cedente, o Cessionário e o Administrador, acima qualificados, devidamente representados, doravante conjuntamente denominados "Partes", resolvem, de forma irrevogável e irretratável, celebrar o presente Termo de Cessão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. Todas as condições e termos relativos à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidos neste Termo de Cessão encontram-se descritos no Contrato de Cessão firmados entre as Partes.
2. Pelo presente Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere à Cessionária, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do Cedente, os Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Anexo A ao Contrato de Cessão, pelo Preço de Aquisição/Valor Negociado acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada, conforme o caso, pelo que o Cedente dá à Cessionária a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
3. Os Documentos representativos dos Direitos Creditórios encontram-se depositados, conforme estabelecido no Contrato de Depósito firmado entre o Custodiante, o Cessionário e o Cedente.
4. As partes declaram estarem cientes do disposto na Lei n. 9.613/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e de suas responsabilidades em razão destes dispositivos legais.
5. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
6. O presente Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da Republica Federativa do Brasil.
7. As Partes, pelo presente Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8. Este Termo de Cessão e parte integrante do Contrato de Cessão.

As Partes assinam o presente Termo de Cessão em 4(quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

[local/data]

---

CEDENTE: ITAÚ UNIBANCO S.A.

---

CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL

ANEXO AO TERMO DE CESSÃO Nº [●]

DATA: [●]

Relação de Direitos Creditórios:

Cliente	Num. do Contrato	Par	Primeiro Vencimento	Último Vencimento	Valor do Contrato	Valor de Aquisição
[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]

Taxa de Desconto	Total Recebíveis	Total Valor Contrato	Total Valor Aquisição
[●]	[●]	[●]	It●]

ANEXO IV

CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO RENNER (I) EM VIGOR NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DE  
CESSÃO (II) VÁLIDO AO LONGO DE 2014



2º RTD  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
REGISTRO Nº

61682

PORTO ALEGRE - RS

### CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), entre RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a pessoa física portadora do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), a seguir designada TITULAR, em conjunto denominados "contratantes", com a interveniência e anuência das LOJAS RENNER S.A. e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE.

**OBJETO:** O presente contrato destina-se a regular as condições e relações entre as empresas LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. com o TITULAR e terceiros expressamente autorizados pelo TITULAR para o uso do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*). Para tanto, as partes concordam e aceitam que os termos abaixo relacionados, quando utilizados neste documento, terão a definição própria que os acompanha. Concordam, também, que os princípios de lealdade e boa-fé deverão orientar as partes na condução da relação negocial, obrigando-se a cumprir o adiante estipulado.

#### TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

**BANCO:** Instituição Financeira responsável pela concessão de financiamento das compras realizadas pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) em número de parcelas e condições previamente determinadas.

**BANCO INTERVENIENTE ANUENTE:** instituição financeira que firma o presente contrato como interveniente anuente, responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação dos débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S).

**BENEFICIÁRIO:** Pessoa Física expressamente autorizada pelo TITULAR a usufruir das vantagens e direitos a ele conferidos por este instrumento, a quem é emitido o denominado CARTÃO ADICIONAL, que, ao aceitar, assinar e dele utilizar, estará concordando com os termos e condições expressos no presente instrumento.

**CARNÊ:** Documento representativo que espelha a compra ou operação realizada, emitido por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. entregue ao Titular/Beneficiário no ato da compra/operação ou retirado posteriormente no local(is) a ser(em) definido(s) por aquelas.

**CARTÃO ADICIONAL:** É o cartão que o Titular solicita a um ou mais Beneficiários e que possui as mesmas funcionalidades do Cartão e é necessariamente vinculado ao Cartão do Titular, que receberá os carnês para pagamento, sendo, juntamente com o(s) Beneficiário(s) solidariamente responsável pelos gastos e despesas oriundas do Cartão Adicional.

**CARTÃO ou CARTÃO RENNER:** Cartão plástico, *PRIVATE LABEL*, com nenhuma vinculação a qualquer bandeira, que pode adotar as denominações CARTÃO ou CARTÃO ADICIONAL, ou outras que forem criadas por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., permitindo ao TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) a aquisição de produtos e serviços no(s) ESTABELECIMENTO(S), além da contratação de PRODUTOS FINANCEIROS diversos.

**CARTÃO BANDEIRA:** Cartão plástico, vinculado a uma bandeira, diverso do regulado neste contrato, que permite, além da aquisição de produtos e serviços nos estabelecimentos de







Lojas Renner, a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos afiliados ao sistema da(s) Bandeira(s).

**ENCARGOS:** São os juros remuneratórios, os tributos, as tarifas e as despesas incidentes sobre as operações de crédito realizadas com o Cartão, compreendendo, ainda, na hipótese de atraso no pagamento, os juros moratórios, a multa e as despesas de cobrança.

**ESTABELECIMENTO(S):** O CARTÃO RENNER poderá ser utilizado junto aos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., bem como em outros que vierem a aderir ao sistema de CARTÃO RENNER.

**FINANCIAMENTO:** Linha de Crédito a ser disponibilizada por um BANCO ou BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, seja para financiamento propriamente dito de compras realizadas em número de parcelas e condições determinadas por LOJAS RENNER S.A, seja para a liquidação de débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) no CARTÃO RENNER não liquidados nos dias de vencimento, tal como estipulado neste contrato.

**PRODUTOS FINANCEIROS:** São empréstimos pessoais, títulos de capitalização, seguros pessoais e outros produtos/serviços desta natureza, fornecidos por instituições financeiras, empresas de capitalização e seguradoras que firmarem convênio com LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, exclusivamente para o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos contratos.

**SENHA ELETRÔNICA:** conjunto de números ou letras ou combinação de ambos, a ser definido, e mantido, em caráter sigiloso pelo TITULAR para o CARTÃO RENNER e pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), para o CARTÃO ADICIONAL, em conjunto ou em substituição à assinatura em transações realizadas com o CARTÃO RENNER na medida em que tal sistema venha a ser adotado.

**TITULAR:** Pessoa Física aderente ao presente instrumento, portador autorizado do CARTÃO RENNER, principal responsável pelos deveres e obrigações decorrentes do exercício dos direitos e faculdades aqui conferidos e pelas transações, mesmo se essas forem celebradas por terceiros sob sua permissão, bem como responsável pelas despesas e demais transações decorrentes dos outros cartões que autorizar a emissão.

## TÍTULO II – DO OBJETO E TERMOS DESTES INSTRUMENTOS

1. A emissão e o uso do CARTÃO RENNER, bem como as responsabilidades de seu TITULAR e respectivo(s) BENEFICIÁRIO(S), se houver, reger-se-ão pelo presente contrato e suas eventuais modificações.
2. O CARTÃO RENNER possibilita ao seu TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S): (i) efetuar compras de mercadorias, em parcelas ou não, com ou sem financiamento, e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A ou, ainda, em estabelecimentos que vierem a firmar convênio, até os limites de prestação e de crédito para o Sistema de Pagamento com Prestações Pré-Fixadas ou com Correção Monetária Pós Fixada, estabelecido pelas empresas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., os quais poderão ser alterados a qualquer tempo; (ii) contratar PRODUTOS FINANCEIROS diversos, junto a empresas das quais LOJAS RENNER S.A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sejam correspondentes, parceiras ou conveniadas, conforme condições e critérios estabelecidos pelas conveniadas, divulgados nas





dependências de LOJAS RENNER S.A., ou por outros meios de publicidade e informação referidos no presente instrumento.

3. O CARTÃO RENNER é nominativo, intransferível, de uso pessoal e exclusivo de seu TITULAR, salvo a hipótese de indicação de BENEFICIÁRIO(S), e a identificação do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) ocorrerá pelo nome, assinatura e código de conta, além da senha eletrônica.

### TÍTULO III – DA ADESÃO AO SISTEMA E DOS DADOS CADASTRAIS

4. O ingresso do(s) Portador(es) TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) no sistema de CARTÃO RENNER se dá pela sua(s) assinatura(s) na proposta de adesão, também denominada “Solicitação de Cartão Renner”, pelo desbloqueio ou utilização do CARTÃO, através de digitação de senha eletrônica, pela prática de qualquer ato ou fato relativo ao Sistema do CARTÃO RENNER, ou ainda mediante qualquer outra manifestação expressa de vontade. Na prática de qualquer dos atos acima enumerados estará(ão), também, concomitantemente, aderindo ao presente Contrato em todos os seus termos e condições. O TITULAR receberá uma cópia do Contrato em vigor, que ficará disponível no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br) e/ou em qualquer estabelecimento de LOJAS RENNER S/A. A LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderão ou não aceitar o ingresso do interessado no CARTÃO RENNER.
- 4.1. Com a adesão ao presente contrato, os dados cadastrais e de consumo do TITULAR e BENEFICIÁRIO(S) passam a integrar o cadastro de dados de LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., ficando estas autorizadas expressamente pelo TITULAR e BENEFICIÁRIOS(S) ao envio de correspondências, comunicados, demonstrativos e malas diretas, por carta, e-mail, telemarketing, mensagens enviadas para telefone celular, ou outros meios de comunicação disponíveis aos contratantes. O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) podem cancelar essa autorização a qualquer momento.

### TÍTULO IV – DOS CARTÕES ADICIONAIS

5. Mediante solicitação do TITULAR, este poderá autorizar, sob sua inteira responsabilidade e para débito de sua conta, a emissão de um ou mais cartões para uso das pessoas que designar, as quais passarão a denominar-se BENEFICIÁRIO(S), reservando-se a LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a aceitação ou não da designação feita.
- 5.1. O(s) BENEFICIÁRIOS(S) portará(ão) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) e realizará(ão) TRANSAÇÕES sob exclusiva e irrestrita conta, encargo, ordem e responsabilidade do TITULAR, independentemente de sua prévia autorização, responsabilizando-se o TITULAR como principal pagador no caso de inadimplemento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), do(s) qual(is), contudo, poderá ser exigido o cumprimento das obrigações inadimplidas em caráter solidário.







- 5.2. O(s) BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a observar o presente contrato em sua integralidade, especialmente, mas não exclusivamente, as disposições relativas à posse e uso do CARTÃO RENNER.
- 5.3. O(s) BENEFICIÁRIO(S) poderá(ão) ser excluído(s) pela LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. ou pelo TITULAR da conta deste.

#### **TÍTULO V – DA PROPRIEDADE DO CARTÃO E CONDIÇÕES DE USO**

6. O CARTÃO RENNER será sempre de propriedade exclusiva da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a qual poderá a qualquer tempo, mediante prévio aviso, com prazo mínimo de 5 dias, dispensado no caso de uso indevido do CARTÃO RENNER ou no caso de inadimplência, solicitar a sua devolução, cancelá-lo, limitar ou reduzir o valor dos limites estabelecidos.
- 6.1. Sempre que o TITULAR, ou o(s) BENEFICIÁRIO(S) não utilizar(em) o CARTÃO RENNER, por um período superior a 12 (doze) meses, o(s) mesmo(s) será(ão) automaticamente bloqueado(s) para fins de atualização do cadastro, sendo facultado ao TITULAR reativá-lo(s) mediante solicitação em qualquer dos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A, após análise de crédito.
7. No ato de recebimento do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou o(s) BENEFICIÁRIO(S), este(s) último(s) quando for o caso de CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), deverá(ão) imediatamente apor suas(s) assinatura(s) usual(is) no local para isso existente no cartão, ficando o TITULAR responsável por quaisquer prejuízos da falta de assinatura no(s) cartão(ões).

#### **TÍTULO VI – DA PERDA, ROUBO OU FURTO E CANCELAMENTO DO CARTÃO**

8. Em caso de perda, roubo ou furto do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) deve(m) comunicar imediatamente o fato a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., via contato telefônico ou qualquer outro meio colocado à disposição, confirmado por escrito, sob pena de estas, não tomando ciência do ocorrido, não poderem ser responsabilizadas pelo uso do CARTÃO por terceiros.
- 8.1. Para segurança do TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S), o comunicado de perda, roubo ou furto acarretará o imediato bloqueio do CARTÃO para operações futuras, evitando seu uso indevido. Desejando realizar novas operações com CARTÃO RENNER, poderá(ão) o TITULAR ou BENEFICIÁRIO comparecer a qualquer unidade de LOJAS RENNER S/A e solicitar a emissão de segunda via.
- 8.2. Toda compra ou saque que acontecer antes do comunicado de perda ou roubo do CARTÃO, será de responsabilidade do TITULAR.
9. O TITULAR deve comunicar por escrito o eventual cancelamento do CARTÃO RENNER do(s) BENEFICIÁRIO(S) designado(s), o qual, contudo, só terá efeito após 1(um) dia útil a contar da sua comunicação. Por ocasião desta comunicação, o TITULAR deverá devolver o(s) respectivo(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), em poder do(s) BENEFICIÁRIO(S).



4





- 9.1 Caso não ocorra(m) a(s) devolução(ões) mencionadas no item 9, é facultado à LOJAS RENNER S.A. e/ou à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a retenção do(s) cartão(ões) do(s) BENEFICIÁRIO(S) na hipótese de tentativa de utilização do(s) mesmo(s).

**TÍTULO VII – DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, DA EFETIVAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DA COMPRA**

10. O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) ao efetuar(em) compra(s) em quaisquer unidades da LOJAS RENNER S.A. e/ou nos estabelecimentos que eventualmente operarem em convênio, assinará(ão) o(s) Comprovantes de Débito relativo(s) à(s) aquisição(ões) feita(s), comprovante(s) este(s) emitido(s) pela LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., do(s) qual(is) constará(ão) sempre o total da(s) compra(s) realizada(s) e a(s) condição(ões) de pagamento escolhida(s) pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) no ato da compra.
- 10.1 A assinatura poderá ser substituída pelo uso de SENHA ELETRÔNICA, ficando o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) responsáveis pelo sigilo e uso, não respondendo a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. pela cessão da senha.
- 10.2 A inclusão e definição de senha eletrônica pelo(s) portador(es) do(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) implica autorização para que o(s) BENEFICIÁRIO(S) movimente(m) todas as operações decorrentes do uso do CARTÃO.
- 10.3 As compras de mercadorias e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A. ou estabelecimentos conveniados poderão ser parceladas, com ou sem acréscimo de encargos financeiros, nas condições que LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. estabelecerem previamente, divulgadas pelos meios referidos no item 4.1., meios de comunicação (rádio, jornal, televisão e revistas) ou por publicidade existente nos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., mediante aceitação pelo TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S).
- 10.4 Pelo presente instrumento, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) outorgam poderes específicos para RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. celebrar contrato de mútuo, ou qualquer outra forma de financiamento, com BANCO(S) para financiar as compras de bens e/ou serviços mencionados acima, quando houver, por iniciativa do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), contratação de pagamento diferido em parcelas, na forma do item 10.3 acima, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pelo BANCO, devendo ocorrer o pagamento na forma do TÍTULO VIII, incidindo, ainda, o disposto no TÍTULO IX.
- 10.5 O mandato outorgado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. será exercido pela mandatária nos limites estabelecidos nesta cláusula, não compreendendo poderes para celebrar acordos adicionais ou alterar condições de financiamento.
- 10.6 O financiamento será concedido por BANCO(S) que firmar(em) parceria com LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., previamente informado(s) aos CLIENTES RENNER nos quadros existentes nas dependências de





LOJAS RENNER S.A., ou pelo meios de divulgação referidos no item 4.1 acima, com a cobrança de encargos também informados pelos meios aqui referidos.

**10.7 O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) ficam expressamente cientes de que os direitos creditórios oriundos das operações regidas pelo presente contrato poderão ser objeto de cessão pela LOJAS RENNER S.A., pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., pelo(s) BANCO(S) e/ou pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE ao FIDC Lojas Renner ou a terceiros. Diante disso, manifestam, desde já, plena anuência com ditas cessões, dispensando nova comunicação no momento do efetivo exercício da cessão.**

**10.8 Não obstante a cessão mencionada acima, os pagamentos pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) continuarão sendo feitos nos termos da cláusula 11 abaixo.**

#### **TÍTULO VIII – DO PAGAMENTO E DO ATRASO**

**11 O TITULAR ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) receberá(ão) no ato de cada compra o cupom fiscal e o respectivo carnê para pagamento ou retirará(ão) este último posteriormente à conclusão de cada compra, no(s) local(is) a ser(em) definido(s) por LOJAS RENNER S.A, pelos quais se obriga(m) a pagar nos respectivos vencimentos.**

**11.1 O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) deverá(ão) efetuar o pagamento de seu(s) débito(s), estabelecido(s) no(s) comprovante(s), nos caixas da rede da LOJAS RENNER S.A., ou nos locais que esta ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. venham a determinar expressamente.**

**11.2 A mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação assumida neste contrato ou em qualquer outro produto contratado com qualquer empresa do conglomerado Lojas Renner poderá implicar no imediato bloqueio deste Cartão ou de qualquer outro cartão ou serviço, independentemente de notificação ou qualquer outra formalidade, impedindo a realização de operações em qualquer dos estabelecimentos. Após a regularização da inadimplência, fica facultado a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a reativação do cartão bloqueado, se solicitado pelo TITULAR, após análise de crédito.**

**11.3 Na hipótese de atraso no pagamento, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá comunicar o fato a SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), bem como a quaisquer outros órgãos responsáveis por cadastrar inadimplimento.**

**11.4 Na hipótese de inadimplimento do TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) nos pagamentos das compras/serviços realizados com CARTÃO RENNER, considerar-se-á vencida integral e antecipadamente a dívida, pois os prazos originalmente assegurados para o seu pagamento poderão, neste caso, ser objeto de renúncia pelo credor, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, além de juros remuneratórios e capitalização mensal cobrados em razão do financiamento das compras e/ou da mora, nos termos dos TÍTULOS VII e IX deste instrumento, respectivamente.**

**11.5 Nos casos de atrasos superiores a 30 dias, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá cobrar tarifa a título de ressarcimento de**



6





**despesas com terceiros, conforme valor divulgado nas dependências de LOJAS RENNER S.A.**

- 11.6 O pagamento dos valores em atraso poderá ser efetuado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), na forma do item 11.1, até 60 (sessenta) dias contados do vencimento da parcela inadimplida e, após, nos locais designados pelas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
- 12 Toda compra efetuada pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), através de CARTÕES RENNER é aceita como líquida e certa, cobrável por via de execução judicial. Nos casos de financiamento do débito do TITULAR junto ao(s) BANCO(S), a LOJAS RENNER S.A. sub-roga-se ao direito de receber do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) as importâncias que vier a despendar, caso a liquidação de financiamento porventura seja realizada pela LOJAS RENNER S.A., independentemente de qualquer contestação do TITULAR quanto à liquidez e certeza da dívida e das demais estipulações constantes do item anterior.
- 13 O TITULAR assume a condição de principal pagador, podendo dele ser exigido o cumprimento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), na hipótese de inadimplemento. De outra parte, o(s) BENEFICIÁRIO(S) terá(ão) responsabilidade solidária pelas suas obrigações.

#### **TÍTULO IX – DO FINANCIAMENTO DA MORA**

- 14 Verificado o não pagamento, nos prazos especificados nos carnês de débitos no CARTÃO RENNER decorrentes de transações realizadas pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S), na forma do título anterior, o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S), neste ato e por este instrumento, nomeiam e constituem a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sua procuradora para o fim exclusivo e especial de, em nome e por conta do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), receber do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, repassando, no mesmo dia, às LOJAS RENNER S.A. ou instruir referida instituição financeira a depositar diretamente em conta corrente indicada por LOJAS RENNER S.A. valor equivalente aos débitos inadimplidos para fins de liquidação das dívidas. O BANCO INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a conceder financiamento exclusivamente para os fins de liquidar as dívidas vencidas oriundas das transações realizadas com o CARTÃO RENNER, acrescidas dos encargos moratórios acima, financiamento este que, desde logo, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) aceitam. O financiamento efetivar-se-á respeitando as condições estabelecidas conforme contratos entre o BANCO INTERVENIENTE ANUENTE e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., tão logo seja constatado o não pagamento, pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), de suas obrigações discriminadas no CARTÃO RENNER, mediante lista de controle fornecida periodicamente ao BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.. Pelo financiamento, a ser contratado a critério da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua concessão, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) pagará(ão) encargos previamente informados nos carnês de pagamento, nos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A e também no site





www.lojasrenner.com.br, a partir da data de desembolso pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE do valor do financiamento, sobre o valor do saldo devedor do TITULAR, até a sua liquidação. **Se o montante objeto do financiamento obtido na forma desta cláusula não for liquidado no prazo contratado, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2% sobre o saldo financiado inadimplido.** Caso a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. não exerça os poderes ora conferidos, aplicar-se-á o disposto no Título VIII deste instrumento.

14.1 O presente instrumento é firmado pelo Banco Itaú Unibanco S.A. na qualidade de terceiro interveniente, definido como BANCO INTERVENIENTE ANUENTE responsável pela concessão dos financiamentos contratados na forma do *caput*. Ocorrendo a substituição do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, esta será informada ao TITULAR pelos meios definidos na cláusula 4.1.

14.2 O crédito oriundo do financiamento da mora fica igualmente sujeito à cessão, nos termos da cláusula 10.7.

#### TÍTULO X – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15 O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, por iniciativa de qualquer das partes, hipótese em que ocorrerá o imediato cancelamento do CARTÃO RÊNNER. Em qualquer hipótese de rescisão, as cláusulas e condições contratuais relativas ao pagamento, mora e financiamento permanecerão em vigor até o integral pagamento e das dívidas e cumprimento das demais obrigações contratuais.

16 A parte que inadimplir obrigações previstas neste contrato, além do cumprimento da obrigação, deverá suportar os encargos moratórios respectivos e ressarcir as despesas incorridas pela parte prejudicada, no exercício de seu direito de exigir do inadimplente o cumprimento da obrigação.

#### TÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 O TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a pagar todos os tributos e contribuições relativas às compras e financiamentos das mesmas, contratados nas formas previstas neste instrumento, inclusive aqueles que venham a existir futuramente, arcando com eventuais majorações de alíquotas.

18 Fica o TITULAR obrigado a informar a LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., toda e qualquer eventual alteração nos seus dados pessoais, bem como do seu endereço, respondendo, caso assim não proceda, por todas as consequências de sua omissão, sendo responsável, ainda, por informar eventuais alterações relativas ao(s) BENEFICIÁRIO(S).

18.1 Caso LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO, constatem inconsistência nos dados do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIOS, bem como em seu endereço, por medida de segurança, ficam autorizadas a realizar o bloqueio do(s) CARTÃO(ÕES), independentemente de notificação, até que a inconsistência seja sanada.







19. Na hipótese de falecimento do TITULAR, havendo BENEFICIÁRIO(S), caberá a este informar o fato a LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
20. O titular confessa-se responsável pela exatidão das declarações prestadas, e uma vez aceito(s) e emitido(s) o CARTÃO ou CARTÕES ADICIONAL(IS), expressamente aceita todas as condições estabelecidas neste instrumento e que regulam o uso do CARTÃO RENNER, obrigando-se por si e por seu(s) eventual(is) BENEFICIÁRIO(S) a respeitá-los em todos os seus termos. O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.
21. RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá alterar este contrato, mediante prévia comunicação ao TITULAR. Tal comunicação será feita pelos meios informados na cláusula 4.1. Não estão abrangidas nesta hipótese as alterações ditadas por força de determinação legal, que poderão ocorrer independentemente de comunicação prévia.
22. As alterações serão averbadas no registro do contrato perante o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
23. Se o TITULAR não concordar com as alterações comunicadas, poderá extinguir o contrato no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da comunicação. A ausência de manifestação do TITULAR no prazo assinalado ou o uso do CARTÃO RENNER por ele ou BENEFICIÁRIO(S) será considerada como aceitação das alterações ocorridas.
24. Caso o TITULAR contrate com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a emissão e utilização de um CARTÃO BANDEIRA, tão logo haja o desbloqueio do referido CARTÃO BANDEIRA, haverá o cancelamento do CARTÃO RENNER do TITULAR, uma vez que o CARTÃO BANDEIRA possui, além da função bandeira, a função *Private Label* objeto deste contrato. Inexistindo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, o presente contrato será rescindido, passando a vigorar apenas o contrato do CARTÃO BANDEIRA. Contudo, havendo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, permanecerão hígidas todas as condições deste contrato, caso em que o TITULAR manterá os dois contratos com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., com todas suas obrigações, a menos que expressamente manifeste sua intenção de cancelar os CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER. O CARTÃO BANDEIRA será regulado por condições próprias, disponíveis no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br).
25. Fica convencionado que o não exercício pelas partes dos direitos que lhe asseguram o presente contrato ou mesmo a concordância com atraso no cumprimento das obrigações, não implicará em alteração ou renúncia destes direitos, os quais poderão ser plenamente exercidos em épocas subseqüentes e não alterará de modo algum as condições já pactuadas no presente Contrato.





2º RTD  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
REGISTRO Nº

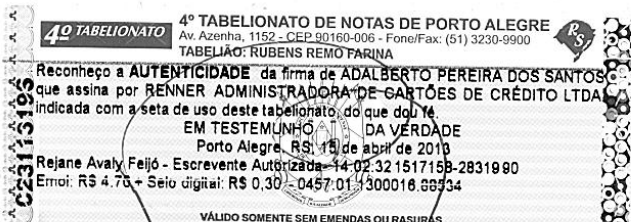
61682

Contrato registrado sob nº PORTO ALEGRE - RS, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre/RS

Porto Alegre, 12 de abril de 2013.

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

LOJAS RENNER S.A.



2º RTD

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua Gen. Câmara, 236 - 4º andar - 90010-230  
Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3212-6392  
Valter Luis Cervo - Oficial de Registros

PROTOCOLO: Nº 61734 - A-6, em 15/04/2013.  
REGISTRO: Nº 61682 - no Livro B-3, Fls 227 frente, em  
15/04/2013. A.v. 1. Averbado ao registro 36962.

Valter Luis Cervo - Oficial de Registros

Total: R\$ 163,20 + R\$ 2,80 = R\$ 166,00  
Registro/Averbação s/ valor (Integral): R\$ 35,10 (0452.04.0900005.09226 = R\$ 0,70)  
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 11,00 (0452.02.0800005.01951 = R\$ 0,40)  
Processamento eletrônico: R\$ 3,10 (0452.01.1200001.15572 = R\$ 0,30)  
Certidão (10 pgs): R\$ 114,00 (0452.04.0900005.09227 a 9228 = R\$ 1,40)

ALVARO FRANCISCO CERVO  
REGISTRADOR SUBSTITUTO

10







## CONTRATO DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), entre RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., LOJAS RENNER S.A. e a pessoa física portadora do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*), a seguir designada TITULAR, em conjunto denominados "contratantes", com a interveniência e anuência do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE.

**OBJETO:** O presente contrato destina-se a regular as condições e relações entre as empresas LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. com o TITULAR e terceiros expressamente autorizados pelo TITULAR para o uso do CARTÃO RENNER (*PRIVATE LABEL*). Para tanto, as partes concordam e aceitam que os termos abaixo relacionados, quando utilizados neste documento, terão a definição própria que os acompanha. Concordam, também, que os princípios de lealdade e boa-fé deverão orientar as partes na condução da relação negocial, obrigando-se a cumprir o adiante estipulado.

### TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

**BANCO:** Instituição Financeira responsável pela concessão de financiamento das compras realizadas pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) em número de parcelas e condições previamente determinadas.

**BANCO INTERVENIENTE ANUENTE:** instituição financeira que firma o presente contrato como interveniente anuente, responsável pela linha de crédito para financiamento da liquidação dos débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S).

**BENEFICIÁRIO:** Pessoa Física expressamente autorizada pelo TITULAR a usufruir das vantagens e direitos a ele conferidos por este instrumento, a quem é emitido o denominado CARTÃO ADICIONAL, que, ao aceitar, assinar e dele utilizar, estará concordando com os termos e condições expressos no presente instrumento.

**CARNÊ:** Documento representativo que espelha a compra ou operação realizada, emitido por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. entregue ao Titular/Beneficiário no ato da compra/operação ou retirado posteriormente no local(is) a ser(em) definido(s) por aquelas.

**CARTÃO ADICIONAL:** É o cartão que o Titular solicita a um ou mais Beneficiários e que possui as mesmas funcionalidades do Cartão e é necessariamente vinculado ao Cartão do Titular, que receberá os carnês para pagamento, sendo, juntamente com o(s) Beneficiário(s) solidariamente responsável pelos gastos e despesas oriundas do Cartão Adicional.

**CARTÃO ou CARTÃO RENNER:** Cartão plástico, *PRIVATE LABEL*, com nenhuma vinculação a qualquer bandeira, que pode adotar as denominações CARTÃO ou CARTÃO ADICIONAL, ou outras que forem criadas por LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., permitindo ao TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) a aquisição de produtos e serviços no(s) ESTABELECIMENTO(S), além da contratação de PRODUTOS FINANCEIROS diversos.

**CARTÃO BANDEIRA:** Cartão plástico, vinculado a uma bandeira, diverso do regulado neste contrato, que permite, além da aquisição de produtos e serviços nos estabelecimentos de

*[Handwritten signature]*  *[Handwritten signature]*



Lojas Renner, a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos afiliados ao sistema da(s) Bandeira(s).

**ENCARGOS:** São os juros remuneratórios, os tributos, as tarifas e as despesas incidentes sobre as operações de crédito realizadas com o Cartão, compreendendo, ainda, na hipótese de atraso no pagamento, os juros moratórios, a multa e as despesas de cobrança.

**ESTABELECIMENTO(S):** O CARTÃO RENNER poderá ser utilizado junto aos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., bem como em outros que vierem a aderir ao sistema de CARTÃO RENNER.

**FINANCIAMENTO:** Linha de Crédito a ser disponibilizada por um BANCO ou BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, seja para financiamento propriamente dito de compras realizadas em número de parcelas e condições determinadas por LOJAS RENNER S.A, seja para a liquidação de débitos do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) no CARTÃO RENNER não liquidados nos dias de vencimento, tal como estipulado neste contrato.

**PRODUTOS FINANCEIROS:** São empréstimos pessoais, títulos de capitalização, seguros pessoais e outros produtos/serviços desta natureza, fornecidos por instituições financeiras, empresas de capitalização e seguradoras que firmarem convênio com LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, exclusivamente para o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos contratos.

**SENHA ELETRÔNICA:** conjunto de números ou letras ou combinação de ambos, a ser definido, e mantido, em caráter sigiloso pelo TITULAR para o CARTÃO RENNER e pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), para o CARTÃO ADICIONAL, em conjunto ou em substituição à assinatura em transações realizadas com o CARTÃO RENNER na medida em que tal sistema venha a ser adotado.

**TITULAR:** Pessoa Física aderente ao presente instrumento, portador autorizado do CARTÃO RENNER, principal responsável pelos deveres e obrigações decorrentes do exercício dos direitos e faculdades aqui conferidos e pelas transações, mesmo se essas forem celebradas por terceiros sob sua permissão, bem como responsável pelas despesas e demais transações decorrentes dos outros cartões que autorizar a emissão.

## TÍTULO II – DO OBJETO E TERMOS DESTE INSTRUMENTO

1. A emissão e o uso do CARTÃO RENNER, bem como as responsabilidades de seu TITULAR e respectivo(s) BENEFICIÁRIO(S), se houver, reger-se-ão pelo presente contrato e suas eventuais modificações.
2. O CARTÃO RENNER possibilita ao seu TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S): (i) efetuar compras de mercadorias, em parcelas ou não, com ou sem financiamento, e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A ou, ainda, em estabelecimentos que vierem a firmar convênio, até os limites de prestação e de crédito para o Sistema de Pagamento com Prestações Pré-Fixadas ou com Correção Monetária Pós Fixada, estabelecido pelas empresas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., os quais poderão ser alterados a qualquer tempo; (ii) contratar PRODUTOS FINANCEIROS diversos, junto a empresas das quais LOJAS RENNER S.A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. sejam correspondentes, parceiras ou conveniadas, conforme condições e critérios estabelecidos pelas conveniadas, divulgados nas

  2 





dependências de LOJAS RENNER S.A., ou por outros meios de publicidade e informação referidos no presente instrumento.

3. O CARTÃO RENNER é nominativo, intransferível, de uso pessoal e exclusivo de seu TITULAR, salvo a hipótese de indicação de BENEFICIÁRIO(S), e a identificação do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) ocorrerá pelo nome, assinatura e código de conta, além da senha eletrônica.

### **TÍTULO III – DA ADESÃO AO SISTEMA E DOS DADOS CADASTRAIS**

4. O ingresso do(s) Portador(es) TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) no sistema de CARTÃO RENNER se dá pela sua(s) assinatura(s) na proposta de adesão, também denominada “Solicitação de Cartão Renner”, pelo desbloqueio ou utilização do CARTÃO, através de digitação de senha eletrônica, pela prática de qualquer ato ou fato relativo ao Sistema do CARTÃO RENNER, ou ainda mediante qualquer outra manifestação expressa de vontade. Na prática de qualquer dos atos acima enumerados estará(ão), também, concomitantemente, aderindo ao presente Contrato em todos os seus termos e condições. O TITULAR receberá uma cópia do Contrato em vigor, que ficará disponível no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br) e/ou em qualquer estabelecimento de LOJAS RENNER S/A. A LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderão ou não aceitar o ingresso do interessado no CARTÃO RENNER.
- 4.1. Com a adesão ao presente contrato, os dados cadastrais e de consumo do TITULAR e BENEFICIÁRIO(S) passam a integrar o cadastro de dados de LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., ficando estas autorizadas expressamente pelo TITULAR e BENEFICIÁRIOS(S) ao envio de correspondências, comunicados, demonstrativos e malas diretas, por carta, e-mail, telemarketing, mensagens enviadas para telefone celular, ou outros meios de comunicação disponíveis aos contratantes. O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) podem cancelar essa autorização a qualquer momento.

### **TÍTULO IV – DOS CARTÕES ADICIONAIS**

5. Mediante solicitação do TITULAR, este poderá autorizar, sob sua inteira responsabilidade e para débito de sua conta, a emissão de um ou mais cartões para uso das pessoas que designar, as quais passarão a denominar-se BENEFICIÁRIO(S), reservando-se a LOJAS RENNER S.A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a aceitação ou não da designação feita.
- 5.1. O(s) BENEFICIÁRIOS(S) portará(ão) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) e realizará(ão) TRANSAÇÕES sob exclusiva e irrestrita conta, encargo, ordem e responsabilidade do TITULAR, independentemente de sua prévia autorização, responsabilizando-se o TITULAR como principal pagador no caso de inadimplemento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), do(s) qual(is), contudo, poderá ser exigido o cumprimento das obrigações inadimplidas em caráter solidário.

*[Handwritten signature]*  3 *[Handwritten signature]*



- 5.2. O(s) BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a observar o presente contrato em sua integralidade, especialmente, mas não exclusivamente, as disposições relativas à posse e uso do CARTÃO RENNER.
- 5.3. O(s) BENEFICIÁRIO(S) poderá(ão) ser excluído(s) pela LOJAS RENNER S/A e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. ou pelo TITULAR da conta deste.

#### **TÍTULO V – DA PROPRIEDADE DO CARTÃO E CONDIÇÕES DE USO**

6. O CARTÃO RENNER será sempre de propriedade exclusiva da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a qual poderá a qualquer tempo, mediante prévio aviso, com prazo mínimo de 5 dias, dispensado no caso de uso indevido do CARTÃO RENNER ou no caso de inadimplência, solicitar a sua devolução, cancelá-lo, limitar ou reduzir o valor dos limites estabelecidos.
- 6.1. Sempre que o TITULAR, ou o(s) BENEFICIÁRIO(S) não utilizar(em) o CARTÃO RENNER, por um período superior a 12 (doze) meses, o(s) mesmo(s) será(ão) automaticamente bloqueado(s) para fins de atualização do cadastro, sendo facultado ao TITULAR reativá-lo(s) mediante solicitação em qualquer dos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A, após análise de crédito.
7. No ato de recebimento do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou o(s) BENEFICIÁRIO(S), este(s) último(s) quando for o caso de CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), deverá(ão) imediatamente apor suas(s) assinatura(s) usual(is) no local para isso existente no cartão, ficando o TITULAR responsável por quaisquer prejuízos da falta de assinatura no(s) cartão(ões).

#### **TÍTULO VI – DA PERDA, ROUBO OU FURTO E CANCELAMENTO DO CARTÃO**

8. Em caso de perda, roubo ou furto do CARTÃO RENNER, o TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S) deve(m) comunicar imediatamente o fato a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., via contato telefônico ou qualquer outro meio colocado à disposição, confirmado por escrito, sob pena de estas, não tomando ciência do ocorrido, não poderem ser responsabilizadas pelo uso do CARTÃO por terceiros.
- 8.1. Para segurança do TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S), o comunicado de perda, roubo ou furto acarretará o imediato bloqueio do CARTÃO para operações futuras, evitando seu uso indevido. Desejando realizar novas operações com CARTÃO RENNER, poderá(ão) o TITULAR ou BENEFICIÁRIO comparecer a qualquer unidade de LOJAS RENNER S/A e solicitar a emissão de segunda via.
- 8.2. Toda compra ou saque que acontecer antes do comunicado de perda ou roubo do CARTÃO, será de responsabilidade do TITULAR.
9. O TITULAR deve comunicar por escrito o eventual cancelamento do CARTÃO RENNER do(s) BENEFICIÁRIO(S) designado(s), o qual, contudo, só terá efeito após 1(um) dia útil a contar da sua comunicação. Por ocasião desta comunicação, o TITULAR deverá devolver o(s) respectivo(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS), em poder do(s) BENEFICIÁRIO(S).

4

4





- 9.1 Caso não ocorra(m) a(s) devolução(ões) mencionadas no item 9, é facultado à LOJAS RENNER S.A. e/ou à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., a retenção do(s) cartão(ões) do(s) BENEFICIÁRIO(S) na hipótese de tentativa de utilização do(s) mesmo(s).

#### **TÍTULO VII – DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, DA EFETIVAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DA COMPRA**

10. O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) ao efetuar(em) compra(s) em quaisquer unidades da LOJAS RENNER S.A. e/ou nos estabelecimentos que eventualmente operarem em convênio, assinará(ão) o(s) Comprovantes de Débito relativo(s) à(s) aquisição(ões) feita(s), comprovante(s) este(s) emitido(s) pela LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., do(s) qual(is) constará(ão) sempre o total da(s) compra(s) realizada(s) e a(s) condição(ões) de pagamento escolhida(s) pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) no ato da compra.
- 10.1 A assinatura poderá ser substituída pelo uso de SENHA ELETRÔNICA, ficando o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) responsáveis pelo sigilo e uso, não respondendo a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. pela cessão da senha.
- 10.2 A inclusão e definição de senha eletrônica pelo(s) portador(es) do(s) CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) implica autorização para que o(s) BENEFICIÁRIO(S) movimente(m) todas as operações decorrentes do uso do CARTÃO.
- 10.3 As compras de mercadorias e/ou serviços disponíveis em qualquer das unidades da LOJAS RENNER S.A. ou estabelecimentos conveniados poderão ser parceladas, com ou sem acréscimo de encargos financeiros, nas condições que LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. estabelecerem previamente, divulgadas pelos meios referidos no item 4.1., meios de comunicação (rádio, jornal, televisão e revistas) ou por publicidade existente nos estabelecimentos da LOJAS RENNER S.A., mediante aceitação pelo TITULAR ou BENEFICIÁRIO(S).
- 10.4 Pelo presente instrumento, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) outorgam poderes específicos para RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA e LOJAS RENNER S/A. celebrar, conjunta ou individualmente, contrato de mútuo, ou qualquer outra forma de financiamento, com BANCO(S) para financiar as compras de bens e/ou serviços mencionados acima, quando houver, por iniciativa do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), contratação de pagamento diferido em parcelas, na forma do item 10.3 acima, com acréscimo de encargos remuneratórios definidos pelo BANCO, devendo ocorrer o pagamento na forma do TÍTULO VIII, incidindo, ainda, o disposto no TÍTULO IX.
- 10.5 O mandato outorgado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) à RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e à LOJAS RENNER S/A será exercido pela(s) mandatária(s) nos limites estabelecidos nesta cláusula, não compreendendo poderes para celebrar acordos adicionais ou alterar condições de financiamento.
- 10.6 O financiamento será concedido por BANCO(S) que firmar(em) parceria com LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., previamente

  5 



informado(s) aos CLIENTES RENNER nos quadros existentes nas dependências de LOJAS RENNER S.A., ou pelo meios de divulgação referidos no item 4.1 acima, com a cobrança de encargos também informados pelos meios aqui referidos.

10.7 O TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S) ficam expressamente cientes de que os direitos creditórios oriundos das operações regidas pelo presente contrato poderão ser objeto de cessão pela LOJAS RENNER S.A., pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., pelo(s) BANCO(S) e/ou pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE à terceiros ou a qualquer Fundo de Investimento em Direitos Creditórios que tenha como cedente a LOJAS RENNER S.A. e/ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA. Diante disso, manifestam, desde já, plena anuência com ditas cessões, dispensando nova comunicação no momento do efetivo exercício da cessão.

10.8 Não obstante a cessão mencionada acima, os pagamentos pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) continuarão sendo feitos nos termos da cláusula 11 abaixo.

#### TÍTULO VIII – DO PAGAMENTO E DO ATRASO




11 O TITULAR ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) receberá(ão) no ato de cada compra o cupom fiscal e o respectivo carnê para pagamento ou retirará(ão) este último posteriormente à conclusão de cada compra, no(s) local(is) a ser(em) definido(s) por LOJAS RENNER S.A, pelos quais se obriga(m) a pagar nos respectivos vencimentos.

11.1 O TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) deverá(ão) efetuar o pagamento de seu(s) débito(s), estabelecido(s) no(s) comprovante(s), nos caixas da rede da LOJAS RENNER S.A., ou nos locais que esta ou a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. venham a determinar expressamente.

11.2 A mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação assumida neste contrato ou em qualquer outro produto contratado com qualquer empresa do conglomerado Lojas Renner poderá implicar no imediato bloqueio deste Cartão ou de qualquer outro cartão ou serviço, independentemente de notificação ou qualquer outra formalidade, impedindo a realização de operações em qualquer dos estabelecimentos. Após a regularização da inadimplência, fica facultado a LOJAS RENNER S/A ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a reativação do cartão bloqueado, se solicitado pelo TITULAR, após análise de crédito.

11.3 Na hipótese de atraso no pagamento, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá comunicar o fato a SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), bem como a quaisquer outros órgãos responsáveis por cadastrar inadimplimento.

11.4 Na hipótese de inadimplimento do TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S) nos pagamentos das compras/serviços realizados com CARTÃO RENNER, considerar-se-á vencida integral e antecipadamente a dívida, pois os prazos originalmente assegurados para o seu pagamento poderão, neste caso, ser objeto de renúncia pelo credor, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, além de juros remuneratórios e capitalização mensal cobrados em razão do

  6 



**financiamento das compras e/ou da mora, nos termos dos TÍTULOS VII e IX deste instrumento, respectivamente.**

- 11.5 O pagamento dos valores em atraso poderá ser efetuado pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), na forma do item 11.1, até 60 (sessenta) dias contados do vencimento da parcela inadimplida e, após, nos locais designados pelas LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
- 12 Toda compra efetuada pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), através de CARTÕES RENNER é aceita como líquida e certa, cobrável por via de execução judicial. Nos casos de financiamento do débito do TITULAR junto ao(s) BANCO(S), a LOJAS RENNER S.A. sub-rogar-se-á no direito de receber do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) as importâncias que vier a despendar, caso a liquidação de financiamento porventura seja realizada pela LOJAS RENNER S.A., independentemente de qualquer contestação do TITULAR quanto à liquidez e certeza da dívida e das demais estipulações constantes do item anterior.
- 13 O TITULAR assume a condição de principal pagador, podendo dele ser exigido o cumprimento das obrigações contraídas pelo(s) BENEFICIÁRIO(S), na hipótese de inadimplemento. De outra parte, o(s) BENEFICIÁRIO(S) terá(ão) responsabilidade solidária pelas suas obrigações.

#### **TÍTULO IX – DO FINANCIAMENTO DA MORA**

- 14 Verificado o não pagamento, nos prazos especificados nos carnês de débitos no CARTÃO RENNER decorrentes de transações realizadas pelo TITULAR e/ou seu(s) BENEFICIÁRIO(S), na forma do título anterior, o TITULAR e o(s) BENEFICIÁRIO(S), neste ato e por este instrumento, nomeiam e constituem a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a LOJAS RENNER S.A. suas procuradoras para o fim exclusivo e especial de, conjunta ou individualmente, em nome e por conta do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), receber do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, repassando, no mesmo dia, às LOJAS RENNER S.A. ou instruir referida instituição financeira a depositar diretamente em conta corrente indicada por LOJAS RENNER S.A., valor equivalente aos débitos inadimplidos para fins de liquidação das dívidas. O BANCO INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a conceder financiamento exclusivamente para os fins de liquidar as dívidas vencidas oriundas das transações realizadas com o CARTÃO RENNER, acrescidas dos encargos moratórios acima, financiamento este que, desde logo, o TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) aceitam. O financiamento efetivar-se-á respeitando as condições estabelecidas conforme contratos entre o BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e/ou LOJAS RENNER S/A, tão logo seja constatado o não pagamento, pelo TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S), de suas obrigações discriminadas no CARTÃO RENNER, mediante lista de controle fornecida periodicamente ao BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pela RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e/ou pela LOJAS RENNER S/A. Pelo financiamento, a ser contratado a critério da RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA, LOJAS RENNER S/A e do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua concessão, o

  7 



TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) pagará(ão) encargos previamente informados nos carnês de pagamento, nos estabelecimentos de LOJAS RENNER S/A e também no site [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br), a partir da data de desembolso pelo BANCO INTERVENIENTE ANUENTE do valor do financiamento, sobre o valor do saldo devedor do TITULAR, até a sua liquidação. **Se o montante objeto do financiamento obtido na forma desta cláusula não for liquidado no prazo contratado, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2% sobre o saldo financiado inadimplido.** Caso a RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e a LOJAS RENNER S/A não exerçam os poderes ora conferidos, aplicar-se-á o disposto no Título VIII deste instrumento.

14.1 O presente instrumento é firmado pelo Banco Itaú Unibanco S.A. na qualidade de terceiro interveniente, definido como BANCO INTERVENIENTE ANUENTE responsável pela concessão dos financiamentos contratados na forma do *caput*. Ocorrendo a substituição do BANCO INTERVENIENTE ANUENTE, esta será informada ao TITULAR pelos meios definidos na cláusula 4.1.

14.2 O crédito oriundo do financiamento da mora fica igualmente sujeito à cessão, nos termos da cláusula 10.7.

#### TÍTULO X – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15 O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, por iniciativa de qualquer das partes, hipótese em que ocorrerá o imediato cancelamento do CARTÃO RENNER. Em qualquer hipótese de rescisão, as cláusulas e condições contratuais relativas ao pagamento, mora e financiamento permanecerão em vigor até o integral pagamento e das dívidas e cumprimento das demais obrigações contratuais.

16 A parte que inadimplir obrigações previstas neste contrato, além do cumprimento da obrigação, deverá suportar os encargos moratórios respectivos e ressarcir as despesas incorridas pela parte prejudicada, no exercício de seu direito de exigir do inadimplente o cumprimento da obrigação.

#### TÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 O TITULAR e/ou BENEFICIÁRIO(S) obriga(m)-se a pagar todos os tributos e contribuições relativas às compras e financiamentos das mesmas, contratados nas formas previstas neste instrumento, inclusive aqueles que venham a existir futuramente, arcando com eventuais majorações de alíquotas.

18 Fica o TITULAR obrigado a informar a LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., toda e qualquer eventual alteração nos seus dados pessoais, bem como do seu endereço, respondendo, caso assim não proceda, por todas as consequências de sua omissão, sendo responsável, ainda, por informar eventuais alterações relativas ao(s) BENEFICIÁRIO(S).

18.1 Caso LOJAS RENNER S.A. e/ou RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO constatem inconsistência nos dados do TITULAR e/ou BENEFICIÁRIOS, bem como em seu endereço, por medida de segurança, ficam

4



8

p



- autorizadas a realizar o bloqueio do(s) CARTÃO(ÕES), independentemente de notificação, até que a inconsistência seja sanada.
19. Na hipótese de falecimento do TITULAR, havendo BENEFICIÁRIO(S), caberá a este informar o fato a LOJAS RENNER S.A. e RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
20. O titular confessa-se responsável pela exatidão das declarações prestadas, e uma vez aceito(s) e emitido(s) o CARTÃO ou CARTÕES ADICIONAL(IS), expressamente aceita todas as condições estabelecidas neste instrumento e que regulam o uso do CARTÃO RENNER, obrigando-se por si e por seu(s) eventual(is) BENEFICIÁRIO(S) a respeitá-los em todos os seus termos. O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.
21. RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. poderá alterar este contrato, mediante prévia comunicação ao TITULAR. Tal comunicação será feita pelos meios informados na cláusula 4.1. Não estão abrangidas nesta hipótese as alterações ditadas por força de determinação legal, que poderão ocorrer independentemente de comunicação prévia.
22. As alterações serão averbadas no registro do contrato perante o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
23. Se o TITULAR não concordar com as alterações comunicadas, poderá extinguir o contrato no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da comunicação. A ausência de manifestação do TITULAR no prazo assinalado ou o uso do CARTÃO RENNER por ele ou BENEFICIÁRIO(S) será considerada como aceitação das alterações ocorridas.
24. Caso o TITULAR contrate com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. a emissão e utilização de um CARTÃO BANDEIRA, tão logo haja o desbloqueio do referido CARTÃO BANDEIRA, haverá o cancelamento do CARTÃO RENNER do TITULAR, uma vez que o CARTÃO BANDEIRA possui, além da função bandeira, a função *Private Label* objeto deste contrato. Inexistindo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, o presente contrato será rescindido, passando a vigorar apenas o contrato do CARTÃO BANDEIRA. Contudo, havendo CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER, permanecerão hígidas todas as condições deste contrato, caso em que o TITULAR manterá os dois contratos com RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., com todas suas obrigações, a menos que expressamente manifeste sua intenção de cancelar os CARTÃO(ÕES) ADICIONAL(IS) vinculados ao CARTÃO RENNER. O CARTÃO BANDEIRA será regulado por condições próprias, disponíveis no site [www.realizesolucoesfinanceiras.com.br](http://www.realizesolucoesfinanceiras.com.br).
25. Fica convencionado que o não exercício pelas partes dos direitos que lhe asseguram o presente contrato ou mesmo a concordância com atraso no cumprimento das obrigações, não implicará em alteração ou renúncia destes direitos, os quais poderão ser plenamente exercidos em épocas subsequentes e não alterará de modo algum as condições já pactuadas no presente Contrato.

  9 



Contrato registrado sob nº \_\_\_\_\_, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre/RS

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014:

<sup>LG</sup>  
x

RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

<sup>LG</sup>  
x

LOJAS RENNER S.A.

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.,  
na qualidade de Banco Interviente Anuente



10



ANEXO V

RELAÇÃO DE CONTA CORRENTE DO CEDENTE

<u>BANCO</u>	<u>AGÊNCIA</u>	<u>CONTA CORRENTE</u>
341	0910	11588-0

**Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

**Intercâmbio Eletrônico de Arquivos**

**Layout do Arquivo**

**CNAB400 BRADESCO**

**ATENÇÃO:** ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O “MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA TROCA DE ARQUIVOS” DA COBRANÇA BRADESCO. INFORMAÇÕES SOBRE LAYOUT DO ARQUIVO DE RETORNO DA COBRANÇA E CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA UTILIZADOS DEVERÃO SER VERIFICADOS NO MANUAL EM REFERÊNCIA.



**Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

**Intercâmbio Eletrônico de Arquivos**

**Layout do Arquivo**

**CNAB400 MAINFRAME**

**(Contempla Campos para 3040, Taxa de Juros e CF)**

## 1. ARQUIVO REMESSA AQUISIÇÃO:

### 1.1. REGISTRO HEADER LABEL – REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DO REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓDIGO DE REMESSA	IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA	002 002	9(001)	FIXO = "1"
LITERAL DE REMESSA	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO MOVIMENTO	003 009	X(007)	REMESSA
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FUNDO RECEBIVEL
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	Nº DO BANCO DO CUSTODIANTE	077 079	9(003)	FIXO = "237"
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO CUSTODIANTE	080 094	X(015)	FIXO = "BANCO BRADESCO"
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	101 119	X(019)	
CÓDIGO FUNDO	IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO	120 130	X(011)	
CNPJ	Nº DO CNPJ DO CEDENTE	131 145	9(015)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	146 394	X(249)	
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	000001
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO	V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA	

## 1.2. REGISTRO DETALHE– REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = "1"
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	TIPO DE INSCRIÇÃO DO SACADOR/AVALISTA	002 003	9(002)	FIXO = "04", OU SEJA CNPJ
CNPJ DO CEDENTE	Nº DO CNPJ DA EMPRESA CEDENTE	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
DATA NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO DO MUTUÁRIO	030 037	X(008)	DDMMAAAA
Nº DO CONTRATO	(2) ZEROS + NÚM. DO CONTRATO DE VENDA + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSE NÚMERO	NÚMERO DO CUPOM FISCAL	063 068	(006)	
NÚMERO DO CARTÃO	NÚMERO DO CARTÃO	069 077	(009)	
CNPJ EMITENTE DO ARQUIVO Z	CNPJ DA EMPRESA QUE EMITE O ARQUIVO REDUÇÃO Z	078 091	(014)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	092 097	X(006)	BRANCOS
TAXA DE JUROS	TAXA DE JUROS DO CONTRATO	098 106	9(3)V9(5)	OBRIGATORIO
BRANCOS	BRANCOS	107 107	X(001)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCO
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	FIXO = "01"
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP, ETC)	111 120	X(010)	NOTA 3
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	121 126	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	127 139	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	Nº DO BANCO CUSTODIANTE	140 142	9(003)	FIXO = "237"
ZEROS	ZEROS	143 147	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	148 149	9(002)	NOTA 14
BRANCOS	BRANCOS	150 150	X(001)	BRANCOS
DATA DE EMISSÃO	DATA DA EMISSÃO DO TÍTULO	151 156	9(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	157 158	9(002)	ZEROS
ZEROS	ZEROS	159 160	9(002)	ZEROS
ZEROS	ZEROS	161 173	9(11)V9(2)	ZEROS
MATRICULA	CÓDIGO DA MATRICULA DO MUTUÁRIO NO ORGÃO	174 193	X(020)	BRANCOS A DIREITA
ÓRGÃO LOTAÇÃO	CÓDIGO DO ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	194 199	X(006)	
ÓRGÃO PAGADOR	CÓDIGO DO ÓRGÃO PAGADOR	200 205	X(006)	
BRANCOS	BRANCOS	206 208	X(003)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	209 209	9(001)	ZERO
TIPO DO CLIENTE (SACADO)	TIPO DO CLIENTE SACADO – DOCUMENTO 3040	210 210	9(001)	NOTA 13
ZEROS	ZEROS	211 218	9(007)	ZEROS
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/SACADO	219 220	9(002)	FIXO = "01"=CPF OU FIXO = " 02"=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO DO SACADO (CNPJ / CPF)	221 234	9(014)	
NOME	NOME DO SACADO	235 264	X(030)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	265 274	X(010)	
LOGRADOURO	RUA, NÚMERO E COMPLEMENTO DO SACADO	275 314	X(040)	
BAIRRO	BAIRRO DO SACADO	315 326	X(012)	
CEP	CEP DO SACADO	327 334	9(008)	NOTA 7
CIDADE	CIDADE DO SACADO	335 349	X(015)	
ESTADO	UF DO SACADO	350 351	X(002)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	352 352	X(001)	
SACADOR / AVALISTA	NOME DO SACADOR OU AVALISTA	353 357	X(005)	
TAXA REFERENCIAL	TAXA REFERENCIAL OU INDEXADOR – DOCUMENTO 3040	358 359	9(002)	NOTA 13
INDEXADOR	PERCENTUAL DO INDEXADOR – DOCUMENTO 3040	360 370	9(004)V9(07)	NOTA 13

ZEROS	ZEROS	371 374	X(004)	BRANCOS
MODALIDADE DA OPERAÇÃO	MODALIDADE DA OPERAÇÃO – DOCUMENTO 3040	375 378	9(004)	NOTA 13
CARACATERISTICA ESPECIAL	CARACATERISTICA ESPECIAL - DOCUMENTO 3040	379 380	X(002)	BRANCOS
BRANCO	BRANCO	381 381	X(001)	BRANCO
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	382 385	X(004)	
DATA DE MORA	DATA DE MORA	386 391	X(006)	DDMMAA
QTTPAR	QUANTIDADE DE PARCELAS DO ARQUIVO POR CONTRATO	392 394	9(003)	
NÚMERO SEQUÊNCIAL	Nº SEQUÊNCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 1.3. – REGISTRO TRAILER – REMESSA:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = “9”
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	002 394	X(393)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 2. ARQUIVO RETORNO AQUISIÇÃO:

### 2.1. REGISTRO HEADER LABEL – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = “0”
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = “2”
LITERAL DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO. POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	RETORNO
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = “07”
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = “FUNDO RECEBIVEL”
CÓDIGO DA CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	9(003)	
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DA ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = “BPI”
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	X(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	120 394	X(275)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = “000001”
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 2.2. REGISTRO DETALHE – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = “02”=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	030 037	X(008)	BRANCOS
Nº DO CONTRATO	NÚMERO DO CONTRATO + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
BRANCOS	NÚMERO DO CONTRATO	095 107	X(013)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9 8
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	X(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	166 168	9(003)	FIXO = “237”
ZEROS	ZEROS	169 173	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = “01”
ZEROS	ZEROS	176 188	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	189 253	X(065)	BRANCOS
VALOR BAIXA	VALOR DA BAIXA	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 279	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	280 295	X(016)	BRANCOS
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	X(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	306 313	X(008)	BRANCOS
TAXA AQUISIÇÃO	VALOR DA TAXA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO	314 324	9(03)V9(08)	9999999999
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO	355 369	9(13)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	370 375	X(006)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	376 377	X(002)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	9(012)	NOTA 12
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)

X = ALFANUMÉRICO

9 = NUMÉRICO

V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA



### 2.3. REGISTRO TRAILER – RETORNO:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = “9”
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = “2”
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = “7”
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO	005 007	9(003)	FIXO = “237”
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	026 039	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	040 212	X(173)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	213 220	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR DOS TÍTULOS INFORMADOS NO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	

X = ALFANUMÉRICO                      9 = NUMÉRICO                      V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 3. ARQUIVO REMESSA Ocorrências:

#### 3.1. REGISTRO HEADER LABEL – REMESSA Ocorrências:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓD. DE OCORRENCIA	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO OCORRENCIA	002 002	9(001)	FIXO = "3"
LITERAL OCORRENCIA	ID., POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	FIXO = "OCORREN"
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = "FUNDO RECEBIVEL"
CÓDIGO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA NO BANCO	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DA EMPRESA	NOME POR EXTENSO DA "EMPRESA MÃE"	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	9(003)	
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = "BPI"
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	X(006)	DDMMAA
CÓDIGO FUNDO	IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO	120 130	X(011)	
CNPJ	Nº DO CNPJ DO CEDENTE	131 145	X(015)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	146 394	X(249)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = "000001"
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 3.2. REGISTRO DETALHE – REMESSA OCORRÊNCIAS:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = “02”=CNPJ
NÚM. DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	BRANCOS	030 037	X(008)	BRANCOS
Nº DO CONTRATO	NÚMERO DO CONTRATO + PARCELA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
<b>TAXA DE JUROS</b>	<b>TAXA DE JUROS DO CONTRATO</b>	<b>095 099</b>	<b>9(3)V9(2)</b>	<b>OBRIGATORIO</b>
BRANCOS	BRANCOS	100 108	X(009)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9 C
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	9(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	BRANCOS	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	166 168	9(003)	FIXO = “237”
ZEROS	ZEROS	169 173	9(005)	ZEROS
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = “01”
ZEROS	ZEROS	176 188	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	189 253	X(65)	BRANCOS
VALOR DA BAIXA	VALOR LANÇADO EM CONTA CORRENTE	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 292	9(026)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	293 295	X(003)	BRANCOS
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	9(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	306 324	X(019)	BRANCOS
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
BRANCOS	BRANCOS	355 377	X(023)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	9(012)	NOTA 12
BRANCOS	BRANCOS	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 3.3. REGISTRO TRAILER – REMESSA Ocorrências:

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = "9"
CÓDIGO DE OCORRENCIA	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO OCORRENCIA	002 002	9(001)	FIXO = "3"
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = "7"
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO NA COMPENSAÇÃO	005 007	9(003)	
BRANCOS	BRANCOS	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	026 039	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	040 212	X(173)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS NO ARQUIVO	213 220	9(008)	
VALOR TOTAL INFORMADO	VALOR TOTAL DOS TÍTULOS DO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	BRANCOS	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	Nº SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 4. ARQUIVO RETORNO Ocorrências:

### 4.1. REGISTRO HEADER LABEL – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO HEADER	001 001	9(001)	FIXO = "0"
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = "4"
LITERAL DE RETORNO	IDENT. POR EXTENSO DO TIPO DE MOVIMENTO	003 009	X(007)	FIXO = "RETORNO"
CÓDIGO DO SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	010 011	9(002)	FIXO = "07"
LITERAL DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO POR EXTENSO DO TIPO DE SERVIÇO	012 026	X(015)	FIXO = "FUNDO RECEBIVEL"
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE	027 038	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	BRANCOS	039 046	X(008)	BRANCOS
NOME DO CEDENTE	NOME POR EXTENSO DO CEDENTE	047 076	X(030)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO	077 079	9(003)	FIXO = "237"
NOME DO BANCO	NOME POR EXTENSO DO BANCO	080 094	X(015)	FIXO = "BRADESCO"
DATA DE GRAVAÇÃO	DATA DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	9(006)	DDMMAA
DENSIDADE	UNIDADE DA DENSIDADE	101 105	9(005)	NOTA 11
UNIDADE DE DENSID.	DENSIDADE DE GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	106 108	X(003)	FIXO = "BPI"
ZEROS	ZEROS	109 113	9(005)	ZEROS
DATA DE CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DOS LANÇAMENTOS	114 119	9(006)	DDMMAA
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	120 394	X(275)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	FIXO = "000001"
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 4.2. REGISTRO DETALHE – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRANSAÇÃO	001 001	9(001)	FIXO = “1”
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO/EMPRESA	002 003	9(002)	FIXO = “02”=CNPJ
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA (CNPJ)	004 017	9(014)	
CÓDIGO DO CEDENTE	IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE NO BANCO	018 029	9(012)	NOTA 1
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	030 037	X(008)	BRANCOS
USO DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NA EMPRESA	038 062	X(025)	NOTA 2
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	063 070	9(008)	ZEROS
BRANCOS	BRANCOS	071 082	X(012)	BRANCOS
ZEROS	ZEROS	083 085	9(003)	ZEROS
NOSSO NÚMERO	IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	086 093	9(008)	
DAC NOSSO NÚMERO	DAC DO NOSSO NÚMERO	094 094	9(001)	GERADO PELO SISTEMA
BRANCOS	BRANCOS	095 107	X(013)	BRANCOS
BRANCOS	BRANCOS	108 108	X(001)	BRANCOS
CÓD. DE OCORRÊNCIA	IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	109 110	9(002)	NOTA 9
DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA NO BANCO	111 116	9(006)	DDMMAA
SEU NÚMERO	Nº DO DOCUMENTO DE COBRANÇA (DUPL, NP ETC)	117 126	X(010)	NOTA 3
NOSSO NÚMERO	CONFIRMAÇÃO DO NÚMERO DO TÍTULO NO BANCO	127 134	9(008)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	135 146	X(012)	BRANCOS
VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	9(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	VALOR NOMINAL DO TÍTULO	153 165	9(11)V9(2)	
CÓDIGO DO BANCO	NÚMERO DO BANCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	166 168	9(003)	
AGÊNCIA COBRADORA	AG. COBRADORA, AG. DE LIQUIDAÇÃO OU BAIXA	169 172	9(004)	NOTA 4
DAC AG. COBRADORA	DAC DA AGÊNCIA COBRADORA	173 173	9(001)	
ESPÉCIE	ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	9(002)	FIXO = “01”
TARIFA DE COBRANÇA	VALOR DA DESPESA DE COBRANÇA	176 188	9(11)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	189 253	X(065)	BRANCOS
VALOR DA BAIXA	VALOR LANÇADO EM CONTA CORRENTE	254 266	9(11)V9(2)	
ZEROS	ZEROS	267 279	9(11)V9(2)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	280 295	X(016)	
DATA CRÉDITO	DATA DE CRÉDITO DESTA LIQUIDAÇÃO	296 301	9(006)	DDMMAA
ZEROS	ZEROS	302 305	9(004)	ZEROS
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	306 324	X(019)	BRANCOS
NOME DO SACADO	NOME DO SACADO	325 354	X(030)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	355 377	X(023)	BRANCOS
ERROS	REGISTROS REJEITADOS	378 389	X(012)	NOTA 12
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	390 394	X(005)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	SEQUENCIAL A PARTIR DE 000002 (NÃO REPETE)
X = ALFANUMÉRICO		9 = NUMÉRICO		V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

### 4.3. REGISTRO TRAILER – RETORNO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
CÓDIGO DE REGISTRO	IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO TRAILER	001 001	9(001)	FIXO = “9”
CÓDIGO DE RETORNO	IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVO RETORNO	002 002	9(001)	FIXO = “2”
CÓDIGO DE SERVIÇO	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	003 004	9(002)	FIXO = “7”
CÓDIGO DO BANCO	IDENTIFICAÇÃO DO BANCO NA COMPENSAÇÃO	005 007	9(003)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	008 017	X(010)	BRANCOS
QTDE. DE TÍTULOS	QTDE. DE TÍTULOS EM COBR. DIRETA./ESCRITURAL	018 025	9(008)	
VALOR TOTAL	VR TOTAL DOS TÍTULOS EM COBR. DIRETA/ESCRIT.	026 039	9(12)V9(2)	
AVISO BANCÁRIO	REFERÊNCIA DO AVISO BANCÁRIO	040 047	X(008)	BRANCOS
BRANCOS	COMPLEMENTO DE REGISTRO	058 207	X(150)	BRANCOS
CONTROLE DO ARQUIVO	NÚMERO SEQUENCIAL DO ARQUIVO RETORNO	208 212	9(005)	
QTDE DE DETALHES	QUANTIDADE DE REGISTROS DE TRANSAÇÃO	213 220	9(008)	
VL TOTAL INFORMADO	VALOR DOS TÍTULOS INFORMADOS NO ARQUIVO	221 234	9(12)V9(2)	
BRANCOS	COMPLEMENTO DO REGISTRO	235 394	X(160)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO NO ARQUIVO	395 400	9(006)	

X = ALFANUMÉRICO                      9 = NUMÉRICO                      V = VÍRGULA DECIMAL ASSUMIDA

## 5. Notas

(1) CÓDIGO DA EMPRESA

O campo código da empresa deverá ser preenchido na forma AAAACCCCCCD, onde:

AAAA	: número da agência do fundo;
CCCCCC	: número da conta do fundo;
D	: dígito de auto-conferência da agência/conta do fundo.

(2) CONTRATO / PARCELA

Campo identificador do título. Campo obrigatório. Informação deve ser uma identificação única.

9 (002)	: zeros
9 (013)	: número do contrato de venda
9 (003)	: número da parcela
X (007)	: brancos

(3) SEU NÚMERO

Campo obrigatório, deve ser preenchido com o nº do contrato, com zeros à esquerda.

(4) AGÊNCIA COBRADORA

Informar sempre.

**(5) JUROS DE 1 DIA**

Necessário informar o valor dos Juros.

(6) NOME DO SACADO/BRANCOS

Os dois campos podem ser agrupados para registrar o nome do sacado. Se agrupados, o sistema tentará abreviar o nome para 30 posições (ex.: Companhia = Cia), truncando o restante.

(7) CEP DO SACADO

Informar o CEP com 8 dígitos.

(8) CÓDIGO DE SERVIÇO (ARQUIVO RETORNO)

CÓDIGO DE SERVIÇO	LITERAL DE SERVIÇO	CÓDIGO DE OCORRÊNCIA
07	FUNDO RECEBÍVEL	VER NOTA 9

(9) Códigos de Ocorrência

9A - Arquivo "Aquisição – Remessa"

CÓD	DESCRIÇÃO
01	REMESSA

9B - Arquivo "Arquivo Retorno Aquisição" e Arquivo "Ocorrência – Retorno"

CÓD	DESCRIÇÃO
02	ENTRADA CONFIRMADA
03	ENTRADA REJEITADA

9C - Arquivo "Ocorrências – Remessa"

CÓD	DESCRIÇÃO
06	LIQUIDAÇÃO NORMAL
71	BAIXA POR RECOMPRA
72	BAIXA POR PAGAMENTO NA CEDENTE
73	BAIXA POR RESOLUÇÃO DE CESSÃO
74	BAIXA POR LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA
76	BAIXA POR REFINANCIAMENTO
77	BAIXA POR SEGURO/SINISTRO
80	REABERTURA/REATIVAÇÃO - SEM FINANCEIRO
81	REABERTURA/REATIVAÇÃO - COM FINANCEIRO

(10) Quantidade e Valor Total de Títulos

Esses campos referem-se às quantidades e valores dos títulos.

(11) Densidade/Unidade de Densidade

Para gravação em fita, preencher este campo com 01600 ou 06250.

(12) Erros

Para os registros rejeitados (códigos de ocorrência 03) pode-se ler nas posições 378 a 385 até quatro códigos de erro que explicam o motivo da rejeição.

ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO	ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
04	SIGLA DO ESTADO INVALIDA	76	QTDE. PARC. MAIOR QUE A QTDE. MAXIMA
08	NOME DO SACADO NAO INFORMADO OU DESLOCADO	77	DATA DE GRAVACAO INVALIDA
10	LOGRADOURO NAO INFORMADO OU DESLOCADO	78	SACADO NAO ELEGIVEL
11	CEP NAO NUMERICO/CEP INVALIDO	79	DIA DO VCTO NAO CADASTRADO NA TBD7DIA0
13	CEP INCOMPATIVEL COM A SIGLA DO ESTADO	80	EXCEDE LIMITE DUPLIC
14	DUPLICATA JA REGISTRADA NO CADASTRO DO BANCO	81	EXCEDE VALOR DE SEGMENTO
15	DUPLICATA EM DUPLICIDADE NO MESMO MOVIMENTO	82	USO DA EMPRESA INVALIDO
16	SACADO EM ATRASO	84	CEP INVALIDO PARA BANCO CORRESPONDENTE
19	OCORRENCIA INVALIDA	85	MESMO NUMERO DE CHEQUE NA REMESSA
28	C/C NAO CADASTRADA PARA RECEBIVEL	86	CEDENTE INATIVO
36	TIPO DE PESSOA INVALIDO	87	EXCEDE LIMITE VENCTO
37	CGC/CPF NAO NUMERICO/IGUAL A ZEROS/NAO ENCONTRADO	88	EXCEDE LIMITE DO SACADO
38	SACADO INEXISTENTE NA RELACAO DE CLIENTES	89	VLR COMPRAS INFERIOR
39	TITULO DE BANCO CORRESPONDENTE	90	EXCEDE LIMITE DO LOJISTA
40	EXCEDE PERC. PERMITIDO DE CONCENTRACAO POR SACADO	91	VL. CONTRATO INFERIOR AO MINIMO DETERMINADO
41	EXCEDE PERC. DE CONCENTRACAO - GRUPO ECONOMICO	92	VL. CONTRATO SUPERIOR AO PERCENT. MAX. PATRIMONIO



42	EXCEDE PERC. DE CONCENTR. - MAIORES SACADOS	93	TAXA DE JUROS DO CONTRATO INVALIDA
43	CHAVE (BCO/AG/CTA/D/CART/NUM TIT) INVALIDA	94	QTDE DE PARCELA INVALIDA
44	TITULO NAO REGISTRADO	95	TAXA DE JUROS DIFERE DAS DEMAIS PARCELAS
45	EXCEDE LIMITE DE DIVERSIFICACAO DA CARTEIRA	96	QTDE DE PARC DIFERE DAS DEMAIS INFORMADA NO CONTR
50	NUMERO DO CHEQUE INVALIDO	98	EXCEDE LIMITE DE GIRO DA CARTEIRA
51	SACADO COM APONTAMENTO	99	CONTRATO REJEITADO
52	CODIGO DO LOJISTA INVALIDO	101	NAO E ARQUIVO REMESSA
53	TITULO SEM CORRESP. NO CADASTRO	102	FALTA REGISTRO TRANSACAO
54	SOLICITACAO DE ESTORNO DE TIT. EM ABERTO	103	FALTA REGISTRO TRAILLER
55	NOSSO NUMERO INVALIDO CRT-109	104	CODIGO DO REGISTRO INVALIDO
56	CONTRATO/PARCELA JA BAIXADO OU LIQUIDADO	105	MOVIMENTO REJEITADO - ERRO NA CONSIT. FISICA
57	COD OCORRENCIA INVALIDO PARA LIQUIDACAO ANTECIPADA	106	DUPLICIDADE DE MOVIMENTO
61	JUROS DE MORA MAIOR QUE O PERMITIDO	107	NUMERO SEQUENCIAL INVALIDO/FORA DA ORDEM
64	DATA DE EMISSAO DO TITULO INVALIDA	108	TIPO DE SERVICO NAO E DE SECURITIZACAO DE RECEB.
65	DATA DA OCORRENCIA INVALIDA	109	FALTA REGISTRO HEADER
66	DT.VENCTO.INVALIDA/FORA DE PRAZO DE OP.-MIN OU MAX	110	ENDEREÇO ELETRONICO INVALIDO
67	VALOR DO TITULO INVALIDO		
68	DIA VECTO DIFERE DAS DEMAIS PARCELAS		
69	PARCELAS COM ERRO NA SEQUENCIA		
70	QTDE PARCELAS ENVIADAS DIFERE DO TOTAL		
71	CONTRATO EM DUPLICIDADE		
72	VCTO DA PARCELA MAIOR QUE VCTO DA PROX PARCELA		
73	VALOR PRINCIPAL PAGO INVALIDO		
74	NUMERO DA PARCELA INVALIDO		
75	NUMERO DO CONTRATO INVALIDO		

**(13) DOCUMENTO 3040**

Preencher as informações para envio ao Banco Central, através do Documento 3040 (XML), conforme solicitado na instrução CVM nº 504.

**Posição: 210 a 210 - TIPO DO CLIENTE – SACADO:**

Preencher com o Tipo do Cliente (Sacado) – Entre os valores:

Domínio	Descrição
1	Pessoa física - CPF
2	Pessoa jurídica - CNPJ
3	Pessoa física no exterior
4	Pessoa jurídica no exterior

**Posição: 358 a 359 - TAXA REFERENCIAL OU INDEXADOR:**

Código identificador do tipo de taxa referencial ou indexador da Operação. (Ex. Prefixado e Sub Prefixado = “11”) )

Domínio	Descrição	Sub	Descrição
1	Prefixado	1	Prefixado
2	Pós-fixado	1	TR / TBF
		2	TJLP
		3	Libor
		9	Outras taxas pós-fixadas
3	Flutuantes	1	CDI
		2	Selic
		9	Outras taxas flutuantes
4	Índices de preços	1	IGPM
		2	IPCA
		3	IPCC

		9	Outros índices de preço
9	Outros indexadores	9	Outros indexadores

**Posição: 360 a 370 - PERCENTUAL DO INDEXADOR:**

Preencher com o Percentual do indexador da operação. (Preencher com zeros à esquerda);

**Posição: 375 a 378 - MODALIDADE DA OPERAÇÃO:**

Preencher com a Modalidade da Operação – Entre os valores: (Ex. Empréstimos – Crédito pessoal - com consignação em folha de pagam. = “0202”).

Domínio	Descrição	Sub	Descrição
01	Adiantamentos a depositantes	01	Adiantamentos a depositantes
02	Empréstimos	01	Cheque especial e conta garantida
		02	Crédito pessoal - com consignação em folha de pagam.
		03	Crédito pessoal - sem consignação em folha de pagam.
		04	Crédito rotativo vinculado a cartão de crédito
		05	Capital de giro com prazo de vencimento inferior a 30 d
		06	Capital de giro com prazo vencim. igual ou superior 30 d
		07	vendor
		08	comprar
		09	ARO - adiantamento de receitas orçamentárias
		10	Cartão de crédito – compra, fatura parcelada ou saque financiado pela instituição emitente do cartão
		50	Recebíveis adquiridos
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros empréstimos
03	Títulos descontados	01	Desconto de duplicatas
		02	Desconto de cheques
		03	Antecipação de fatura de cartão de crédito
		99	Outros títulos descontados
04	Financiamentos	01	Aquisição de bens – veículos automotores
		02	Aquisição de bens – outros bens
		03	Microcrédito
		04	vendor
		05	comprar
		06	Cartão de crédito – compra ou fatura parcelada pela instituição financeira emitente do cartão
		07	<del>aquisição de bens – veículos automotores acima de 2 toneladas</del>
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros financiamentos
05	Financiamentos à exportação	01	Financiamento à exportação
		02	Adiantamento sobre contratos de câmbio
		03	Adiantamento sobre cambiais entregues
		04	créd decorrentes de contratos de exportação-export note
		90	Financiamento de projeto
		99	Outros financiamentos à exportação
06	Financiamentos à importação	01	Financiamento à importação
		90	Financiamento de projeto
07	Financiamentos com interveniência	01	Aquisição de bens com interveniência – veículos autom.
		02	Aquisição de bens com interveniência – outros bens
		90	Financiamento de projeto

		99	Outros financiamentos com interveniência
08	Financiamentos rurais e agroindustriais	01	Custeio e pré-custeio
		02	Investimento e capital de giro de financiam. agroindustr.
		03	Comercialização e pré-comercialização
		90	Financiamento de projeto
09	Financiamentos imobiliários	01	financiamento habitacional – SFH
		02	financiamento habitacional – carteira hipotecária
		03	financiamento imobiliário – empreendim, exceto habitac.
		90	financiamento de projeto
10	Financiamentos de títulos e valores mobiliários	01	financiamento de TVM
11	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	01	financiamento de infraestrutura e desenvolvimento
		90	financiamento de projeto
12	Operações de arrendamento	01	arrendamento financeiro exceto veículos automotores e imóveis
		02	arrendamento financeiro imobiliário
		03	subarrendamento
		05	arrendamento operacional
		06	arrendamento financeiro de veículos automotores
		<del>07</del>	<del>arrendamento financeiro de veículos automotores acima de 2 toneladas</del>
		90	financiamento de projeto
13	Outros créditos	1	avais e fianças honrados
		2	devedores por compra de valores e bens
		3	títulos e créditos a receber
		4	cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista
		50	recebíveis adquiridos
		90	financiamento de projeto
		99	outros com característica de crédito
14	Repasse interfinanceiros	01	repasse interfinanceiros
15	Coobrigações	01	beneficiários de garantias prestadas para operações com PJ financeira
		02	beneficiários de garantias prestadas para operações com outras pessoas
		03	beneficiários de garantias prestadas para fundos constitucionais
		04	beneficiários de garantias prestadas para participação em processo licitatório
		05	carta de crédito de importação
		11	coobrigação assumida em cessão com coobrigação para pessoa integrante do SFN
		12	Coobrigação assumida em cessão com coobrigação para pessoa não integrante do SFN, inclusive securitizadora e fundos de investimento
		13	Beneficiários de outras coobrigações
		90	Financiamento de projeto
		99	Beneficiários de outras garantias prestadas
18	Títulos de crédito (fora da carteira classificada)	01	CPR - Cédula de Produto Rural
		02	EN - Nota de Exportação
		99	outros
19	Limite	01	limite contratado e não utilizado
20	Retenção de risco	01	retenção de risco assumida por aquisição de cotas de fundos
		02	retenção de risco assumida por aquisição de instrumentos com lastros em operações de crédito

**(14) ESPÉCIE DO TÍTULO:**

Preencher conforme abaixo:

**Posição: 148 a 149:**

Domínio	Descrição
35	PARCELAMENTO LOJISTA (0+5)
36	FINANCIAMENTO CDC (0+8)
37	FINANCIAMENTO CDC (0+9) E (0+10)
38	REFINANCIAMENTO

**ANEXO V – SUPLEMENTO DAS QUOTAS SÊNIOR**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE QUOTAS SÊNIOR

Quotas Sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial

Montante das Quotas Sênior:	até R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões).
Quantidade de Quotas Sênior:	até 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas).
Preço de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.
Data da 1ª Integralização de Quotas Sênior:	é a data da 1ª integralização de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Amortização Periódica:	20 (vinte) amortizações trimestrais a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

Quantidade de Amortizações Periódicas	Data de Amortização ("T")	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12/8/2014	0,0%
2ª	12/11/2014	0,0%
3ª	12/2/2015	0,0%
4ª	12/5/2015	0,0%
5ª	12/8/2015	0,0%
6ª	12/11/2015	0,0%
7ª	12/2/2016	0,0%
8ª	12/5/2016	0,0%
9ª	12/8/2016	0,0%

10ª	12/11/2016	0,0%
11ª	12/2/2017	0,0%
12ª	12/5/2017	0,0%
13ª	12/8/2017	0,0%
14ª	12/11/2017	0,0%
15ª	12/2/2018	0,0%
16ª	12/5/2018	0,0%
17ª	12/8/2018	0,0%
18ª	12/11/2018	0,0%
19ª	12/2/2019	0,0%
20ª	12/5/2019	100,0%

Data de Resgate: em 5 (cinco) anos a contar da Data da 1ª Integralização das Quotas Sênior.

Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior: Taxa DI acrescida de spread de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial", registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de dezembro de 2013, sob o n.º 274.277, conforme alterado).



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 56

DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar fundos de investimentos, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu contrato social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de administradora ("**Administradora**") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL** ("**Fundo**"), vem, nos termos do artigo 56, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), declarar que:

- (a) o prospecto da oferta: (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das quotas sênior, do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à Administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes;
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecida ao mercado durante a oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.

Osasco, 08 de janeiro de 2014.

76892 - Gleyson dos Santos

95875 - Natanael Correia de Melo Júnior

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




## DECLARAÇÃO

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") responsável pela distribuição pública de 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) quotas sênior de única série (sem considerar as quotas sênior adicionais e as quotas sênior suplementares), com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Quotas Sênior" e "Oferta", respectivamente), do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER II – FINANCEIRO E COMERCIAL** ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior, do Fundo e quaisquer outras informações relevantes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior; (ii) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito Fundo no âmbito da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior.

São Paulo, 8 de janeiro de 2014.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

  
Nome: Thales Ferreira Silva  
Cargo: Diretor

  
Nome: Emerson Savi Junqueira  
Cargo: Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO VIII – SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 06 de março de 2014

## Comunicado à Imprensa

# Standard & Poor's atribui rating preliminar 'brAA+ (sf)' às cotas seniores do FIDC Lojas Renner II

Analista principal: Hebbertt Soares, São Paulo, 55 (11) 3039-9742, [hebbertt.soares@standardandpoors.com](mailto:hebbertt.soares@standardandpoors.com)

Contato analítico adicional: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, [leandro.albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro.albuquerque@standardandpoors.com)

Líder do comitê de rating: Eric Gretch, Nova York, 1 (212) 438-6791, [eric.gretch@standardandpoors.com](mailto:eric.gretch@standardandpoors.com)

## Resumo

- A carteira de direitos creditórios do FIDC Lojas Renner II será composta por parcelas de financiamento, por meio da abertura de crediário sem encargos ou concessão de financiamento com encargos, conforme o caso, de aquisições de produtos da Lojas Renner realizadas por seus clientes com a utilização do Cartão Renner, e refinanciamentos de parcelas em atraso.
- A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA+ (sf)' à emissão de R\$ 420 milhões de cotas seniores do FIDC Lojas Renner II.
- O pagamento da rentabilidade-alvo e do principal investido nas cotas seniores é garantido solidariamente pela Lojas Renner S.A. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. através da subscrição de cotas subordinadas em moeda nacional ou direitos creditórios, respeitando-se a necessidade de liquidez do FIDC para os pagamentos.

## Ação de Rating

**São Paulo (Standard & Poor's), 06 de março de 2014** — A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating preliminar 'brAA+ (sf)', na Escala Nacional Brasil, à emissão de cotas de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner II – Financeiro e Comercial (FIDC Lojas Renner II), no montante de R\$ 420 milhões.

A carteira de direitos creditórios do FIDC será composta por parcelas de financiamento, por meio da abertura de crediário sem encargos ou concessão de financiamento com encargos, conforme o caso, de aquisições de produtos da Lojas Renner realizadas por seus clientes com a utilização do Cartão Renner, e refinanciamentos de parcelas em atraso.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incluem a capacidade da Lojas Renner em cumprir a obrigação de subscrever e integralizar cotas subordinadas de modo a garantir o pagamento total e pontual das amortizações, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 30%), o spread excedente mínimo.

As cotas seniores do FIDC buscarão um retorno-alvo estimado equivalente à taxa DI Over, acrescida de um spread a ser definido em processo de bookbuilding. As cotas subordinadas – não classificadas pela Standard & Poor's – não apresentarão rentabilidade-alvo, porém deverão se beneficiar de qualquer rentabilidade excedente disponível após pagamento de despesas, recomposição de reservas e cumprimento da remuneração-alvo das cotas seniores.

## Fundamentos

O rating preliminar 'brAA+ (sf)' atribuído às cotas seniores do FIDC Lojas Renner II reflete:

- **Risco de Crédito:** O pagamento da rentabilidade-alvo e do principal investido nas cotas seniores é garantido solidariamente pela Lojas Renner S.A. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. através da subscrição de cotas subordinadas em moeda nacional ou direitos creditórios, respeitando-se a necessidade de liquidez do FIDC para os pagamentos. Adicionalmente, a estrutura conta com a obrigação de recompra das cedentes dos financiamentos em mora.
- **Estrutura de Pagamentos e Mecanismos de Fluxo de Caixa:** As cotas seniores serão pagas com os fluxos provenientes do pagamento dos financiamentos, das recompras realizadas pelas cedentes e do aporte de recursos pela Lojas Renner, se necessário. A transação contará com reserva de pagamentos.
- **Risco de Contraparte:** A transação está exposta ao risco de contraparte do Itaú Unibanco e do Banco Bradesco como provedores de conta bancária; assim como depende da capacidade financeira da Lojas Renner de honrar o compromisso de subscrição de cotas subordinadas. Os documentos da operação não detalham quais serão os bancos provedores das contas bancárias vinculadas para arrecadação dos recursos. Adicionalmente, poderão ocorrer pagamentos em espécie nas lojas físicas da cedente os quais serão transferidos por transportadoras de valores e depositados em contas vinculadas da cedente. Em nossa visão, os riscos de contraparte e operacionais decorrentes dessa estrutura são mitigados pelo compromisso da Lojas Renner de garantir o pagamento da rentabilidade-alvo e principal das cotas seniores do FIDC, independentemente de eventos de contraparte ou operacionais que possam interromper o fluxo de arrecadação.
- **Risco Operacional:** Reflete, preponderantemente, a capacidade da Lojas Renner para executar suas tarefas de monitoramento e cobrança dos créditos inadimplidos; e do Itaú Unibanco como agente de arrecadação e transferência dos recursos. O rating também incorpora a capacidade da administradora, da gestora, da consultora, e do custodiante do FIDC de cumprirem as obrigações que lhes foram designadas nos documentos da operação.
- **Risco Legal:** O FIDC Lojas Renner II atende aos critérios da Standard & Poor's quanto ao isolamento da insolvência dos participantes e quanto à transferência dos ativos. Antes de atribuir um rating final à transação, esperamos receber uma opinião jurídica de um escritório de advocacia conceituado sobre os aspectos legais relevantes da transação e a constituição perfeita do veículo de securitização.
- **Estabilidade do Rating:** O rating atribuído às cotas seniores reflete fortemente nossa avaliação sobre a qualidade creditícia da Lojas Renner. Qualquer alteração em nossa avaliação sobre essa instituição poderá provocar uma alteração no rating atribuído às cotas seniores do FIDC Lojas Renner II.

### Resumo das Ações de Rating

Instrumento	De	Para	Montante Preliminar (Em Milhões)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores	Não Classificada	brAA+ (sf) preliminar	420	5 anos após a emissão
Cotas Subordinadas	Não Classificada	Não Classificada	180	5 anos após a emissão

A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a nenhuma outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.

## Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de execução em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra. Essa regra aplica-se aos títulos classificados no dia 26 de setembro de 2011 ou após esta data (inclusive aqueles com ratings preliminares).

Se aplicável, o Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com>

## Critérios Relacionados

### Critérios

1. Metodologia e Premissas da Estrutura de Risco de Contraparte, 25 de junho 2013.
2. Critérios de investimento global para investimentos temporários em contas de transação, 31 de maio de 2012.
3. Critérios de Metodologia Aplicados a Taxas, Despesas e Indenizações, 12 de julho de 2012.
4. Critério de Isolamento de Ativos e de Sociedades de Propósitos Específico - Operações Estruturadas, 7 de maio de 2013.
5. Criteria--Structured Finance, 7 de maio de 2013.

### Artigos

- Análise Global de Cenário e Sensibilidade Para Operações Estruturadas: Os Efeitos dos Cinco Principais Fatores Macroeconômicos, 4 de novembro de 2011.
- Análise de Cenário e Sensibilidade de Operações Estruturadas Latino-Americanas: Os Efeitos das Variáveis do Mercado Regional, 21 de junho de 2012.

## Informações regulatórias adicionais

### Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

Standard & Poor's não realiza *due diligence* em ativos subjacentes

Quando a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu ratings a um instrumento de operações estruturadas, esta recebe informações sobre ativos subjacentes, as quais são fornecidas por terceiros que acreditamos tenham conhecimento dos fatos relevantes. Tais terceiros são normalmente instituições financeiras que estruturaram a transação e/ou instituições que originaram os ativos ou estão vendendo os ativos aos emissores e/ou uma empresa de contabilidade reconhecida e/ou uma empresa de advocacia, cada qual agindo em nome da instituição financeira ou originador ou vendedor dos ativos. Além disso, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em informações presentes nos prospectos de oferta das transações, emitidos de acordo com as leis de valores mobiliários da jurisdição relevante. Em alguns casos, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em fatos gerais (tais como índices de inflação, taxas de juros dos bancos centrais, índices de *default*) que são de domínio público e produzidos por instituições privadas ou públicas. Em nenhuma circunstância a Standard & Pools Ratings Services realiza qualquer processo de *due diligence* sobre ativos subjacentes. A Standard & Poor's Ratings Services também pode receber a garantia por parte da instituição que está estruturando a transação ou originando ou vendendo os ativos para o emissor, (a) o qual vai fornecer à Standard

& Poor's Ratings Services todas as informações requisitadas pela Standard & Poor's Ratings Services de acordo com seus critérios publicados e outras informações relevantes para o rating de crédito e, se aplicável, para o monitoramento do rating de crédito, incluindo informações ou mudanças materiais das informações anteriormente fornecidas e (b) a informações fornecidas à Standard & Poor's Ratings Services relativas ao rating de crédito ou, se aplicável, ao monitoramento do rating de crédito, de que estas não contêm nenhuma afirmação falsa sobre um fato material e não omitem um fato material necessário para fazer tal afirmação, em vista das circunstâncias nas quais foram fornecidas, e não enganosa.

A precisão e completude das informações revisadas pela Standard & Poor's Ratings Services em conexão com sua análise, pode ter um efeito significativo nos resultados de tais análises. Embora a Standard & Poor's colete informações de fontes que acredita serem confiáveis, quaisquer imprecisões ou omissões nessas informações poderiam afetar significativamente a análise de crédito da Standard & Poor's Ratings Services, tanto positiva quanto negativamente.

#### **Atributos e limitações do rating de crédito**

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

#### **Fontes de informação**

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

#### **Aviso de ratings ao emissor**

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "Aviso de Pré-Publicação aos Emissores".

#### **Frequência de revisão de atribuição de ratings**

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito)  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

### **Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services**

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII" seção em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

### **Faixa limite de 5%**

A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relacionados a crédito, avaliações, modelos, software ou outra aplicativo ou resultado deste derivado) ou qualquer parte aqui indicada (Conteúdo) pode ser modificado, revertido, reproduzido ou distribuído de nenhuma forma por nenhum meio, ou armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou suas afiliadas (coletivamente aqui denominadas S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilegal ou não autorizado. A S&P e todos os seus provedores terceiros, bem como seus diretores, *officers*, acionistas, funcionários ou agentes (coletivamente aqui denominados as Partes da S&P) não garantem a exatidão, integridade, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por erros ou omissões (por negligência ou qualquer outra causa), independentemente de sua causa, dos resultados obtidos a partir do uso do Conteúdo ou da segurança ou manutenção de qualquer dado incluído pelo usuário. O Conteúdo é fornecido em base "tal qual apresentado." AS PARTES DA S&P RENUNCIAM TODAS E QUAISQUER GARANTIAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, INCLUINDO, MAS NÃO LIMITANDO, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO PARA UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIVRE DE DEFEITOS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SERÁ ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO VAI OPERAR COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, devem as Partes da S&P ser responsáveis por qualquer parte derivada de danos, custos, despesas, honorários legais ou perdas diretos, indiretos, incidentais, exemplares, compensatórios, punitivos, especiais ou consequenciais (incluindo, sem limitação, receitas perdidas ou lucros perdidos e custos de oportunidade ou perdas provocados por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo mesmo se alertados sobre a possibilidade desses danos.

As análises creditícias e relacionadas e outras, incluindo ratings, e as declarações no Conteúdo que são declarações de opinião na data em que foram expressas e não declarações de fato. As opiniões, análises e decisões de reconhecimento de rating da S&P (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou para tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de nenhum valor mobiliário. A S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo após a publicação em qualquer forma ou formato. Não se deve depender do Conteúdo e este não é um substituto da capacidade, julgamento e experiência do usuário, de sua administração, funcionários, assessores e/ou clientes para se tomar decisões de investimento ou de outros negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como assessora de investimento exceto quando está registrada como tal. Embora a S&P obtenha informações de fontes que considera confiáveis, ela não conduz nenhuma auditoria nem realiza avaliações de *due diligence* ou de verificação independente de qualquer informação recebe.

À medida que as autoridades regulatórias permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating emitido em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se ao direito de atribuir, retirar ou suspender esse reconhecimento a qualquer momento e a seu total critério. As Partes da S&P não assumem nenhuma obrigação proveniente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por quaisquer danos que se aleguem como derivados em relação a eles.

A S&P mantém algumas atividades de suas unidades de negócios separadas entre si a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Portanto, algumas unidades de negócios da S&P podem ter informações que não estão disponíveis a outras de suas unidades de negócios. A S&P tem estabelecido políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações não-públicas recebidas juntamente com cada um dos processos analíticos.

A S&P pode receber honorários por seus serviços de ratings e por determinadas análises, normalmente de emissores ou subscritores de títulos ou de devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar suas opiniões e análises. As análises e ratings públicos da S&P estão disponíveis em seus Websites: [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) (gratuitos), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com), [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) e [www.spcapitaliq.com](http://www.spcapitaliq.com) (por assinatura) e pode distribuí-los por outros meios, incluindo via as próprias publicações da S&P ou por redistribuidores externos. Informações adicionais sobre nossos honorários pelos serviços de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO IX – RELATÓRIO DOS DIREITOS DE CRÉDITO DA KPMG**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



*cutting through complexity*

ADVISORY

# Lojas Renner S.A.

Relatório de análise de carteira de recebíveis

Data base: 31 de outubro de 2013



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internet www.kpmg.com.br

À

**Lojas Renner S.A.**  
Porto Alegre - RS

3 de janeiro de 2014

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 7 de novembro de 2013, apresentamos nosso relatório relativo à análise da carteira de recebíveis originados pela Lojas Renner S.A., em conexão com a constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Lojas Renner S.A., para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de outubro de 2013.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório.

Nossos trabalhos foram executados no período de 18 de novembro a 20 de dezembro de 2013 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de outubro de 2013. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

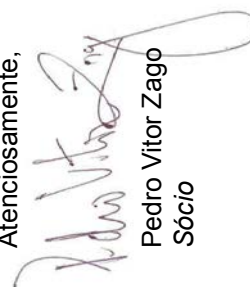
### Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Adicionalmente, este relatório é de uso exclusivo do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem o nosso consentimento prévio.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Renner no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Pedro Vitor Zago  
Sócio



Ana Carolina Dal Pícolo  
Gerente Sênior

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, é firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

# Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Sócio  
Tel.: +55 (11) 2183-3290  
pzago@kpmg.com.br

Ana Carolina Dal Pícolo  
Gerente Sênior  
Tel.: +55 (11) 2183-6353  
apicolo@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	3
Apresentação das análises	5
Confronto da base de dados com as informações contábeis	14
Anexos	16

# Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

# Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

A Lojas Renner S.A. e o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), em conjunto definidos "Grupo Estruturador", serão responsáveis pela estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Fundo"), cujos direitos de crédito correspondem às parcelas de pagamento (i) relativas às vendas à prazo autorizadas pelos Cedentes Renner aos seus Clientes, i.e., abertura de crediário sem encargos; (ii) da concessão de financiamento com encargos pelo Itaú Unibanco aos Clientes; ou (iii) da concessão de financiamentos pelo Itaú Unibanco aos Clientes para refinar parcelas de pagamento a que se referem os itens (i) e (ii) anteriores, ambos contratados com a utilização do Cartão Renner, nos termos dos Contratos de Emissão e Utilização do Cartão Renner, que estejam em mora ("Direitos de Crédito").

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é a demonstração das características demográficas destes recebíveis, bem como as características de performance da carteira de recebíveis. As análises apresentadas neste relatório, foram elaboradas por meio da leitura e compilação de 4 (quatro) bases de dados fornecida pela Lojas Renner, compreendendo operações de venda a prazo para um período de 46 meses, compreendido entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de outubro de 2013.

Os procedimentos que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes da Lojas Renner e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.

Adicionalmente as bases de dados disponibilizadas pela Lojas Renner apresentavam as informações sobre vendas com características de vencimento único, ou seja, clientes que optaram pelo pagamento em um único dia de cada mês. Segundo representantes da Lojas Renner tal modalidade não será objeto de cessão para o fundo, portanto foram desconsideradas em nossas análises. A seguir apresentamos a representatividade deste tipo de ativo em relação ao total analisado.

Descrição	R\$(000)	%
Base completa	9.559.632	100,00%
(-) Tipo de contrato "Vencimento único"	848.904	8,88%
Total da base analisada	8.710.728	91,12%

Na base de dados disponibilizada, para os clientes que optaram pela modalidade vencimento único, possuem um dia único de vencimento no mês, independente da data em que a compra ocorreu, enquanto que para os demais, a data de vencimento da parcela corresponde sempre a data da compra acrescida de 30 dias.

# Apresentação das análises



# Apresentação das análises

A tabela 2.1 apresenta a evolução mensal das vendas, segregadas entre o tipo de carteira - “com encargos” e “sem encargos”.

No anexo I apresentamos a evolução mensal por quantidade de operações e ticket médio das operações.

Adicionalmente no anexo II, apresentamos a concentração dos 100 maiores clientes por volume de compras.

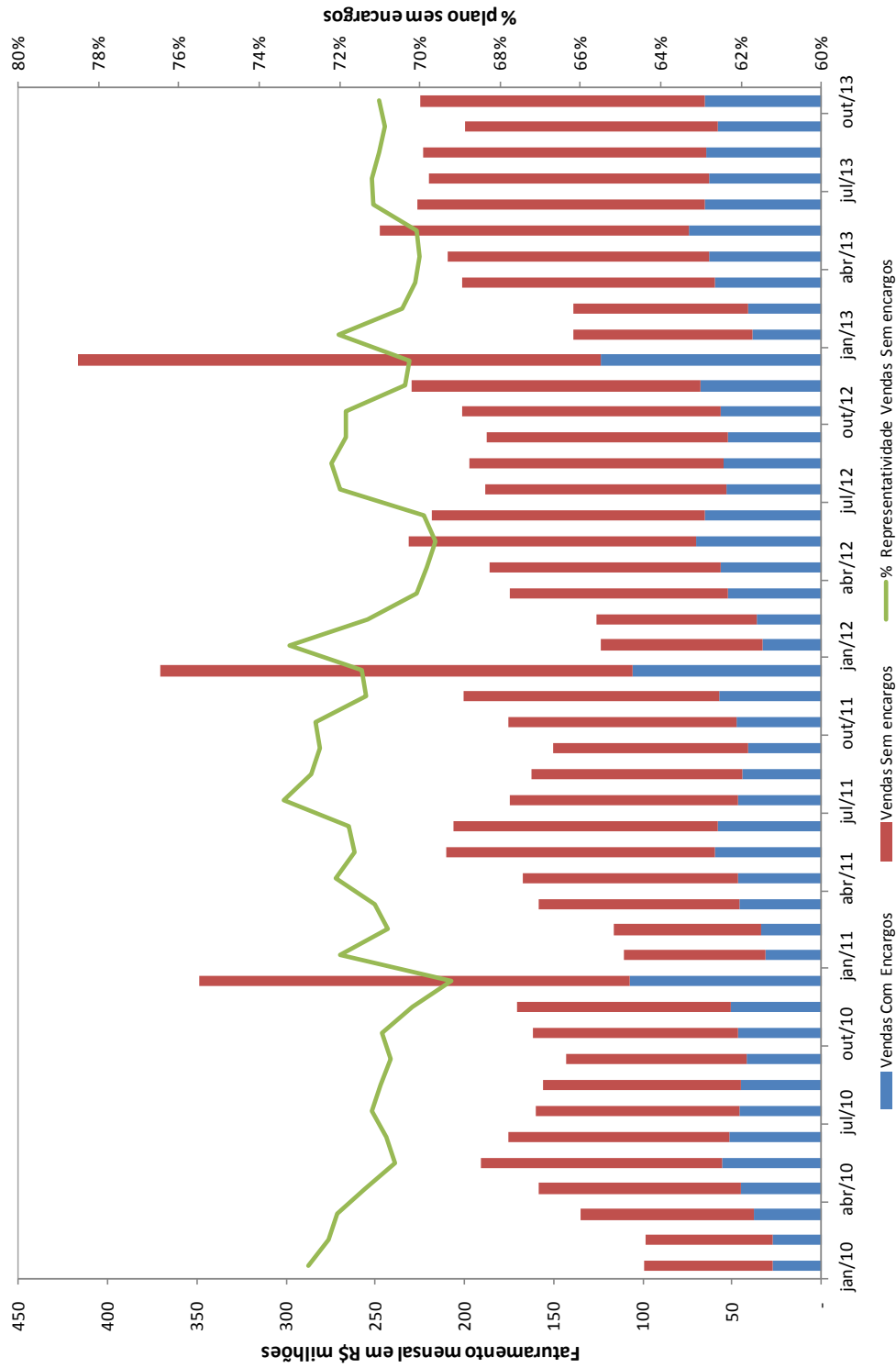
**Tabela 2.1 – Evolução do volume de vendas mensal e representatividade da modalidade Sem Encargos**

Período	Σ Valor das Parcelas - R\$				%
	Vendas Com Encargos	Vendas Sem encargos	Total	Representatividade Vendas Sem encargos	
jan/10	27.011.861	72.192.676	99.204.537	72,8%	73,2%
fev/10	27.285.917	71.114.774	98.400.691	72,3%	71,3%
mar/10	37.717.831	97.270.559	134.988.390	72,1%	70,1%
abr/10	45.481.174	113.327.764	158.808.937	71,4%	69,8%
mai/10	56.012.037	134.537.279	190.549.316	70,6%	69,6%
jun/10	51.268.699	124.556.445	175.825.144	70,8%	69,9%
jul/10	46.176.712	114.058.318	160.235.029	71,2%	72,0%
ago/10	45.356.615	110.869.345	156.225.959	71,0%	72,2%
set/10	41.786.383	100.974.318	142.760.701	70,7%	71,9%
out/10	47.076.948	114.907.583	161.984.531	70,9%	71,8%
nov/10	50.836.756	119.628.663	170.465.419	70,2%	70,4%
dez/10	107.163.449	241.122.537	348.285.986	69,2%	70,3%
jan/11	30.996.351	79.672.923	110.669.273	72,0%	72,0%
fev/11	33.994.075	82.379.137	116.373.211	70,8%	70,5%
mar/11	45.789.111	112.754.809	158.543.919	71,1%	70,1%
abr/11	46.599.060	120.369.292	166.968.352	72,1%	70,0%
mai/11	59.564.354	150.306.602	209.870.956	71,6%	70,1%
jun/11	58.091.072	147.728.821	205.819.893	71,8%	71,2%
jul/11	46.544.422	128.376.549	174.920.971	73,4%	71,2%
ago/11	44.419.773	118.248.886	162.668.659	72,7%	71,0%
set/11	41.254.403	108.797.765	150.052.168	72,5%	70,9%
out/11	47.964.461	127.119.226	175.083.687	72,6%	71,0%
nov/11	57.480.215	143.089.128	200.569.343	71,3%	
dez/11	105.676.504	264.614.535	370.291.039	71,5%	
<b>Total sob análise</b>	<b>2.517.726.075</b>	<b>6.193.001.432</b>	<b>8.710.727.508</b>		<b>71,1%</b>

## Apresentação das análises (cont.)

O gráfico 2.1 ao lado, demonstra a evolução do volume de vendas mensal "Com" e "Sem" encargos, durante os 46 meses, bem como a representatividade da modalidade "sem encargos" ao longo do período, que oscila entre 69,2% e 73,4%.

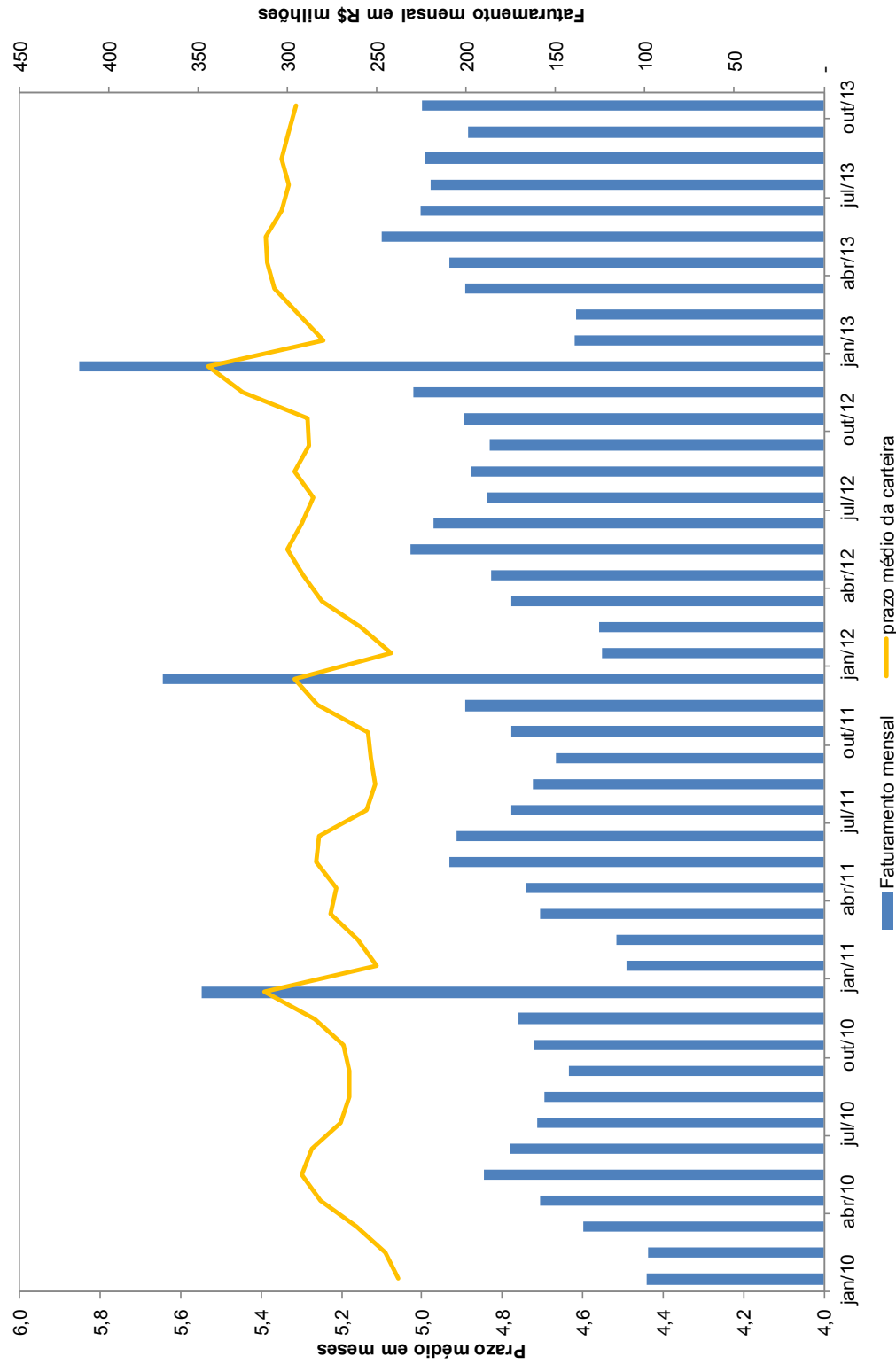
**Gráfico 2.1 - Evolução do volume de vendas mensal e representatividade da modalidade Sem Encargos**



## Apresentação das análises (cont.)

O gráfico 2.2 ao lado, apresenta o prazo médio mensal da carteira e o faturamento mensal consolidado (em R\$ milhões).

**Gráfico 2.2 – Prazo médio da carteira**



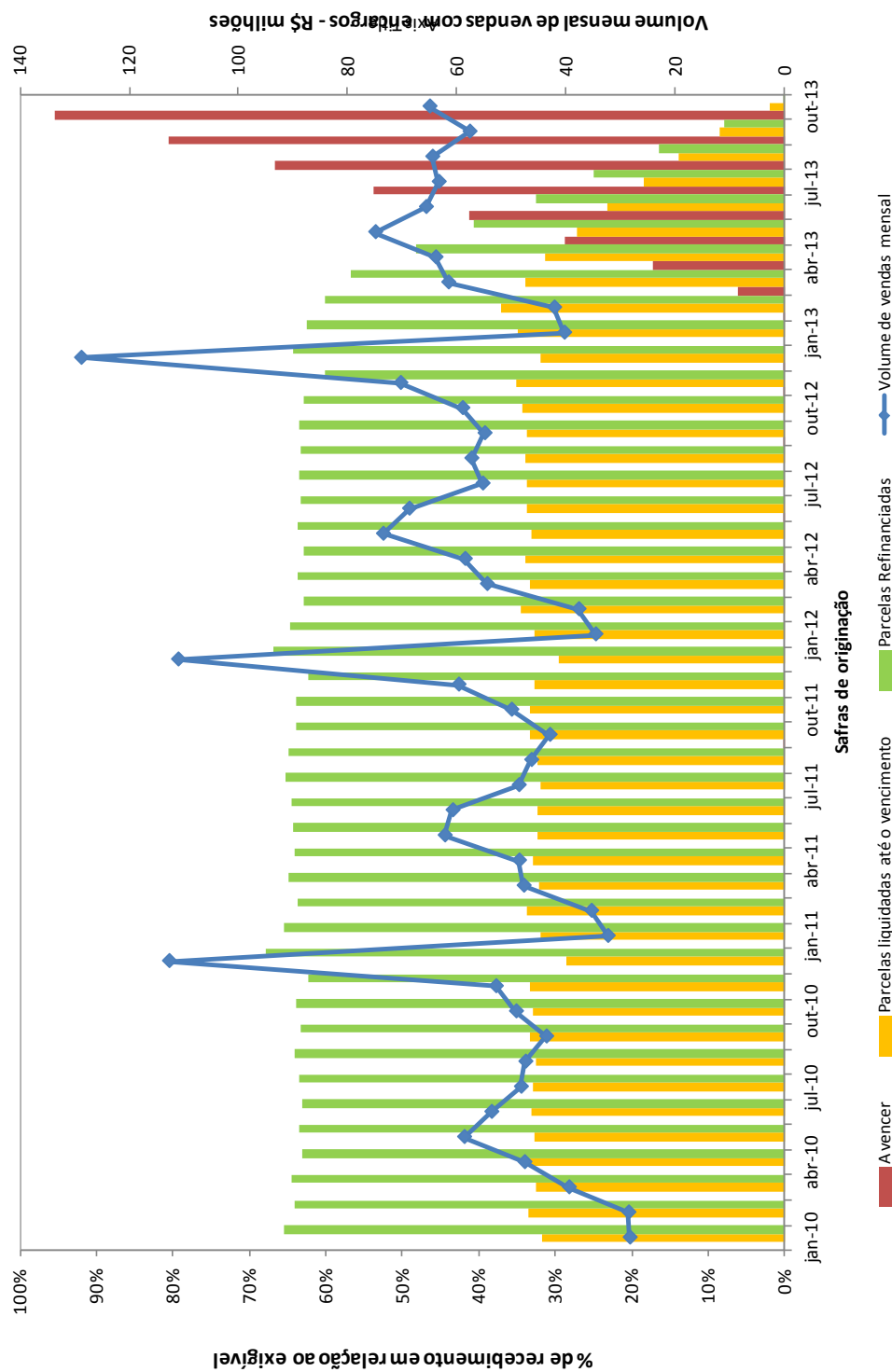
## Apresentação das análises (cont.)

O gráfico 2.3 ao lado, demonstra a representatividade dos pagamentos ocorridos até a data de vencimento de cada uma das parcelas, bem como a representatividade das parcelas "Refinanciadas" em relação ao volume de "Vendas Com Encargos" mensal.

Observamos que aproximadamente 63% das parcelas originadas são refinanciadas, ou seja, as parcelas liquidadas com atraso e as parcelas vencidas e não liquidadas são refinanciadas por intermédio de uma instituição financeira. O prazo para liquidação deste refinanciamento é de 90 dias a partir da data de vencimento original da parcela.

Adicionalmente, nota-se que mesmo com a sazonalidade do volume de vendas, o percentual de refinanciamento não sofre variações significativas.

**Gráfico 2.3 – Representatividade dos pagamentos até o vencimento x Refinanciamentos ( "Vendas com encargos")**



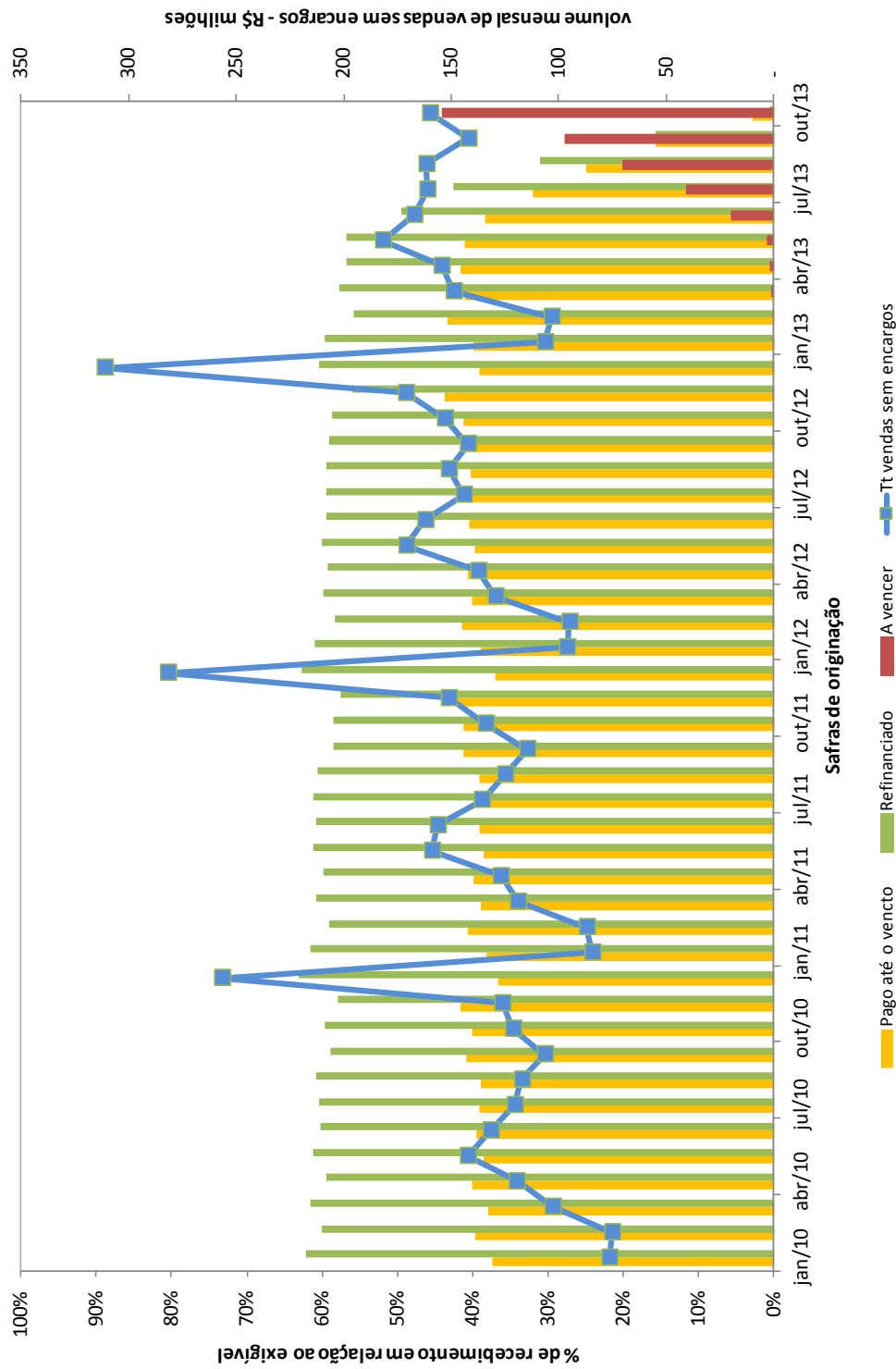
## Apresentação das análises (cont.)

O gráfico 2.4 ao lado, da mesma forma que o anterior, demonstra a representatividade dos pagamentos ocorridos até a data de vencimento de cada uma das parcelas, bem como a representatividade das parcelas "Refinanciadas" em relação ao volume de "Vendas Sem Encargos" mensal.

Observamos que aproximadamente 54% das parcelas originadas são refinanciadas, ou seja, as parcelas liquidadas com atraso e as parcelas vencidas e não liquidadas são refinanciadas por intermédio de uma instituição financeira. O prazo para liquidação deste refinanciamento é de 90 dias a partir da data de vencimento original da parcela.

Adicionalmente, nota-se que mesmo com a sazonalidade do volume de vendas, o percentual de refinanciamento não sofre variações significativas.

**Gráfico 2.4 – Representatividade dos pagamentos até o vencimento x Refinanciamentos ("Vendas Sem Encargos")**



## Apresentação das análises (cont.)

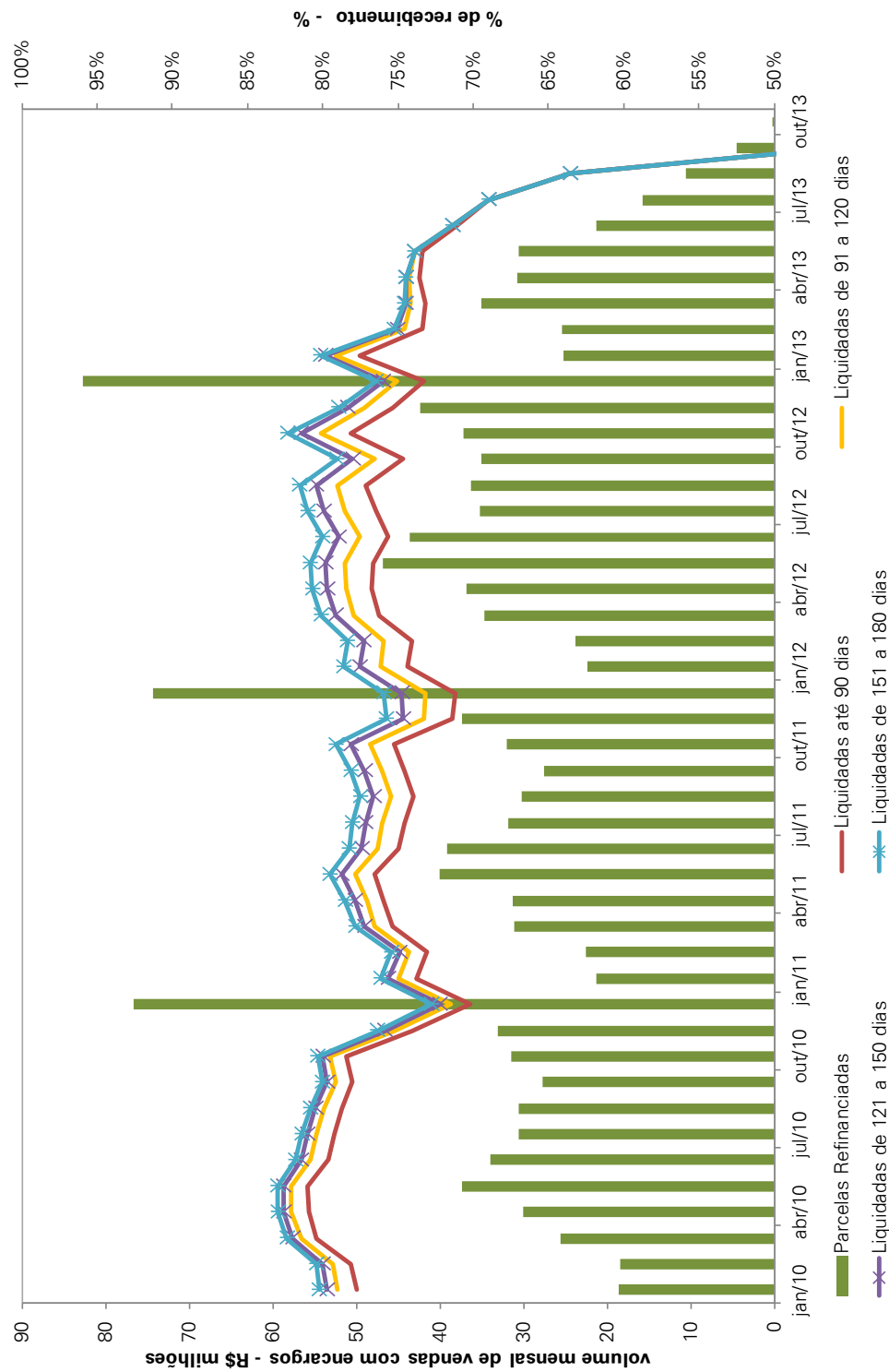
O gráfico 2.5 ao lado, demonstra a representatividade do montante liquidado durante o prazo de refinanciamento (90 dias após a data de vencimento original) e os pagamentos ocorridos após esse prazo, em relação ao montante refinanciado das "Vendas com encargos".

A linha em vermelho demonstra os percentuais liquidados até 90 dias, a linha em amarelo apresenta os percentuais acumulados das liquidações até 90 dias + as liquidações de 91 a 120 dias e assim sucessivamente, de modo que a linha azul demonstra a representatividade do montante liquidado até 180 dias do vencimento original.

Dessa forma, pode-se considerar que do montante refinanciado em jan/10, aproximadamente 77% foi liquidado no prazo de 90 dias e 80 % foi liquidado até 180 dias de atraso, os outros 20% constam em aberto ou liquidado acima de 180 dias, esta mesma interpretação pode ser aplicada para as demais safras de originação.

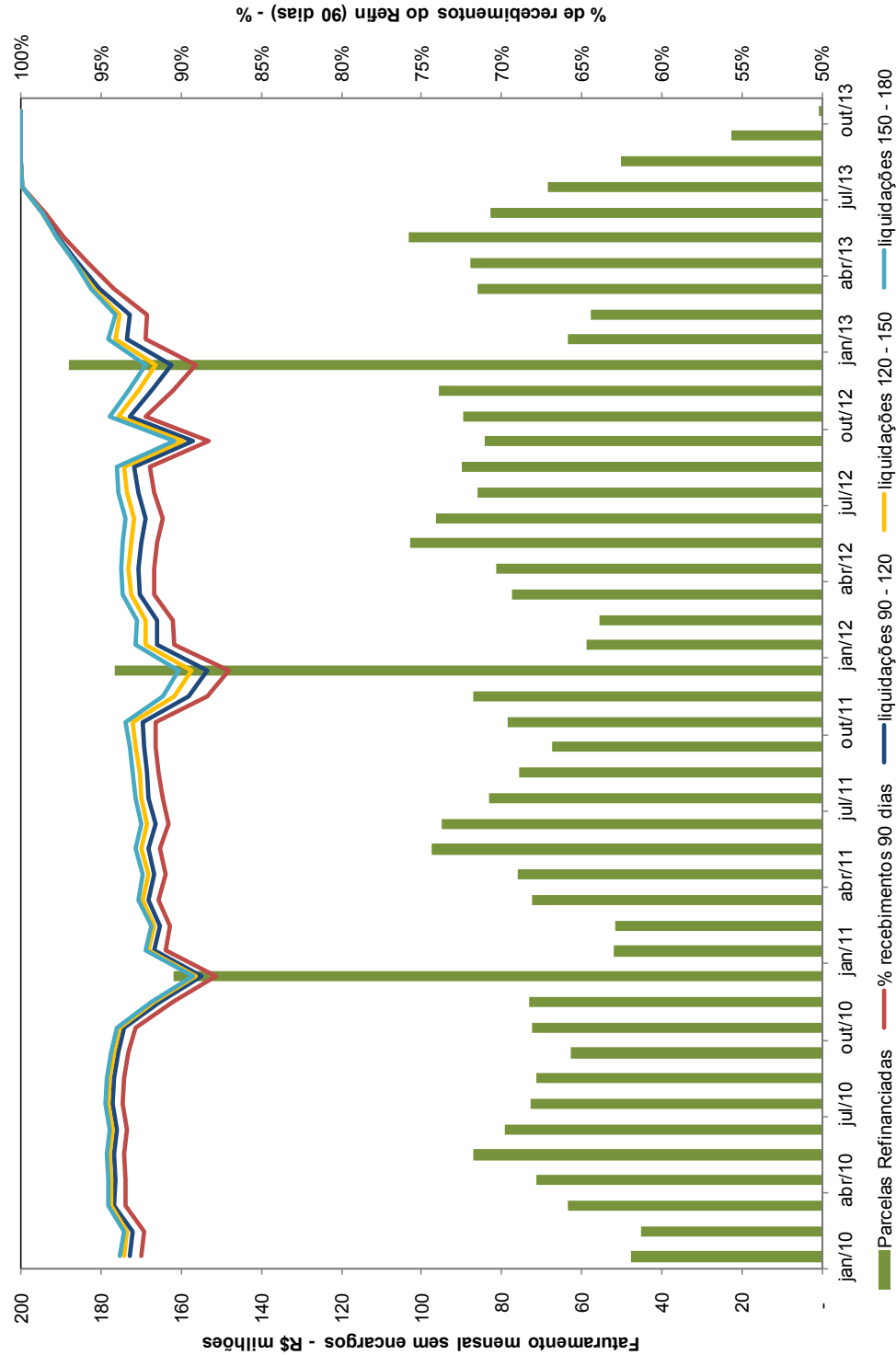
No anexo III deste relatório apresentamos a informação analítica por safra dos valores e percentuais referente as liquidações, refinanciamentos e inadimplência para 46 meses sob análise.

**Gráfico 2.5 – % de recebimentos no Refinanciamento e após o Refinanciamento – “Vendas com encargos”**



## Apresentação das análises (cont.)

**Gráfico 2.6 - Representatividade dos pagamentos até o vencimento x Refinanciamentos – “Vendas Sem Encargos”**



O gráfico 2.6 ao lado, da mesma forma que no anterior, demonstra a representatividade do montante liquidado durante o prazo de refinanciamento (90 dias após a data de vencimento original) e os pagamentos ocorridos após esse prazo, em relação ao montante refinanciado das “Vendas Sem Encargos”.

A linha em vermelho demonstra os percentuais liquidados até 90 dias, a linha em azul apresenta os percentuais acumulados das liquidações até 90 dias + as liquidações de 91 a 120 dias e assim sucessivamente, de modo que a linha verde demonstra a representatividade do montante liquidado até 180 dias do vencimento original.

Dessa forma, pode-se considerar que do montante refinanciado em jan/10, aproximadamente 92% foi liquidado no prazo de 90 dias e 94 % foi liquidado até 180 dias de atraso, os outros 6% constam em aberto ou liquidado acima de 180 dias, esta mesma interpretação pode ser aplicada para as demais safras de originção.

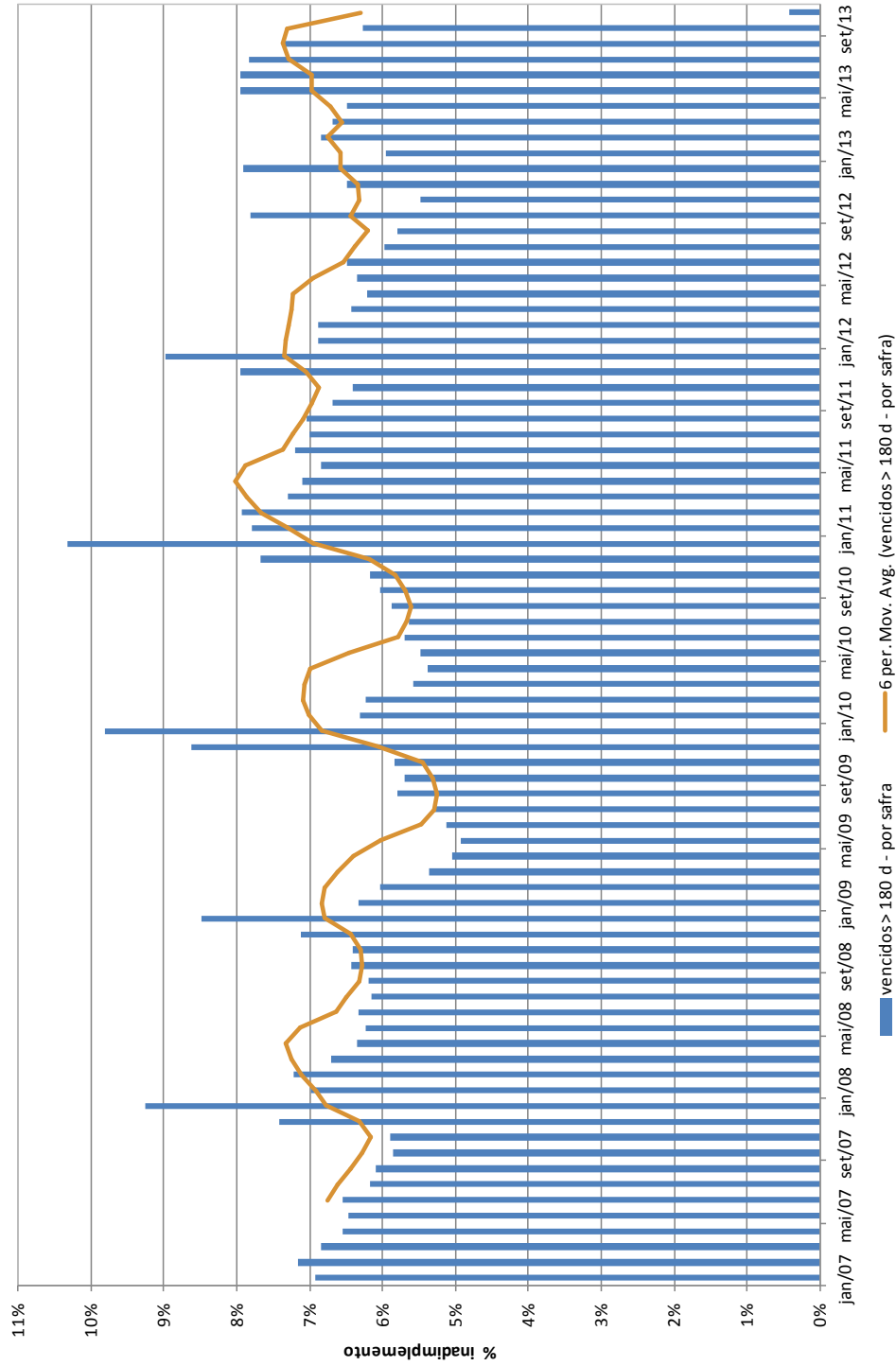
No anexo IV deste relatório apresentamos a informação analítica por safra dos valores e percentuais referente as liquidações, refinanciamentos e inadimplência para 46 meses sob análise.

## Apresentação das análises (cont.)

O gráfico 2.7 ao lado,, demonstra a representatividade do montante vencido acima de 180 dias do vencimento original por safra de originação para as vendas com e sem encargos de forma consolidada.

A linha de tendência apresentada no gráfico demonstra a média móvel considerando o prazo médio da carteira de aproximadamente 6 meses.

**Gráfico 2.7 - Carteira Consolidada - inadimplência acima de 180 dias**





# Confronto da base de dados com as informações contábeis

## Confronto da base de dados com as informações contábeis

Com o propósito de obter um nível razoável de consistência da base de dados analisada, aplicamos procedimentos de comparação dos valores de venda anuais compiladas por meio da leitura da base de dados disponibilizada pela Lojas Renner com as respectivas contas contábeis, por meio do balancete analítico. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

**Tabela 3.1 - Confronto da base de dados com as informações contábeis**

Período	Somatório do valor das parcelas - R\$	Balancete *	Diferença	Diferença - %
2010	2.019.059,017	2.007.408.416	- 11.650.601,07	-0,58%
2011	2.216.480.849	2.202.317.352	- 14.163.496,38	-0,64%
2012	2.492.057.216	2.487.994.514	- 4.062.701,94	-0,16%
2013	1.807.246.724	1.828.314.375	21.067.651,67	1,15%
<b>Total</b>	<b>8.534.843.805</b>	<b>8.526.034.657</b>	<b>- 8.809.147,72</b>	<b>-0,10%</b>

\* Considera os saldos a débito da conta contábil "11202002 Vendas - CR" dos balancetes mensais enviados pela Lojas Renner.

Aplicamos o mesmo procedimento para as liquidações, comparando as informações da base de dados com as respectivas contas contábeis. O resultado está apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 3.2 - Confronto da base de dados com as informações contábeis**

Período	Somatório do valor pago - R\$	Balancete *	Diferença	Diferença %
2010	1.954.950.649	1.979.873.999	24.923.349	1,26%
2011	2.125.867.811	2.153.986.438	28.118.627	1,31%
2012	2.380.113.990	2.390.972.012	10.858.022	0,45%
2013	2.012.942.216	2.009.302.814	- 3.639.402	-0,18%
<b>Total</b>	<b>8.473.874.666</b>	<b>8.534.135.263</b>	<b>60.260.597</b>	<b>0,71%</b>

\* Considera os saldos a crédito das contas "11202004 Recebimento Prestações - CR" e "32501001 Juros de atraso" e os saldos a débito da "32504008 Desconto financeiro concedido - venda com encargos" dos balancetes mensais enviados pela Lojas Renner.

### Comentário sobre procedimento de conciliação:

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança sobre as informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas não relevantes, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



Anexos

Anexo I - Evolução mensal por quantidade e ticket médio das operações

Período	Vendas com encargos					Vendas sem encargos					Total das vendas				
	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	Quantidade de contratos	Ticket médio contratos - R\$	Quantidade de parcelas	Ticket médio parcelas - R\$	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	Quantidade de contratos	Ticket médio contratos - R\$	Quantidade de parcelas	Ticket médio parcelas - R\$	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	Quantidade de contratos	Ticket médio contratos - R\$	Quantidade de parcelas	Ticket médio parcelas - R\$
jan/10	27.011	130.689	207	1.013.373	26,92	72.196	707.786	102	2.212,665	31,22	99.207	838,475	118	3.331,038	29,78
fev/10	27.286	130.296	209	1.014.119	26,91	71.118	674.600	105	2.235,054	31,82	98.404	804,896	122	3.249,173	30,29
mar/10	37.717	165.494	228	1.287.848	29,29	843.076	843,076	115	2.880,180	33,77	134.988	1.008,570	134	4.168,028	32,39
abr/10	45.481	179.624	253	1.399.664	32,49	891.124	891,124	127	3.154,524	35,93	158.815	1.070,748	148	4.554,188	34,87
mai/10	56.015	212.374	264	1.658.475	33,77	1.023.038	1.023,038	132	3.674,193	36,62	190.568	1.235,412	154	5.332,668	35,73
jun/10	51.269	194.885	263	1.521.792	33,69	124.560	973.779	128	3.473,048	35,86	175.829	1.168,664	150	4.984,840	35,20
jul/10	46.179	188.718	245	1.470.631	31,40	114.062	970.155	118	3.343,787	34,11	160.241	1.158,873	138	4.814,418	33,28
ago/10	45.357	189.139	240	1.474.043	30,77	110.871	948.445	117	3.247,949	34,14	156.228	1.137,584	137	4.721,992	33,09
set/10	41.786	171.433	244	1.336.927	31,26	100.986	860.712	117	2.930,186	34,46	142.772	1.032,145	138	4.267,113	33,46
out/10	47.076	184.938	255	1.445.007	32,58	114.916	940.331	122	3.248,218	35,38	161.992	1.125,269	144	4.693,225	34,52
nov/10	50.836	180.011	282	1.428.221	35,59	119.636	933.164	128	3.238,886	36,94	170.471	1.113,175	153	4.667,107	36,53
dez/10	107.163	337.845	317	2.695.070	39,76	241.129	1.693.505	142	6.199.210	38,90	348.292	2.031.350	171	8.894.280	39,16
jan/11	30.997	139.043	240	1.009.607	30,70	79.676	714.041	112	2.382,782	33,44	110.674	843,084	131	3.392,389	32,82
fev/11	33.994	139.107	244	1.068.844	31,28	82.382	719.338	115	2.402,577	34,03	116.376	858,445	136	3.507,421	33,18
mar/11	45.788	165.562	277	1.295.107	35,35	112.757	872.072	129	3.192,516	36,74	168.941	1.037,634	153	4.364.011	33,47
abr/11	46.596	161.538	288	1.262.954	38,96	120.365	895.803	134	3.192,516	37,70	166.961	1.057,341	158	4.455,470	37,47
mai/11	59.691	190.709	305	1.528.923	38,94	150.309	1.041.728	144	3.814,681	39,42	209.877	1.231.114	170	5.343,584	39,28
jun/11	46.547	166.606	280	1.298.269	35,83	128.352	986.509	130	3.487,778	36,90	174.899	1.152,462	152	4.787,037	36,54
jul/11	44.419	166.606	267	1.303.895	34,07	118.209	944.074	125	3.284,145	36,01	162.668	1.110,680	146	4.588,040	36,45
ago/11	41.259	149.654	276	1.170.746	35,24	108.708	847.583	123	2.948,654	38,00	150.587	997,237	150	4.119,400	36,43
set/11	47.673	168.374	295	1.320.945	36,32	127.111	955.643	133	3.344,824	38,00	175.084	1.124,017	156	4.685,769	37,53
out/11	57.498	174.026	300	1.399.850	43,71	144.070	989.807	145	3.324,465	40,59	200.568	1.163,833	172	4.923,315	40,74
nov/11	105.689	301.751	350	2.415.049	43,71	264.500	1.896.149	157	6.277,680	42,15	370.269	1.891.900	186	8.686,679	42,58
dez/11	33.184	124.722	266	978.337	33,92	90.815	743.232	122	2.537,586	35,79	123.999	867,954	143	3.515,923	35,27
jan/12	36.180	134.506	269	1.052.876	34,36	89.630	720.199	125	2.462,769	36,46	126.010	894,705	147	3.515,647	35,84
fev/12	52.219	177.014	285	1.362.934	37,76	122.320	866.105	138	3.124,638	39,14	174.538	1.063,119	164	4.507,772	38,72
mar/12	56.061	178.010	315	1.389.735	40,35	129.809	884.523	147	3.190,864	40,68	185.890	1.062,533	175	4.560,599	40,56
abr/12	70.241	215.924	325	1.688.978	41,59	161.021	1.049.532	153	3.858,647	41,73	231.261	1.265,456	183	5.547,625	41,69
mai/12	65.735	210.968	290	1.645.369	39,95	152.757	1.034.248	148	3.764,608	40,58	188.491	1.245,236	175	5.409,997	40,39
jun/12	52.909	182.675	287	1.419.480	37,27	142.627	988.034	138	3.568,374	38,08	197.575	1.170,709	161	4.987,854	37,85
jul/12	54.948	191.285	306	1.478.399	38,78	135.120	935.821	144	3.463,577	37,29	187.327	1.106,215	159	5.303,950	37,25
ago/12	52.207	170.394	305	1.346.242	38,78	144.586	1.015.801	142	3.682,577	39,26	201.237	1.201,413	168	4.829,819	38,79
set/12	66.652	185.612	344	1.581.419	43,06	161.933	1.075.035	150	3.328,025	42,60	229.876	1.272,960	181	5.113,031	39,36
out/12	123.870	334.811	370	2.892.293	46,01	292.503	1.806.781	162	6.865,634	42,60	376.372	2.141,592	194	9.557,927	43,56
nov/12	68.093	197.925	344	1.481.419	43,06	161.933	1.075.035	150	3.328,025	42,60	229.876	1.272,960	181	5.113,031	39,36
dez/12	38.953	141.985	274	1.094.596	35,66	100.358	795.408	126	2.768,224	36,25	139.311	937,393	149	3.860,423	36,09
jan/13	41.000	142.819	287	1.094.596	37,46	97.784	737.676	133	2.599,491	37,62	139.311	937,393	149	3.860,423	36,09
fev/13	60.065	189.990	287	1.456.327	41,24	140.913	971.037	145	3.519,235	40,04	200.977	1.161,027	158	4.975,562	37,57
mar/13	62.768	192.378	326	1.473.499	42,60	146.646	974.700	150	3.576,377	41,00	209.414	1.167,078	173	4.975,562	37,57
abr/13	73.972	220.568	335	1.686.759	43,85	173.330	1.121.497	155	4.159,720	41,67	247.302	1.342,065	184	5.049,479	41,47
mai/13	65.212	203.636	320	1.553.548	41,98	160.850	1.084.955	148	3.985,000	40,36	226.062	1.288,591	175	5.538,548	42,30
jun/13	63.256	199.878	316	1.528.524	41,44	156.467	1.087.548	144	3.924,219	39,87	219.722	1.287,423	171	5.450,743	40,31
ago/13	64.741	208.517	310	1.569.851	40,72	158.735	1.113.258	143	4.019,131	39,49	223.476	1.321,775	169	5.608,982	39,84
set/13	58.084	180.363	322	1.375.488	42,29	141.352	967.227	146	3.475,223	40,67	196.436	1.147,590	174	4.848,711	41,13
out/13	65.290	196.781	332	1.498.749	43,63	159.932	1.067.124	150	3.846,113	41,58	225.222	1.263,905	178	5.345,862	42,13
Total	2.517.262	8.553.936	294	66.771.131	37,70	6.193.465	45.247.610	137	161.595.357	38,33	8.710.728	53.801.546	162	228.369.488	38,14

**Anexo II - Concentração por cliente**

#	Identificação Cliente	Valor Parcela - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
1	414165420	120	0,00%	289	0,00%
2	421029943	104	0,00%	225	0,00%
3	309220335	90	0,00%	128	0,00%
4	313221057	82	0,00%	203	0,00%
5	523070411	79	0,00%	301	0,00%
6	11346483	75	0,00%	97	0,00%
7	13768007	74	0,00%	63	0,00%
8	306289008	74	0,00%	69	0,00%
9	485915960	72	0,00%	103	0,00%
10	424743400	71	0,00%	144	0,00%
11	412610850	71	0,00%	179	0,00%
12	480080526	69	0,00%	122	0,00%
13	447972910	68	0,00%	70	0,00%
14	408787066	68	0,00%	73	0,00%
15	402013379	68	0,00%	193	0,00%
16	417571968	67	0,00%	127	0,00%
17	328103349	67	0,00%	153	0,00%
18	418905789	65	0,00%	102	0,00%
19	406356610	65	0,00%	222	0,00%
20	438096444	64	0,00%	80	0,00%
21	437600270	64	0,00%	120	0,00%
22	313280380	64	0,00%	327	0,00%
23	512885850	63	0,00%	135	0,00%
24	464364191	62	0,00%	115	0,00%
25	301120013	61	0,00%	366	0,00%
26	435965425	61	0,00%	248	0,00%
27	425358186	60	0,00%	144	0,00%
28	407578994	58	0,00%	291	0,00%
29	424014360	58	0,00%	174	0,00%
30	422727806	58	0,00%	65	0,00%
31	409465011	57	0,00%	133	0,00%
32	407594302	56	0,00%	259	0,00%
33	445175184	56	0,00%	55	0,00%
34	22565736	56	0,00%	142	0,00%
35	25152114	56	0,00%	103	0,00%
36	432588728	56	0,00%	69	0,00%
37	11701216	55	0,00%	139	0,00%
38	301726450	55	0,00%	243	0,00%
39	313384428	55	0,00%	76	0,00%
40	304105406	55	0,00%	170	0,00%
41	313209286	55	0,00%	69	0,00%
42	337021090	54	0,00%	199	0,00%
43	409165310	54	0,00%	128	0,00%
44	420462996	54	0,00%	116	0,00%
45	312076827	53	0,00%	257	0,00%
46	555868770	53	0,00%	37	0,00%
47	328110558	53	0,00%	161	0,00%
48	445101210	53	0,00%	111	0,00%
49	331146789	53	0,00%	94	0,00%
50	445440988	52	0,00%	267	0,00%
51	521816530	52	0,00%	161	0,00%
52	468811931	51	0,00%	109	0,00%
53	517812088	51	0,00%	65	0,00%
54	330102621	51	0,00%	171	0,00%
55	306086859	50	0,00%	218	0,00%
56	532604946	50	0,00%	50	0,00%
57	449044980	49	0,00%	58	0,00%
58	22277137	49	0,00%	68	0,00%
59	12791570	49	0,00%	204	0,00%
60	415576024	49	0,00%	75	0,00%
61	483807559	49	0,00%	96	0,00%
62	431608423	49	0,00%	204	0,00%
63	473073544	49	0,00%	59	0,00%
64	411935763	48	0,00%	152	0,00%
65	12130241	48	0,00%	179	0,00%
66	432046194	48	0,00%	28	0,00%
67	504772422	48	0,00%	71	0,00%

Anexo II - Concentração por cliente

#	Identificação Cliente	Valor Parcela - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
68	427648033	48	0,00%	145	0,00%
69	438829298	48	0,00%	111	0,00%
70	14682538	48	0,00%	198	0,00%
71	407973087	47	0,00%	233	0,00%
72	307170551	47	0,00%	224	0,00%
73	434262226	47	0,00%	112	0,00%
74	413400719	47	0,00%	78	0,00%
75	311215297	47	0,00%	106	0,00%
76	418875987	47	0,00%	126	0,00%
77	427078059	47	0,00%	142	0,00%
78	420896210	47	0,00%	55	0,00%
79	318142457	47	0,00%	291	0,00%
80	417010346	47	0,00%	97	0,00%
81	401143252	47	0,00%	431	0,00%
82	456087168	47	0,00%	98	0,00%
83	429211139	46	0,00%	153	0,00%
84	20916167	46	0,00%	125	0,00%
85	435960547	46	0,00%	228	0,00%
86	20825331	46	0,00%	320	0,00%
87	438861183	46	0,00%	71	0,00%
88	23249870	46	0,00%	83	0,00%
89	12392742	46	0,00%	223	0,00%
90	440155789	45	0,00%	93	0,00%
91	23652594	45	0,00%	107	0,00%
92	330221647	45	0,00%	135	0,00%
93	15187511	45	0,00%	360	0,00%
94	327157429	45	0,00%	62	0,00%
95	10425320	45	0,00%	66	0,00%
96	304098426	45	0,00%	220	0,00%
97	12482097	44	0,00%	235	0,00%
98	22139028	44	0,00%	155	0,00%
99	24025887	44	0,00%	208	0,00%
100	431838410	44	0,00%	52	0,00%
<b>Total 100 maiores clientes</b>		<b>5.575</b>	<b>0,06%</b>	<b>15.067</b>	<b>0,03%</b>
Demais (6.111.332 clientes)		8.705.152	99,94%	53.786.479	99,97%
<b>Total</b>		<b>8.710.728</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.801.546</b>	<b>100,00%</b>

Anexo III - Representatividade por safra dos valores e percentuais referentes a liquidações, refinanciamentos e inadimplência para os 46 meses sob análise das vendas com encargos

Período	Volume de vendas mensal - R\$	Parcelas liquidadas até o vencimento - R\$	Parcelas liquidadas até o vencimento - %	Parcelas Refinanciadas - R\$	Parcelas Refinanciadas - %	Cancelamentos	Cancelamentos - %	A vencer	A vencer - %
jan/10	28.427.778	9.007.388	31,69%	18.626.992	65,52%	793.398	2,79%	-	0,00%
fev/10	28.654.795	9.595.544	33,49%	18.334.569	63,98%	724.682	2,53%	-	0,00%
mar/10	39.562.932	12.872.292	32,54%	25.542.803	64,56%	1.147.838	2,90%	-	0,00%
abr/10	47.696.848	16.113.034	33,78%	30.101.959	63,11%	1.481.855	3,11%	-	0,00%
mai/10	58.737.799	19.225.859	32,73%	37.324.409	63,54%	2.187.531	3,72%	-	0,00%
jun/10	53.748.000	17.774.823	33,07%	33.921.380	63,11%	2.051.797	3,82%	-	0,00%
jul/10	48.335.611	15.959.502	33,02%	30.646.648	63,40%	1.729.460	3,58%	-	0,00%
ago/10	47.520.838	15.436.155	32,48%	30.491.830	64,17%	1.592.852	3,35%	-	0,00%
set/10	43.709.763	14.595.130	33,39%	27.688.726	63,35%	1.425.907	3,26%	-	0,00%
out/10	49.239.722	16.247.527	33,00%	31.488.042	63,95%	1.504.153	3,05%	-	0,00%
nov/10	52.929.876	17.592.787	33,24%	33.020.634	62,39%	2.316.455	4,38%	-	0,00%
dez/10	112.763.322	32.115.274	28,48%	76.558.343	67,89%	4.089.705	3,63%	-	0,00%
jan/11	32.446.346	10.345.356	31,88%	21.253.880	65,50%	847.110	2,61%	-	0,00%
fev/11	35.467.044	11.947.521	33,69%	22.569.040	63,63%	950.483	2,68%	-	0,00%
mar/11	47.841.607	15.392.610	32,17%	31.028.476	64,86%	1.420.521	2,97%	-	0,00%
abr/11	48.690.862	15.987.920	32,84%	31.195.795	64,07%	1.507.147	3,10%	-	0,00%
mai/11	62.292.358	20.096.176	32,26%	40.009.888	64,23%	2.186.294	3,51%	-	0,00%
jun/11	60.848.996	19.724.956	32,42%	39.204.926	64,43%	1.919.014	3,15%	-	0,00%
jul/11	48.733.356	15.511.975	31,83%	31.822.167	65,30%	1.399.214	2,87%	-	0,00%
ago/11	46.445.924	15.051.274	32,41%	30.137.600	64,89%	1.257.050	2,71%	-	0,00%
set/11	43.077.796	14.335.537	33,28%	27.536.077	63,92%	1.205.900	2,80%	282	0,00%
out/11	50.080.859	16.694.145	33,33%	31.953.066	63,80%	1.433.649	2,86%	-	0,00%
nov/11	59.760.184	19.575.475	32,76%	37.280.183	62,38%	2.904.521	4,86%	6	0,00%
dez/11	111.106.876	32.823.499	29,54%	74.314.012	66,89%	3.969.365	3,57%	-	0,00%
jan/12	34.692.478	11.340.976	32,69%	22.432.832	64,66%	918.670	2,65%	-	0,00%
fev/12	37.787.363	13.040.882	34,51%	23.728.637	62,80%	1.017.844	2,69%	-	0,00%
mar/12	54.561.666	18.169.328	33,30%	34.708.031	63,61%	1.684.307	3,09%	-	0,00%
abr/12	58.601.015	19.816.782	33,82%	36.812.252	62,82%	1.971.794	3,36%	186	0,00%
mai/12	73.591.307	24.341.246	33,08%	46.868.424	63,69%	2.381.638	3,24%	-	0,00%
jun/12	68.815.649	23.220.842	33,74%	43.619.189	63,39%	1.975.389	2,87%	230	0,00%
jul/12	55.356.213	18.686.329	33,76%	35.163.935	63,52%	1.505.950	2,72%	-	0,00%
ago/12	57.407.832	19.472.339	33,92%	36.337.793	63,30%	1.598.300	2,78%	-	0,00%
set/12	54.996.202	18.490.261	33,62%	34.942.895	63,54%	1.562.927	2,84%	119	0,00%
out/12	59.051.523	20.253.734	34,30%	37.169.353	62,94%	1.628.436	2,76%	-	0,00%
nov/12	70.400.606	24.774.703	35,19%	42.373.437	60,19%	3.252.410	4,62%	56	0,00%
dez/12	128.858.964	41.018.995	31,83%	82.754.878	64,23%	5.084.952	3,95%	39	0,00%
jan/13	40.418.870	14.108.647	34,91%	25.222.251	62,40%	1.087.972	2,69%	-	0,00%
fev/13	42.256.906	15.702.291	37,16%	25.389.404	60,08%	1.165.185	2,76%	26	0,00%
mar/13	61.631.841	20.934.932	33,97%	34.996.020	56,78%	1.934.220	3,14%	3.766.669	6,11%
abr/13	63.963.185	20.035.244	31,32%	30.826.169	48,19%	2.075.131	3,24%	11.026.641	17,24%
mai/13	75.009.241	20.324.767	27,10%	30.570.792	40,76%	2.495.408	3,33%	21.618.275	28,82%
jun/13	65.726.949	15.224.466	23,16%	21.314.941	32,43%	2.081.412	3,17%	27.106.131	41,24%
jul/13	63.384.078	11.660.437	18,40%	15.771.668	24,88%	1.847.539	2,91%	34.104.435	53,81%
ago/13	64.560.277	8.915.564	13,81%	10.626.378	16,46%	1.945.706	3,01%	43.072.629	66,72%
set/13	57.741.954	4.922.180	8,52%	4.564.553	7,91%	1.710.194	2,96%	46.545.028	80,61%
out/13	65.068.253	1.302.130	2,00%	154.195	0,24%	1.451.222	2,23%	62.160.708	95,53%

Anexo IV - Representatividade por safra dos valores e percentuais referentes a liquidações, refinanciamentos e inadimplência para os 46 meses sob análise das vendas sem encargos

Período	Volume de vendas mensal - R\$	Parcelas liquidadas até o vencimento - R\$	Parcelas liquidadas até o vencimento - %	Parcelas Refinanciadas - R\$	Parcelas Refinanciadas - %	Cancelamentos	Cancelamentos - %	A vencer	A vencer - %
jan/10	76.580.804	28.618.166	37,37%	47.645.908	62,22%	316.830	0,41%	-	0,00%
fev/10	75.266.713	29.861.161	39,67%	45.115.772	59,94%	289.780	0,39%	-	0,00%
mar/10	102.873.871	39.004.089	37,91%	63.424.639	61,65%	445.064	0,43%	80	0,00%
abr/10	119.730.431	47.940.354	40,04%	71.246.908	59,51%	543.169	0,45%	-	0,00%
mai/10	142.328.458	54.727.462	38,45%	86.953.966	61,09%	645.030	0,45%	-	0,00%
jun/10	131.672.765	51.792.957	39,33%	79.318.264	60,47%	561.544	0,43%	-	0,00%
jul/10	120.528.620	47.142.708	39,11%	72.877.688	60,42%	508.223	0,42%	-	0,00%
ago/10	117.167.876	45.430.170	38,77%	71.240.630	60,80%	497.076	0,42%	-	0,00%
set/10	106.526.887	43.438.729	40,78%	62.631.196	58,79%	466.962	0,43%	-	0,00%
out/10	121.271.335	48.430.324	39,94%	72.325.632	59,64%	515.380	0,42%	-	0,00%
nov/10	126.301.481	52.438.828	41,52%	73.108.356	57,88%	754.296	0,60%	-	0,00%
dez/10	256.577.407	93.512.083	36,45%	161.984.091	63,13%	1.081.146	0,42%	87	0,00%
jan/11	84.433.234	32.213.250	38,15%	51.959.781	61,54%	260.203	0,31%	-	0,00%
fev/11	87.029.299	35.281.934	40,54%	51.478.113	59,15%	269.253	0,31%	-	0,00%
mar/11	119.080.341	46.231.509	38,82%	72.426.278	60,82%	422.554	0,35%	-	0,00%
abr/11	127.056.129	50.492.324	39,74%	76.115.489	59,91%	448.316	0,35%	-	0,00%
mai/11	158.974.825	61.123.106	38,45%	97.327.341	61,22%	524.378	0,33%	-	0,00%
jun/11	156.345.497	60.897.888	38,95%	94.928.622	60,72%	518.955	0,33%	32	0,00%
jul/11	135.826.794	52.354.246	38,54%	83.051.085	61,14%	421.462	0,31%	-	0,00%
ago/11	124.996.108	48.842.238	39,08%	75.738.400	60,59%	415.471	0,33%	-	0,00%
set/11	114.726.702	47.151.541	41,10%	67.202.479	58,58%	372.682	0,32%	-	0,00%
out/11	133.969.324	55.108.588	41,14%	78.413.570	58,53%	446.959	0,33%	207	0,00%
nov/11	151.164.067	63.204.959	41,81%	87.082.196	57,61%	876.912	0,58%	-	0,00%
dez/11	281.688.452	103.874.791	36,88%	176.722.454	62,74%	1.091.206	0,39%	-	0,00%
jan/12	96.268.922	37.343.462	38,79%	58.638.140	60,91%	287.321	0,30%	-	0,00%
fev/12	95.036.228	39.266.194	41,32%	55.492.494	58,39%	277.501	0,29%	38	0,00%
mar/12	129.388.145	51.620.163	39,90%	77.370.164	59,80%	397.818	0,31%	-	0,00%
abr/12	137.435.706	55.647.770	40,49%	81.346.517	59,19%	441.333	0,32%	86	0,00%
mai/12	170.867.610	67.622.669	39,58%	102.721.430	60,12%	523.511	0,31%	-	0,00%
jun/12	162.143.765	65.337.887	40,30%	96.314.015	59,40%	491.863	0,30%	-	0,00%
jul/12	144.201.336	57.915.867	40,16%	86.853.233	59,54%	432.089	0,30%	147	0,00%
ago/12	151.184.941	60.863.725	40,26%	89.869.865	59,44%	451.352	0,30%	-	0,00%
set/12	142.316.799	57.847.110	40,65%	84.058.405	59,06%	410.220	0,29%	1.064	0,00%
out/12	152.993.076	62.822.872	41,06%	89.730.427	58,65%	439.778	0,29%	-	0,00%
nov/12	171.047.487	74.614.869	43,62%	95.628.665	55,91%	760.132	0,44%	43.821	0,03%
dez/12	311.113.870	121.305.931	38,99%	187.973.247	60,42%	1.118.098	0,36%	716.595	0,23%
jan/13	106.457.327	42.281.622	39,72%	63.533.908	59,68%	304.849	0,29%	336.948	0,32%
fev/13	103.353.303	44.846.760	43,20%	57.722.718	55,85%	308.668	0,30%	675.157	0,65%
mar/13	148.869.362	61.062.655	41,02%	85.817.514	57,65%	467.607	0,31%	1.521.586	1,02%
abr/13	154.513.080	64.096.691	41,48%	87.686.539	56,75%	501.533	0,32%	2.228.318	1,44%
mai/13	181.811.337	74.357.839	40,90%	103.310.979	56,82%	593.670	0,33%	3.548.850	1,95%
jun/13	167.261.167	63.904.171	38,21%	82.829.971	49,52%	520.963	0,31%	20.006.063	11,96%
jul/13	161.176.234	51.446.858	31,92%	68.510.312	42,51%	520.185	0,32%	40.698.878	25,25%
ago/13	161.563.689	40.199.302	24,88%	50.299.482	31,13%	528.440	0,33%	70.536.465	43,66%
set/13	142.056.423	22.073.986	15,54%	22.422.148	15,78%	440.295	0,31%	97.119.994	68,37%
out/13	159.936.833	4.311.680	2,70%	777.911	0,49%	470.013	0,29%	154.377.229	96,52%



Anexo V - Distribuição do saldo em aberto por faixas de valor

Faixas	jan/13		jul/13		ago/13		out/13	
	Valor da parcela - R\$(000)	Quantidade de clientes	Valor da parcela - R\$(000)	Quantidade de clientes	Valor da parcela - R\$(000)	Quantidade de clientes	Valor da parcela - R\$(000)	Quantidade de clientes
Até 300	304.829	1.942.070	314.827	1.998.254	319.984	2.041.847	292.774	1.885.013
De 301 a 360	96.664	292.913	99.901	302.794	102.253	309.903	93.659	283.746
De 361 a 400	63.028	165.710	64.917	170.617	66.350	174.372	61.120	160.590
De 401 a 450	74.240	174.954	75.542	178.119	75.953	179.208	70.230	165.697
De 451 a 500	55.553	117.169	56.350	118.857	56.810	119.825	53.556	112.967
De 501 a 600	103.169	187.495	103.781	188.575	103.061	187.254	97.491	177.147
De 601 a 650	41.894	67.201	42.142	67.624	41.878	67.220	39.443	63.329
De 651 a 750	74.014	105.750	73.810	105.468	73.243	104.668	69.166	98.836
De 751 a 850	60.852	76.362	61.025	76.583	60.562	76.008	57.513	72.183
De 851 a 950	50.784	56.665	50.128	55.934	49.429	55.152	46.828	52.236
De 951 a 1.100	56.660	55.599	55.928	54.896	54.869	53.879	52.528	51.574
De 1.101 a 1.200	32.668	28.350	32.136	27.878	32.055	27.806	30.477	26.429
De 1.201 a 1.300	24.253	19.463	23.883	19.175	23.681	19.018	22.188	17.821
De 1.301 a 1.500	36.804	26.351	35.961	25.745	35.552	25.458	33.920	24.285
De 1.501 a 1.800	37.234	22.761	36.349	22.227	35.906	21.962	34.269	20.969
De 1.801 a 2.100	22.386	11.523	21.586	11.111	21.430	11.025	20.420	10.509
De 2.101 a 2.400	14.470	6.451	13.998	6.240	13.779	6.136	13.108	5.836
De 2.401 a 2.700	10.881	4.264	10.653	4.171	10.990	4.295	10.535	4.119
De 2.701 a 3.000	6.752	2.386	6.681	2.362	6.788	2.399	6.764	2.392
De 3.001 a 3.600	6.760	2.075	6.728	2.063	6.442	1.976	6.355	1.950
De 3.601 a 4.800	3.545	893	3.355	850	2.657	681	2.630	675
De 4.801 a 6.000	914	173	791	150	544	103	549	104
De 6.001 a 7.200	214	33	196	30	151	23	163	25
De 7.201 a 8.400	100	13	85	11	61	8	69	9
De 8.401 a 9.600	73	8	73	8	72	8	72	8
De 9.601 a 10.800	29	3	19	2	19	2	10	1
De 10.801 a 12.000	57	5	45	4	45	4	45	4
Acima de 12.000	157	7	183	8	140	6	162	7
<b>Total</b>	<b>1.178.984</b>	<b>3.366.647</b>	<b>1.191.073</b>	<b>3.439.756</b>	<b>1.194.703</b>	<b>3.490.246</b>	<b>1.116.042</b>	<b>3.238.461</b>

## Anexo VI - Distribuição das parcelas por faixa de valor

<b>Faixas</b>	<b>Valor da Parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de parcelas</b>	<b>% Ticket Médio</b>
Até 20	920.609	10,57%	57.717.432	25,27%
De 21 a 30	1.407.725	16,16%	55.930.313	24,49%
De 31 a 40	1.379.913	15,84%	39.420.478	17,26%
De 41 a 50	1.149.517	13,20%	25.485.368	11,16%
De 51 a 60	987.755	11,34%	17.959.837	7,86%
De 61 a 70	663.091	7,61%	10.216.019	4,47%
De 71 a 80	491.733	5,65%	6.567.784	2,88%
De 81 a 90	374.196	4,30%	4.400.121	1,93%
De 91 a 100	285.399	3,28%	3.000.545	1,31%
De 101 a 150	703.980	8,08%	5.929.420	2,60%
De 151 a 200	202.350	2,32%	1.193.732	0,52%
De 201 a 250	73.257	0,84%	331.741	0,15%
De 251 a 300	32.381	0,37%	118.700	0,05%
De 301 a 400	23.307	0,27%	68.722	0,03%
De 401 a 500	7.789	0,09%	17.649	0,01%
De 501 a 1.000	6.737	0,08%	10.912	0,00%
Acima de 1.000	988	0,01%	715	0,00%
<b>Total</b>	<b>8.710.728</b>	<b>100,00%</b>	<b>228.369.488</b>	<b>100,00%</b>
				<b>38</b>

Anexo VII - Performance por safra de origem em 31/10/2013 - "Com Encargos"

Período	Contratos cancelados	Parcelas a vencer	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas no vencimento
jan/10	793.398	-	66.541	78.034	124.346	198.510	346.371	820.314	1.449.668	5.028.897	894.708
fev/10	724.682	-	73.897	106.756	126.038	202.336	356.647	871.067	1.537.695	5.430.176	916.932
mar/10	1.147.838	-	98.571	106.405	170.104	273.928	470.979	1.151.297	2.172.009	7.115.166	1.313.833
abr/10	1.481.855	-	112.144	121.484	194.537	313.815	551.702	1.351.019	2.461.019	9.271.068	1.736.246
mai/10	2.187.531	-	135.532	147.153	232.770	377.162	658.985	1.725.114	3.080.248	10.814.232	2.074.663
jun/10	2.051.797	-	129.632	135.908	211.163	350.568	667.601	1.635.311	2.653.704	10.074.498	1.916.437
jul/10	1.729.460	-	133.880	141.720	217.913	370.213	661.199	1.552.937	2.721.124	8.587.730	1.572.786
ago/10	1.592.852	-	127.125	141.791	225.298	366.547	611.126	1.464.970	2.564.639	8.304.410	1.630.249
set/10	1.425.907	-	120.452	141.436	220.013	330.935	580.675	1.383.633	2.388.643	7.915.673	1.513.669
out/10	1.504.153	-	148.259	140.985	243.532	356.973	605.614	1.519.528	2.754.511	8.812.338	1.665.786
nov/10	2.316.455	-	239.567	190.431	267.966	432.857	742.131	2.057.893	2.914.825	9.084.173	1.662.953
dez/10	4.089.705	-	323.346	263.800	414.119	645.684	1.156.082	3.275.172	5.274.642	17.376.313	3.386.115
jan/11	847.110	-	94.116	102.519	153.927	235.668	402.723	924.136	1.691.045	5.718.195	1.023.027
fev/11	950.483	-	123.714	116.244	175.184	274.971	470.182	1.069.887	1.981.463	6.664.626	1.071.250
mar/11	1.420.521	-	153.225	148.135	218.819	342.914	552.404	1.351.313	2.610.965	8.467.914	1.548.922
abr/11	1.507.147	-	145.679	140.386	207.641	319.618	549.174	1.307.816	2.535.281	9.011.630	1.770.695
mai/11	2.186.294	-	178.188	171.736	264.162	408.032	682.616	1.783.260	3.268.536	11.124.730	2.214.915
jun/11	1.919.014	-	168.005	155.042	235.478	373.780	702.648	1.738.666	2.920.503	11.267.919	2.172.915
jul/11	1.399.214	-	136.820	133.023	201.427	345.246	617.444	1.433.165	2.578.592	8.428.395	1.636.062
ago/11	1.257.050	-	126.870	130.837	214.341	350.075	570.824	1.400.435	2.467.795	8.288.141	1.501.966
set/11	1.205.900	282	121.836	135.485	209.278	313.052	540.994	1.290.661	2.323.352	7.882.974	1.517.905
out/11	1.433.649	-	151.306	158.043	234.730	355.037	592.539	1.525.593	2.848.080	9.049.561	1.779.256
nov/11	2.904.521	6	293.419	215.737	302.333	471.329	810.025	2.329.610	3.297.168	9.929.301	1.926.553
dez/11	3.969.365	-	328.205	267.417	413.137	623.212	1.159.640	3.292.729	5.349.240	17.977.629	3.412.291
jan/12	918.670	-	125.734	118.057	153.769	264.672	450.978	1.028.256	1.921.888	6.148.138	1.129.484
fev/12	1.017.844	-	143.088	133.965	198.149	303.932	507.963	1.149.881	2.016.131	7.331.330	1.256.444
mar/12	1.684.307	-	214.600	192.380	282.098	430.818	673.918	1.661.933	3.220.685	9.643.314	1.849.582
abr/12	1.971.794	186	234.495	205.721	297.105	440.177	754.316	1.700.633	3.386.910	10.761.660	2.035.765
mai/12	2.381.638	-	275.487	240.502	354.396	540.298	850.022	2.178.872	3.781.427	13.508.696	2.611.545
jun/12	1.975.389	230	269.444	231.409	337.439	517.085	911.804	2.126.522	3.644.944	12.762.467	2.419.726
jul/12	1.505.950	-	215.503	188.197	277.088	443.854	790.480	1.789.269	3.133.881	9.991.607	1.866.470
ago/12	1.598.300	-	225.709	206.598	307.402	478.014	752.527	1.879.376	3.370.243	10.330.243	1.917.952
set/12	1.562.927	119	205.008	198.528	295.056	432.986	741.736	1.718.718	3.122.979	9.879.876	1.894.374
out/12	1.628.436	-	238.818	176.231	366.049	482.424	736.662	1.925.405	3.553.565	10.767.153	2.007.426
nov/12	3.252.410	56	463.770	313.203	408.721	701.301	1.106.309	3.012.420	4.088.067	12.364.118	2.336.794
dez/12	5.084.952	39	614.101	398.001	616.650	936.740	1.672.492	4.602.636	6.755.586	21.302.046	4.120.742
jan/13	1.087.972	-	170.851	178.282	253.435	369.382	607.198	1.328.880	2.398.995	7.473.080	1.328.544
fev/13	1.165.185	26	225.958	185.162	262.321	391.858	638.511	1.410.105	2.619.895	8.621.353	1.347.129
mar/13	1.934.220	-	301.299	254.369	357.121	537.013	800.630	2.002.531	3.766.197	10.943.291	1.972.480
abr/13	2.075.131	-	320.036	265.870	373.198	554.340	917.470	1.873.932	3.387.637	10.394.903	1.947.859
mai/13	2.495.408	-	355.149	293.585	424.300	630.009	879.138	1.936.945	3.308.050	10.405.462	2.092.127
jun/13	2.081.412	-	271.061	284.131	348.133	503.847	734.154	1.407.313	2.394.572	7.822.844	1.470.101
jul/13	1.847.539	-	281.763	243.300	323.601	407.248	580.610	1.100.723	1.975.224	5.615.347	1.132.621
ago/13	1.945.706	-	266.692	226.039	264.278	321.246	389.164	928.911	1.533.557	4.172.625	813.051
set/13	1.710.194	-	220.678	147.537	168.833	193.246	275.414	484.299	809.384	2.231.669	391.120
out/13	1.451.222	-	143.135	31.041	135.940	95.794	61.447	192.016	326.559	303.496	12.701
<b>Total</b>	<b>84.422.507</b>	<b>249.401.457</b>	<b>9.518.010</b>	<b>8.239.616</b>	<b>12.294.115</b>	<b>18.608.747</b>	<b>30.893.269</b>	<b>75.695.101</b>	<b>130.325.396</b>	<b>424.400.409</b>	<b>79.804.164</b>

Anexo VII - Performance por safra de origem em 31/10/2013 - "Com Encargos"

Período	Parcelas liquidadas com atraso de 1 a 3 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 4 a 7 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 8 a 15 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 180 a 360 dias
jan/10	2.074.189	2.116.466	3.046.918	3.905.658	2.735.117	602.019	236.273	132.833	99.210	1.012.778
fev/10	2.050.147	2.000.351	3.025.348	3.900.606	2.754.040	590.883	229.516	115.642	79.028	995.285
mar/10	3.092.443	3.156.341	4.405.534	5.327.004	3.780.183	768.330	277.443	136.898	96.689	1.242.727
abr/10	3.600.574	3.566.622	5.213.555	6.494.556	4.569.152	920.958	336.431	160.678	112.426	1.476.977
mai/10	4.692.766	4.478.419	6.376.618	7.888.783	5.659.782	1.142.551	403.206	194.406	143.719	1.992.417
jun/10	4.120.069	4.005.257	5.591.039	7.051.451	5.182.680	1.070.376	406.735	197.447	128.917	1.906.700
jul/10	3.713.550	3.571.077	5.093.235	6.226.482	4.667.255	996.937	380.702	180.405	112.968	1.759.920
ago/10	3.687.298	3.625.932	5.004.060	6.113.321	4.567.870	1.002.911	364.984	171.661	107.447	1.839.473
set/10	3.252.679	3.138.903	4.613.633	5.688.797	4.033.767	870.642	318.001	150.985	94.015	1.765.675
out/10	3.837.531	3.741.236	5.267.442	6.454.241	4.421.048	961.380	345.523	158.307	115.436	2.031.109
nov/10	3.596.291	3.503.611	5.286.389	6.619.073	4.428.060	1.014.703	392.342	217.989	163.994	2.503.319
dez/10	7.449.091	7.327.402	11.314.203	14.964.953	10.179.841	2.482.167	1.004.290	574.105	426.579	6.469.262
jan/11	2.290.996	2.297.977	3.421.902	4.258.368	2.762.897	652.533	255.365	139.162	103.922	1.552.452
fev/11	2.307.532	2.341.378	3.681.172	4.654.337	2.860.478	652.819	255.047	152.314	122.784	1.644.580
mar/11	3.585.515	3.580.142	5.212.165	6.345.483	3.810.553	860.029	350.848	214.543	185.114	2.103.393
abr/11	3.722.841	3.639.962	5.234.346	6.409.549	3.827.572	853.354	360.612	239.338	204.369	1.996.679
mai/11	4.947.827	4.709.488	6.695.079	8.172.157	5.017.527	1.100.986	505.825	358.313	312.402	2.577.745
jun/11	4.636.398	4.459.149	6.318.327	7.886.259	4.919.454	1.172.757	554.977	399.920	334.723	2.635.351
jul/11	3.827.711	3.601.857	5.155.529	6.175.926	3.970.276	996.722	487.396	342.787	275.525	2.087.213
ago/11	3.545.784	3.446.267	4.822.189	5.878.245	3.673.356	918.852	463.917	337.524	270.258	1.980.562
set/11	3.183.878	3.134.619	4.609.065	5.476.145	3.319.786	802.567	415.577	315.118	257.071	1.653.876
out/11	3.897.985	3.757.676	5.340.950	6.266.501	3.814.555	958.570	530.544	396.980	318.872	1.824.843
nov/11	4.153.584	3.934.021	5.766.920	7.024.742	4.514.145	1.207.634	705.235	526.041	423.623	2.301.528
dez/11	7.777.017	7.453.423	11.393.211	14.176.060	9.508.650	2.620.896	1.489.031	1.122.764	897.015	4.750.735
jan/12	2.606.950	2.523.854	3.729.755	4.294.853	2.782.585	737.548	415.684	302.393	241.702	1.226.956
fev/12	2.647.270	2.541.279	3.830.810	4.747.675	3.009.480	805.408	432.884	324.554	259.122	1.236.780
mar/12	4.213.541	4.053.171	5.851.229	6.710.554	4.507.661	1.129.566	580.308	417.902	341.714	1.554.335
abr/12	4.449.534	4.224.724	6.214.056	7.254.314	4.893.498	1.216.280	631.271	453.553	361.250	1.509.938
mai/12	5.787.127	5.444.933	7.519.994	9.151.969	6.384.661	1.648.353	865.095	605.635	481.978	1.797.765
jun/12	5.146.818	4.858.542	6.955.889	8.436.781	6.000.186	1.598.909	832.790	600.801	474.841	1.509.640
jul/12	4.257.511	3.932.412	5.604.843	6.817.969	4.934.996	1.347.443	713.274	497.114	376.135	1.013.647
ago/12	4.406.277	4.307.738	5.899.633	7.000.179	5.017.079	1.399.158	689.802	510.745	405.254	821.722
set/12	4.006.270	3.788.907	5.576.409	6.618.635	4.794.025	1.296.328	680.426	493.011	376.830	602.032
out/12	4.659.638	4.473.512	6.178.283	7.219.522	5.104.163	1.399.846	743.223	498.836	327.732	430.460
nov/12	4.761.913	4.545.044	6.763.941	8.201.601	5.986.550	1.690.399	799.710	454.047	254.593	252.491
dez/12	8.908.786	8.327.574	12.644.766	15.850.490	11.660.718	3.218.400	1.494.996	781.111	407.328	333.189
jan/13	2.976.673	2.951.034	4.239.734	5.020.191	3.479.878	890.954	396.236	177.337	86.025	67.182
fev/13	2.863.482	2.755.298	4.102.978	4.914.965	3.212.194	775.502	301.963	126.257	57.229	25.035
mar/13	4.397.346	4.154.265	5.752.051	6.302.114	4.103.497	913.853	325.240	119.421	36.518	7.504
abr/13	4.073.268	3.707.165	5.141.499	5.535.045	3.501.919	714.535	220.746	59.861	11.762	39
mai/13	4.197.603	3.806.549	5.004.009	5.467.388	3.319.734	627.306	147.961	24.151	269	-
jun/13	2.928.483	2.622.188	3.440.294	3.710.735	2.127.286	335.072	49.332	249	-	-
jul/13	2.374.272	2.048.748	2.542.850	2.508.175	1.273.531	131.141	-	-	-	-
ago/13	1.721.137	1.608.465	1.608.872	1.523.252	517.493	349	-	-	-	-
set/13	719.493	579.995	527.237	265.849	31	31	-	-	-	-
out/13	177	72	494	136	101	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>175.147.267</b>	<b>167.617.047</b>	<b>241.018.455</b>	<b>290.911.086</b>	<b>195.589.309</b>	<b>47.097.956</b>	<b>21.390.911</b>	<b>13.383.139</b>	<b>9.884.390</b>	<b>64.493.312</b>

Anexo VII - Performance por safra de origem em 31/10/2013 - "Com Encargos"

Periodo	Parcelas vencidas até 3 dias	Parcelas vencidas de 4 a 7 dias	Parcelas vencidas de 8 a 15 dias	Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa	Total sob análise
jan/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.665.530	408.647	1.824.564	27.011.861
fev/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.593.722	433.895	1.802.773	27.285.917
mar/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.280.210	599.051	2.444.152	37.717.831
abr/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.650.032	718.313	2.933.987	45.481.174
mai/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.351.743	897.711	3.623.474	56.012.037
jun/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.260.709	832.977	3.312.278	51.268.699
jul/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.944.118	831.707	2.990.607	46.176.712
ago/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.006.873	797.914	2.962.137	45.356.615
set/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.761.629	757.709	2.681.089	41.786.383
out/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.154.789	839.899	3.002.673	47.076.948
nov/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.294.862	1.041.215	3.134.335	50.838.756
dez/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.366.449	1.661.727	7.261.599	107.163.449
jan/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.518.306	544.804	1.994.800	30.996.351
fev/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.896.599	629.458	2.102.427	33.994.075
mar/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.780.691	796.591	2.849.087	45.789.111
abr/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.707.173	771.109	2.862.911	46.599.060
mai/11	-	-	-	-	-	345	345	345	345	5.611.157	983.120	3.711.124	59.564.354
jun/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.887.611	920.022	3.677.846	58.091.072
jul/11	-	-	-	-	-	20	20	20	20	4.901.146	785.526	2.974.462	46.544.422
ago/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.800.648	767.024	2.793.175	44.419.773
set/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.368.374	724.441	2.547.835	41.254.403
out/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.845.589	841.043	2.957.442	47.964.461
nov/11	-	-	-	6	6	6	6	6	-	6.722.683	1.164.264	3.444.233	57.480.215
dez/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.125.209	1.645.788	7.076.160	105.676.504
jan/12	-	-	-	-	-	32	32	32	32	3.570.424	606.443	2.125.293	33.173.628
fev/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.893.376	678.224	2.291.567	36.174.020
mar/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.348.049	985.789	3.329.713	52.217.741
abr/12	-	62	-	-	129	129	67	67	-	5.603.313	1.041.242	3.557.600	56.084.657
mai/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.180.914	1.218.992	4.567.241	70.243.058
jun/12	-	-	-	57	57	-	57	-	27.989	7.175.830	1.174.928	4.254.544	65.796.032
jul/12	-	-	-	84	84	84	-	19.997	19.188	5.629.236	989.934	3.436.251	52.909.897
ago/12	-	-	-	-	-	-	9.500	11.389	13.896	5.844.821	1.062.451	3.519.920	54.950.363
set/12	-	-	-	40	40	182	110	206	735.987	5.973.459	1.005.834	3.281.453	52.720.583
out/12	-	-	-	-	188	188	349	750.603	1.112.447	4.270.362	1.116.176	3.516.551	56.651.148
nov/12	-	-	-	-	206	1.329.001	1.396.442	1.345.746	1.153.777	3.437.949	1.617.187	3.922.845	68.094.948
dez/12	-	28	-	-	2.755.548	3.328.843	2.972.083	2.638.496	2.210.502	5.222.029	2.411.103	7.399.429	123.870.538
jan/13	-	-	19	-	781.296	890.385	788.994	691.160	561.849	1.182.818	837.850	2.302.910	38.953.810
fev/13	173.831	251.290	385.417	550.766	1.247.484	965.549	792.397	651.360	504.153	732.256	894.648	2.150.191	41.001.363
mar/13	476.994	514.101	949.903	1.233.033	1.693.899	1.192.826	977.979	784.159	576.754	485.566	1.228.593	2.796.388	60.064.047
abr/13	371.124	634.022	944.587	1.293.302	1.607.302	1.101.346	823.489	623.963	427.440	33.757	1.224.424	2.416.338	62.771.271
mai/13	662.133	594.651	944.625	1.558.020	1.730.665	1.116.514	780.654	556.427	32.135	-	1.296.923	2.332.121	73.974.043
jun/13	493.149	418.825	830.412	1.469.054	1.431.686	846.015	578.148	34.014	-	-	1.014.318	1.529.545	65.211.722
jul/13	491.068	559.618	824.700	1.154.280	1.174.007	654.214	34.556	-	-	361	872.326	1.000.461	63.255.942
ago/13	654.778	336.571	774.319	1.084.803	995.694	26.647	-	-	-	-	726.377	946.943	64.739.712
set/13	464.684	421.861	665.594	919.766	22	-	-	-	-	-	483.130	122.179	58.082.905
out/13	152.716	194	-	20	285	-	-	-	-	-	228.302	91	65.296.464
<b>Total</b>	<b>3.940.476</b>	<b>3.731.222</b>	<b>6.319.566</b>	<b>9.333.651</b>	<b>13.418.597</b>	<b>11.452.324</b>	<b>9.125.227</b>	<b>8.107.988</b>	<b>7.376.580</b>	<b>189.060.367</b>	<b>43.089.153</b>	<b>137.364.741</b>	<b>2.517.726.075</b>

Anexo VIII - Performance por safra de origemação em 31/10/2013 - "Sem Encargos"

Período	Contratos cancelados	Parcelas a vencer	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas no vencimento
jan/10	316.830	-	1	117	36.605	115.578	316.321	1.269.530	4.256.304	18.727.640	3.896.071
fev/10	289.780	-	1	2.245	40.125	121.923	352.341	1.376.585	4.434.238	19.730.886	3.802.817
mar/10	445.064	80	1	3.314	54.692	169.564	462.800	1.793.638	5.989.212	25.080.293	5.450.575
abr/10	543.169	-	4	5.727	76.533	244.886	576.924	2.184.912	6.651.733	31.418.907	6.817.549
mai/10	645.030	-	0	5.830	81.472	244.886	646.214	2.491.540	7.821.516	35.314.373	8.121.631
jun/10	561.544	-	58	5.506	75.484	226.207	632.912	2.383.679	6.856.986	34.244.067	7.368.058
jul/10	508.223	-	809	4.702	66.217	201.629	567.299	2.197.783	7.269.958	30.228.039	6.606.272
ago/10	497.076	-	1	2.991	66.051	192.024	543.576	2.329.029	7.022.498	28.712.884	6.561.115
set/10	456.962	-	2	4.553	57.214	178.337	586.103	2.317.145	6.561.123	27.804.994	5.929.257
out/10	515.380	-	237	287	59.641	224.801	638.994	2.604.106	7.833.914	30.624.230	6.444.113
nov/10	754.296	-	764	32.340	122.934	321.323	940.297	4.830.482	8.603.969	31.019.573	6.567.147
dez/10	1.081.146	87	2.543	47.811	191.677	522.623	1.402.865	7.449.222	15.372.569	56.298.522	12.224.251
jan/11	260.203	-	1.199	832	40.328	133.181	423.830	1.438.594	4.998.098	20.926.732	4.302.109
fev/11	269.253	-	1.319	2.886	49.424	151.741	423.830	1.647.300	5.615.190	23.128.538	4.261.705
mar/11	422.554	-	1.551	5.693	66.446	198.755	538.969	2.133.455	7.432.059	29.629.307	6.225.274
abr/11	448.316	-	1.576	9.715	75.640	215.158	600.782	2.311.873	7.437.824	32.465.127	7.374.631
mai/11	524.378	-	1.229	7.115	95.822	279.630	726.333	2.738.243	9.058.095	39.036.648	9.179.990
jun/11	518.955	32	2.220	8.692	94.506	267.965	720.403	2.729.985	8.249.846	40.080.846	8.743.425
jul/11	421.462	-	2.603	5.633	74.860	221.774	608.871	2.387.586	8.034.826	33.580.192	7.437.902
ago/11	415.471	-	1.500	3.768	60.146	190.038	549.610	2.447.507	7.589.699	31.399.929	6.600.041
set/11	372.682	-	1.684	5.328	59.570	191.741	610.723	2.462.469	7.371.111	30.158.132	6.290.783
out/11	446.959	207	1.332	3.299	71.391	252.365	700.664	2.935.037	9.156.268	34.706.894	7.281.337
nov/11	876.912	-	5.460	55.376	183.711	432.698	1.191.679	6.441.077	10.901.594	36.340.014	7.653.349
dez/11	1.091.206	-	4.092	51.009	210.681	554.009	1.527.444	8.089.057	17.034.703	63.102.707	13.301.088
jan/12	287.321	-	2.313	3.570	49.116	154.718	420.870	1.685.197	6.086.994	24.082.934	4.857.750
fev/12	277.501	38	2.032	5.183	56.300	159.906	455.778	1.771.615	5.773.541	25.827.153	5.214.685
mar/12	397.818	-	2.724	6.043	72.981	216.827	583.047	2.327.330	8.643.861	32.535.617	7.231.734
abr/12	441.333	86	3.791	6.013	79.801	238.116	661.929	2.535.018	8.895.134	35.356.354	7.871.614
mai/12	523.511	-	3.495	8.709	98.283	291.605	781.729	3.006.193	9.752.801	43.711.011	9.968.843
jun/12	491.863	-	3.975	11.002	100.708	281.414	762.400	2.968.095	9.481.172	42.572.951	9.156.170
jul/12	432.089	147	18.049	17.832	97.025	259.784	701.948	2.690.555	9.030.171	37.086.723	8.013.780
ago/12	451.352	-	34.243	26.276	106.873	281.905	750.395	3.109.218	9.772.337	38.659.905	8.122.573
set/12	410.220	1.064	30.734	23.803	99.577	257.755	781.983	3.120.402	9.375.826	36.424.497	7.732.532
out/12	439.778	-	30.753	22.071	96.954	307.772	847.671	3.450.704	10.606.759	39.303.276	8.156.912
nov/12	760.132	43.821	45.226	79.262	213.632	500.841	1.411.089	7.507.892	12.568.544	43.059.438	9.228.944
dez/12	1.118.098	716.595	73.040	110.769	306.466	763.181	2.046.985	11.365.399	20.405.834	70.871.574	15.362.882
jan/13	304.849	336.948	23.096	16.226	71.777	192.812	514.883	1.957.486	6.944.575	26.978.146	5.582.621
fev/13	308.668	675.157	26.139	20.213	85.013	210.514	555.927	2.145.120	7.422.408	29.039.526	5.141.899
mar/13	467.607	1.521.586	32.025	27.667	115.321	291.210	740.938	2.877.027	10.611.768	38.272.027	8.094.670
abr/13	501.533	2.228.318	33.835	27.593	118.719	296.444	786.157	3.030.171	10.647.708	40.438.956	8.716.647
mai/13	593.670	3.548.850	36.921	29.568	125.699	343.224	902.325	3.464.030	11.965.063	46.974.441	10.516.568
jun/13	520.963	20.006.063	38.469	26.752	115.630	309.609	843.350	3.252.829	10.328.763	40.698.463	8.290.505
jul/13	520.185	40.698.878	29.544	18.336	95.999	280.198	775.840	2.683.055	9.006.924	31.621.194	6.935.769
ago/13	528.440	70.536.465	28.676	14.658	94.756	259.569	612.761	2.054.837	7.101.427	24.874.598	5.158.020
set/13	440.295	97.119.994	13.838	8.113	79.137	158.728	341.996	1.178.961	4.100.017	13.623.016	2.570.180
out/13	470.013	154.377.229	5.149	1.840	29.969	41.784	85.851	297.038	2.001.856	1.761.302	86.891
<b>Total</b>	<b>23.370.090</b>	<b>391.811.643</b>	<b>548.256</b>	<b>786.270</b>	<b>4.320.904</b>	<b>11.913.932</b>	<b>32.603.983</b>	<b>139.468.269</b>	<b>392.076.817</b>	<b>1.547.532.574</b>	<b>330.452.481</b>

Anexo VIII - Perform Anexo VIII - Performance por safra de origem em 31/10/2013 - "Sem Encargos"

Período	Contratos cancelados	Parcelas liquidadas com atraso de 1 a 3 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 4 a 7 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 8 a 15 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	Parcelas liquidadas com atraso de 180 a 360 dias
jan/10	316.830	7.864.724	7.724.939	9.968.188	11.124.397	6.297.739	1.067.759	345.571	168.777	125.514	1.128.031
fev/10	289.780	7.547.381	6.914.676	9.564.332	10.654.154	5.997.362	969.282	318.582	155.194	106.694	1.103.230
mar/10	445.064	11.442.024	10.844.361	13.493.044	14.296.147	7.979.662	1.251.715	412.426	163.709	108.305	1.292.238
abr/10	543.169	12.702.846	11.576.566	15.099.896	16.514.386	9.210.545	1.471.241	478.775	182.957	153.828	1.533.828
mai/10	645.030	15.873.265	14.231.150	17.999.472	19.879.679	11.534.682	1.805.432	569.088	224.642	155.495	1.864.017
jun/10	561.544	14.364.690	12.904.511	16.402.999	18.204.172	10.477.227	1.656.772	521.219	216.068	139.401	1.723.424
jul/10	508.223	13.403.880	12.194.547	15.368.644	16.268.942	9.517.682	1.508.238	476.176	185.911	121.066	1.506.710
ago/10	497.076	13.222.423	12.106.994	14.905.477	15.668.563	9.249.761	1.482.285	464.394	185.862	113.929	1.540.779
set/10	456.962	11.319.455	10.443.833	13.266.493	14.125.032	8.026.503	1.240.285	396.844	165.297	98.982	1.447.397
out/10	515.380	13.238.644	12.204.614	15.344.846	15.969.410	8.947.326	1.453.704	494.694	205.657	180.312	1.506.710
nov/10	754.296	12.454.889	11.208.752	15.052.677	16.178.180	9.540.816	1.751.784	577.271	244.817	137.284	2.549.098
dez/10	1.081.146	24.441.795	22.397.803	31.610.627	36.915.187	22.397.814	4.452.439	1.476.212	610.090	368.149	7.406.470
jan/11	260.203	8.556.310	8.244.397	10.754.922	11.844.825	6.683.407	1.203.085	376.175	151.113	98.184	1.774.595
fev/11	269.253	8.210.256	7.993.665	11.127.040	12.156.594	6.110.273	1.097.589	329.026	151.323	125.761	1.771.402
mar/11	422.554	12.926.889	11.866.768	15.421.659	16.409.795	8.198.725	1.406.030	438.427	248.124	197.120	2.312.376
abr/11	448.316	13.670.796	12.503.467	15.997.485	17.018.238	8.493.872	1.563.451	527.372	303.241	250.000	2.527.233
mai/11	524.378	17.804.375	15.826.615	20.144.495	21.892.230	11.177.469	2.043.444	716.012	431.912	340.911	3.118.891
jun/11	518.955	16.960.990	14.993.025	19.387.370	21.655.920	11.101.898	2.089.418	777.011	473.119	353.873	3.070.093
jul/11	421.462	15.184.744	13.642.744	17.483.391	18.100.895	9.536.787	1.787.830	679.549	398.405	308.936	2.523.168
ago/11	415.471	13.999.370	12.682.984	16.054.485	16.595.209	8.424.299	1.491.229	549.773	343.169	296.001	2.243.178
set/11	372.682	12.288.596	11.200.027	14.873.392	14.949.966	7.080.261	1.170.708	466.959	344.617	294.116	1.894.721
out/11	446.959	14.882.254	13.419.207	17.202.756	17.020.756	7.895.270	1.398.011	617.186	459.836	371.946	2.225.654
nov/11	876.912	15.019.681	13.318.500	17.762.877	18.754.970	10.065.735	2.048.085	1.005.511	763.668	598.725	3.282.179
dez/11	1.091.206	27.687.960	24.754.068	35.941.356	38.790.868	21.919.825	4.717.535	2.395.803	1.735.869	1.394.233	7.382.300
jan/12	287.321	10.317.850	9.605.064	12.445.456	12.676.788	6.679.924	1.309.319	617.564	432.362	343.266	1.819.636
fev/12	277.501	9.694.607	8.869.806	11.822.767	12.445.974	6.240.309	1.169.398	528.709	381.702	319.382	1.615.752
mar/12	397.818	14.646.129	13.121.676	16.841.153	16.299.917	8.496.267	1.523.523	675.559	464.204	374.506	1.893.542
abr/12	441.333	15.054.992	13.485.792	17.526.875	17.445.797	9.358.651	1.745.275	746.696	508.908	409.845	1.856.861
mai/12	523.511	19.316.896	16.781.950	20.944.042	22.097.767	12.472.315	2.362.911	1.000.254	680.052	542.807	2.285.646
jun/12	491.863	17.530.402	15.246.726	19.688.316	21.131.543	11.935.882	2.319.061	1.000.524	682.500	510.243	2.048.862
jul/12	432.089	15.949.057	13.802.522	17.494.271	17.710.218	10.636.717	2.099.329	904.514	579.925	442.547	1.633.165
ago/12	451.352	16.924.461	14.965.162	18.534.959	19.028.999	10.958.070	2.197.961	876.390	563.756	448.616	1.421.750
set/12	410.220	14.712.957	13.103.546	17.019.807	17.475.415	9.956.245	1.920.097	795.075	532.454	422.430	1.102.096
out/12	439.778	16.748.234	15.545.100	18.905.367	18.820.926	10.631.422	2.029.400	894.741	612.549	475.740	1.010.882
nov/12	760.132	16.437.063	14.647.567	19.706.064	20.365.950	12.427.916	2.649.651	1.241.891	816.493	602.767	763.966
dez/12	1.118.098	29.897.765	26.392.865	37.066.858	41.418.306	23.959.031	5.895.677	2.916.240	1.887.521	1.212.630	1.154.339
jan/13	304.849	11.103.674	10.381.981	13.306.689	13.789.383	8.059.419	1.657.292	754.285	460.402	285.672	246.661
fev/13	308.668	9.615.343	8.899.531	12.258.820	13.199.215	7.361.568	1.514.610	646.549	345.949	187.884	102.140
mar/13	467.607	15.971.714	14.128.481	18.277.555	18.379.558	10.689.220	2.018.650	722.375	326.445	131.447	34.563
abr/13	501.533	16.538.024	14.406.096	18.786.001	18.836.147	10.348.338	1.737.568	536.717	166.367	33.008	793
mai/13	593.670	19.727.347	16.890.134	20.814.572	20.526.993	10.805.195	1.624.892	385.372	66.923	764	-
jun/13	520.963	15.567.603	13.408.183	16.505.513	15.956.735	7.879.869	972.887	133.444	-	-	-
jul/13	520.185	13.630.218	11.445.148	13.206.065	11.873.987	5.230.994	407.152	1.790	-	-	-
ago/13	528.440	10.527.307	8.212.677	8.977.798	7.563.409	2.247.391	3.061	-	-	-	-
set/13	440.295	4.394.811	3.526.044	3.045.286	1.395.501	48	-	-	-	-	-
out/13	470.013	120	-	119	132	65	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.370.090</b>	<b>649.374.814</b>	<b>582.099.768</b>	<b>753.409.863</b>	<b>790.427.160</b>	<b>434.240.394</b>	<b>79.285.065</b>	<b>30.788.743</b>	<b>18.021.982</b>	<b>13.094.705</b>	<b>78.014.819</b>



Anexo VIII - Perform Anexo VIII - Performance por safra de originação em 31/10/2013 - "Sem Encargos"

Período	Contratos cancelados	Parcelas vencidas de 4 a 7 dias	Parcelas vencidas de 8 a 15 dias	Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa	Total sob análise
jan/10	316.830	-	-	-	-	-	-	-	-	1.830.169	362	4.388.489	72.192.676
fev/10	289.780	-	-	-	-	-	-	-	-	1.784.285	299	4.152.239	71.114.774
mar/10	445.064	-	-	-	-	-	-	31	31	2.140.947	435	5.603.225	97.270.559
abr/10	543.169	-	-	-	-	-	-	-	33	2.358.089	558	6.403.225	113.327.764
mai/10	645.030	-	-	-	-	-	-	-	-	2.817.044	797	7.789.976	134.537.279
jun/10	561.544	-	-	-	-	-	-	44	-	2.671.694	1.273	7.117.593	124.556.445
jul/10	508.223	-	-	-	-	-	-	-	-	2.325.894	504	6.470.806	114.058.318
ago/10	497.076	-	-	-	-	-	-	-	-	2.300.174	817	6.299.348	110.869.345
set/10	456.962	-	-	-	-	-	-	-	-	2.101.075	140	5.552.709	100.974.318
out/10	515.380	-	-	-	-	-	-	-	20	2.534.783	252	6.364.005	114.907.583
nov/10	754.296	-	-	-	-	-	-	-	-	3.412.789	642	6.673.459	119.628.663
dez/10	1.081.146	-	48	-	-	-	-	-	-	9.907.458	597	15.455.467	241.122.537
jan/11	260.203	-	-	-	-	-	-	-	-	2.272.768	123	4.760.434	79.672.923
fev/11	269.253	-	-	-	-	-	-	26	26	2.405.131	159	4.650.322	82.379.137
mar/11	422.554	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.366	65	6.325.987	112.754.809
abr/11	448.316	-	-	-	-	-	-	-	-	3.260.334	447	6.687.284	120.369.292
mai/11	524.378	-	-	-	-	-	-	-	-	3.830.986	475	8.668.699	150.306.602
jun/11	518.955	-	-	32	-	-	-	-	-	4.065.875	464	8.617.139	147.728.821
jul/11	421.462	-	-	-	64	64	81	81	17	3.404.701	340	7.450.594	128.376.549
ago/11	415.471	-	-	-	-	-	-	-	-	3.058.703	392	6.747.614	118.248.886
set/11	372.682	-	-	-	-	-	-	-	-	2.639.116	841	5.929.778	108.787.765
out/11	446.959	-	-	-	-	-	-	-	-	2.893.110	773	6.850.872	127.119.226
nov/11	876.912	-	-	-	-	-	-	-	-	4.462.265	1.049	8.075.988	143.089.128
dez/11	1.091.206	-	-	41	-	-	-	-	-	10.002.596	2.328	17.076.245	264.614.535
jan/12	287.321	-	-	-	-	-	-	76	76	2.390.758	617	5.439.714	90.829.825
fev/12	277.501	-	19	-	-	19	-	38	38	2.403.956	568	5.192.508	89.844.288
mar/12	397.818	-	-	-	-	-	40	37	37	3.033.574	711	7.067.480	122.321.376
abr/12	441.333	-	86	-	142	142	56	56	-	3.206.279	413	7.630.369	129.805.751
mai/12	523.511	-	-	143	161	161	190	109	2.835	4.233.194	536	9.845.794	161.022.352
jun/12	491.863	-	-	56	124	104	148	2.447	2.569	4.234.508	552	9.387.553	152.756.765
jul/12	432.089	-	-	36	65	68	2.917	2.811	36.950	3.558.125	763	8.314.899	135.887.201
ago/12	451.352	-	-	44	44	2.800	2.797	71.111	72.463	3.800.485	886	8.558.392	142.627.434
set/12	410.220	-	5.456	-	20.072	21.459	100.068	103.838	106.110	6.660.687	1.372	7.710.686	134.607.509
out/12	439.778	1.629	-	4.039	5.977	69.476	65.353	66.273	60.600	3.778.142	841	8.406.296	144.587.662
nov/12	760.132	32.124	59.627	55.100	105.777	87.549	80.709	91.660	855.934	4.577.368	2.454	9.268.458	161.781.484
dez/12	1.118.098	56.710	161.660	151.706	200.531	156.763	153.764	1.893.188	2.719.017	8.651.546	8.529	18.618.209	292.504.191
jan/13	304.849	6.340	40.722	64.255	74.283	58.283	67.051	595.070	639.706	1.918.401	1.699	6.096.150	100.362.876
fev/13	308.668	24.940	29.665	53.765	73.326	78.518	665.446	715.256	689.684	1.192.784	1.710	5.566.675	97.788.337
mar/13	467.607	36.703	39.676	84.159	130.317	1.031.962	1.050.989	1.038.760	884.481	779.797	2.725	7.956.519	140.915.568
abr/13	501.553	40.558	56.892	120.126	1.730.925	1.377.973	1.195.150	1.000.426	682.430	61.921	2.152	7.864.991	146.650.241
mai/13	593.670	1.174.253	1.078.628	2.254.104	2.434.815	1.687.675	1.314.328	908.833	60.197	-	711	8.477.941	173.334.108
jun/13	520.963	1.331.305	1.065.937	2.821.504	2.621.617	1.555.644	1.035.695	59.373	-	-	46	6.406.002	160.855.212
jul/13	520.185	1.574.183	2.427.637	2.966.508	2.638.471	1.259.782	63.109	-	-	-	26	4.705.231	156.471.028
ago/13	528.440	2.675.538	1.311.266	3.490.075	2.424.956	51.669	-	-	-	-	13	2.826.325	158.737.378
set/13	440.295	2.190.811	1.886.819	-	-	-	-	-	-	-	5	700.299	141.356.129
out/13	470.013	777.476	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	159.936.786
<b>Total</b>	<b>23.370.090</b>	<b>9.913.705</b>	<b>7.339.517</b>	<b>11.888.960</b>	<b>15.342.926</b>	<b>7.380.139</b>	<b>5.817.932</b>	<b>6.549.540</b>	<b>6.813.253</b>	<b>135.961.872</b>	<b>41.467</b>	<b>330.152.096</b>	<b>6.193.001.432</b>





*cutting through complexity*

© 2014 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KIDS 76285)

O nome KPMG, o logotipo e “*cutting through complexity*” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)